

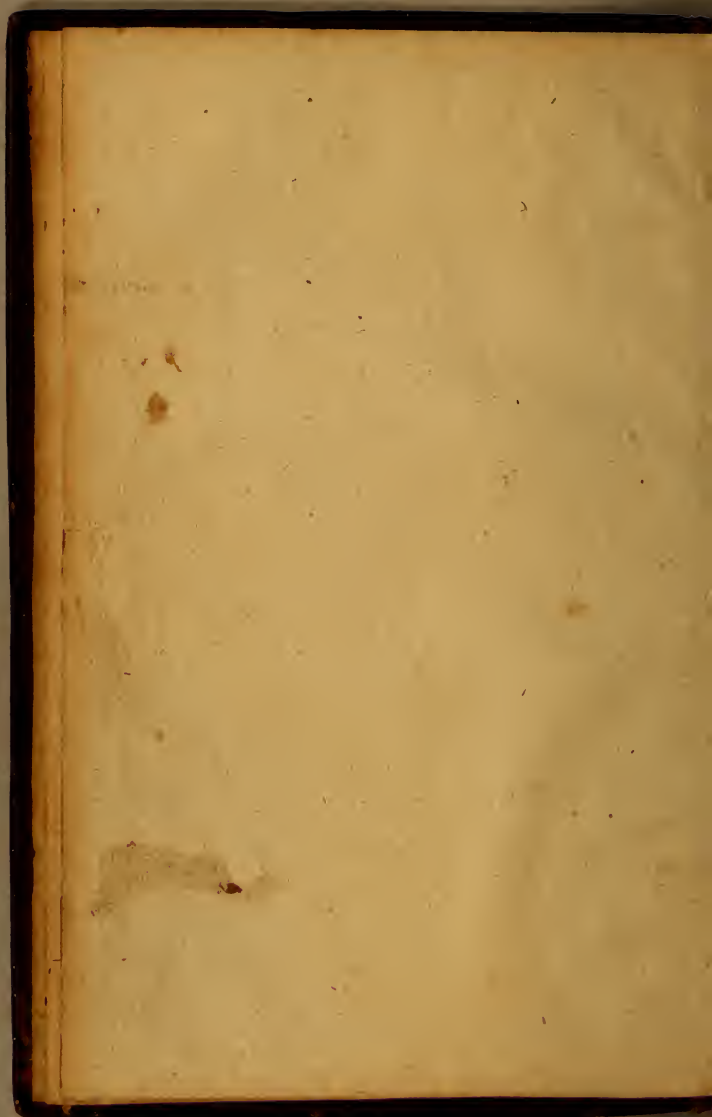




John Carter Brown
Library
Brown University

JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

Purchased from the
Trust Fund of
Lathrop Colgate Harper
LITT. D.



B R E V E E X P L I C A C , A M

D O S C A S O S R E S E R V A D O S
nas Constituições deste Arcebispado de Lisboa,
& em algũas dos outros Arcebispados deste
Reyno de Portugal.

M U I T O P R O V E I T O S A , E N E C E S S A R I A
*para todos os que administram o Sacramento
da Penitencia.*

Compõsta por o LICENCIADO MANOEL
LOURENC, o SOARES, Theologo, & Prêga-
dor approvado, & Confessor na S. Sê Metro-
politana da Cidade de Lisboa.

A C R E C E N T A D A C O M O S C A S O S D A S
novas Constituições por o R. P. Antonio Pimenta
Mestre em Artes, Doctor em Canones, & na sancta
Theologia, olim Vigario da Igreja de S. Paulo
desta Cidade, & ora da de Torres-Novas.

E ultimamente nesta quarta impressam vam acrescentados
com suas novas addições os casos que faltavam, que vam
postos na seguinte pagina por o R. P. Fr. Clemente Fernan-
dez Themudo, Vigario da Igreja Matriz da Villa
da Fga, Commenda maior da Ordem
de Christo.



E M C O I M B R A .

Com as licenças necessarias.

Na Impressam de MANOEL RODRIGUES DE AL-
MEYDA. Anno de M. DC. LXXIX.

BRAT

OS BISPADOS QUE SE
acrecentàraõ saõ os seguintes.

1	Miranda do Douro, ex pag.	194.
2	Leiria, ex pag.	197.
3	Priorado do Crato, ex pag.	201.
4	Iurisdicam de Thomar.	Ibid.
5	Algarve, ex pag.	203.
6	Angra nas Ilhas Terceiras, exp.	205.
7	Brasil, ex pag.	206.
8	Angola, ex pag.	214.

LICENC, AS!

P Ode-se tornar imprimir o livro dos Casos reservados de que se fas menção, & impresso tornarà ao Cõseiho pera se conferir, & se dar licença pera correr, & sem ella não correrà. Lisboa 16. de Dezembro de 678.

Manoel Pimentel de Sousa. Manoel de Moura Manoel.

P Ode-se imprimir. Coimbra 2. de Julho de 1679.

D. Fr. Alvaro Bispo Conde.

Q Ue se possa imprimir vistas as Licenças do S. Officio, & Ordinario, & despois de impresso tornarà a Menza pera se taxar, & conferir, & sem isso não corra. Lisboa 19. de Janeiro de 679.

Marquez P. Carneiro. Roxas. Bastos. Rego.



PROLOGO

Para quem o quizer ler.



Avendo passado em esta Corte parte de minha mocidade, & principio de meu Sacerdocio, foi paticular amigo do Licenciado Manoel Lourenço Soares, assi por suas letras, de que em a-
quelle tempo me valia, como por sua virtuosa cõ-
versaçam, antes, & depois de professar em a Or-
em de Christo atè o anno de 1637. em que me
partei desta Corte, aonde tornei algumas vezes
n o tempo em que elle tratava de dar à Impres-
m o livrinho dos casos reservados (obra tamã-
eita, como o seu Epithome do grande Soares,)
que logo se me remeteu, & o passei, como obra
e amigo, mas acheilhe falto o index, ou por fal-
a de tempo por andar entam occupado com a
mma, a que poz titulo, Principios, & diffini-
bens da Theologia moral, com que sahio a luz
o anno de 1642. (obra tambem mui proveitosa
ara os que querem estudar moral) ou por ser co-
tume de Theologos fazerem indices mais succin-
tos, do que os Juristas. Determinei entam de o
des-

descançar naquella materia se em algum tempo se
fizesse segunda impressam, o que fiz, valendome
entretanto do indice para achar mais depressa o
que me fosse necessario porque tãbê era difficulto
so acharem capitulos, ou paragrafos, com aqual fal-
ta se continuou na segunda, & terceira impressam.

Como deste meu desejo sabia meu, & seu ami-
go Estevam Francisco, que corria com aquella pri-
meira impressam, me avisou da sua morte, & que
o livrinho era mui buscado, que lhe mandasse
o indice para fazer segunda impressam. Man-
deilho entam com algumas addicoens. que nam
só se nam puzeram em seus lugares, mas ainda se
imprimiram com alguns erros. O mais principal
he o da addicam ao cap. 3. §. 3. pag. 2. regra. 16. que
começa *Porem*. Aonde eu dizia o seguinte: *Porem*
nam oufarei admitir para este effeito de absolver dos
reservados, o costume que ha geralmente em todos os
Bispados de se confessarem os Sacerdotes a outros, que
já foram approvados, &c. O Impressor inadvertida-
mente ao por das regras na pedra, as trocou de ma-
neira, que a que havia de ser segunda, a poz em
quarto lugar, & terceira poz em segundo lugar, &
a que havia de ser quarta, a poz em terceiro; & po-
sto que mudei ao amigo Livreiro a emmenda, nam
os devia emmendar, porque cõ o mesmo erro pas-
sou na terceira impressam pag. 193. regr. 5. Ou o
Impressor nam olhou para os numeros do algaris-
mo, que estavam à margem.

Durando ainda aquella segunda impressão sabi-
ram

em novas Constituições; onde se acrescentarão
tais casos. Fez-me disso aviso o dito Estevão Fran-
co com o traslado delles, pedindo que fizesse al-
guma cousa sobre elles, em rezam da amizade que
tinha cō o Author. Comecei, nam como sciente,
porque *hoc unum scio me nihil scire*: mas como a-
tigo atrevido conforme o dito de Ovidio *Me-
tamorph. 6.*

*Et nihil est, quod non effreno captus amore
Ausit.*—

E na *Epist. 13.*

Fortius ille potest, multo qui pugnat amore.

E *Statio 3.*

Isset ad Iliacas, (quid enim deterret amantes?)

Quando feito parte, me vieram dizer, que o outro
nigo Livreiro era morto. Parei entã, & seu fi-
o o Padre João das Neves, sem fazer caso do q
a havia escrito a seu pay, tratou da terceira im-
pressam com addições, que me parece serem mui-
toctas, mas mais breves do necessario, & sem di-
stincção, & menos copiosas, que as que eu havia
começado a fazer, quando se hia acabando aquel-
la terceira, & ultima impressam, se me pedio, que
tinha noticia dos casos reservados de Miranda
e os mandasse, respondi, que nam só mandaria
delles, mas os mais que faltavão, com remissam aos
lugares, em que o Author tratava a materia del-
les, mas com condiçam, que havia de remeter tam-
em as addições que tinha feito principalmente
o caso invocaçam do demonio, & ao de sollicita-
tibus.

tribus. Respondeuseme, que si; & porque não se
fizessem miscellania, como na terceira impressão,
me despuz (ainda q̃ salto de tēpo em razão de cō-
missoens que se me remeteram em estes tempos
assi do S. Officio, como da Mesa da Consciencia, &
Ordens, & outras do Ordinario) a tresladar o li-
vrinho, para poderem ir as cousas nos lugares que
convinha, & com distincão, & acrecentei os ca-
sos dos Bispados, que faltavam, pondolhes remis-
soens com a doutrina do grande Doctor Sebastião
de Abreu Lente de Prima de Theologia na Uni-
versidade de Evora, que na materia de officio de
Parochos, & instrucção delles excedeu muito aos
que até agora escreveram em aquella materia, &
chegou a dizer certo amigo meu, que lâçara a bar-
ra alem de todos, com cuja doutrina podem todos
(os que tiverem o seu livro) ser, nam só verdadei-
ros, mas perfeitos Parochos, & com este breve a-
crecentamento podem os curiosos saber os casos de
todos os Bispados. A Deos o agradeçam em pri-
meiro lugar, & a elle, que de mi nam trato, mais
que folgarei que se aproveitem do livro, ainda que
digam; como já disse o outro:

Sape etiam stultus fuit opportuna locutus.

Se acharem alguma cousa boa, isso he obra, nam
minha, senam de Deos; Cui sit semper laus, &
honor per infinita sæculorū sæcula. Amen: Amen.

Fr. Clemente Fernandez. Themudo.



CASOS RESERVADOS.

CAPIT. I.

Dos casos reservados em commun.

§. I.

Do poder de reservar peccados, & da diffiniçam da reservaçam em commun.

PRIMEIRA conclusam. Na Igreja Catholica ha poder de reservar peccados, & censuras. He de fe, como se collige do sagrado Concilio Tridentino. sess. 4. cap. 7. & 11. Caithaginent. 3. cap. 32. African. cap. 10. Extrav. inter cunctas de privileg. Vide Spar. tom. 4. disput. 29. sect. 1. §. Nihilominus, & sect. 2. Certo ergo est. Et in nostro Epithom. verb. cas. reserv. n. 3. & omnes.

Supposto haver poder de reservar peccados, segue-se

guese perguntar, que cousa he reservaçam em commum?

2 Segunda conclusam. Reservaçam em commum se diffine: *Est ablatio, seu non concessio jurisdictionis ad absolvendum ab aliquo peccato, quanvis circa alia concedatur. Vide Suar. loc. citat. §. Reserv. & nostr. Epith. loc. cit. n. 1.*

3 Da qual diffiniçam se collige que quando o Prelado tira a jurisdicção a algum Confessor em respeito de todos os peccados, nam he reservaçam, senam total denegaçam de jurisdicçam, porque a reservaçam diz somente limitaçam de jurisdicçam, & nam negaçam total, ut consideranti patebit.

§. 2.

Da ethimologia, & diffiniçam do caso reservado em particular.

1 **P** Rimeira conclusam. Este nome, *Caso*, deriva-se à *Cadendo*: do verbo *Cado*, *cadis* que quer dizer *Cahir*. Chamase reservado, porque nam pôde ser absoluto por qualquer Confessor, porque se tira pello superior a jurisdicçam de o poder absolver, como constará do que formos tratando.

2 Segunda conclusam. *Caso reservado* diffinise: *Est peccatum, seu censura, cujus absolutio superiori, & legitimo Prelato jure humano reservatur. Ita omnes.*

3 Por peccado,entendese culpa mortal exterior, ou interior com excommunham,ou sem ella, feita com toda a deliberaçam, advertencia, consentimento, & quantidade na materia requisita, & em duvida, se o peccado he mortal, ou he caso reservado, hase de julgar por nam reservado, porque he materia odiosa, & hase de restringir, & nam ampliar conforme a direito. Vide Henriq. de pœnit. lib. 3. cap. 26. num. 7. Possevin. de offic. curat. cap. 7. de pœnit. num. 48. Saa verb. cas. reservat. num. 5. Hurtad. de Sacram. tom. 1. diffic. 11. de pœnit. dub. 6. Homobon. in consult. cas. conscient. 2. part. respons. 87. Filliuc. tom. 2. tract. 21. cap. 4. num. 172. Suar. de Relig. tom. 2. lib. 4. cap. 5. num. 15. Portel. in dub. regul. verb. cas. reservat. num. 7. Dian. 4. part. tract. 3. de consc. dubia, re sol. 4.

4 Per censura: se entende excõmunhaõ mayor à jure, vel ab homine, como consta das Constituiçoens de todos os Arcebispados, & Bispados, & mais claramente se dirà tratando do caso reservado, Excommunhaõ mayor.

5 Per legitimo Prelado se entende o Sũmo Pontifice, o Arcebispo, o Bispo, o Parocho de direito, ainda que o costume està em contrario.

6 A ultima particula da diffiniçam, que he *Iure humano*, nos mostra que nenhum peccado por grave que seja, he reservado de direito Divino absoluto, nem positivo, como consta das Divinas letras, porque foi Christo Senhor nosso tam miser-

ricordioso, que todo o remedio, & resgate, que nos grangeou na Cruz, deixou nas mãos dos Prelados, & confessores da Igreja, nam reservando para si, mais que o padecer por nós, & assi com a liberdade, com que nos grangeou o remedio de nossas almas, com essa mesma o deixou sem limitação, ou reservaçã alguma, usando daquellas palavras tam gerais ditas a seus sagrados Discipulos escritas por o Evangelista S. Ioam cap. 20. *Accipite Spiritum Sanctum, quorum remiseritis peccata, remittuntur eis, & quorum retinueritis, retenta erunt.* As quaes com a mesma liberalidade as diz ao Summo Pontifice, com a mesma ao Bispo, com a mesma ao Parocho, & finalmente com a mesma a qualquer simples Sacerdote.

§. 3.

Das pessoas que podem reservar peccados.

P Rimeira conclusam. O Sūmo Pontifice em todo o mundo, o Bispo em seu Bispado, o Concilio Provincial na Provincia, Geral na sua Religiam, &c. E assi dos mais. Vide Suar. tom. 4. disput. 29. sect. I. §. 8. *atque ex hac veritate, & seqq.* & nostrum Epitome verb. cas. reserv. n. 12. Bonac. tract. de Sacram. disp. 5. quest. 7. punct. 5. §. I. num. I.

O contrario se ha de dizer dos Parochos. De quo vide Maior. in 4. disp. 17. quest. 5. Suar. loc. cit, &

cit. & nostrum Epithom. loc. cit.

6 Nam porq̃ lhes fôrte o poder de reservar peccados, que he cõmmum a todos, os que tem jurisdiçãõ ordinaria; mas porque nãem estã em uzo, se bem (como nota Hurtado *de Sacrament. disp. 11. dub. 1. s. ex quo deducitur*) per non usum non amittitur potestas Maior. *in 4. dist. 17. q. 5. Vasques quest. 91. art. 3. dub. 2. Ant. Pim.*

2 Segunda conclusãõ. O Summo pontifice, ou Bispo, reservando algum peccado (ainda em respeito dos que tem jurisdiçãõ ordinaria) illicitẽ, & sem justa causa, a tal reservaçãõ he valiosa, & affi a absolviçãõ dada depois he nulla. Porque o superior sempre dà a jurisdiçãõ dependẽte de sua vontade, & tirada ainda sem causa conveniente, factum tenet. Vide Maior. *loc. citat. Suar. loc. cit. lect. 4. §. Duplex potest esse, & seqq. & nostrum Epithom. loc. cit. num. 11. Sylvest verb. Confessor. 1. quest. 3. Henriq. quod. 1. q. 27. Coninch. disput. 8. dub. 11. num. 78. Nugn. in addit. quest. 3. art. 5. dub. 2. Reg. lib. 1. num. 84. Victor. de Sacrament. n. 145. Bonac. loc. cit. n. 2.*

3 Terceira conclusãõ. Nenhum Prelado inferior ao Summo Pontifice pòde reservar peccados ao artigo da morte, porque o costume da Igreja approvado por os Summos Pontifices annulla a tal reservaçãõ. Audi Concil. Tridentin. *sess. 14. cap. 8. dicentem; In Ecclesia Dei semper custoditum est, ut nulla sit reservatio in articulo mortis; & vide Suar. disp. 30. sess. 3. s. Quin potius, & no-*

strum Epithom. *loc. citat. num. 13.*

4 Quarta conclusam. Nam se pòde reservar peccado no artigo da morte com condiçam que passado o perigo appareça o penitente ao superior reservante, porque o uso da Igreja o mostra. O contrário se ha de dizer da reservaçam da censura, porque inclue pena pertencente ao foro contencioso. Ita Palud. in 4. d. 20. q. 1. art. 2. concl. 3. Suar. *loc. cit. sect. 5. §. ult. intelligitur.*

§. 4.

Dos peccados que se pòdem reservar.

1 **P** Rimeira conclusam. Os peccados mortaes exteriores completos cõumente, ainda que nam tenham cêlura annexa, como já dissemos s. 2. n. 3. & como consta do Concilio Trident. *sess. 14. can. 7.* & do uso dos Prelados. Vide Suar. *disp. 29. sect. 3.* & nostrum Epithom. *loc. cit. num. 7.* Navar. *cap. 27. num. 62.* Graff. *lib. 4. decis. cap. 18. num. 61.* Homobon. *part. 1. cap. 3. assert. 2. vers. In super. Henriq. lib. 6. cap. 14. num. 6. in comment. Mirand. in Min. Prelat. tom. 2. quest. 34. art. 4. Bonacina de Sacram. disp. 5. q. 7. punct. 3. num. 4.*

Donde se infere que aquelle, que faz alguma obra exterior nam sufficiente para ser mortal, nam incorre em caso reservado, porque as palavras em esta materia odiosa, cõ effeito se ham de entender

juxta

Dos Casos reservados.

1. *1. 5. Hac autem verba ff. quod quisque jur.*

2 Segunda conclusam. Os peccados interiores nam se costumam reservar, porque julgam os Peccados nam ser cõveniente, & necessario. Ita Caiet. 2. *quest. 11. art. 3. Soto in 4. disp. 18. quest. 2. 5. Graff. in append. ad accus. lib. 1. numer. 24. Nugn. in addit. q. 8. art. 5. dub. 10. Regim. lib. 1. m. 128. Vasq. de penit. q. 92. art. 3. dub. 3. num. 2. Hom. Bon. loc. cit. Suar. loc. cit. num. 2. & Epithom. loc. cit. n. 6.*

Salvo a Heregia mental, como diremos no cap. 3.
1. dos casos reservados no Arcebispado de Braga. *Ant. Pim.*

3 Terceira conclusam. Os peccados veniaes tambem se podem reservar de modo que se nam possam perdoar sacramentalmente, se nam por tal, ou tal Ministro, porque nam repugna. O contrario se ha de dizer se forem reservados com condicam de os confessar ao Prelado, porque nam ha obrigacam de confessar taes peccados. O mesmo se ha de dizer dos peccados mortaes ja confessados. Vide Suar. *loc. cit.* & nostrum Epithom. *loc. cit. num. 1. Coninch. disp. 8. dub. 11. n. 80. Nugn. loc. cit. Graff. lib. 1. decis. cap. 10. Hom. Bon. loc. cit. assert. 1. Bonac. loc. cit. n. 13. contra Vasq. loc. cit. dub. 2. Regim. loc. cit. n. 126.*

4 Quarta conclusam. Os superiores nam reservam todos os peccados, se nam alguns mais graves, porque julgam ser conveniente a salvacão das almas reservados, & os outros menos graves deixa-

los debaixo do poder de qualquer Confessor approvado; & a razam de conveniencia he, porque vendo os fieis a reservaçam dos taes peccados, & a difficuldade da absolviçam delles, se abstenham, & nam os cometam, & receando a melhor reprehensam dada por hum Prelado, temam, & receem cometelos. Audi Concil. Trident. Nam reservatio ad hoc fit, ut graviora delicta gravius corripi, & melius emendari possint, ad quod necesse est, ut gravioris etiam persona, ac Doctoris, ac melioris judicio subdantur. Vide Suar. loc. cit. §. atque hinc, & nostrum Epirhom. loc. cit. n. 7. Bonac. loc. cit. num. 1.

Das pessoas que podem incorrer em casar reservados.

PRimeira conclusam. As pessoas, v. g. homens de quatorze annos, & as mulheres de doze, que tem domicilio no Bispoado, & ainda que o nam tenham, com tudo começaram de habitar com intencam de permanecer a mayor parte do anno. Os vagabundos, que em nenhuma parte tem domicilio, & buscam aonde constituam outro, em quanto actualmente o nam constituem, ainda que tenham deliberado o lugar, aonde o hom. de constituir. Vide Sanch. matrim. lib. 3. disp. 25. á num. 1. usque ad 4. Bonac. tom. de legib. disp. 1. g. 1. punct. 6. num. 2. & 54. §. Idem dicendum, & tract. de censuris disp. 1. quest. 1. punct. 11. num. 20.

Dian.

dos Casos reservados.

Dian. 2. part tract. 1. Miscel. resol. 1. pag. 41.

2 Segunda conclusam. O infiel, & Catheco-
meno nam encorre em casos reservados do Bispa-
do onde vive, porque nam he subdito do Bispado,
nem està obrigado às leys Ecclesiasticas. De quo
Bonac. loc. cit. n. 2.

3 O mesmo se ha de dizer dos estrangeiros,
passageiros, caminhanes, & peregrinos, que tem
 domicilio em outra parte, detendose por pouco
 tempo em algum Bispado, porque nam sam subdi-
 tos, & a ley nam se extende mais que aos subditos;
 & estes raez nam surtem o foro do lugar por onde
 passam conforme a L. heres absens 19. §. proinde, ff.
 de judicij, L. quaesitum 79. §. fin. ff. de legat. 3. Vide
 Sanch. in sum. lib. 1. cap. 12. num. 38. & de matrim.
 lib. 2. disp. 18. Bonac. loc. citat. tom. de legib. num. 36.

Hoc supposito. que se ha de dizer da absolvição dos

4 O confessor se ha de dizer da absolvição dos
 peccados, porque effe podem dar los Confessores
 aos caminhanes, & peregrinos, ainda que por bre-
 vissimo tempo se detenham, & administrar lhe o
 sacramento da Eucharistia, segundo o co-
 stume recebido da Igreja. Ita DD. citatis.

5 Terceira conclusam. O subdito, que come-
 teo peccado reservado fora do territorio do Bispa-
 do, ou dentro do territorio em lugar exempto, não
 encorre em caso reservado; porque as Constitui-
 çoes nam obrigam fora do lugar de sua jurisdic-
 çam, ut constar ex cap. 1. §. statuto Episcopi de con-
 tit. c. 6. Ita communiter DD. quos magno nu-
 mero

mero refert Salas *de legib. disp. 14. sect. 5. num. 6. & sect. 6.* Ugolin. *tab. 1. cap. 9. s. 3.* Azor. *p. 1. lib. 5. cap. 25. quæst. 4.* Suar. *de legib. lib. 3. cap. 32.* Coninch. *disput. 13. dub. 7. num. 36.* Filliuc. *tract. 11. cap. 5. quæst. 9.* Regin. *lib. 9. num. 154.* Bonacin. *tract. de censur. disput. 1. q. 1. punct. 11. n. 6.*

6 Quarta conclusam. Os Religiosos, & todos os exemptos (ainda seculares) da jurisdicam do Bispo por privilegios Apostolicos approvados, & recebidos, nam incorrem em os casos reservados nas Constituiçoens dos Bispados onde vivem, porque ainda que tenham domicilio, com tudo nam sam subditos verdadeiros do Bispo, nem estaõ obrigados às leys Synodales, nem Provinciaes dos Bispados onde vivem, como ensinam o Padre Grannado *part. 2. contra. 7. tract. 3. part. 1. disp. 6. sect. 3. num. 18.* Lorca *part. 2. tom. 2. disp. 25. membr. ult.* Suar. *de legib. lib. 3. cap. 20. num. 9.* Salas *loco cit. sect. 4. num. 43.* Potel. *in dub. regul. verb. lex num. 1.* Pontius *de matrim. lib. 5. cap. 7. num. 31.* Diana *tract. de legib. resol. 11. & alijs.*

7 Ultimamente se ha de notar, que ha muitos casos, em que os Religiosos, ainda exemptos, estaõ obrigados às leys, & sentenças dos Bispos, porque estam declarados em direito, cujo numero se pòde ver diligentemente notado apud Malderum *in 2. part. q. 96. art. 5. & Cenedum in can. 9. q. 26. per tot. & Barbol. de potest. Episcop. 3. p. allegat. 105.*

E para que a todos os Parochos, & Confessores sejam notorios os ditos casos para saberem

erem como se ham de haver nas confissoens, & dar conta aos Prelados dos delictos cometidos no districto de suas Parochias, ponho aqui os mais principaes.

8 Todo o Religioso que vive fora do seu Convento, como nam seja em lugar onde se faça Mosteyro, ou quieta em que viva em communidade debaixo de superior, fica sujeito ao Bispo que o pòde visitar, castigar, & prender na forma do sacrado Concil. Trident. *sess. 6. cap. 3.* & comprehende todos atè os Maltezes de Sam Iobão. E ainda os que vivem em os Mosteyros, se fóra dellos cometerem crime escandaloso pòde prender o Bispo, & tirada informaçam em continente remetter a seu superior, para em tempo limitado os castigar, & nam o fazendo, pòde o Bispo privar aos superiores, & castigar os delinquentes, como Decretado do Papa: consta do mesmo Concil. Tridẽt. *sess. 25. cap. 14.* do que trata Navarro, & Fr. Mart. *Rodrig. tom. 2. quest. 2. art. 6. & quest. 63. art. 4.* & omnes ferẽ apud Barb. *de offic. & pot. Episcop. leg. 105. à num. 19.*

A duvida he se logo em o regular cometendo delicto pòde o Bispo tirar informaçam, & mandar ao Prelado que o castigue? Respondo que si, & que basta huma só admoestaçam; nem he necessario que o Bispo mande duas, ou tres vezes a vizar ao superior, como foi declarado pella sacra Congregaçam, *ut refert Barb. ubi sup.* E nam o castigando, pòde o Bispo proceder contra elles; consta

consta da Bulla de Clemente VIII. *Contra superiores non punientes subditos*. E para constar ao Bispo, declarou a sacra Congregação que havia Prelado de remeter ao Bispo os autos, sentença para ver se obrara na forma do sagrado Concilio, *ubi supra*.

9 Sam os regulares, nam vivêdo em seus Conventos sujeitos aos Bispos nos casos, em que deverem soldadas, & jornais aos officiaes, & pessoas miseraveis, ainda que tenham luiz proprio dado pella Sè Apostolica. Consta do sagrado Concilio Trident. *sess. 7. de reform. cap. 14.*

10 Nam podem os Regulares imprimir livros sem licença do Ordinario. Consta do mesmo Concil. Trident. *sess. 4. in decreto de editione, & usu sacrar. libr. Vide Barbol. ubi sup. & alleg. 90.*

11 Pòdem os Bispos obrigar aos Religiosos a terem liçam da sagrada Scriptura em seus Mosteyros. Consta do Concil. Trident. *sess. 5. de reform. cap. 1. versic. in Monasterijs.*

12 Nam pòdem os Regulares prègar fora de seus Mosteyros sem licença do Ordinario. Tridêr. *sess. 5. cap. 2.* & nas suas Igrejas ham de pedir a benção aos Bispos primeiro.

13 Os Regulares, *quoad ordines sacros*, lam sujeitos aos Bispos, *ut tenet Barb. ubi sup.*

14 Todos os Regulares, que exercitam Cura de almas, são sujeitos aos Bispos, ainda os de Malta, *quoad curam animarum, ut tenet Barb. ubi sup. num. 28.*

15 Nenhum Regular pode confessar sem ser
 approvado pello Bispo. Consta do Concil. Trid.
sess. 23. de reformat. cap. 15. & novissime foy jul-
 gado na sacra Rota, & confirmado por tres Bul-
 las Apostolicas do Papa Innocencio X. a ultima
 das quaes começa: *Alias à nobis*, que se podem ver
 no livro que se intitula: *Pastorale Regularium* p. 2.
26. fol. mihi 209.

16 Nam podem os Religiosos edificar Mostei-
 ros sem licença do Bispo. Barbof. *ubi sup. & alleg.*
6. num. 3.

17 Pode o Bispo entrar nos Mosteiros das Fre-
 iras, ainda exemptas da jurisdicção Ordinaria a ver
 e guardam a clausura, & os Religiosos, que con-
 tra isso forem, podeos o Bispo excommungar, &
 castigar, como de facto fez o Bispo de Coimbra
 D. Ioam Mendes de Tavora ao Reitor do Col-
 legio de S. Bernardo, por querer castigar hum seu
 Religioso, q̃ consentio entrar o Bispo no Mosteyro
 de Sellas a este fim, & assi foy julgado na sacra Ro-
 ta, & por Bulla do Papa Urbano VIII. que se de-
 ve ver em Themudo *part. 1. decis 63. à nu. 16.*

18 Sam os Regulares sogeitos aos Bispos na
 guarda dos dias Sanctos. Trident. *sess. 25. de Re-
 gular. cap. 12.*

19 Sam os Religiosos obrigados a publicar, &
 guardar as censuras, & interdictos dos Ordina-
 rios na forma do Concil. Trid. *ubi sup.*

20 Pello Concil. Trid. *sess. 25. de Regul. cap. 3.*
 podem os Bispos obrigar os Religiosos, que nam
 vivem

vivem em perpetua clausura a ir às Procissões publicas sendo chamados, & obrigarlos com censuras mas nam podem obrigar aos da Companhia de Iesus, & outros que tem privilegio para isso concedido depois do Concilio.

12 Sam os Regulares sogeitos aos Bispos em todas as renunciaçoens, & nenhumas, sam valiofas, se dous mezes antes da profissam nam foren feitas de licença dos Ordinarios. Tridentin. *ubi sup. cap. 16.*

22 Podem os Bispos obrigar com pena, & censuras aos Religiosos a restituirem ao noviço, quando nam quis professar, & se sahio da Religiam, tudo o que para ella levou. He o mesmo Conc. *ubi sup. & latè Barbosa. allegat. 105. num 47. & allegat. 101 num. 36.*

23 Qualquer Regular, que reclamar a profissam dentro em cinco annos, he obrigado allegar as causas que teve do seu superior, & do Ordinario, aliàs não será admitido. Trid. *cap. 19.*

24 Nenhum Regular pode aceitar Igreja de secular sem consentimento, & licença do Bispo. *cap. decimas 16. q. 7. & por muitos textos allegado por Barbosa alleg. 105. num. 49.* Porém nam se entende isto dando algum secular a alguma Religian o *jus patronatus*, que tem em alguma Igreja, *ut proba Barbosa. alleg. 71 n II.*

25 Os Religiosos que aceitam ser testamenteiros, ficam sogeitos a dar conta dos testamentos diante do Bispo, ou do Juiz dos Resíduos. Clem. d

de testam. Aonde diz a glossa que perdemos Regulares seus privilegios neste caso. Porém a mim parece o contrario depois da declaracão da sacra Rota, & Bulla do Papa Innocencio X. que se podem ver em Pastoral Regul. part. 2. q. 26. declar. 6. fol. mibi 211. & q. 6. n. 20. & 23. Onde diz que os Regulares executores de testamentos, &c. nam de dar conta diante do Ordinario daquelle lugar, se dentro do tempo determinado na Bulla de Gregorio XV. nam elegerem Conservador, & nam presentarem a tal eleiçao ao mesmo Ordinario. Do qual decreto evidentemente se segue que legendo o tal Conservador, diante delle ham de dar conta os Regulares, & nam diante do Prelado Ordinario. E se tem lugar neste Reyno, onde ha concordata? *Alij judicent.*

26 Nenhum Religioso pode pedir esmola fora do lugar, onde està o seu Mosteyro sem mostrar primeiro ao Ordinario a licença que tem de seu Prelado para pedir, como declarou a sacra Congregacão no anno de 1621.

27 A todo o Religioso que andar sem habito fora do Mosteyro, pòde o Bispo castigar.

28 Suspeitandose de algum Religioso q quer fugir, pòdeo o Bispo prender, & mandar entregar seu Prelado.

29 Faltando os Prelados na justiça, podem os abditos Regulares recorrer ao Bispo que supra, facilmente nam puderam recorrer ao Papa, ou ao superior desses exemptos. Ita Aufrer. in repet.

Clem. 1.

Clem. I. quæst. 10. num. 3. res. unde in principali de offit. Ordinar. Cochier. de jurisd. Ordin. in exemptos, par. 2. q. 43. alias 45. num. 63. Barbof. de potest. Episcop. alleg. 105. num. 67.

30 Nenhũ Regular pode publicar Indulgen-
cias, que lhe tenha concedido o Papa sem licença
do Ordinario, & fazendoo lhe fica foyeito para o
castigar. Consta do fagrado Concil. Trid. *sess. 6. de
reformat. cap. 3. & sess. 24. de reformat. cap. 11. Aloyf.
Ricc. in praxi aurea resol. 210. vers. 10.*

31 Todos os Religiofos indo às prociffoens,
ou enterros eftam foyeitos ao Ordinario, que pode
decidir, compor, & apaziguar todas as duvidas,
diffençoens, & pleitos que entre elles ouver *amo-
ra appellatione*. Como manda o fagrado Concil.
Trident. *sess. 25. de Regular. cap. 13.* E ifto *brevi
manu, & de plano, fi ne ftrepitu, & figura judicij*; co-
mo tem declarado a fagrada Congregaçam, a qual
refere Campan. *cap. 13 num. 120. Barb. ubi sup. n.º
71. & alleg. 78. à n. 16.*

32 Qualquer Regular, que adminiftrar aos fe-
culares algum dos Sacramentos da Extrema un-
çam, Euchariftia, ou Matrimonio sem licença do
proprio Parocho, pode fer castigado pello Ordi-
nario, ainda com cênfuras, & pena de excommu-
nham por lhe ficarem foyeitos pella *Clement. 1. de
privileg. Aloyf. Ricc. ubi sup. & outros muitos ca-
fos que fe podem ver em Barbofa dict. alleg. 105.*
E nos mais Autores allegados, + porque eftes fãto
os principaes *Ant. Fimenta.*

§.

6.

Dos modos porque os Bispos podem reservar os peccados.

HAse de notar que por tres modos se reservam os peccados. Primeiro por direito commum. Segundo por costume. Terceiro por statutos, & constituições particulares em cada Bispado; o que supposto seja.

2 Primeira conclusam. Nenhum caso ha reservado de direito commum aos B. spos. Porque a Extravag. *super cathedram de sepultur.* aonde se condemnou os cinco, ou seis casos, está revogada pella Clem. *Dudum de sepultur.* como prova largamente Suar. discorrendo por todos tom. 4. disput. 29. c. 3. s. *tam verb.* Et in nostro Epithem *verb. cas. reservat.* num. 9. Polleu. *de offic. curat. de poenit. cap. num. 48.* contra Sylvest. *verb. cas q 4.* Navar. *cap. 27. num. 256.* Armil. *verb. cas. s. 5.* Tolet. *b. 3. cap. 14. num. 5.*

Do Concilio Trid. falaremos a diante. *Ant. Pin.*

3 Segunda conclusam. Por costume nam conta haver caso algum reservado. Por onde de vese guardar os costumes particulares de cada Bispado no rigor em que estiverem recebidos, porque conforme a elle se julgará o peccado, indose contra o tal costume. *He doctrina commun.*

4 Terceira conclusam. Nas Constituições de cada

cada Bispado consta, & he cousa certa haver ca-
reservados. E como assi seja, tomo como prin-
paes os que estam reservados nas Constituiçoens
deste nosso Arcebispado de Lisboa, de cuja exp-
eçam tratarei no capitulo seguinte. Porque e-
plicados elles, ficaram explicados todos os m-
que estam reservados communmente nas Con-
stituiçoens dos mais Bispados deste Reyno, porq-
vendo eu algumas, & das que nam vi, mandei tr-
zer as relaçoens tresladas por pessoas fidedigna-
& acho que differem em pouco, & em tudo o q-
differem, ou seja na quantidade, ou na qualidad-
o notarei particularmente no capitulo terceiro
a clareza possivel.

C A P I T U L O II

*Dos casos reservados nas Constituiçoens de
Arcebispado de Lisboa.*

NVnca me pareceu bem deixar-se de dar a ca-
da hum o seu, nem que alguém queira fa-
zer proprio seu o trabalho, & estudo de ou-
trem, & sempre me pareceu que a cada hum
se devia dar o seu: & assi o que o Autor primeiro desta
obra se lhe nam deve tirar o que fez em o tempo, que
nam havia mais que os casos, que elle explicou, & age-
ra, que ha mais, nem por isso se deve deixar de di-
zel

er, o que elle disse, ainda que seja fora da sua ordem, pois se mudou a ordem dos casos, & assi primeiro põemos o que elle disse nds lugares em que couber, & depois o que atretendo o Doctor Antonio Pimenta, F. Clem.

Diz o Autor.

Os casos reservados, sobre os quais os Confessores ordinarios nam tem poder, nem jurisdicam para absolver delles, sam dez. Nove estam no titulo 1. Const. 5. & o ultimo està nas primeiras Extravagantes Const. 4. sam os seguintes.

Homicidio voluntario fora de justa guerra cometido.

Incendio feito acinte por fazer dano.

Sacrilegio.

Excômunham mayor posta por homem, ou por direito.

Haver o alheyo, cujo dono se nam sabe, que passe de trezentos reis.

Dizimos nam pagos às Igrejas donde se devem, que passem de dez alqueires de pam, & nas outras cousas atè valor de dez alqueires de trigo.

Matrimonios clandestinos.

Commutaçoes dos votos quaesquer que sejam.

Mãos violentas em Clerigo.

o & ultimo juramento falso em juizo, & nam sam mais. Até aqui o Author.

Diz agora o Addicionador Pimenta.

Primeiro que tratemos dos casos que hoje sam reservados pellas novas Constituicoens, he neces-

lario nomear os des casos reservados, que haviam
pellas Constituiçoens velhas, & extravagantes, vi-
sto que o Autor os suppoem em todo este livro co-
mo fundamento para se conhecerem os mais casos
reservados nas outras Dioceses deste Reyno, po-
nam emendarmos toda a obra, porque entam me-
lhor fora compola toda de novo. E assim advertan-
os leitores, que quando o Author no cap. 3. diz que
em Braga, v. g. sam reservados os mesmos casos
que em Lisboa entende dos dez casos que antiga-
mente eram reservados, que &c. *ut supra*.

Agora por as Constituiçoens novas *lib. 1. tit. 10.
decret. 7. §. 2.* sam dezaseis os casos reservados no
Arcebisado de Lisboa: convem a saber.

- 1 Heregia nam sendo mental.
- 2 Blasfemia publica,
- 3 Feitiçaria, ou fazendo feitiços, ou usando delles
- 4 Invocaçam do demonio, ou fazer cousa alguma
em que entre pacto tacito, ou expresso com o mes-
mo demonio.
- 5 Homicidio voluntario posto por obra fora de ju-
sta guerra, ou defensão propria, ou do proximo
em que entram aquelles, por cuja culpa, ou negli-
gencia se acham os filhos afogados.
- 6 Incendio feito à cinte por fazer dâno.
- 7 Sacrilegio, & specialmente o que se comete fe-
rindo, ou pondo mãos violentas em Clerigo, ou
Religioso, que goze do privilegio do Canone.
- 8 Excommunham mayor posta por direito, o por
homem, que nam seja servada a outrem.

- Juramento feito em juizo, ou em autos judiciais,
 perante superior competente.
 2. Dizimos nam pagos, que passem de duzentos
 reis para cima.
 3. Reter o alheyo, cujo dono se nam sabe, passan-
 quantia de quinhentos reis.
 4. Casamentos clandestinos.
 5. Ordenarse sem patrimonio, pensam, ou benefi-
 cio, ou por falso, ou sem dimissorias, ou ingerin-
 do nas Ordens furtivamente.
 6. Fazer escriptura falsa, ou usar della, ou de al-
 ma falsificada.
 7. Revelar o Sacerdote o sigillo da confissam.
 8. Solicitar na confissam, ou por occasião della,
 cujo conhecimento pertence privativamente ao
 Santo Officio.

Notem que de todos estes casos reservados diz
 a Constituiçam lib. 1. tit. 10. decret. 3. §. 1. in fine.
 que de qualquer Confessor dos approvados neste Bis-
 pado actualmente, ou dos que já foram approva-
 dos seculares, ou regulares absolver aos Sacerdo-
 tes, ou outros Clerigos, porque para elles nam fi-
 cam reservados. E porque a Constituiçam nam
 faz distincção alguma, podem os Confessores cui-
 dar, que de todos podem absolver aos Clerigos
 sem distincção. O que he falso, pois o Prelado não
 pode geralmente, ainda que em especial possa
 delegar o poder que tem (se he que o tem, co-
 mo no primeiro caso reservado veremos) para
 absolver da heresia nam sendo mental, logo nem

os Confessores absolver della aos Clerigos, & fica o primeiro caso da heresia sendo o primeiro caso reservado dos Clerigos, & o segundo he o que lhe reserva a Constituiçam *lib. 1. tit. 10. decret. 7. § 4. in fin.* aos Confessores que absolverem os penitentes de dizimos, que passem de dous tostoens sem os terem restituído, ou sendo menos, ainda que os podiam absolver, se os absolverem sem primeiro os aconselharem, que falem com a pessoa a quem se devem, para os porem em lembrança, ou que façam restituçam à parte por outra via que melhor lhe parecer. *Ibi, & se algum Confessor em outra maneira absolver os que sonegam, ou nam pagam os dizimos, poms em sua pessoa sentença de excommunham ipso facto, & nam poderam ser absoltos por outro Confessor deste peccado sem nossa licença, ou de nosso Provisor.* Ita D. Ant. Pimenta.

1 Nam me parece, que a limitaçam que aqui faz o Doctor Antonio Pimenta se pode sustentar, por quanto se o Legislador (que he o Arcebispo) deu poder aos Clerigos approvados, ou que já fossem approvados, para absolver de todos aquelles casos reservados, nam me parece que se pode duvidar de seu poder, porque de direito he certo, que aquelle que diz todos, nenhum exclue, *L. Julian. 66. in princip. ff. de legat 3. L. hoc articulo 29. ff. de heredib. inst. cum multis alijs per August. Barbof. de axiomat. juris. axiomat. 168.*

2 E se he certo, que os Bispos podem absolver, tambem o he, que podem subdelegar esse poder, sendo

ndo (como quer o Doctor Antonio Pimenta) os
 spos para estes casos delegados do Papa; & co-
 o elle diz adiante tratando da heregia nam sen-
 mental, *no vers. Porém* que he obrigaçam nos-
 defender o poder, & authoridade do Prelado,
 m parece justo negar-se-lhe aqui o poder, mór-
 ente sendo de direito, que ad instar sacrilegij est
 superioris potestate disputare, L. 1. C. de crimin.
 rileg. cum alijs per Menoch. *conf.* 502. num. 7.
 sto que seja licito disputar *de ejus voluntate*, sci-
 t, *voluerit, nec ne?* ut per Gonzal. *ad reg.* 8. Can-
 gl. 9. §. 2. num. 71. *post quem, & alios* Guarb. *conf.*
 num. 41.

3 Deinde, porque se a ley (que he a Constitui-
 m) como elle diz, nam faz distincam, mal o po-
 mos nós fazer contra o vulgar axioma. *Ubi lex*
distinguit, nec nos distinguere debemus, L. de pretio.
 & ibi Bart. ff. de public. in rem act. L. non distingue-
 73. ff. de recept. arbitr. & *lex generaliter loquens*
generaliter est intelligenda, d. L. de pretio, cum alijs per
 agust. Barb. jur. axiom. 136.

4 E nam obsta o dizer, que o Legislador fa-
 ndo nos dizimos, poz excômunham a quem ab-
 via daquelle caso sem os pagar, porque se res-
 nde, que quiz exceptuar os Clerigos, em rezam
 os nam privar da celebraçam da Missa, & mais
 ficios divinos, & se o nam quiz fazer, a elle
 ca a declaraçam disso, & nam a nós, que sempre
 vemos de ampliar os favores, & restringir as
 terias odiosas; conforme o cap. *odia restringi*,
 B iiij favores

favores convenit ampliari 15. de reg. jur. in 6. & ejus est declarare, cujus fuit condere.

5 E no tocante neste Arcebisnado de Lisboa, me parece està solta a duvida que nas primeiras addiçoens propuz, falando acerca das Constituiçoens de Coimbra, cap. 3. §. 3. onde disse, que nam admittia para effeito de absolver dos casos reservados o costume que ha geralmente em todos os Bisnados de se confessarem os Sacerdotes a outros, que já foram approvados, como em seu lugar se dirà, porque onde nam ha ley tam expressa, como esta de Lisboa, pode-se duvidar de ser valiosa a absolviçam, & in dubijs (dizem os Iuristas) non debet fieri fundamentum, sed tutiorem partem esse eligendam, L. si ita fuerit II. §. ult. ff. de reb. dub. L. proxime 3. §. sed in re dubia ff. de his, quæ in testam. delentur cum vulgarib. Fr. Clem. Fernand.

§. I.

Do primeiro caso reservado, que he Heresia, nam sendo mental.

E Ste caso he tam extraordinario, diz o Doctor Antonio Pimenta, que fazendo exquisitas diligencias, nam só em todas as Constituiçoens dos Bisnados, & Arcebisnados destes Reynos de Portugal, mas em muitos de França, Castella, Italia & em todos os Authores, que de proposito, & incidenter trataram esta materia, nam acho qua
atõ

Se o presente Prelado algum reservasse semelhante caso; antes se ouveramos de seguir a opiniam do Author deste livro, haviamos de dizer, como elle diz no cap. 3. §. 1. dos casos reservados no Arcebisado de Braga, num. 4. concl. 1. que os Prelados não podem reservar a heregia, nam sendo mental, o que nam repito, porque nelle se pode ver.

Porém como he obrigação nossa defender o poder, & authoridade do Prelado, mais havemos de seguir sua opiniam, que a do mesmo Author, certo que se o Author fora vivo, se retratara do que tinha dito. E para melhor intelligencia do caso, e necessario suppor primeiro, que a heresia se divide em mental, & externa: aonde a palavra mental val o mesmo que interna, em quanto reside no entendimento, & na vontade, onde se consuma o peccado, porque nenhum acto de entendimento e peccaminoso, sem dar assento a vontade. A heresia se torna a dividir em occulta, & manifesta, ultimamente a occulta se divide em occulta per se, & em occulta per accidens, & em occulta per factum de inteira prova. Vide Hurtad. ubi sup. & 2. os. A heresia occulta per se, he a mesma, que mental da primeira divisam, que reside no interior mentis, & cordis, sem sahir a acto, ou finis algum exterior. E a heresia occulta per accidens, e aquella, que se manifesta por palavras, ou obras, ou finis, que se podiam conhecer, mas por se em lugar deserto, ou explicada por palavras em Franc. es v. g. diante dos Portuguezes, que o nam entendem

tendem, per accidens, he nam haver ninguem que conhecesse a tal heresia. A terceira, que he occulta por falta de inteira prova, he a heresia, que se diz, ou por obra diante de huma só testemunha, ou com hum só complice, & ninguem mais a sabe, & por isso nam tem inteira prova, ou ainda que o saibam algumas pessoas, sam singulares, & nam fazem cabal prova; & Barbof. ubi sup. quer que comprehenda tudo, o que nam he manifesto *simpliciter, & absolutè*. O que supposto.

1. Seja a primeira conclusam da heresia mental, que se chama occulta per se, que por nenhum direito he reservada, podem absolver, nam só os Bispos, mas tambem os mais Confessores ordinarios, & delegados. He commun dos Doctores.

2. Segunda conclusam. Ainda que em opiniaõ provavel os Bispos possam reservar a heresia mental, porque quem pòde dar jurisdicam em todo, a pòde dar só em parte, reservando a outra parte para si. E assi ainda que *Ecclesia non judicet de interioribus*, tem poder de Christo para absolver dos peccados merè interiores, como dos externos, logo pode, sem que possa julgar, pode reservar este poder dos merè internos para si. Com tudo he opiniaõ mais provavel de Hurtado *disp. II. diff. 5. fine*, que nam convem reservaremle peccados merè internos, assi porque nam sam nocivos, se nam a quem os comete, como tambem porque nam necessitam de outra mais medicina, que a que lhe podem applicar os Confessores ordinarios, a quem
muitos

itos ainda dizem que o Prelado faria injuria, tringindolhe o poder sem causa, ou necessidade; o que devia considerar a nova Constituição do Arcebisado, & por isso nam quiz (como outras do Reyno) reservar a heresia mental, se não a que nam fosse mental, & de que podia o Prelado absolver, como na quarta conclusam dire-

I. Acerca da doutrina que o Doctor Pimenta em na sua quarta conclusam em quanto diz: que a Bulla da Cea nam revogou a concessam do sagrado Concilio Tridentino, & que os Bispos podem absolver da heresia occulta, cum non sciatur à maiori parte viciniae, &c. Me pareceo advertir, que não pode ser mais provavel, posto que o Padre Bastian de Abreu, que compos despois de morte de o seu livro *de institut. Parochi lib. 10. cap. 10. sect. 1. num. 310 in fine*, diga que he affaz provavel, & que por huma, & outra parte ha graves razões, & gravissimos Doctores, que se podem citar em Sanchez, Diana, & Soares nos lugares por elle allegados, com tudo nam se deve dizer que he mais provavel, nem ainda provavel, porque a dita sentençia foi condenada pello Papa Alexádre VII. no Domini 1665. die 2. Octobris.

Deinde se deve advertir que a heresia mental nam he reservada em este Arcebisado de Lisboa, & assi della pode absolver qualquer Confessor approvado, como diz Abreu *dict. lib. 10. cap. sect. 2. num. 315. ad fin.* E qual seja a heresia mental

mental, ou interna, está dito assima num. 1. Contudo para mais clareza porei a qui algumas conclusões tiradas do dito tratado, em que se nam iucorre excommunham, & em os casos dellas poder abolver qualquer Confessor neste Arcebispado.

3 A primeira he, que so aquelles se comprehendem debaixo de excommunham, que tem erro acerca da Fè no entendimento, & manifestam esse erro exteriormente por palavra, ou outro sinal externo, posto que occultissimo, que não seja visto, ouvido por pessoa alguma. Ita cum Sayro, & Souf Abreu dict. lib. 10. cap. 8. sect. 2. n. 34.

4 Segunda conclusam. Nam basta para se incorrer a excommunhaõ manifestar-se a heresia pe sinais de fé indifferentes, que de fé se podem accomodar, assi à Fé, como à heresia, como se algum tenha no entendimento, *Deos nam he irino*, & asene com a cabeça: *Assi he*: porque estes sinais nam sam manifestativos da heresia interna. Ita, & Iatius Abreu dict. sect 2. num. 34. & ante cum Frater Anton. de Sousa in relict. de censur. Bull. Cæne cap. 2. disp 6. n. 34. & 5.

5 Terceira conclusam. Nam se comprehende em esta censura aquelle, que por palavras, ou sinais exteriores profere perfeitamente huma heresia, que nam tem no entendimento, posto que tenha no entendimento outra diversa. A razão traz Frey Antonio de Sousa dict. disp. 6. à num. 6. onde n. 7. põem argumento contra a conclusam que solta n. 8. segue Abreu lib. 10. c. 3. sect. 2. n. 35.

6. Quar-

6. Quarta conclusão. Não se comprehende debaixo desta censura aquelle que por sonhos, ou obedice profere sua heresia interior. Sanch. ad Decalog. lib. 2. cap. 8. num. 24. a quem segue Abreu d. sect. 2. num. 36. E a razão (diz elle) he porque a excommunham nam se poem por amor da heresia externa material, que so está nas palavras materiais, mas por amor da heresia formal, que provem do acto interior, do qual se informa o acto exterior. O que se nam dà aqui.

7. Quinta conclusam. Nam se comprehende em esta censura o herege mental, que na confissão manifesta sua heresia, ou fora della para pedir conselho. A razam dà Abreu num. 37. onde se pode ver, & aonde diz que o contrario se ha dizer aquelle que fingidamente se confessa, nam com nimo de tirar o erro, mas de o manifestar a outrea para o inficionar; & diz com Diana part. 5. tract. 1. resolut. 26. que neste caso nam está obrigado Confessor ao sigillo; o que eu entendo se ao Confessor verè, & realiter constar desta verdade, & sempre o guardara.

8. Sexta conclusam. Posto que Abreu num. 38. diga que nam incorre esta censura o que manifesta exteriormente sua heresia mental por zombaria, porque a nam manifesta por a affirmar, sed loquendi gratia, & bẽ seja Dôctor de tanta autoridade, eu seguira antes a opinião de Frey Antonio de Sousa in dicta relect. Bullæ Coenæ cap. 2. disp. n. 3. que diz o contrario com Sayro, Victoria, & Si-

& Simanc. & dá razam, porque em aquella
 raçam jocosa se dá verdadeira manifestação da
 regia actual, ou pelo menos se inclue virtual
 sentimento da heresia, pello qual se incorr
 censure; & o confirma, porque he costume
 hereses, que querem tentar, descobrir zombar
 sua heresia, & allega aquella sentença dos Prov
 bios. cap. 20. *Quasi per risum stultus operatur sce*
Hæc ille: & eu acrecento o dito das velhas,
 zombando se dizem as verdades.

Isto me pareceu importante para este Arcebis
 pado, onde nam he reservada a heresia mental
 servirá para outras Dieceses, onde se nam reserv
Fr. Clem. Fernand.

§. 2.
 Do segundo caso reservado, que he blasfemia
 publica.

E Porque no §. 7. do sacrilegio se ha de e
 plicar bastantemente, & o mais explic
 Author no dito cap. 3. §. 1. de Braga onde tambe
 he reservada a blasfemia publica, nam ha lugar
 mais acrecentamento. *D. Ant. Pin.*

§. 2. Deste caso trata o Author em este cap. 2. §.
 desdo num. 12. até 18. & em o cap. 3. dos casos r
 servados no Arcebisado de Braga §. 1. aonde
 pode ver. Porém de caminho advirto, que era fa
 ta manifestar este caso reservado em este Arcebis
 do

do, sendo em outro, que tocou o Author por o
 discurso deste tratado. Por quanto he peccado de
 tal qualidade, que tal vez nam se perdoou em esta
 vida, nem em a outra, como disse Christo Senhor
 nosso por S. Matheus, *cap. 12. ¶ 31. Omne pecca-*
um, & blasfemia remittetur hominibus: Spiritus
autem blasfemia non remittetur. & Marci 3. *¶ 29.*
Qui autem blasphemaverit in Spiritum Sanctum non
habet remissionem in aeternum. O que experimen-
 tou aquelle minino de cinco annos (de q̃ fala Di-
 mas de Purgatorio, *cap. 45.* despois do meyo) o
 qual sendo costumado a blasfemar, cō huma blas-
 femia se lhe arrancou a alma, & os diabos visivel-
 mente agarraram della, & a levaram aos Infernos,
 e diz o mesmo Dimas que o nam creta, se o nam
 montara o Doctor da Igreja S. Gregorio. E sem
 embargo do que Dimas com a doutrina dos sagra-
 dos Canones, & Doctores, que refere em o *cap. 3.*
 do dito tratado, diz (& assi se deve crer, & espe-
 rar) que todos os peccados se podem em esta vida
 perdoar, salvo a final impenitência, como a de Caín,
 e outros; he de tal qualidade a blasfemia, que
 pode temer que nam se perdoe, & que *tendat in*
saalem impenitentiam; pello que nam convinha
 de qualque simples Confessor absolverse delle,
 nam o Prelado por as razoes que o nosso Au-
 thor aponta *cap. 1. §. 4. concl. 4. Fr. Clem. Fer.*

§. 3.

Do terceiro caso reservado, que he feitiçaria, fazem
dose feitiços, ou usando delle.

V Ay sua explicação a diante no dito cap.
§. 1. do terceiro caso reservado em Brag
v.g. feitiçeiros, & feitiçeras, com declaração q
rãbem os que usam de feitiços já feitos, tem c
so reservado neste Arcebisado de Lisboa, o q
nam he em Braga. D. Ant. Pim.

§. 4.

Do quarto caso reservado. Invocação do demonio,
capel fãz encousa alguma em que entre patto ta-
cito, ou expresso com o demonio.

V Ejase a explicação no cap. 3. §. 4. dos cas
reservados na Guarda, num. 3. D. Ant.
Pimenta.

O Author tratou este caso em o sobredi
§. 4. num. 3. & no §. 5. num. 3. & 4. Porém n
breve do que era necessario para se saber a grave
do peccado, que com mui justa causa se reserv
de novo. O Padre Martin Delrio *disquisit. ma*
gicar. lib. 5. sect. 15. Axiom. 1. ensina que todas
coufas em que se invoca o demonio para fazer,
mostrar, o que se nam pôde fazer, nem saber, fa

(aci

heresias hereticos, & com Grilando, & Inlio
 claro prova ser certo este seu axioma, porque (co-
 mo elle diz) heretico he crer que o demonio pode
 fazer, ou saber, o que nem fazer, nem fazer pode,
 por ser só a Deos reservado. E diz que estes tace
 ortilegios nam hereticos, & nam hereticais, por-
 que o heretical significa alli o que *sapiu heresim*, co-
 mo o que he heretico, & acrescenta que, porque
 muitos nam distinguiram bem estas signifi açoes,
 erraram em esta materia: & conclue que estes for-
 legios, nam só *sapiunt heresim*, mas que sam ver-
 adeiramente feitos hereticos, porém que lhes não
 chama heresia: o mais que elle explica se pode ver
 no lugar citado, & deinceps largamente.

2. Advirto com tudo, por me parecer digno de
 saber o que o dito Martin Deltio *dist. sect 15.*
cap. 6. ensina, idest que quando se invoca o
 demonio por modo de sacrificio, ou adoração, sa-
 manifestam *heresim*: & quando *per modum im-*
pij, algumas vezes, & muitas se ha de dizer o
 mesmo, & o prova com exemplos, que não convê-
 niadam, & menos a mim, porque a minha tenção
 é só acodir, a que nam seja tam notado meu ami-
 g. Author da farta, que em elle nam houve, pois
 a tenção foi sempre de ser breve, & se entam ne-
 ce Arcebisado (onde tinha seu principal intento)
 ouvera estes casos que se acrescentaraõ, os tratara
 com a eloquencia, & sciencia de que era abundã-
 te; & se tratou delles nos lugares apontados, foi só
 por nam descontentar aos compatriotas delles.

3 Huma duvida me occorre acerca da invocação do demonio, aqual he ; se terem caso referido os pays, mãys, parentes, amos, ou quaesque outras pessoas, que dam ao diabo huns aos outros dizendo: o diabo leve, &c. ou se dam a si mesmo aos diabos? A este modo de invocar chamam os Doctores execração, ou rogo mau ; *hoc est execratio, seu imprecatio mala*. E a razam que tenho para duvidar, he porque parece que se pede ao demonio faça o que os tais imprecantes desejam, & muitas vezes acontecem, ou se seguem os effeitos as tais imprecções, como se pôde ver dos exemplos que refere Deltio *desquis. magic. lib. 3. part 1. quest. 7. sect. 1. lit G. vers. septimum non minus* & de outros, que vulgarmente se contam. E daqui nasce outra cousa, que julgo por errada, & he dizerem, & terem para si algumas pessoas rusticas, que acontecem aquelles rogos maos, quando se dizem em hora, em que os spiritos Angelicos & Sanctos dizem *Amen*, porque o certo me parece que he acontecerem por peccados de huns, ou de outros, ou de todos, & que o demonio quer levar por estes meios ao interno, os que tais cousas creem. E que aconteçam por peccados, se colhe do Ecclesiastico cap. 4. v. 5. & 6. ibi: *Ab inope non avertas oculos tuos propter iram, & non relinquantur tibi quarentibus tibi maledicere, maledicentis enim tibi in amaritudine anima exaudietur deprecatio illius, exaudiet autem eum, qui fecit illum*. Ao que respondo com as conclusões seguintes.

4 Primeira conclusam. Quando os que dizem estas imprecações sem intenção, nem delibera-
am, ou desejo de tal coisa acontecer, antes lhe pe-
ará se acontecer (como a cada passo experimen-
amos nas confissões) nam tem caso reservado,
porque de ordinario isto só he por o mau costume
que tem, & nam excede de peccado venial, que
nam se reserva conforme a doutrina, que aponta
Author em o cap. 1. §. 2. num. 3. Com tudo sem-
pre se deve estranhar este mau costume, & persua-
ir a que se se costumê a fazer boas imprecações,
já como: Deos vos valha, Deos vos faça bom, va-
navos S. Pedro, & outras semelhantes.

5 Segunda conclusam. Se houve deliberação,
consentimento, & desejo de que aconteça o mal
que ao demonio se impreca, & a materia he gra-
ve, julgara eu ser peccado mortal, & como esse re-
servado por se invocar o demonio para aquelle
mal, & se attribuir quodammodo ao demonio, que
he creatura, a veneração que se deve ao Creador,
que he Deos (como ensina Sanch. ad Decalog. tom.
lib. 2. cap. 38. num. 3.) & e elle só devemos to-
mar a veneração, & devemos pedir o de que tiver-
mos necessidade, & nam ao demonio inimigo de
Deos, & nosso. Se a materia for tam leve que não
exceda de peccado venial, nam será caso reserva-
do, o que se deixa ao arbitrio do prudente Con-
fessor.

6 Acerca das palavras: Ou fazer alguma coisa,
que entre pacto tacito, ou expresso com o demonio.

Se ha de ver Sanch. in Decalog. tom. 1. lib. 2. cap. 38
aonde trata da terceira especie de superstiçaõ
& diz que ha dobrado conhecimento das cousas
occultas: Huma por revelaçam Divina que se
chama profecia, outra de revelaçam diabolica, que
se chama adivinhaçam; a qual com Sancto Thom.
2.2. quest. 95. art. 1. diffine assi. *Ist pronuntiatio futu-
rurum eventuum indebitis modis, minimeque à divini
providentia constitutus.*

7 E no num. 2. diz que a malicia desta supersti-
ciosa observaçam he em se attribuir quodammo-
do à creatura a veneraçam que se deve a Deos,
quem somente pertence o conhecimento das cou-
sas occultas, & delle se ha de esperar, & alem dis-
so por ser fundada em pacto expresso, ou tacito
que he o mesmo que implicito com o demonio.
E no num. 3. diz que o pacto expresso he quando
por palavras expressas se invoca o demonio, ou se
faz concerto com elle, ou quando hum sabe que o
demonio por algum final ensina as cousas escon-
didas, & usurpa aquelle final. E que o pacto ta-
cito, ou implicito he quando por meyoos vaõs, &
indevidos se procura o conhecimento reservado
só a Deos, porque ainda que se nam tenha in-
tençam de invocar o demonio, elle de mui bo-
vontade se chega, & mistura com o que tais cou-
sas intentam sem elle o siber, nem tal intençam ter
o que faz só para enganar, & persuadir que en-
estas cousas vaõs se ha de confiar.

8 E do num. 14. em diante ensina como se han-

le conhecer, eſta ſuperſtitioens, pactos, & malicia delles, & como ſam prohibidos por direito Divino, Canonico, & Civil, & que quando he pacto expreſſo ſempre he peccado mortal, como tambẽ he ex ſuo genere, quando o ha tacito, & que naõ pò ſe excuſar ex parvitate materiae, com tudo o n. 19. diz que ſe pòde excuſar a morali ratione novantia, como tambẽ ex num. 20. diz que he venial quando ſe uſar deſta ad:vinhaçam ioci cauſa como tambẽ he venial vaidade, quando ſe observam os ſonhos, agouros, ſortes, & outras couſas, que largamente trata deſdo n. 21. atẽ o fim do capitulo, onde os curioſos, & que tem livros o pòem ver. Do que ſe ſegue que quando he mortal a caſo reservado, & quando he ſó venial nam ha ſo reservado, como enſina o Author dict. cap. 1. 2. n. 3. Fr. Clem. Fern.

§. 5.

o quinto caſo reservado. Homicidio voluntario poſto por obra fora de juſta guerra, ou deſenſam propria, ou do proximo, em que entram aquelles por cuja culpa ſe acham os filhos afogados.

Homicidio diffineſe aſſi: *Est illicita hominis occiſio. Ita communiter omnes.* E ſempre he peccado mortal tirando dous caſos. O primeiro to em deſenſam da vida, honra, bens, &c. Se-
ndo feito por publica authoridade, v. g. por
C iij Luiz,

Juiz guardando, & não excedendo as leys do Rey. no approvadas, recebidas, & praticadas. *He de Strina commua.*

2 He de suppor primeiro, que o homicidio divide-se em voluntario per se, & em casual. O voluntario per se divide-se em justo, v. g. feito por Juiz, & em injusto feito por pessoa particular sem authoridade. O voluntario injusto divide-se em voluntario directo quando alguem querendo, & sabendo, matou com ferro, peçonha, procurando abortio, &c. O voluntario indirecto he quando huma pessoa nam querendo matar outra, lhe dá peçonha a beber sabendo que se segue a morte, ou a ferio junto do coração, ou exercita voluntariamente alguma acção, da qual commutmente se segue humicidio, ainda que nam tenha tenção de o fazer, & assi nestes casos seguindo-se morte, he homicidio voluntario simpliciter conforme a do *Strina commua.*

3 He se de suppor segundo, que o homicidio casual he aquelle, que aco recce a caso, & fora da intenção, de quem o comete, em o qual se nam acha culpa totalmente, v. g. quando o caçador andando à caça feita a diligencia devida mata hum homem em lugar de fera. Outro se chama a casual mixto em o qual se acha culpa, & tem algũa causa de voluntario em quanto he querido em sua causa, mas diz-se casual em quanto per se, & directo nam he intentado, v. g. o que mata alguem passando pelle rua lançando de casa pella janella a pedra

pedras, ou outra cousa semelhante, ou o que cor-
rendo a cavallo em lugar publico nam brada. He
doctrina commua.

4. Suppostas estas divisoens ; seja a primeira
conclusam. Sô o homicidio voluntario injusto po-
to por obra de proposito, & directè, & o volun-
tario in directè fazendose a'guma cousa, da qual
se per se, & communmente, & nam acaso se se-
gue morte posto que se nam intende matar, se re-
erva, porque estes homicidios sam simpliciter vo-
luntarios, segundo os Doctores cômumente.

5. Donde se infere que o que mata de propo-
sito, dà peçonha sabendo que mata, fere junto do
coraçam, ou cabeça ainda que nam tenha tençam
de matar, seguindo-se morte, ou o que mata direc-
tè o innocente, he homicidio voluntario, & tem
caso reservado. *Ita omnes cum Bonac. de contract.*
disp. 2. quast. ult. sect. 1. punct. 7. n. 1.

6. O mesmo se ha de dizer do que matou a mu-
lher achandoa em adulterio, & do pay que acha a
filha com o adultero, & a mata. Porque ainda
que as leys do Reyno o permittam, as Ecclesiasti-
cas repugnam por amor do perigo das almas. *Ita*
Bot. lib. 4. quast. 4. art. 3. Molina tom 3. disp. 7. n. 2.
Loa. verb. homicidium, num. 13. & 14. Sanch. de
matr. lib. 7. disp. 16. Azor p. 3 lib. 2. quast. 3. nu 6.
Bonacin. loc cit. punct. 2. num. 5. & Diana part. 3.
act. 4. resol. 232.

7. O mesmo se ha de dizer do que se mata a si
mesmo directè, ou do que mata a outrem com sua

licença, porque o homem não he senhor da sua vida conforme a *L. liler homo, ff. ad leg. Aquil.* *l. 1.* *Sot. loc. cit. art. 5.* *Molin. tom 4. tract 3. disp 9.* *Gom. tom 3. varian. cap. 4. na. 13.* *Petr. Navar. lib. 2. cap. 3. num. 14.* *Bonac. loco citat punct. num. 1.*

8 O mesmo se ha de dizer do marido, que da a mulher prenhe, tendo já a criança alma, mezinha ordenada para mover, & matar, seguindo-se o effecto. Ita *Covar. 2 p 9. 3. num. 1.* *Petr. Navar. loc. cit. num. 140.* *Lell lib. 2. cap. 9 dub. 10. num. 61.* *Sanch. de matrim. lib. 9. disp 20.* *Bonacin. loco cit. num. 3.*

9 O mesmo se ha de dizer da mulher, que está do prenhe, tendo já a criança alma, ou duvidando se a tem, toma alguma mezinha de sua natureza acomodada para sarar da enfermidade, da que está perigosa. Ita *Sanct. Anton. part. 3. tit. 7. cap. 2 § 2.* *Sylvest. verb. medicina quæsit. 4.* *Clau. R. g. lib. 7. cap. 12. num. 20.* *Bonac. loc. cit. num 3 §. Dixit licet.*

10 O mesmo se ha de dizer da mulher prenhe que toma remedio para mover despois da criança ter alma, sendo nobre, Freira, &c. para evitar infâmia, escandalo, ou morte, seguindo-se movito e morte da criança. O contrario se diga, se a criança nam tinha alma, ou moveu antes dos parentis. Ita *Azor loco citat cap. 4.* *Sanch. de matr. lib 9 disp. 30. num. 10.* *Sylvest. verb. medicina, qua sit. 4.* *Chapeauin. de casib. reservat. cap 9. diff 1.*

Donac. loc. cit. num. 5. Dian. part. 3. tract. 5. miscel.
fol. 11 pag. 181. & 182.

11 O contrario se ha de dizer nestes casos, a fi-
zer quando a mulher prenhe estando perigosa naõ
endo a criança ainda alma, & nam tem outro re-
medio, senam tomar a mezipha de sua natureza
curativa da tal enfermidade, ou tendo já a crian-
a alma, nam ha esperanza de poder viver o feto
animado, & dale com tudo esperanza de viver a
mãe applicandolhe o remedio igualmente à su-
a e da mãe, & morte do filho. Ita Sylv. verb. me-
dicina quesit. 4. Less. lib. 2. cap. 9. dub. 10. num. 62.
Avar. cap. 25. num. 62. Sanch. loco citat. num. 14.
18. Henriq. lib. 11. cap. 16. num. 8. Saa verb. ho-
micideum num. 3. Clau. Reg. lib. 7. cap. 12. num. 20.
Donacin. loco citat. num. 3. s. Respondeo 2. & 5. Addo
men.

12 Finalmente advertale que a criança toma al-
ma aos quarenta dias sendo homem, & a mulher
aos oitenta. Ita Arist. lib. 5. animal cap. 3. & 9.
Avar. cap. 15. num. 14. Sã verbo homicidium, n. 2.
ambacurta 6. qui abortum procuraverint, Zechius
cas. reservat. cas. 9. vers. que verò, Pinel. de cas.
serv. s. qui abortum num. 5. Chapeauvil. de abortu.
part.

Outros Doctores dizem que a criança recebe al-
ma, quando he formada: formase, como diz Hip-
ocrat. de natat. fat. o homem humas vezes aos
trinta dias, outros aos trinta & cinco, outros aos
quarenta, finalmente outros aos quarenta, & cinco,
& a

& a mulher humas vezes aos trinta & cinco dias
outras vezes as quarenta, & outras aos quarenta
& cinco, & finalmente outras aos cincoenta: &
razam porque sendo forma no mesmo tempo e
todos, nasce da quentura, ou frialdade da Mãe, co-
mo diz Azor 3.ª p. lib. 2.ª cap. 4.ª aonde cita Armil.
Sylvestr.

As penas dos que procuram abortio sam as se-
guintes. Primeira he pena de morte. *L. pen. C. de
leg. Cornelian.* Segunda he excommunham mai-
posta por Gregorio XIII. sendo o feto já animado,
cuja absolviçam de direito commum nam
reservada, como refere Bonac. *de contract. disp. part. ult. sect. 1 punct. 7. n. 6.*

13 Segunda conclusam. O homicidio caso
cometido com peccado mortal, nam he reservado
porque nam he voluntario, & as Constituiçoens
só reservam o voluntario.

14 Donde se infere nam ter caso reservado
que mata ao aggressor injusto pella defensam da vi-
da, ainda que o acometido tenha dado causa para
o aggressor o acometer, s. por furto, por adulterio
ou por contumelia, porque nem com tudo isto ter
perdido o direito natural da defensam. De que
Molin. *tom. 4. tract 3 disp. 11. num. 2. & tract. 4. disp. 15. num. 2.* Navar. *cap. 15. num. 2.* Covar.
ad Clement. unic. de homic. 3. part. num. 1. Petri
Navar. *lib. 2. de restit. cap. 3. num. 332. & 361.*
Valent. *tom 3. disp. 3. quest. 8. punct. 4.* Rodrig.
part 1. cap. 136. Ant. Góm. *var. cap. 3. num. 20.*

nm. 3. vers. *secundus casus*. Sor. lib. 5. q. 1. art. 9.
Bonac. loc. cit. punct. 6. num. 1. 2. & 3. aonde refere
fos em particular dignos de se verem.

15 O mesmo se ha de dizer do que mata ainda
se seja Clerigo (*licet aliqui de Clerico uegent*) o
agressor em defensam de seus bens, sendo de grã-
valor, ou de menos, quando em sua prelença
os querem levar, & nam os pode recuperar em
izo sem grandes molestias. De quo vide Navar.
cit. Rodr. loc. cit. num. 15. & 16. Bonacin. loc.
num. 7. Valent. loc. cit. Caiet. 2. 2. quæst. 67.
ot. loc. cit. art. 8. Petr. de Navar. loc. cit. nu. 395.
ess lib 2. cap. 9. dub. 8. nu. 66. Lop. part. 1. cap.
2. vers. *non peccat*. Bonac. loc. cit. punct. 10. Co-
r. & alios, quos citat. Molin. tom. 4. tract. 3. dispue.
5 num. 1.

16 O mesmo se ha de dizer do que mata em
defensam de sua pudicicia, & castidade, quando
gindo, gritando, ou por outro modo se nam po-
e defender, senam matando. Ita Sylvest. verb.
communicatio quæsit. 5. Rodr. loc. cit. num. 14.
avar. loc. cit. num. 5. Molin. loc. cit. disp. 17. n.
o. Petr. Navar. loc. cit. num. 393. Bonac. loc. cit.
m. 12.

17 O mesmo se ha de dizer do que mata sendo
omê nobre, ao que o deshonna, espancandoo, dã-
olhe bofetada, afrontandoo com contumelias a
vozes por palavra, ou sinais, quando por outro
odo nam pôde evitar a ignominia, & afronta,
em defendela, senam matando. De que Navar.

los.

loc. cit. n. 3. Mol. loc. cit. Less. loc. cit. dub. 12. n. 77.
Gon. loc. cit. num. 31. Rodr. loc. cit. num. 12. Loo
loc. cit. vers. quibus, Petr. Nav. loc. cit. n. 376. Id.
Clar. lib. 5. sent. 5. homicidium, vers. idem. & mul
to magis. Bonac. loc. cit. n. 5.

O contrario se ha de dizer do Religioso, Cleri-
 go, ou leigo de baixa condiçam, quando pode fu-
 gir sem grave dâno, o que communmente se na-
 dà em semelhantes pessoas fugindo. De quo Ro-
 dr. *loc. cit. num. 13. Petr. Navar. loc. cit. num. 389.*
Sylv. loc. cit. quest. 9. Bonacin. loc. cit. num. 11. c
alijs.

18 O mesmo se ha de dizer da mulher qu
 mata o marido, que lhe tem posto o punhal de
 baixo da cabeceira para a matar, ou lhe apare-
 lhou peçonha, ou outra cousa semelhante, & d
 que deu peçonha, a quem determinava darlha
 porque o que se antecipa matando o aggressor
 despois que moralmente começou o acto da ag-
 gressão, nam havendo outro modo de escapar
 nam he homicido. De quo Navar. *loc. cit. num. 3*
Iul. Clar. vers. potest etiam. Rodr. loco cit. num. 1
Less. loco citat. num. 45. B.ñ. loc. cit. dub. 4. concl. 2
Molin. loc. cit. tract. 4. disp. 12. num. 2. Cordub. lib
1. q. 38. dub. 1. Bonacin. loco cit. punct. 9 num. 2
& alijs.

19 O mesmo se ha de dizer da adúltera, qu
 mata o marido, que determina matala, nam tendo
 outra via de escapar. Ita B.ñ. *loc. cit. art. 7. dub. 4*
concl. 4. Bonacin. loc. cit. n. 3. & alijs.

O mes

20 O mesmo se ha de dizer do que mata à fei-
reira, que o vexa pello demonio com artes ma-
cas, sabendo de certo que o mal ella lho faz, &
pode tirar o primeiro maleficio sem outro no-
me, porque se defende. Ita Less. *loc. cit. num. 48.*
Pinacin. loc. cit. punct. 9. num. 4. & alij. O mesmo
que mata o que o acomete por hum seu criado,
nam pode escapar por outra via. De quo Bonac.
cit. n. 5. & seqq.

21 Terceira conclusam. O que ferio mortal-
mente a hum homem com animo de o matar, &
confessandose antes que o ferido morresse, nam té
o reservado, se se confessou legitimamente, &
stantemente explicou a vontade de o matar, &
Confessor toda a malicia do peccado entendeo,
que quando se confessou nam tinha caso refer-
do, & nam se pode verificar, antes de o ferido
orrer, que cometeo o homicidio, nem ha obri-
gam pella qual esteja obrigado confessarse outra
vez, & explicar que o ferido morreo.

Ainda que Soar. *in. 4. d. 22. quast. 1. art. 7. s. 1.*
et fit, inclinase mais a dizer que neste caso tem o
percussor obrigacam despois da morte do ferido a
confessar outra vez a circumstancia do homicidio,
a mesma opiniam parece seguir Frey Luis Lope
part. instructor. cap. 31. s. Fraterea. Pello que
m busaria a absolvelo confessandose antes de
orrer o ferido sem dar conta ao Prelado, porque
percussor neste caso já tem dado causa propinqua
morte, & tem posto da sua parte toda a exequu-
cam,

gam, que basta para o homicidio, & falando moralmente já he homicida em causa sendo a ferida mortal feita voluntariamente com animo de matar, como se suppoem. Vide Soar. tom. 5. disput. 4. sect. 2. n. 10.

22 Quarta conclusam. O que de proposito matou a Pedro tendo para si que matava Ioaõ, ao que somente intentava matar, tem caso reservado. Razam he, porque nam matou casualmente, mas voluntariamente o homem que tinha presente. De quo vide Soar. tom. 5. disp. 44. sect. 2. n. 3.

23 O que manda, conselha, favorece, soccorre para se fazer o homicidio, nam tem caso reservado. Porque as Constituiçoens só reservam os que poem por execuçam o homicidio, & o mesmo se ha de dizer em os outros casos reservados. Porque nam se devem extender as palavras da reservaçam a casos nam declarados, sendo materia odiosa, segundo a doutrina bem praticada em direito. O mesmo se ha de dizer da censura promulgada, contra os que fazem algumas cousas, porque nam liga aos mandantes, nem aos que conselham, &c. Salvo se na censura declaram. Ita Navar. cap. 17. num. 51. Avila par. 2. cap. 2. disp. 3. dub. 2. Vgolin. tab. I. cap. 9 §. ult. Covar. in cap. Alma mater part. I. §. 10. num. 15 Soar. disp. 4. sect. 3. num. 5. Regin. lib. 9 num. 214. Bona tract. de restit. disp. I. quest. I. punct. 6. num. I. alij:

24 Quinta conclusam. O homicida volun-

está obrigado a restituir todos os danos, que
 ceo o morto, v. g. damno emergente, & lu-
 cessante, & todos os gastos feitos na cura, &c.
 mesmo se ha de dizer do Juiz, que injusta-
 mente condenou alguem à morte, ou da teste-
 nha, que com juramento falso foi causa da in-
 a condenaçam, com tanto que a esperança do
 ho futuro nam se haja de avaliar até idade de
 ta annos, até a qual o morto podia chegar, se-
 conforme o juizo de hum bom, & prudente
 ão consideradas todas as circumstancias, v. g. a
 de presente, saude, forças, segundo as quais po-
 viver mais, ou menos. De quo vide Petr. Na-
lib. 4. de rest. cap. 1. num. 64. Gom. var. cap. 3. num.
Navar. cap. 15. num. 19. Molin. tom. 4. tract. 3.
63. Rodr. 1. part. cap. 139. num. 2. Clavis
ia lib. 11. cap. 2. num. 6. Azor. part. 3. lib. 5.
3. & 4. quasit. 2. Valq. cap. 2. de restit. s. 3.
3. Bonac. de contrract. disp. 2. quasit. ult. sect. 2.
t. 1. num. 6. Aonde trata do matador exce-
do o moderamen inculpa a tutela, & do que cor-
nembro, ou fere.

O matador estando, como está obrigado a re-
 ir todos os danos que padeceo o morto, & os
 os das curas, &c. nam têm obrigaçam de re-
 ir cousa alguma por a vida do morto, porque
 da do homem livre nam he pretio estimavel, L.
 homo. 13. ff. ad leg. Aquil. nem pella desfor-
 ade, L. penult. ff. qui dejec. vel effund. Ita Ja-
 de Grat. de arbitrar. confessarior. lib. 2.

cap 46 num. 1. onde no num. 2. diz que tem obrigação de pagar todos os gastos dos Cirurgioes e Medicos, & mesinhos, & se morreu tem obrigação o preço da arte que sabia, & isto por todo tempo de sua vida, que ficará em arbitrio do prudente Confessor, que considerará todas as circunstancias, *pro loco, & personis, quas alimentare debuit, puta patrem, & matrem*, & que a elles tem obrigação de restituir o que lhes tirou, mas não a outros. Ita num. 3. & no num. 4. diz que fazem mal os Confessores, que absolvem os homicidas sem mostrarem como restituiram. E no num. 5. diz que ainda que o que aleija a hum homem nobre, e pequeno mais, que o que aleija o que o nam he, contudo mayor obrigação se dá para este nam nobre de restituíam, do que para o nobre, porque o nobre tinha mais necessidade da parte cortada para buscar o necessario para sua sustentação, e não o que o nobre; & nos numeros seguintes diz que se ha de considerar se era de proveito, ou nocivo aos seus, & outras muitas cousas que ahi referem. E diz que deve considerar o prudente Confessor. Isto he o que me pareceo acrescentar para que nam tem os livros que o Author refere, mas somente que nem todos dizem estas circunstancias, mas huns dizem humas, & outros outras. *Fr. Clem. Fernand.*

25 Ultima conclusão. Os que se provocam a poleja, ou delação a nenhum restituíam estas obrigações matandose. A razão he porque pare

sceremse de seu direito. Ita Rebel. lib. 3. *quasi*.
num. 8 Sal. 2. 2. *quest* 61. art. 2. Molina *rom*.
disput 82. Less. lib. 2. cap. 9 num. 21. Azor p.
lib. 5. cap. 3. *quasi* 7. E alli o provecado à pe-
na a nada esta obrigado ainda que exceda o mo-
ramen inculpatæ tutelæ, de quo Bonac. *loc. cit.*
n. 1. & 2.

Do peccado que aqui se acrescentou, a saber:
aquelles por cuja culpa ou negligencia se acham os
casos afogados, tratou o Author em o cap. 3. s. 3.
n. 3. tratando dos casos reservados em o Bispa-
do de Coimbrã: & como este caso nam era (como
ora he) proprio deste Arcebispado, o tratou cõ
muita brevidade, como cousa nam propria do que
entendia, como allima tenho dito. Frey Clem.
mand.

§. 5.

*Do sexto caso reservado v. g. incendio feito à cinte
por fazer dâno.*

P Rimeira conclusam. O incendiario he a-
quelle, que de certa sciencia, & má vontade
faz incendio, pondo fogo a casas, sementeiras, col-
heitas, palheiros, vinhas, pastos, pumares, & ou-
tras cousas semelhantes, fazendo dâno que chegue
a peccado mortal, & este tal em caso re-
servado. De quo vide Soar. *rom*. 5. *disp.* 22 *sect.*
5. Tandem però, & *seqq.* & nostram Epith.
D verb.

verb. incendiarius num. 1. & colligitur ex cap. pessimam ff. de incendiis l. 13. §. 3.

2 Donde se infere que aquelle q̃ poz fogo casualmente, ainda com notavel negligencia culpavel, nam tem calo reservado faltando a intenção de fazer dâno, como se collige do cap. *pessimam* cit. de quo Soar. *loc cit.*

3 O mesmo se ha de dizer dos lavradores, pastores, & outras pessoas semelhantes, que poem fogo a charnecas para fazerem queimadas para gado pastar, ainda que se dê algum damno, porque lhe falta a intenção de fazer damno, como supponho, & colligese da doutrina do Padre Soar. *loc citat.*

4 O mesmo se ha de dizer do que poz fogo sementeira do inimigo, fazendoo com authoridade de *potentis inducere bellum*, porque o que o faz sem tal authoridade, he incendiario, & tem calo reservado, como se collige de Sylv. *verb. incendiarius.*

5 As penas que incorre o incendiario sam as seguintes. De direito Civil, nam sendo nobre, seja queimado, ou lançado às bestas; sendo nobre seja degolado, ou desterrado segundo a *L. quod si quis incendiar. l. capitalium, ff. de pœnis, l. si quis dolo ff. ad leg. Cornel. de sicar.*

6 De direito Canonico depois que for excommungado: só por o Summo Pontifice pode ser absoluto: conforme o cap. *tua nos desentent. excommungatus* porque nam he excommungado ipso jure, mas he de excommungar conforme o cap. *pessimam* v. *quasi.*

dos Casos reservados.

8 Em o qual capitulo se manda que os que
telham, mandam, & favorecem se excommun-
em, mas as taes p lloas nam tem caso reservado.
nforme ao que dilectos affirma §. 2. num. 23. E
que poem fogo aos lugares sagrados, diremos
que no e so reservado *Sacrilegio*.

7 Como o Author concorda, depois de muitos,
Antonio Diana *part. 9 tract. 8. resolut. 10. con-*
Bonacina, & diz com Cominch. *de Sacram.*
p. 13. dub. 5. num. 37. que este he hum caso, em
e hum pòde ligar, & nam pòde soltar: & acre-
nta contra Soares, & Bonacina que conforme a
mmua, para esta excômunham ser reservada ao
pa, nam basta ser promulgada por edicto geral,
as que ham os Bispos de exprimir os nomes dos
cendarios: & tambem affirma depois de muitos
e os Bispos estam obrigados a denunciar os in-
ndiarios sob pena de suspensam à *Pontificalibus*
r hum anno.

Nota Jacob, de Grassis *tract. de arbitrar. con-*
garior. lib. 2. cap. 50. num. 16. que nem todo o
cendario doloso se comprehende debaixo do
so reservado, senão quanto se seguiu o effeito em
usa de algum momento, porque se o incendio
r de pouco, entam não se comprehende *sub casu*,
ia de medico non est curandum, L. scio 4. ff. de in in-
gr. restit. E qual seja este pouco, ficará no arbi-
o de bom varam, que *in anima judicio* he o Con-
fessor. Fr. Clem. Fernand.

§. 7.

Do septimo caso reservado, v. g. Sacrilegio, especialmente
te aquelle que se comete ferindo, ou pondo mãos
violentas em Clerigo, ou Religioso, q goze do
beneficio do Canone.

1 **S**acrilegio diffinete: Est violatio rei sacrae
vel est irreverentia, seu injuria facta rebus
sacris. He peccado mortal opposto à virtude de
Religiam, pôde ser venial por razam da inadverten-
tencia, ou pouquidade da materia, v. g. fortar
dese pouca cousa na Igreja, &c. De quo vide S.
Thom. 2. 2. quæst. 99 art. 1. & seqq. Caietan. ibi-
dem, & in summa verb. sacrilegium. Bonac. tom. 1.
legib. disp. 3. q. 9 punct. unic. num. 1. & Doctores com-
muniter.

2 As especies do sacrilegio sam tres. Primeira
Est persona. Segunda, Locus. Terceira, Res sa-
cra: & entam se comete sacrilegio, quando se fa-
z alguma cousa contra aquillo, para o qual a pessoa
lugar, ou casa he sanctificada. De quo D. Thom.
loc. cit. art. 3. Caietan. ibidem dub. 4. Azor p. 1. lib.
9. cap. 27. quæst. 2. Bonac. loc. cit. num. 2. §. Respon-
deo, & alij.

3 Por pessoa sagrada, com cuja lesam se comete
sacrilegio, se entende Clerigo de Ordens sacras
& toda a pessoa q goza do privilegio do Canon
(o que direi mais por extenso no caso, Mãos vio-
lentas.)

Religioso professo, & nam professo. De
to Bonacin. loc. sup. citat.

4 Por lugar sagrado se entende Templo, Mo-
eyro Ho pit l, & outros lugares cõsagrados por
authoridade do Bispo: argum. cap. ad hæc de Re-
gios. domib. Navar. cap. 27 nam 98. Soar. tom.
disp 27 sect. 2 num. 13. Reginald. lib 19. n.
o. reif. Adverte 3 Bonacin. tom. de legib. disp. 3.
ast 6. punct. unic. num. 9. Como se presumam
Oratorios serem creados por authoridade do
Bispo, & fundados. Vide apud Mascard. tom. 1.
clus. 583.

5 Por cousa sagrada entendese Sacramentos,
sacramentos, vestiduras, & palavras sagradas,
imagens de Christo, & de Sanctos, Calices, &c.
e quo Regin. loc. citat. num. 4. & Doctores com-
muniter.

6 Suppostas estas cousas. Seja a primeira cõ-
sulam. Nenhum sacrilegio venial he reservado,
mo assim fica dito, quando tratei dos casos re-
servados em commum, & consta das Constitui-
cões dos Bispados.

7 donde se infere, que a lesam venial, & leve
a pessoa Ecclesiastica, furto de pouca quantida-
em lugar sagrado, ou toda a cousa, que por fal-
de deliberaçam nam chegou a mortal, palavras
repes ditas na Igreja, murmuraçam, tactos im-
dicos, &c. nam he caso reservado. Vide Bonac.
cit. E daqui se pòdem inferir muitos casos em
particular, em que se não comete sacrilegio reser-
vado.

8 Segunda conclusam. Nenhum sacrilegio da primeira especie, na qual se offende a pessoa gradada, tirando a percuſſam da pessoa Ecl-ſi-ſtica (da qual tratarei abaixo no caso, *Maos violentas*) he reservado. Ita Navar. cap. 28. in addit. ad Manuale sup. cap. 27. num. 259. E provaſe pello costume o melhor interprete das leys.

9 Donde se infere, que nam tem caso reservado o que quebra o voto de castidade ſimples, o ſolemne da pobreza, o que offende as propriedades da Igreja, couſas moveis dedicadas para ſerventagam dos ministros, o que celebrou, ou adminiſtrou algum Sacramento em peccado mortal, o que recebeo o Sanctiſſimo Sacramento ſem disposiçam necessaria, o que calou algum peccado, o circumſtancia de necessidade da confiſſam, nam tendo juſta cauſa, o que mentio na confiſſam em materia pertencente. Provaſe do costume, & interdictam dos Prelados reservantes. De quo vide Navar. cap. 28. in addit. ad Man. ſur. cap. 27. num. 259.

10 Terceira conclusam. O Sacrilegio da ſegunda especie, com o qual se offendem as couſas gradadas, he reservado. Provaſe do costume recebido. Vide Navar. loc. cit.

11 Donde se infere que tem caso reservado o que uſa mal das palavras, & ſentenças da ſagrada Eſcriptura em ſuperſtiçoens, & couſas ridiculas para confirmar heregias. O que miſtura muſica ou ſom laſcivo com couſas divinas. O que toca

Imagem

imagens sagradas com d' lprezo, ou pinta Imagem
grada indecorè, ou trata sem reverencia as reli-
quias dos Sanctos. O que usa mal dos vasos sagra-
dos em cousas profanas. O que faz faros profanos
e veladuras sagradas. O que faz injuria aos Sa-
ramentos, & usa mal delles para cousas vaãs, &
superficiosas. O mesmo dizia eu do que usa mal
a materia do Sacramento da Confirmaçam para
melmas cousas superficiosas, & feitiçarias. O
contrario se ha de dizer do que traz reliquias, ou
signus Dei no acto venereo, dando as ditas cou-
sas à tal mulher de honesta em agradecimento, &
benevolencia, & nam em preço do acto venereo,
porque nam comete sacrilegio Vide Fall. tom. 2.
act 7. de circumst. aggravant. resol. 18.

12 O mesmo se ha de dizer do que cometeu
blasfemia mortal simplez (que nam he outra cou-
sa senam huma afronta, ou palavra injuriola, que
lança, ou diz contra Deos, ou seus Sanctos) cõ-
firme S. Thom. 2. 2. quest. 13. Ambros. lib. 1. de Pe-
diso Bonacin. tom. de legib. disp. 3. q. 8. n. 1.

Dizse blasfemia simplez, porque a heretical, que
e opposta directè aos artigos da Fè, ou com a qual
affirma alguma cousa contraria à mesma Fè com
obstinacia do entendimento, crendo que he assi, o
que diz della, nam fallo, porque he reservada ao
summo Pontifice, ou aos Senhores Inquisidores,
porque o tal blasfemio he herege, & incorre na
censura da primeira clausula da Bulla da Cea. De
isto vide Sanch. lib. 2. cap. 32. num. 11. & 36. La-

zarium in compend. Navar verb. Blasphemia. Az
1. part. lib 9 cap 28 quest. 5. Covac de pact 1 pa
§. 7. num. 11. vers. Crimen autem. Bonac. loc cit pan
1. num. 2. & seqq

Dizse mortal, porque a blasfemia, ainda que
sua natureza sempre causa grave injuria a Deo
com tudo pode ser peccado venial por defeito
devida deliberação, & advertencia, & entam na
he caso reservado, conforme a doutrina que vo
segundo, ainda que por razam da pouquidade
materia nunca possa ser venial por amor da gra
de injuria que sempre se faz a Deos, & aos San
ctos. Ita Soar. tract. 3. de relig. lib 1 cap. 6. Laza
quest. 1. num 19 Valent. 2. 2. quest 13. disp
art. 2 Less. lib. 2 cap 45. num. 23. Regin. lib. 1
num 198. Bonac. loc. cit. punct 3 n 2.

13 O mesmo se ha de dizer do que arrene
de algum Sancto, porque comete blasfemia si
plez, & tem caso reservado ao Prelado. Ita Sanc
loc cit. num 37. Bonac. loc. cit. punct. 1. n. 3.

14 O mesmo se ha de dizer do que amaldig
a Deos, rog lhe mal, jura pella vida, cabeça, men
bros pudendos de Christo, ou dos Sanctos, po
que comete blasfemia simplez. Ita Azor 1. part
lib. 11. cap. 3. quest. 2. Soar. loc. cit. cap. 5. nu.
Sanch. loc cit. num. 25. Rodr. in sum. 1. p. cap. 3
Bonac. loc. cit punct 2 n 2.

15 O mesmo se ha de dizer do que jura pel
corpo, ou sangue de Deos, levado de indignação
& colera contra o mesmo Deos. O contrario,

um teve indignação contra o mesmo Deos, ou se
rou agastado contra algum homem pello sangue
de Deos, porque entam nam he blasfemia, senam
tamento. Ita Navar. *cap* 12. *n* 8 & 28. Clau-
reg. *lib*. 6. *cap* 13. *num*. 3. Bonacin. *loc cit*. *num*. 3.
4.

16 O mesmo se ha de dizer do que amaldiçoa
creaturas, ainda irrationaes em quanto creatu-
s de Deos, ou despreza os Sanctos. Ita Soar. *lib*.
cap. 4. *num*. 2. Cordub *lib*. 1. *quest*. 17. *num*. 15.
eginal. *lib* 18 *num*. 195. Clau. Reg. *loc. cit*.

17 O mesmo se ha de dizer do que jura pellos
Deos, dandolhes infallivel verdade, que he
propria de Deos, ou seja juramento verdadeiro,
falso, com tanto que faça serie, & non jocosu.
a Soar. *tom*. 1. *lib* 1. *de legib*. *cap*. 6. *num*. 13. Sanch.
cit. *num* 9 Lazar. *de blasph*. q. 3. *num*. 48. Bonac.
cit. *num*. 7. & alij.

18 O mesmo se ha de dizer do que louva a Deos
com torpes palavras com intençam de o louvar.
contrario se ha de dizer do que diz: Isto he
m verdade, como Deos o he, ou o Evangelho,
como Deos he verdade, ou como he verdade
que nasceo da Virgem Maria, ou isto, que digo
Evangelho, ou se pode crer, como tal, ou nesta
ouza sou innocente, como S. Pedro, porque na-
se attribue a Deos, nê se lhe tira por cõtumelia;
om tanto que o que diz semelhantes palavras,
am queira igualar a verdade humana com a Di-
na. Ita Medin. *in sum* *lib*. 1. *cap*. 14. Bonacin.
loc.

loc. cit punct. 1. num. 23. Ainda que Soar. tom. de Relig. lib. 1. cap. 5. Lazar. q. 3. num. 45. Soar. & alij tenham o contrario.

19 Quarta conclusam. O sacrilegio da terceira especie, com que se offende o lugar sagrado, se comete caso reservado, he effusam de semente humana, ou de sangue injuriola. Ita Navar. ca. 28 *addit. ad Man. cap. 27. num. 259.* & prova-se e direito, costume recebido, & praticado.

20 Donde se intere que tem caso reservado que derramou semente humana com proprias mãos procurada, inda que seja occulta em lugar sagrado, ou tolhe petendo, ou reddendo debitu entre casados, salvo estivessem por longo tempo reteudos na Igreja. De quo vide Sanch. de ma. tom. 3 lib. 9 disp. 15. num. 11. & disp. 9. num. Bonacin. de matr. q. 4. punct. ult. num. 7. & tot. de legib. disp. 3. q. 9. punct. unic. s. 15. Dian. trac. de circumst. aggrav. resol. 26.

Por longo tempo se entende conforme Sanch. de matrim. lib. 9. tom. 3. disp. 15. num. 12. huzmez Less. lib. 4. cap. 13. dub. 12. num. 86. quinze dias. Fagund. tract. 2. de prac. Eccles. lib. 4. ca. 4. num. 21. dez dias. Soar. 3. part. quast. 83. ar. 3. disp. 81. sect. 4. s. Tertio violatur. Petr. de Less. in sum. tom. 1. de Euchar. cap. 28. Dian. trac. de circumst. aggrav. resolur. 19. tempo longo tempo, quatro, ou cinco dias.

21 O mesmo se ha de dizer do que matou, ferio, deu pancada, donde houve effusam de sangue

é injuriosa, porque comete sacrilegio, como o
tome practicado prova. D. quo vide Bonaciu.
de legib. disp. 3. quest. 6. punct. unic. s. 15.

22 O mesmo se ha de dizer do que fur-
tu em Igreja cousa sagrada, ou nam sagra-
da, ainda que nam esteja debaixo da culto-
ra da Igreja, conforme o cap. quisquis inventus 17.
quest. 4. no qual se diz *Sacrilegium committitur*
ferendo sacrum de sacro, vel sacrum de non sacro,
et non sacrum de sacro. Vide Nivar. cap. 6. va-
riar. tom 3. disput. 6. quest. 15. punct. 1. quest. 1.
tom 4. disput. 7. quest. 11. punct. 1. col 7. vers.
que ut. Valq. in opusc. cap 5. s. 1. dub. 1. num 5.
Bar. tom 1. de Relig lib 3 cap. 5 num 7. Bonac.
cit. disp. 3. quest. 9. punct. unic. num. 17. &
Ainda que outros Doctores L. ff. lib. 2.
p 45. num 14. Coninch de panit. disp. 7. dub.
num. 22. Henriq. lib. 2 cap. 6 n. 5. Fagund.
præcept. lib. 4 cap. 4. num. 9 & 12. & outros
m que nam compete sacrilegio o que fu. ta a cou-
nam sagrada de lugar sagrado, nam estando en-
egue à Igreja in custodiam, o que he cõtra o cap.
quisquis citado.

23 O mesmo se ha de dizer do que furtou oc-
ultamente na Igreja a bolsa, alcatifa, cadeira, ou
outra cousa semelhante, sendo, ou para ornato da
Igreja, ou do dono da cousa, porque tomou cou-
nam sagrada de lugar sagrado, & comete sacri-
legio *juxta dict. cap. quisquis inventus 17. quest.*
Vide Raphael de la Torre in 2. 2. quest. 99.

tom. 2. art. 2. disp. 7. Rebell. 1. pare. lib. 23. cap. 1.
 num. 12. Menoch. de arbitr. lib. 2. cen. 4. ca.
 389 num 14. Petr. Ledesm. in sum. tract. de p
 nit. cap. 19. Zetol. in prax poenit. cap. 12. Farin.
 imman. Eccles. cap. 16. num. 217. ad Eudam Gr
 gor XIV. Dian. tract. de circumst. aggrav. resolut.
 Bour. tom. 1. de Relig. lib. 3. cap. 5. num. 9. & out
 muitos Doctores.

24. O mesmo se ha de dizer do que furta a e
 coulis sagradas, v.g. as reliquias, ainda que se
 causa devotionis, porque comete sacrilegio. Vi
 Azor 1. part lib 9 cap. 27. quasit. 6. Grassi 1. pa
 decif. lib. 1. cap. 48. Bonac. loc. cit.

25. O contrario se ha de dizer do q furta a e
 pada fora da Igreja, ou as offertas, ou outra cou
 semelhante pertencente ao Párocho, a qual na
 possui em nome da Igreja, porque nam comete
 sacrilegio. Ita Regio. lib. 19. num. 56. Bonac. lo
 cit § Ex opposito.

Esta doutrina do Author nam parece confor
 me a Bonacina, que elle allega, & parece que qui
 allegar o mesmo Bonacina circa prim. decalog. pra
 ceptum disp. 3. q. 6. punct. unic. num. 23. res. E
 opposito: onde diz que nam comete sacrilegio o qu
 furta a espada fora da Igreja pertencente ao Pa
 rocho, porém diz que o contrario se ha de dizer
 das oblações feitas à Igreja, porque ellas possui
 Párocho nomine Ecclesia: Ita in editione Lugdu
 Anno 1634. pag. mihi 190. Aonde parece que ven
 acrescentadas as seguintes palavras (secus dic

oblato

*ationibus factis Ecclesia, eas enim possidet nomine
Ecclesie*) E assi nam se pode culpar o nosso Author
nesta allegaçam, pois na impressam antecedente
diziam saltar as ditas palavras, que estam de baixo
final, que Bonacina poz nos acrescimentos
quella ultima impressam. Parece-me acrescimen-
to isto, assi porque quem ler aquella conclusam
pode cuide que nam he sacrilegio tomarem-se ao
rocho fora da Igreja as effertas dedicadas a
Deus, & tambem, porq̃ nam notem ser a doctrina
do nosso Author contra a de Bonacina allegado
por elle, pois em aquella impressam se diz q̃ ouve
acrescimentos em quasi todas as paginas conhe-
cidos. E certo he, que se em o tempo, que o nosso
Author compos este tratado vira aquelle acrescimen-
to nam puzera aquella proposiçam tam ge-
ral, & fizera a excepçam, que fez Bonacina. *Frey
m. Fernand.*

O mesmo se ha de dizer do que està na Igreja cõ
tença de matar, furtar, salvo se tiver tençam
de executar a tal tençam na Igreja, porque en-
ta comete sacrilegio, mas nam tem caso reserva-
do, porque para ser reservado, requiere acto exte-
rior consumado, como fica dito assima. O mesmo
se ha de dizer do que se deleita do furto, do homi-
cidio, do acto venereo. Vide Azor *part. 1. lib. 9.
cap. 27. quest. 7. Valent. tom. 3. disp. 6. q. 15 punct. 1.
Bonac. loc. cit. num. 18.* O mesmo do que fabula,
jurmura, celebra contracto secular na Igreja pel-
la mesma razam. De quo Bonac. *loc. cit.*

O que

26 O que quebra as portas da Igreja, ou lugar sagrado, rouba, queima, destrue tais lugares, comete sacrilegio, & tem caso reservado; de que vide Bonacin. *tom. de legib. disp. 2 q. 6. punct. unic. num. 10.* E fica excommungado ipso facto juxta *cap. conquesti de sent. excom.* A qual excommunhão depois de declarada fica reservada ao Summo Pontífice, como se collige do *cap. cit.* Vide Azor. *lib. 9. cap. 27. quasi. 12.* Graff. *part. 2. lib. 2. cap. 2. num. 12.* Sayr. *lib. 3. cap. 29. num. 2.* Reg. n. l. *29. num. 60.* Soar. *tom. 5. disp. 22. sect. 3. §. de incendiis verò, & seqq.* Bonacin. *tom. de legib. disp. q. 6. punct. unic. n. 11.*

E note-se que o que quebra as portas da Igreja & nam a rouba, ou a rouba sem quebrar as portas, abrindo-as com algum artificio, ou chave adueterina, nam incorre a dita excommunhão, porque se requerem ambas as acções, v.g. *fractio, & spoliatio*, & huma sem outra nam baste para incorrer a censura, porque o texto conjunctivè fala. *Idem quo.* Bonac. *loc. cit. n. 12.*

Nem incorreo esta excommunhão o que furtar os calices, as vestiduras sagradas, &c. ou o que rouba a sancristia apartada da Igreja, ou arca, &c. que estão as cousas da Igreja: *Quia hac non inveniunt nomine Ecclesie.* O contrario se ha de dizer se estiver a sancristia contigua à Igreja. Ita Azor. *loc. cit. quasi. 13.* Bonac. *loc. cit. nu. 11. & 12.* Soar. *Regin. loc. cit.*

27 Quinta conclusam. O sacrilegio, pello q

He de tambem a Igreja, ou lugar sagrado. He
r por força do dito lugar o delinquente, que se
lhe a elle, tirados os casos concedidos em direi-
& note-se que esta immundade Ecclesiastica
de direito Canonico concedida aos tais luga-
sagrados, juxta *cap. maior cap. definitur, cap.*
lus. 17. q. 4. & cap. inter alia de immunit. Ec-
cl. He commum consentiuento de todos os Do-
res.

28 Os lugares sagrados, a que compete a im-
undade sam: Toda a Igreja benta, ou consagra-
ainda que nelle nam se tenha dito Missa, nem
ficio divino, interdicta, polluta, caída com es-
rança de se reedificar, o tecto, as partes exterior-
das paredes, o campanario, a sancristia conti-
à Igreja, Mosteyros, casas regulares, lugares
rados, & Religiosos, o Paço do Bispo estando
arenta passos da lua Igreja, &c. De quo vide
ar. *tom. 1. de Religion. tract. 1. lib. 3. cap. 3. num. 6.*
acin. tom de leg disp. 1 q. 7. §. 2. & alios apud il-
1, quos citat. & sequitur.

29 As pessoas que gozam do privilegio da im-
undade, sam todos os fieis baptizados, interdi-
s, excommungados, blasfemos (*ut est probabi-*
o Clerigo, em os casos, em que pode ser preso
Juiz secular. Os infieis nam baptizados, se an-
de se acolherem à Igreja pediram o baptismo.
contrario se ha de dizer dos hereges, ou seja
lla heresia, ou por outros crimes. Se pôde o
erigo ser tirado do lugar sagrado pellos Mini-
stros

stros da Igreja nos casos em que aos leigos li-
val a Igreja. *Alij negant, alij veró probabilius*
firmant. Guardese o que usa no Reyno, & B-
pados. Vide Bonacin. *loc cit* §. 3. num. 7. & al-
abeo relatos. Dian. 1. part. de immunit. Eccles. 1.
sel. 24. ubi citat multos DD. pro utraque parte, &
part. de immunit. Eccles. resol. 35. Aonde pe-
parte affirmativ. traz huma declaraçam dos
nhores Cardeaes. Vide etiam Dian. 1. part. de imm-
Eccles. resol. 22. & 38.

30 As pessoas que nam gozão da immunita-
da Igreja, sam as seguintes. Primeira. O publico
& famoso ladram que publicamente em eltra-
mata, fere, & furta. Segunda: o devassador de co-
pos de noite, v. g. o que de proposito poem fo-
às sementeiras, & outros fructos. Terceira: o q
mata, ou corta membro, ou faz outro grave c-
me em lugar sagrado, o qual já dantes queria t-
zer nelle. Quarta: o que mata alguém à treição
& de proposito, ou com animo de matar, fere,
faz outra grave injuria, v. g. se tira por força
bens alheys, ou a mulher alhea cometendo
adulterio com ella. O contrario se ha de dizer,
tirou os bens sem força, ou a mulher ainda faze
do adulterio. Ita Ordinatio Lusitana lib. 2. tit.
Vide Peregr. de immunit. Eccles. cap. 7. num. 1.
Parinac. de immunit. cap. 3. num. 14. 145. & 14
Bonacin. tom. de legib. disp. 3. quest. 16 Dian. 1.
tract. de immunit. resol. 3. & 4. Fagund. de praecep-
Eccles. lib. 4. cap. 8. num. 45. & alios.

31 Os casos, em que se goza da Igreja são os seguintes. Em todo o caso em que se ha de padecer morte civil, ou natural, mutilaçam de membro, ou pena de sangue, se goza da immuniidade de Igreja côforme a Ordenaçam desse Reyno assim assignada, & os Doctores communmente. E nõ e que o que cometeo delicto, & fugio para a Igreja, nam pôde ser tirado della com violencia, nem ser condemnado por aquelle delicto à morte, nem pena de corpo, ainda que se seya da Igreja por vontade, & seja preso pello Juiz, mas poderá ser condemnado em pena de dinheiro, ou outra que não seja corporal: ex Panormit. in cap. inter alia de immunit. Eccles. Vide Peregrin. de immunit. Eccles. p. 6. num. 23. Riccium part. 5 collectan. 1792. Fanac. de immunit. Eccles. cap. 16. num. 208 & 209. Bonacio. tom. 2. de legib. disp. 3 q. 7. §. 4. num. 12. ian. tract. de immunit. resolut. 21. part. 3.

32 Donde se infere que o que tira com violencia o delinquente do lugar sagrado, pecca gravemente, & tem caso reservado por razam da immuniidade feita ao lugar. Ita D. Thom. 2. 2. quest. 72. art. 2. ad 3. Soar. tom. 1. de Relig. tract. 2. lib. 3. p. 13. num. 4. Valent. tom. 3. disp. 6. q. 15. punct. 2. Bonac. loc. cit. §. 6. n. 1. & alij.

33 O mesmo se ha de dizer do official de justiça, que tirou o preso delinquente de lugar sagrado, ou que estando preso fugio do carcere. Ita DD. communiter cum Bonac. loc. cit. §. 2. num. 10. Vide ian. 3. part. tract. de immunit. Eccles. resolut. 37.

O mesmo se ha de dizer do preso que escapou
 mãos dos beliguins, ainda que fosse a enforcar
 se acolheo à Igreja. Ita Decian. cap. 25. num.
 Ambrosin. cap. 10. num. 13. Soar. tom. 1. de Re
 tract. 2. lib. 3. cap. 11. num. 18. Graff. 17.
 cap. 48. num. 7. Bonac. loc. cit. §. 2. num. 10.
 alij.

34 O mesmo se ha de dizer do que prendeo
 tirou por força o delinquente, que se lhe acolheo
 à Igreja indoo seguindo. Ita *praxis quotidiana*
servat. Ita Bonac. loc. cit. §. 2. num. 10. O mes-
 mo se ha de dizer do que prendeo, & tirou por f-
 ça da Igreja o delinquente, que estando pr-
 prometeo com juramento de tornar ao carcere
 fosse a prisão justa, ou injusta. Ita Sylvestr. v.
immunit. q. 3. Panor. cap. inter alia sup. ci.
 Ambrosin. cap. 10. num. 11. Soar. tom. 1. de Re
 cap. 11. num. 20. tract. 2. lib. 20. Decian. cap.
 num. 33. Covar. var. 2. cap. 20. num. 3. Far-
 de immunit. cap. 14. num. 200. Vide Dian. 3. p.
 tract. 1. de immunit. fol. 37. §. Notandum. Aun-
 que alguns Doctores têm o contrario.

35 O mesmo se ha de dizer do luiz que pr-
 deo, & tirou por força o delinquente, que in-
 fogindo se pegou à fechadura da porta da Igr-
 ao ferrolho, ou outra cousa semelhante, v. g.
 parede da Igreja, ainda que o prenda pella pa-
 da capa, ou do corpo, v. g. pello braço tendo
 mais partes dentro na Igreja, ou estando sobre
 tecto, ou telhado da Igreja. Ita Covar. 2.1

20. num. 18. & 19. Soar. tom. 1. de Relig lib.
cap 9 num. 8 & cap. 12. num. 4. Riccius in prax.
3. 3. resolut. 560. num. 8. Villalob. in sum. tom. 2.
39 differ. 5. num. 3. Fagund. 2 part. lib. 4. cap.
63. Bonacin. tom. 2. de legib. disp. 3. quest.
punct. 3. s. 6. num. 10. & num. 5. vers. Tertio
igitur. & vers. Ex quo patet; & tom. 3. in Bulla
de p. 2. q. 3. punct. 16. num. 19. & 20. Dian.
part. tract. 1. de immun. resol. 37.

36 O Juiz que prende o delinquente fora de
sagrado, & o leva para a cadeia pello adro,
pella Igreja levando por força, nam comete
privilegio, nem tem; caso reservado. Ita Fa-
ac. de carcerib. & carcer. q. 28. num. 69. Decian.
28. num. 30. Ambrosin. in cap. 10. num. 10.
var. lib. 2. var. cap. 20. num. 16. Graff. part. 1.
2. var. cap. 28. num. 7. Bonacin. tom. 2. de le-
disp. 3. q. 7. punct. 6. num. 10. vers. Non com-
mittitur. Vide Dian. 1. part. tract. de immunit. re-
t. 30. Fagund. de praept. Eccles. tract. 2. lib. 4.
4. num. 58.

37 O mesmo se ha de dizer do Juiz, que pren-
do o delinquente, que se offerece a si mesmo vo-
luntariamente nam querendo usar do privilegio
de immuniidade da Igreja. Ita Graff. lib. 1. cap. 1.
47. Soar. tom. 1. de Relig. tract. 2. lib. 3. cap.
num. 2. Navar. cap. num. 21. Bonacin. Olor. cit.
Quinto non committitur, & alij.

38 O mesmo se ha de dizer do Juiz, que pren-
do o delinquente, que por afagos, enganos, ou

promessas sem constrangimento algum foi tirado do lugar sagrado. Ita Soar. *loc cit.* cap. 13. num. Nav. *loc cit.* Bonac. *loc cit.* §. Sexto non committitur. Fagund. *loc cit.* num. 56. Dian. 1. part. de immunit. *resolut.* 26.

39 O mesmo se ha de dizer do Juiz, q̃ prende o delinquente fora do lugar sagrado sendo obrigado delle por força por hum homem particular sem cooperação do Juiz, nem beligais, por que exercitam seu poder fora do lugar sagrado. Ita Soar. tom. 2. de Relig. tract. 2. lib. 3. cap. 13. n. 1. Ainda que Bonacin. *loc. citat.* §. Sed mihi, & Vale. tom. 3. disp. 6. quest. 15. punct. 1. in responsio ad secundum. tenham o contrario, quos vide.

40 O mesmo se ha de dizer do Juiz, que dentro da Igreja tirou armas ao delinquente: de quibus vide Covar. var. 2. cap. 20. num. 17. Fagund. 2. precept. Eccles. lib. 4. cap. 47. num. 5. Dian. tract. de circunst. aggrav. *resolut.* 38. & latius tract. de immunit.

14 O Juiz que prende o delinquente abraçando como Sacerdote, que leva o Sanctissimo Sacramento, falando em rigor de direito, nam comete sacrilegio, nem tem caso reservado. Ainda q̃ será notado de muito atrevido o tal Juiz que ousasse fazer por a pura reverencia devida de direito Divino ao Corpo de Christo, ainda que nã se ache tal privilegio concedido à divina Eucharistia fora da Igreja; com tudo se ha de entender nam havendo costume em contrario, porque
le

gítimo interprete das leys, & como diz Bonacin.
um citandus, que ouvio dizer que era costume
 n algumas partes, que abraçandose hum delin-
 quente com hum Sacerdote, ainda que nam leve a
 grada Eucharistia, ficava fíguro, & nam podia
 preso. E maior Christandade he, que a que
 jo usar neste Reyno, andarem muitas vezes o
 z, & Alcaides nesta Cidade de Lisboa que lhes
 gem o delinquente com pouco respeito ao ha-
 to Sacerdotal, & maior reverencia tem, & mo-
 am quando hum delinquente se acolhe a casa de
 m senhor temporal, que à casa de hum Sacer-
 te, ou à Igreja, como que fora o senhor tempo-
 izento da jurisdiçam Real, & nam a Igreja, &
 cerdote: & fica muitas vezes servindo de escan-
 lo, ainda aos proprios Iudeos, & Hereses resi-
 ntes nesta Cidade. Vide Gloss. celebrem in cap.
esitum 13 q. 2. Covar. var. 2. cap. 20. n. 6. Bo-
 cin. loc. cit. num. 11. contra Farinacium, Clarum,
 alios. Vide Dian. 1. part. de immunit. Eccles.
 olut. 28. aonde pella parte affirmativa traz mui-
 Doctores, a quem segue.

42 O mesmo se ha de dizer do Juiz, que pren-
 o o delinquente que se acolheo ao Sacerdote
 do com os Oleos da sancta Unçam, & Cruz diã-
 como nota Ricci. 3. part. decis. Eccles. resolut. 28.
 sine.

43 O Juiz, ou official de justiça, que tira por-
 ça ao delinquente do lugar sagrado, alé do pec-
 do do sacrilegio (de quo supra egi) comete pec-

cado de injustiça feita ao delinquente, & está obrigado a restituir todos os damnos que deu. V. Ambros. cap. 15 num. 7. Valent. tom 4. disput. part 15. punct 1. & 2. Sout. tom 1. de Relig tract lib. 3. cap 13. num. 4. Bonac. loc. cit. nu. 2. & D. communiter.

44 De direito Canonico encorre pena de excomunham cap. diffinitur, cap. frater, cap. maior, cap. quisquis, cap. si quis contumax 17. q. 4. A qual he comminatoria, & com condicam, v. se nam satisfizer, & restituir o R. como nota Sout. tom. 1. de Religion. tract 2. lib 3. cap 13. num 7. Zanol. in prax. verb immunitas vers 14. Sylvest. verb immunitas 3. ques 8. Bonacini. loc. cit. n. 5.

Tambem incorre em pena de trinta libras de prata muito pura, cap. quisquis 17. part. 4. & penitencia publica arbitrio do Bispo, cap. si quis contumax 17 q 4. E nam está derogada por costume em contrario, Como diz Julio Claro por amor Concilio Trident. sess 23. cap. 2. de reformat. DD supra citati.

45 Tambem de direito Civil comete crime de lesa Majestatis, L. 2. C. de his, qui ad Eccles. conf. Ita Decian. lib. 6. cap 13. n. 6. & alij.

Isto até aqui he o que o Author escreveo sobre o sacrilegio, que em aquelle tempo era o terceiro caso reservado sem o acrescentamento que agora se acrescentou, especialmente pondo mãos violentas em Clerigo, ou Religioso que goze do privilegio do nono, que entam estava posto em o nono lugar.

de o tratou no cap. 2 §. 10. & como pertença a
 e septimo calo com grande acerto o poz aqui o
 doctor Antonio Pimenta, se bem o houvera de
 r por os mesmos numeros que o Author tinha
 lto no dict §. 10 Com tudo por nam perverter
 denti da terceira impressam, irá com os mes-
 os numeros que novamente se puzeram, o que
 m he defeito, porque quem tiver a segunda, lá
 achará, & quem houver de allegar advertirá os
 meros da primeira, & segunda impressam, ou os
 terceira, & quarta, porque nella nam se mudaõ
 da terceira. Frey Clem. Fernand.

46 Do sacrilegio, que se comete pondo mãos
 violentas em Clerigo, consta em o cap *si quis sua-*
te 17. q. que toda a pessoa que *suadente diabol*
 zer mãos violentas em Clerigo, ou em Frade,
 n só comete sacrilegio, mas fica excommu-
 do, como he cousa notoria.

47 Por mãos violentas, se entende qualquer
 o violento, v. g. previso, voluntario, & não
 ual, cometido por peccado mortal, & isso quer
 er *suadente diabol*, matando, ferindo, dando,
 açando agoa, &c. por modo de injuria; juxta
T. in Can. si quis suadente diabol 17. *quest. 4.*
 ndo peçonha leguindose effeito, tirando a cou-
 por força das mãos, tendo mão o cavallo pello
 o, perseguindo de modo, que seja necessario ao
 rigo botarse em algum rio, ou entrar em algũ
 rigo semelhante. De quo Navar. cap. 27. nu. 77.
text. in cap. nuper §. nos igitur de sent. excommun.

Soar. *disp. 22. sect. 1. Regin. lib. 3. num 205. Benacín. tract. de censur disp. 2 q 4 punct 1. num. 5* aonde traz muitos casos particulares dignos de serem.

48 Por Clerigo se entende ainda o da primeira tonsura, *cap. cum contingat de atate, & qualiter suspenso, interdicto, irregular, degradado verbo* & nam realmente, *cap. ex parte extravag. de Clero conjugat.* casado com huma, & virgem, & na bigamo, trazendo tonsura, & habito servindo em alguma Igreja de mandado do Bispo, ainda que deixaze o habito, & o tomasse outra vez *ame fraude cap. Clericos, dist. 21. & cap. 1. de Clero conjug. in 6. Vide Sylvest. verb. excommunicato num. 4. Sayr. lib. 3. cap. 27. Soar. loc. cit. Nava loc cit. num. 79. Filliuc. tract. 15. cap. 1. quesit. num. 8. Coninch. disput. 14. dub. 15. num. 157. Benacín. loc cit. num. 2.* Aonde tambem traz muitos casos particulares, *quos vide.*

49 Por Frade se entende o regular professou ou converso, ainda bigamo, *cap. non dubium de sent. excommun.* Freira, ou conversã, *cap. de monial de sent. excommun.* Noviço, ou Noviça. *capit. Religioso de sent. excommunicat. in 6.* Os Frades terceira Ordem de S. Domingos, & S. Francis vivendo *agregatim*, & trazendo o habito da Região segundo a Rota *in antiquis decis. 332.* Os remitas sujeitos a alguma Regra, ou Superior; soldados dos Cavalleiros de Malta, &c. De q Sylvest. *verb. bigames q. 8. & verb. Eremitanum*

ir. loc. cit. num. 32. Soar. loc. cit. Molin. tract. 3.
p. 54. Reginal. lib. 2. num. 214. Nivar. lib. 3.
de regular. conf. 13. & in Manual. cap. 27. num.
Sanch. lib. 4. cap. 16. num. 12. Bonacin. loc. cit.
m. 6. quem vide.

50. Finalmente neste caso nam se reserva o fu-
legio, de que se tratou já acima neste §. 7. A
ncipio, nam a excommunham, de que se tratará
aíxo no §. 8. senam lamente o peccado da per-
sam, ou seja enorme, leve, ou mediocre.

51. Suppostas estas cousas, seja a primeira con-
usam. O que poem mãos violentas suadente diabo-
em pessoa viva, ou morta que goze do Canone
em algumas acçoens explicadas num. 47. fica ex-
mmungado, como se collige do cap. si quis 17.
4. E tem caso reservado. Vide Filliuc. in cap. à no-
2. num. 4. de sent. excomm.

52. O mesmo se ha de dizer do que poz mãos
olentas por zombaria excedêdo o modo adver-
ndo sufficientemente *ex odio*, & *indignatione juxta*
b. 1. de sent. excommun. De quo Bonac. loc. cit.
mct. 4. n. 3.

53. O mesmo se ha de dizer do que defenden-
te do Clerigo excedeo o *moderamen inculpatæ tu-*
la dando, ou ferindo, nam lhe sendo necessario
ara a defenſam, porque peccou mortalmente, o
se se reserva.

54. O mesmo se ha de dizer do que matou, ou
rio ao Clerigo, que achou torpemente com a
ãay, irmã, mulher, ou filha, porque he percus-
for

for com peccado mortal, que he o que se reserva

Vide cap. *sivero de sent. excommun.* Molin. tom. 4. de just. tract. 3. disput. 7. num. 3. Navar cap. 1. num. 84. Sã de excommun. Pap. reserva num. 2. Filliuc. tract. 15. cap. 1. q. 6. num. 22. Bonac. loc. cit. punct. 4. n. 5.

55 O mesmo se ha de dizer do que fere o Clerigo, ignorando *invincibiliter* ser Clerigo, porquã ainda que nam incorra excommunham, com tud pecca mortalmente na percussam, que he o que se reserva. Vide Bonac. loc. cit. n. 2.

56 O mesmo se ha de dizer do Clerigo, que se fere a si mesmo por agastamento, & odio, porquã nam samente na percussam pecca mortalmente mas fica excommungado. Vide Navar. loc. cit. num. 27. Sair. lib. 3. cap. 36, num. 20. Avil. 2. p. cap. 5. disp. 3. dub. 12. Soar. tom. 5. disp. 22. sect. 1. num. 19. Coninch. disp. 14. dub. 15. num. 170. Regin. lib. 1. num. 222.

57 O mesmo se ha de dizer do que pos maõ violentas em Clerigo de sua licença, porque o privilegio foi feito a Ordem em commum, o qual elle nam pode renunciar sem peccado. Vide DD. in cap. *contingit de sent. excom.* Avil. loc. cit. Soar. loc. cit. num. 58. Sayr. loc. cit. num. 18. Caiet. *ver b. excommun.* cap. 10. Coninch. loc. cit. num. 108. Filliuc. tract. 15. cap. 1. quest. 7. num. 33. Regin. loc. cit. Bonacin. tract. de censur. disp. 2. quest. 3. punct. 2. n. 1.

58 O mesmo se ha de dizer do pay que casti-
gando

Quando o filho Clerigo, principalmente de Ordens
 ras, excede o modo da correição por amor da
 , & paixão, porque nam sómente pecca mor-
 talmente, mas fica excommungado, juxta Sylv.
*b. excommun. 6. num. 6. Tabien. verb. excom-
 unic. 5. num. 6. cas. 1. Navar. loco cit. num. 82.
 lliuc. loco cit. q. 1. num. 6. & q. 6. num. 25. Soar.
 cit. num. 48. R. gin. loc. cit. num. 231. Bonacin.
 cit. q. 4. n. 4. vers. Hinc colligitur.*

Conforme a doutrina que o Author aqui poem
 rece que o pay pôde *per modum correctionis* ca-
 gar o filho Clerigo de Ordens. Porém he mais
 ovavel opiniam que nem ainda *correctionis causa*
 de o pay castigar o filho Clerigo, ainda que e-
 ja, como está, debaixo do patrio poder, ut latè
 r Dian. *part. 9. tract. 4. resolut. 1. Frey Clem.
 mand.*

59 Segunda conclusam. Em todos os casos, em
 se se excusa huma pessoa de peccado mortal pon-
 o mãos violentas em Clerigo, nam tem caso re-
 rvado, porque somente se reserva o peccado da
 ercussam. De quibus vide. *DD. explicantes can. si
 is suadente diabolo*, & Bonacin. *loc. cit. q. 4. punct.*
 Aonde traz muitos casos em particular, os quais
 podem ver com curiosidade.

60 Donde se infere, que o que ferio o Clerigo
 ombando, ou acaso, ou defendendo a vida, hon-
 , bens, &c. guardando o moderamen inculpatz
 telaz, nam tem caso reservado, porque nam pec-
 u mortalmente. De quo vide Suar. *loco cit. n. 3.*

Sayr.

Say. lib. 3. cap. 27. num. 20. Avila. loc. cit. dub. 1.
 Angel. verb. excommunicatio, num. 13. Molin. disp.
 55. num. 1. Sã de excommun. Pap. reserv. num. 2. Re-
 ginal lib. 1. num. 224. Filiuc. tract. 15. cap. 1. q. 1.
 num. 22. Bonacin. loc. cit. q. 4. punct. 4. n. 1.

61 O mesmo se ha de dizer da mulher que f-
 rio o Clerigo cometendoa com effeito, & na-
 com palavras, porque nam peccou, se nam defen-
 dia sua honra, nam o podendo fazer de outro mo-
 do. Vide Navar. cap. 27. num. 85. Molin. loco cit.
 num. 4. Saar. loc. cit. Filiuc. loc. cit. Avila. loc. cit.
 dub. 6. Coninch. disp. 14. dub. 15. num. 194. Bona-
 loc. cit. §. Secundo non incurrit.

62 O mesmo se ha de dizer do que achou
 Clerigo em sua casa falando com a mulher desho-
 nestamente, ao qual primeiro tinha admoestad-
 que desistisse da tal conversaçam, & o detem pe-
 vinte horas para o dar ao seu Juiz, porque nam
 pecca mortalmente. Vide Molina. tom. 4. de just.
 tract. 3. disp. 56. num. 2. Avil. dub. 13. cas. Co-
 ninch. num. 91. Bonacin. loc. cit. num. 5. §. 1.
 quo patet.

63 O mesmo se ha de dizer do que poz maõs
 violentas em Clerigo, ou Frade degradado das
 Ordens realiter, porque ainda que pequ-
 mortalmente, nam gozam os tais do privilegio
 Can. si quis suadente diabolo 179 q. 4. O contrario
 ha de dizer do que poz maõs violentas em Cl-
 rigo somente degradado das Ordens verbaliter.
 Vide cap. degradatio de poen. in 6. Bonacin. lo-
 cit.

punct. 1. num. 3. disp. 2. quest. 4.

64. O mesmo se ha de dizer do que mandou
ferir, &c. Clerigo, ou frade, ou do que ap-
rovou a percussam feita em seu nome, ou consen-
tiu, ou podia impedir, & nam quiz, porque ainda
estas pessoas incorram em excommunham, cõ
do nam sam percussores, & era necessario re-
servalo o Prelado com expressas palavras. Vide
quarto de sent. excommun. Navar. cap. 27. num.
Soyr lib. 3. cap. 26. num. 22. Soar. loc cit n. 25.
il. loc cit. dub. 6. Molin. tom. 4. disp. 52. num. 2.
vest. verb excommun. 7. num. 24. Filliuc. tract.
cap. 2. quest. 7. Coninch. disp. 14. dub. 15. num.
1. L. ff. lib. 2. de justit. cap. 13. dub. 3. num. 17.
nac. loc cit. cap. 16. tract. 31. & seqq.

65. Advirtase primeiro que se a percussam do
clerigo for de tal modo que possa o Bispo absol-
ver da excommunham incurrida por ella, absol-
vendo o Prelado da excommunham, tambem tira a
reservaçam do peccado, & assi pode absolver do
peccado da percussam o Parocho, ou qualquer Cõ-
fessor approvado. O mesmo se ha de dizer, se o
Prelado der licença ao Parocho para absolver da
excommunham, porque por aquella licença tira a
reservaçam do peccado reservado, como abaixo se
verá no s. dos matrimonios clandestinos.

66. Ultimo. Hase de advertir, q̃ quando cor-
re a reservaçam da censura Papal concorre tam-
bem a reservaçam Episcopal, com a qual reserva-
çam si o peccado, por amor do qual a Papal cen-
sura

sua se incorre, absolvendo o Summo Pontifice tal excommungado, da excommunham, fica tirada a reservaçam do peccado feita pello B. spo, porquassi o têm observado o costume, posto que o contrario possa proceder de jure, juxta Navar. in sum. cap. 27. num. 254.

§. 8.

Do octavo caso reservado, v. g. Excommunham maior à jure, vel ab homine, que nam seja a outrem reservada.

A Excômunham divide-se em maior, & menor. Da maior se faz mençam no cap. de Præbiterorum 17. q. 4. i. Da menor no cap. unicô de Clericis excom. Ministr. Humã, & outra parece diffinir-se no cap. penult. de senta excommun. In DD. communiter.

2. A excommunham maior he huma censura Ecclesiastica, pella qual o homem Christam se priva da activa participaçam, & passiva dos Sacramentos, v. g. para administrar, & receber das orações commuãs, & suffragios da Igreja, & de toda a communicaçã dos fiéis, politica, humã, & Ecclesiastica. Ita bunes.

3. A excommunham menor he huma censura Ecclesiastica, pella qual hum homem se priva sómente da passiva participaçam dos Sacramentos & passiva eleiçam para algum beneficio, dignidad.

de, &c. v. g. pôde administrar, & nam receber;
de eleger, & nam ser eleito, &c. *juxta cap. si ce-
rat. de sentent. excommun. & DD. communiter.*
qual se contrahe hoje só participando com o
communhão declarado, ou notorio percussor
Clerigo nas cousas prohibidas, cometendo pec-
do mortal, sendo a communicaçam *in Divinis*,
peccado venial sendo *in humanis*, *juxta cap. nu-
& cap. cum voluntate de sent. excomm. Ita DD.
communiter ex cap. nuper, & cap. statumus de sent.
commun.*

4. A excommunhaõ tambem se divide em ex-
communham, *à jure, vel ab homine.* A excommu-
nam de direito he aquella, que he posta por algu-
tuto permanênte. A de homem he posta por juiz
ordinario, ou delegado por alguma sentença, ou
mandado com intençam de nam fazer ley. He
idente, & cousa notoria entre os Doctores *com-
muniter.*

5. A excommunham maior para ser valiosa, &
ar, he necessario que preceda peccado mortal
terior proprio, & completo com contumacia
nta a obediencia do preceito Ecclesiastico con-
me aquillo de S. Mattheus. *Si Ecclesiam non au-
rit, &c.* Ainda que seja posta por o Sûmo Pon-
ce, *juxta cap. Nemi Episcoporum 11. quast. 3. cap.
mana de sent. excomm. in 6. & consta de muitos
cretos 11. quast. 3. cap. nullus, cap. Episcop. cap. Re-
anda, cap. corripiantur, & cap. Ecce 24. q. 3. cap. sa-
f. de sent. excomm. & ex Concil. Trident.*

6. Don-

6 Donda se int're que o que excusa de culpa mortal, se excusa da excommunham, ou seja por razam da pouquidade da materia, impotencia para restituir, ou outra cousa que o excusa, porque cessando a causa, cessa o effeito. De quo vide Soan. tom. 5. disp. 18. sect. 3. s. *Secundò inferitur*, & notum Epith. verb. *Excommunicatio* §. n. 6. Say. lib. 1. cap. 27. n. 8. Filliuc. cap. 6. tract. 11. *quasi* 2. & tract. 12. cap. 1. *quasi* 8. & DD. *communiter*.

7 Interese segundo que ainda que o penitente comete peccado mortal, pello qual se incorre a excommunham, se tinha ignorancia invencivel della, v.g. nam sabia que havia a tal excommunham nam incorre nella, porque a ignorancia excusa a contumacia contra o preceito Ecclesiastico, que se requere de effencia para incorrer a censura. De quo vide cap. 2. de constit. in 6. & DD. *communiter*.

8 O contrario se ha de dizer da ignorancia vencivel, & culpavel *facti, vel juris juxta* cap. 2. *ut apud magnum de const. in 6.* Vide Soan. tom. 5. disput. sect. 10. num. 16. Coninch. disp. 13. num. 94. 95. dub. 11. Bonacin. de censur. disp. 1. *quest. 2. par. 1.* & alios *communiter*.

9 Também se ha de advertir que ha humas excommunhoes em direito reservadas ao Summo Pontifice. Outras aos Bispos, & outras a ninguem. O que consta claramente de todo o corpo de direito. Das reservadas ao Summo Pontifice so e

absolver, ou quem tiver seu poder delegado.
reservadas aos Bispos só elles, ou seu successor
ou superior na dignidade. Das a ninguém
reservadas o Parocho, ou qualquer Confessor ap-
rovado, que pôde absolver peccados mortais: cõ-
ne o cap. Nuper de sent. excommun. Ita Navar. cap.
num. 39. Sear. di p 7. sect 3. num. 6. Sayr.
. 6. num. 22. Avil. 2 part cap. 5. disput 1.
4. Henriq. lib. 13 cap 27. Ugolin. tab. 1 cap.
Filliuc. cap 9 quest. 4. Coninch. disput. 14.
16. Reginal. lib 9 num. 12. Bonacin. tract. de
ir. disput. 1. quest. 3. punct. 1. num. 9. & alijs
munier.

Esta doutrina do Author em quanto diz, que
censuras a ninguém reservadas pode absolver o
cho, ou qualquer Confessor aprovado, nunca se
de entender da excommunham maior, por-
esta se acha reservada aos Prelados em todas as
ceses destes Reynos, como abaixo se verá par-
larmente em cada huma dellas, quer a excom-
nham seja posta por homem, quer por direito,
que nenhum Confessor pôde della absolver,
nem o Prelado, ou quem seu poder tiver, & só
será proceder a tal doutrina nas outras duas cên-
s, v.g. suspensam, ou interdicto, onde se nam
arem reservadas, & com isto fica tambem li-
ada a doutrina que o Author dà neste §. num. 11.
Clem. Fernand.

o Finalmente hase de advertir que ha excõ-
nhocns postas por homem reservados, a quem

as poëm, successor, ou superior, ou quem tiver
suas vezes, como consta do cap. *Per tuas*, & cap.
de sent. excommun. de quo vide Bonacin tract.
censur. disp. 1. quest. 3. punct. 1. num. 1. & DD. com-
munitur.

11 Ha outras excomunhoens postas por h
mem por sentença geral nam reservadas, quan
nenhuma pessão em particular se nomea, dos qua
põe absolver qualquer Confessor aprovado, q
põe absolver dos peccados mortaes, ainda que
chamem favor de terceiro, tendo satisfeito: con
se collige do cap. *Nuper de sent. excommun.* Vide Na
var cap. 27. num. 48. Avil. 2. part. cap. 7. disp
1. dub. 2. Soar. lib. 5. cap. 15. num. 22. Coninc
disp. 24. dub. 16. num. 156. Regin. lib. 9. nu
12. Vasques dub. 20 num. 3. & 12 Henriq. lib. 1
cap. 28. Sã verb. *absolutio ab excommun.* 25.
alias.

O contrario se ha de dizer da censura posta p
sentença particular contra alguma pessão, porqu
estatal ha-se de absolver por quem a poz, superio
ou successor. Ita Vasq. dub. 20. num. 8. Valen
tom 4. dispnt. 7. quest. 17. punct. 8. Filliuc. nu
302. Coninch. num. 254. & num. 258. Bonaci
de censur. disput. 1. quest. 3. punct. 1. num. 5. & a
communiter.

12 Suppostas estas cousas, seja primeira co
clusam. A excommunham menor nam he rese
vada, como se prova das palavras das Constitu
goens dos Bispos, & ainda que as palavras
Confi

constituçam nam declarem esta palavra maior, tudo se havia de entender della, porque as palavras absolutamente ditas, tomase sua significação conforme a lei non aliter ff. de legib. Vide Olet. lib. 1. cap. 1. Soar. tom. 5. de censur. disp. 3. t. 3. num. 3. Covar. in cap. Alma mater p. 1. s. 8. m. 5. Fili c. tract. 12. cap. 1. quaest. 3. num. 8. Boninch. disp. 14. dub. 1. num. 5. Bonac. tract. de censur. disp. 2. punct. 1. q. 1, num. 1. & 2. & alios communiter.

13 Segunda conclusam. Soamente a excommunham maior, ou seja posta por direito, ou por quem he reservada, como consta das palavras das Constituições dos Bispados, v. g. Excommunicam mayor à jure, vel ab homine. O que se entende das excommunhoens de direito a ninguem reservadas, & da posta por Juiz por sentença geral em reservada na conformidade, que temos dito supra num. 10. & 11.

14. Donde se infere que quando o Confessor antes da absolviçam dos peccados diz *In primis ego absolvo à vinculo excommunicationis, si forte incurrit*, entendese communmente de excommunham menor de que elle pôde absolver, que impede receber o Sacramento, porque a maior de que elle nam podia absolver, està reservada por os superiores. E se acaso o Confessor o quer absolver de alguma excômunham, em que incorresse de direito, e mal, porque se o penitênte nam sabe que a incor-

reo, está livre della pella ignorancia, que o excusa, & em caso que a incorre, o esquece, lhe para a dizer, nam lhe dà ao Confessor jurisdicção para absolver: *Quod valde notandum est.*

15 Finalmente se advirta que, quando o Prelado remette o penitente excomungado ao Parocho, ou Confessor que o absolva, deve o de absolver crê-lo confissim, salvo contee ser outra a intenção do Prelado, ainda que o contrario vejo guardar-se, e praxi, & costume, v.g. fora da confissim, a qual licença não pode o Côfessor, a que foi cometida, subdelegar, senam por si mesmo deve de ouvir, & absolver, & o mesmo se ha de dizer da licença para absolver de algum caso reservado. Porque não he delegado do Papa, ou Principe para poder subdelegar *juxta cap. fin. de jud. deleg.* De quo Navar. *cap. 27. num. 45.*

1 Taõ succinto foi nosso Author em este caso, que me pareceu fazer algumas breves declarações seguindo ao Reverendo Padre, & digno de grandes encomios o Doctor Sebastian de Abreu nosso Portuguez nos lugares infra citandos, que escreveo depois do Author, porque ainda que o nosso Author em este *s. num. 2.* diz o de que priva a excommunham maior, devia declarar-se mais, & dar maiores noticias por escusar buscarem-se outros livros, onde se trata o de que fica privado o excomungado, & os casos em que he licito falar com o excommungado.

2 Primeiramente. Em quanto hum homẽ està excomungado està privado dos suffragios da reja, & oraçoens commuas, & alli nam he licito ferecer por elle o sacrificio da Missa, nem dizer publicas oraçoens. Com tudo podem as pessoas particulares rezar por elle qualquier oraçoens, & ainda o Sacerdote no Memento da Missa, como pessoa particular pode rezar por elle.

3 Secundo, o priva da participacão dos Sacramentos. de modo que nam pôde receber, nem administrar sacramentos sem peccado mortal.

Tertio, o priva dos bens communs exteriores, e se contem em este verso.

Os, orare, vale, communico, mensa negatur.

a cum Tolet. & Scar. Sebast. de Abreu *Paro-*
instr. lib. 10. cap. 7 sect. 1. n. 459.

4 Pella particula *Os*, se prohibe qualquer si-
l de amizade, & benevolencia, & qualquier
asticas publicas, ou secretas, ou seja falando
abos, ou falando hum somente, ou ouvindo, ou
ando por cartas recados, ou acenos, ou man-
ndo dadivas, ou recebendoas, & outras cousas
nelhantes. Ita Abreu *loc. cit. n. 460.*

5 *Orare*, significa estar presente com o excom-
ungado ao sacrificio da missa, ou a qualquier of-
cios divinos, v. g. horas Canonicas, procissens,
oraçoens publicas, bençoens, & semelhantes
remonias Ecclesiasticas, que solemnemente se
rem por qualquer ordem Clerical. Porque não
nente se prohibe aos excommungados assistir

a estes divinos officios, mas tambem se prohibe aos Ministros ministralos em suas presenças, & aos mais fieis co assistir-lhes. Ita cum Soar. Abreu *dissect.* 1. n. 462.

6 *Vale* significa toda a laudaçam honorifica, qual se ha de neg raos excommungados. Ita cum Soar. Abreu *loco cit.* n. 452. Aonde diz, que ain que alguns tenham, que o que faz reverencia a excommungado, ou a refusa tirandolhe o chapéo, ou fazendolhe qualquer sinal de cortezia u fado, nam lhe falando, nam pecca, nem incorre e excommunham menor, se nam pretender refaudar, mas somente nam se mostrar descortez. contudo que isto em rigor de direito não he verdade porque conforme a elle se prohibe toda a communicaçam, & que esta significaçam de reverencia *isto nūc bus fiat*, he communicaçam, que a fala p acenos (como consta do assima dito) nam se dev fazer aos excommungados.

7 *Communio*, significa algumas communicaçoens exteriores, quais sam a cohabitaçam, cooperaçam, ou companhia em algum negocio, ou exercicio. E assi nam he licito morar na mesma casa *per modum societatis*, ou dormir na mesma cama posto que dormir em diversos leitos postos no mesmo cubiculo nam parece prohibido, cō tanto que nam seja *per modum societatis*, ou para o mesmo negocio, &c. Videndus Abreu *loco cit.* num 46. Aonde acrescenta que não he licito fazer contra com o excommungado, posto que valha o côtrato

em fazer obra ceminha, como parede, & outras
 coisas semelhantes, caminhar, ou andar *per me-*
um societatis.

8. *Mensa*, significa communicaçam no comer,
 e beber. A qual communicaçam se ha de enten-
 der formalmente, quando hum convida ao outro,
 he convidado, ou quando *communem & socia-*
ritatem agunt, como se costuma nos Semina-
 rios, & Mosteiros, nos quais aquelles, que comem
 na mesma felleira, ainda que em diversas mesas,
entur communicare in mensa. O contrario se ha
 quando comem em diversas mesas po-
 nendo em diversas salas; & quando hum se agasalha
 humo estrangeiro, onde se agasalha o excomuni-
 cado conhecido por elle, porque podem comer na
 mesma mesa nam havendo outra, com tanto que
 cada hum coma em seu prato, & nam coma *per*
unum societatis. Ita Abreu *loc cit.* num. 464. O
 al no num. 465. diz que estas privações con-
 tinue o direito antigo precediam em qualquer
 excomungado. Mas hoje despois da Constitui-
 ção *Ad evitanda scandala*: nam procedem senão
 aos expressamente excomungados depois que
 em denunciados, & declarados, & em os noto-
 ros percuçores de Clerigos, *qui nulla tergiver sa-*
ne calari possunt. E acrescenta que como este pri-
 vilegio foi concedido em favor dos fieis, nam se
 estende aos mesmos excomungados, porque po-
 dem sejam tolerados, nam podem conversar
 com os fieis, & peccam ingerindose a sua con-

verifiquem, posto que os fideis nam pequem admittendo.

9 Os casos, em que he licito communicar com o excommungado declarado se contêm em o seguinte verso.

Unile, lex, humile, res ignorata. neceffe.

A particula *Unile*, significa as palavras pertencentes à salvação do excommungado, porque contém a admonição que trate de se pôr em bom estado.

Lex, significa o matrimonio, porque he licito a mulher habitar com o marido, comer com elle, *reddere, & petere debitum, & similia.*

Humile, significa o officio dos filhos, escravo & familiares, que se nam ha de negar ao excommungado, Ita Abreu *loc. cit.* num. 466. Ao que eu acrescentára, que se entenderá dos criados que tinha ao tempo que foi declarado.

Res ignorata, significa ignorancia, porque aquelle que nam sabe da excommunham, ou declaração della, excusase do peccado communicando com o excommungado, mas nam se poderá excusar quando ouvio a pessoa fidedigna, que tal homem estava excommungado.

Neceffe, significa grave necessidade de consolação, refugio, ou esmola, &c. fora destes casos nam he licito communicar com o excommungado. Ita Abreu *dist. num.* 466. Aonde nota que estes casos nam tem lugar na communicação *in divinis* porque a tal communicação nam he licita à mu-

lho

er, nem aos filhos, nem escravos, nem a outra
qualquer pessoa, salvo havendo ignorancia.

10 Os mais effectos da exco'munham maior,
menor se podem ver no dito Sebastião de A-
breu d' lib. 10. cap. 7. sect. 1. à num. 467. usque ad
in sectionis, que nam refiro, por nam parecer
eladador. Frey Clem. Fernand.

§. 9.

novo caso reservado, v. g. juramento falso em juizo,
ou em actos judiciaes perante superior
competente.

Juramento diffinise. Est aliquid affirmare, vel
negare adducendo, e expresse, vel tacitè Deum
testem, tamquam infallibilem veritatem. Ita Na-
cap. 21. Vel est invocatio divini testimonij in
i alicujus confirmationem. Ita Tolet. cap. 20.
2. & Abreu lib. 8. cap. 5. sect. 1. num. 267. Vel
Invocatio divini nominis in testimonium como
er Bonacin. tom. de legib. disp. 4. quest. 1. punct.
num. 1.

2 Juntamente divide-se primeiro em judicial, &
extrajudicial, v. g. em juizo, ou fora delle. Segun-
em solemne, & simplez, v. g. com certa forma
direito em presença do Notario, ou Eserivam,
juiz, pondo as mãos nos Evangelhos, ou sem for-
alguma, & fora de juizo. De quo Bonac. tom.
legib. disp. 4. punct. 2. num. 1. §. Quanto aliud,

¶ *Doctores communiter.* Terceiro divide-se o assertorio affirmando cousa, ou de preterito, ou de presente, & em promissorio, em a qual se confirma a verdade do futuro, ou em execratorio, o qual se traz a Deos, nam somente como testemunha, mas como vingativo, & castigador. De quo Bonacin. *loc. cit.* donde traz outras divisoes as quais deixo, porque nam servem ao intento.

3.º Por juramento falso em juizo, neste caso entende o perjuro assertorio, porque sempre he peccado mortal, & communmente he o que se usa nos juizos, ainda em materia leve, & he intrinsecamente mau, porque nenhum bem se pode cohonestar. Ita Soar. *tom. 2. de Religione, lib. 3.º juramento, cap. 4.º num. 6.* Tolet. *lib. 4.º cap. 21.º 8.* Clav. Reg. *lib. 5.º cap. 3.º num. 16.* Navar. *ca. 12.º num. 6.* Sanch. *lib. 3.º cap. 3.º num. 6.* Bonacin. *tom. de legib. disp. 4.º quest. 1.º punct. 3.º num. 6.* DD. *communiter.*

4.º Por juizo se entende o juizo actual, em qual he perguntado hum homem juridicamente *hoc est* pello seu Juiz competente precedendo informia, ou indicios expressos, & sufficientes, ou prova, v.g. hum testemunha maior de toda a excepçam. Ita DD. *communiter.*

5.º Supostas estas cousas, seja primeira conclusam O perjuro assertorio, v. g. juramento falso em juizo actual somente he caso reservado, sendo o Juiz competente, & procedendo juridicamente na forma do que disse no *num. 4.º*

Donde se segue que o que jura em juizo a-
l em presença d. juiz competente procedendo
dicamente negando, ou encobrindo a verda-
tem caso reservado, ou jurando a cousa duvi-
a por certa, ou a certa por duvidosa, porque he
uro. O contrario se ha de dizer, se o luiz
procede juridicamente, ou nam he compe-
te, ou jura a cousa duvidosa, como tal. Vide
ch. lib. 3 cap 4 num 8 & 36. Sout. tom. 2.
elig. lib. 3 cap. 4 Clau. Reg. lib. 5 cap 5. n 7.
velt. verb. perjurium, quest. 1. Navar. cap. 12.
7.

O mesmo se ha de dizer do que usa de am-
bologia, nam intervindo causa justa, sendo per-
tado juridicamente, porque jura falso, & tem
reservado, & tem obrigação de se conformar
a intenção do Juiz, pois a amphibologia ne-
caso nam tem lugar. Vide Dian. 3. part. tract. 5.
el. 1. resol. 106. & DD. communiter.

Segunda conclus. m. Todas as vezes, que
na pessoa jurando se excusa de ser perjuro, ou
perguntado por Juiz nam competente, ou len-
o, nam procede juridicamente, nam tem caso
ervado.

Donde se infere não ter caso reservado o q
dando em boa fé, juravã verdade, & jurou falso,
que he só perjuro material, se fez a diligencia
o negocio pedia, para se certificar da verdade,
quo Clau. Reg. lib. 5. cap. 4. n 33. Arag. 2. 2. q 89.
3. Sanch. loc. cit. n. 10. Bon. loc. cit. n. 7. & alij.

10 O mesmo se ha de dizer do que jurou falso nam sendo perguntado juridicamente, mas com direito, & nam por juiz competente, porque nam foi juramento falso em competente juiz; & assi excusam muitos homens de caso reservado, que privilegios particulares, pellos quais tem seu lugar singular, & com tudo sam contrangidos a jurar diante juiz nam competente conforme seu privilegio. Ita DD. cit. nam 6.

11 O mesmo se ha de dizer do q̃ usou de amphibologia sendo contrangido a jurar diante juiz nam competente, ou sendo nam procedendo juridicamente, porque nestes casos, & em outros semelhantes nam està obrigado a responder conforme a intenção do juiz. E o mesmo se ha de dizer da testemunha, que tem justa causa para nam o testemunho em juiz, v. g. porque se lhe ha seguir grave damno de o dir. De quo Clau Reg lib. 5. cap. 6. num. 24. & lib. 12. cap. 17. num. 2. Navar. in cap. humana aures 22. quest. 5. in quest. nam 9. Sanch. in sum lib. 3. cap. 6. num. 23. Bacin. loc. cit. par. 12. num. 5. §. secundo sequitur & s. septimo quando, & vide Dian. 3. par. tract. miscel. 1. resol. 30.

12 O mesmo se ha de dizer do q̃ jurou segundo sua tençã, usando de amphibologia sendo perguntado por juiz competente, & procedendo conforme a direito, mas nam verè, sed presumptivè, assi se excusa a mulher, que por razã de algum impedimento occulto nam pode cohabitar com marido

do, & he constangida que jure de rehabitare
 elle. Tambem se excusa o que jura que nam
 da Cidade, que os guardas creem falsamente
 cheia de peste, accomodandose à intençam
 cipal dos guardas. Tambem se excusam es
 dantes nas Universidades, jurando que nam
 am com hum dos oppositores entendendo cõ-
 s estatutos, & a razam he, porque como diz
 ar. *in sum. cap. 12. num. 19.* nam jura falso, e
 jura conforme a intençam principal, ainda
 remota do juiz, posto que nam jure conforme
 ençam propinqua. Vide Tolet. *lib. 4. cap. 21.*
 9 Less. *lib. 2. cap. 42. num. 47.* Soar. *de ju-*
nt. lib. 2. cap. 9. num. 45. O mesmo se ha de
 r do que com muita pressa passou pello lugar
 de peste, como quer Bonacin. *loc. cit. punct.*
n. 5. §. Tertio eum.

3 O mesmo se ha de dizer do q se offerece a
 e em juizo, ninguem lho pedindo, & jurou u-
 o de amphibologia sendo constangido de al-
 a necessidade, ou preceito, porque tem justa
 a de usar della. Vide Sanch. *loc. cit. num. 21.*
 ar. *de offic. Sacerdot. tom. 1. part. 2 lib. 3. cap. 14.*
 acin. *loc. citat. §. Quarto eum, & alij contra*
 ar. *cap. 12. num. 8.* Less. *lib. 2. cap. 42. dub. 9.*
 46. Clau. Reg. *lib. 51. cap. 4. num. 11.* O con-
 o se ha de dizer do que se offerece sem neces-
 de, utilidade de jurar usando de amphibologia,
 que nam tem justa causa. Ita DD. citati.

O mesmo se ha de dizer do que jurou usan-
 do

do de amphibologia tendo perguntado se encobria alguns bens negando que nam encobria, tendo esta causa de encobrir alguns para lhos nam tomar os acredores, sendo lhes necessarios para sustentar a vida, & para nam ficar pedindo p' llo a Deus. Vide Sanch. *loc. cit. num. 3.* Bonacini *cit. §. Quinto cum, & alios.* Dian. 3. *part. miscel. resolut. 3. pag. 233 & seqq.*

15 O acredor, q' por virtude de algũ conhecimento pede diãte do juiz a paga da divida, cujo p' te lhe està paga, sem prejuizo de terceiro poder pagar que tudo o cõteudo no conhecimẽto se lhe deve, se por outra via se lhe està devẽdo outro tanto & assi nem he perjuro, nem tem caso reservado negando a parte que se lhe està paga, porque tem justa causa. Sanch. *loc. cit. num. 36.* Bonacini. *loc. cit. §. Octavo creditorem.*

16 O q' recebeu emprestado cem cruzados tem pago secretamente, jurando em juizo que nam deram os cem cruzados, intentando o auer que lhos pague outra vez, nem he perjuro, nem tem caso reservado. O mesmo se ha de dizer quando trazendo algumas cousas, das quais confessa a verdadeira, & provavel opiniam, nam tem obrigação de pagar tributo, & jurou em juizo, que nada trouxe, nam he perjuro, nem tem caso reservado, porque segue opiniam provavel. Vide Az. *loc. cit. lib. 3.* Sanch. *loc. cit. num. 32.* Soar. *lib. 3. cap. num. 6.*

Esta doutrina do Autor, ainda que he conforme

reito, & conforme os DD. que a trataram, cõ
o nam me parece, que se deve seguir, nem
selhar, que se siga neste nosso Reyno de Portu-
gonda ha huma ley mui ajustada com a Divina,
he a *Ord. lib. 4. tit. 52.* a qual manda que quan-
to deixo do no juramento da parte qualquer
fo, sobre que for contenda, & aparte, que ju-
confessar que o que lhe he deixado em seu ju-
mento he verdade, & puzer alguma qualidade
conclua nam ser obrigado ao porque he de-
ndado, ou ao porque o querem obrigar, posto
a tal qualidade seja separada do que se lhe de-
nda. Aquelle, q̃ jurou, seja crido em todo na
qualidade, para nam ser obrigado, sam pala-
s da mesma Ordenaçam, que digo he ajustada
a Divina ley, pois manda que seja neste foro
erior o devedor crido em todo, assi como
foro penitencial temos obrigaçam de crer em
o os penitentes. Para confirmaçam do que se
n de notar as palavras da mesma Ordenaçam,
sam as seguintes. *Assi como, se hum homem de-*
ndasse outro que lhe emprestara dez cruzados, & por
ter prova, ou por a nam querer dar, o deixasse em
juramento, & o demandado jurar que he verdade que
emprestou, mas que depois lhos pagou, neste caso, &
outros taes será crido que lhos pagou, posto que outra
a nam dê, nem tenha.

A razam em que me fundo para dizer, que neste
ynno se não deve seguir a doutrina do Auctor he
da daquellas palavras da mesma Ordenaçam
referi-

referidas: Ou por a nam querer dar. Porque p
de haver calo, em que o acredor tenha test
munhas em como emprestara os cem cruzados,
que fala o Author (que he o mesmo que os dez
que fala a Ordenaçam) & nam as quiz dar, & qu
antes deixar a causa no juramento do devedor,
elle jurar que se lhe nam emprestou a quantia p
da (como diz o Autor) ficará com menos cr
dito para cõ os que sabem do emprestimo por im
ginnarem que foi perjurio jurando falso, o que na
ficará se jurar conforme a dita Ordenaçam mar
da. E se de justiça tem cada hum obrigaçam
attentar por sua honra, & credito. Disserao o Au
thor, se vivera, ao qual nam culpo por nam t
obrigaçam de saber precisamente as leys do Rey
no. *Fr. Clem. Fernand.*

17 O mesmo se ha de dizer de todos os caso
em os quais o perguntado nam está obrigado a pa
gar, ou porque nam he chegado o termo da pag
ou porque tem sufficiente causa, que o excusa o
pagar, segundo a verdadeira, & provavel opinia
porque seguramente se pôde seguir a opiniaõ pro
vavel. De quo vide Bonacin. *loc. cit.* §. *Nono se
quitur.*

18 O que absolutamente nega com juramẽ
diante do Juiz competente dever cento, devend
samente cincoenta, ou o que sendolhe dado jura
mento, se he v. g. a terra sua, & absolutamente
nega, sendo sua só parte da terra, nam tem cal
reservado, nem he perjurio. Ita Sanch. *loc. cit.* n. 33

nacln. loc cit s. Decimò cum, cum AZOT. Qnt. &

19 Os Juizes, Escrivaens, & todos os mais Officiaes de justiça, que tem juramento de seu officio de fazer bem o que compete a elle, se despoem contra o juramento, que receberam, não tanto reservado, ainda que pequem peccado de perjurio, porque nam juram falso em juizo actual.

20 O que jura falso diante dos officiaes de justiça, tem caso reservado, porque jura falso em juizo actual: mas he difficiloso saberse se porventura estes officiaes de justiça perguntão sempre judicadamente, v.g. Meirinhos, Alcaldes, Almoçois, & outros semelhantes, principalmête a homens plebeos, & idiotas, & mulheres que vendem toda esta Cidade, porque nam duvido que muitas vezes os obrigam a jurar contra direito, em o qual caso nam estão obrigados a jurar segundo a ordem dos tais officiaes, mas pôdem usar de ambigüidade conforme a nossa doutrina recebida de todos os Doctores. E o que mais escandaliza he, a simplicidade com que andam dando juramento a pessoas, que nam entendem o que juram, nem elle que lho dá, sabe o que lhe cometem, porque muitas vezes por dous peixes, ou quasi nada andaão a las horas na mão, dizendo: *Jurai aqui*, pondo-lhe ao trazerse o sanctissimo nome de Deos em testemunho de falsidade, por nam querer perder hum remedio, ignorando quantos perjuros

se podem seguir de hum a falcidade tam quotidiana.

§. 10.

Do decimo caso reservado, v. g. dizimos nam pagos Igrejas donde se devem, que passem de duzentos reis para cima.

Dizimo diffinise: Est quota bonorum deb. Ecclesia Ministris, in ipsorum subsidium, sustentationem. Ita Azor. part. I lib. 7. cap. 34. q. Alexand. Moneta de decim. cap. 2. & Doctores communiter.

2 He cousa espirital tomado pello direito receber: & he temporal por os frutos. Ita DD. communiter cum Bonacin. tom. I. de legib. quas. disput. ult. de precept. Eccles. punct. I. n. 1. & 2.

3 Ha preceito de pagar dizimos, cap. tua no de decim, & DD. communiter. Obriga a todos Christãos, Infeis, Pagaõs moradores nas terras ligadas às Igrejas, cap. 4. de usur. Clerigos, Parochos, Bispos, & ao Summo Pontifice em quanto se necessitam. Ita DD. communiter.

4 Os dizimos sam tres. Primeiro. Huns q se chamam prediaes, ou reaes, que se pagam dos fructos da terra, v. g. do azeite, paõ, vinho, bonas legumes, & de todo o genero de fructa, & outras cousas semelhantes. De quibus vide cap. 4. n. de decim. & DD. communiter.

6 Outros se chamam pessoas, que se pagão dos
tos que se fazem por qualquer industria, v.g.
caça; pescaria, da guerra, da sciencia, & de ou-
as ações semelhantes. De quo DD. communiter.

6 Outros se chamam mixtos, que se pagam do
lo, lam, colmeas, mel, & de todo o animal m&e
& domestico, & de tudo o mais, que for costu-
em cada Bispoado. De quo vide cap. ad Aposto-
m de decim ubi gloss & DD. communiter.

7 Supplicas estas cousas. Seja a primeira cõ-
sam. Tres cousas se requerem para este caso,
imos nam pagos, assi como dissemos ao seguinte
o de haver o alheo, cujo dono se nam sabe num. 3.
meira he, que para o devedor do dizimo ter ca-
relervado, hê necessario que a quantid. de devi-
passe de duzentos reis. Segunda, que o deve-
r peccasse mortalmente, ou nam pagando, ou
endo. Terceira, q o devedor vindo à confissam
n tenha restituído, ou de algum modo satisfei-
a quem se deve o dizimo, & faltando huma de-
tres cousas nam tem caso reservado.

8 Donde se infere primeiro, que o lavrador
e deixou de pagar a quantia de duzentos reis, &
n pagando, ou retendo por alguma causa excu-
te que tivesse, nem peccou mortalmente, nem
a caso reservado, & pode ser absoluto por qual-
er Confessor conforme a doutrina abaixo dita
caso Haver o alheo, cujo dono se não sabe, &c.
que eu fizera, mandara ter o penitente com o
oste que assentasse a divida no rol do Priorado;

mas isto crendo que o Prioſte lhe eſperaria, pe-
nam meter em vexações de monitorios; & em
vida ſe eſperaria, ou nam, obrigarao ſomente
ter animo de pagar, vindo a ter por onde, porq
ao impoſſivel ninguem eſtã obrigado.

9 Inſereſe ſegundo. Que o que deve dizimo
quantidade, v. g. que paſſe de duzentos reis,
peccou mortalmente em nam pagar, ou reter,
vindo à conſiſſam, já tem ſatisfeito; nam tem ca
reſervado, & pôde ſer abſoluto por qualquer C
feſſor approvado, porque pella reſtituição ceſſa
a reſervaçam, como diſſemos acima no caſo: *Re-
ver o alheo, cujo dono ſe nam ſabe.*

10 Inſereſe terceiro. O q peccou mortalme-
te nam pagando, & retendo, & vindo à conſiſſa-
nam tendo reſtituido a quantidade reſervada
dizimo que deve, tem caſo reſervado, & nam po
de ſer abſoluto, & em caſo que o ſeja, a abſolv
çam he nulla, porque he feita ſem juridiçam,
deve o Confefſor neſte caſo perſuadir-lhe que vá
riſfazer, ou comporſe com o Prioſte, & vindo cõ
poſto, ou tendo ſatisfeito, o poderá abſolver, po
que já nam tem caſo reſervado por ter ſatisfeito.
O que ſe ha de entender, ainda que fizeſſe a quan-
tidade reſervada por miudezas deixando hum an-
no hum pouco de dizimo, & em outro anno o
outro pouco, &c. Ou pagando a diverſas Igrejas di-
zimo, & tenha tomado a cada huma hum pouco
que ſomado o que deve a todas, he quantidade re-
ſervada. Porque nam importa, nem he neceſſar

se a quantidade toda junta se dêva a huma Igreja, se nam que tenha em si dizimos nam pagos, que tem da quantia reservada às Igrejas, donde se vem, ou seja a huma to la a quantidade, ou a tantas a cada huma hum pouco.

11. E recusando neste caso o penitente ir cõfess, ou satisfazer ao Priorste pessoalmente, allegando alguma molestia, ou vergonha em ir pessoalmente, pague, ou componhase por outrem. *ita regul 6. Qui per alium facit, &c.*

12. E o Confessor cõmunmente nam receba dizimo da mão do penitente, porque alem de ser contra as Constituiçoens, & contra o que ellas poem, nace hum natural escandalo.

13. Segunda conclusam. O lavrador q tira da vida do pão que Deos lhe dà, a semente que gou à terra tributo, ou censo, que se paga a quem, gastos em cultivar o campo, ou em melhor os fructos, mondas, & outras cosas semelhantes caso reservado, se a quantidade excede oszentos reis, porque dos dizimos reaes nam se nam gastos, melhoramentos, &c. Conforme o *cum non sit cap. quod non est in potestate, cap. moralis, cap. Tua nobis de decim. Vide Soar. cap. num. 12. Bonacin. tom de legib. disp. ult punct. 3. 17. & alios communiter.*

14. O mesmo se ha de dizer dos dizimos mixtos, v.g. boys, cabras, ovelhas, perus, galinhas, &c. Porque tambem se nam podem tirar pastos, nem guardas até o tépo costumado na Pro-

vincia, ou Bispado aonde viver, porque vejo o costume, que em o bezerro chegando a certa idade, logo paga guarda, & o mesmo se ha de dizer das mais cousas vivas, guardandose sempre o costume do Bispado, & da freguezia, & limite.

15 O contrario se ha de dizer dos dizimos pessoas, porq̃ estes dizem os se devem do lucro adquirido por industria. O lucro he aquelle que resta tiradas as despesas. De quo vide *DD communiter*. E este abrogou o costume.

16 Terceira conclusam. O que tomou quantidade de dizimos nam pagos, que nam chegou a quantidade da reservaçam, v. g. de menos valor que os duzentos reis, nam tem caso reservado, peccasse, ou nam em nam pagar, ou em reter, porque as Constituiçoẽs desta Archebispado, & as mais das outras todas ordinariamente dizem. E não passando, o peccado não o derão absolver, & não basta dizerem com tanto que satisfazam primeiro à pessoa a que se devem. Porque as Constituiçoens dispoem aquillo, que de direito natural se ha de fazer: v. g. que se faça primeiro a restituçam, que a absolviçam, & assi se penitente tiver justa causa de dilatar a restituçam deve o Confessor absolvelo, porque se nam excede a quantidade, nam tem caso reservado. Mas de aconselhar o que as novas Constituiçoens ordina nam primeiro que absolva, & senam incorrer o Confessor em caso reservado, como dissemos.

17 Mas advertam os Confessores que dispoem as Constituiçoens todas communmente, que

a a quantidade dos dizimos reservada, ou nam, satisfaga sempre primeiro, & faram mal absolvendo sem satisfazer o penitente, cõ esta differença: tendo o penitente caso reservado, lerà nullo a absolviçam sem satisfazam, & nam sendo a quantidade reservada, ficará valida, ainda que se fez contra a disposiçam das Constituiçoens, pellas mais tem cada hũ obrigçam governarse no seu Bispado como dissemos acima no caso: *Haver o alheo cujo dono se nam sabe, &c. no num 29.*

18 O penitente que tem em si quantidade reservada de dizimos nam pagos, & nam tem ao presente donde restitua, peça o Confessor licença ao Bispado para absolver, porque tem caso reservado, como dissemos no caso: *Haver o alheo, cujo dono se nam sabe, &c. à num 28.*

19 E advirte que nõ Bispado, aonde se reserva o paõ, como antigamente se reservava nas Constituiçoens deste Arcebispado valor de dez alqueires de paõ, se entende por paõ trigo, o qual *simpliciter*, se diz paõ, como consta da materia da Eucharistia, & só elle he ordenado para refazer as forças, & todo o outro género de paõ he feito para apedir a morte, & he mais de animaes, que de homens, como diz S. Hieronymo *Ecclesiast. 4. vide Angles de Euchar. q. 1. art. 5. concl. unic. Vasq. p. disp 70. cap. 1. & 3. Henric. lib. 4. cap. 9 n. 1. ver. 1. Graff. 2. part. lib. 1. cap. 6. num. 4. & 5. Bonacin. de Sacram. disp. 4. q. 2. punct. 1. num. 1. & os communier.*

20 Dando se infere que o quem pagou dizimo de milho, centeyo, legumes, de gado, &c. cujo valor nam excedia a valia de mais de duzentos reis, ou dos alqueires de trigo, que no tal Bispo se reservarem, nam tem caso reservado. Porque Constituiçam diz de paõ, & paõ *simpliciter* he trigo, como consta do num precedente. E o milho, centeyo, &c. he paõ *secundum quid*. Quanto mais que falamos de materia odiosa, que se ha de restringir, & hase de tomar a significaçam da cousa, v. g. de paõ a mais propria.

21 Tambem se advirta que quando digo conforme a Constituiçam, que em as outras cousas que nam sam trigo, ha de ler a valia, que excede os alqueires de paõ que reservam, hase de entender segundo o valor que moralmente se costumdar. Seja exemplo. Moralmente falando, val o trigo a toltam, ou a seis vintens, & raramente trezentos, ou a quatrocentos reis, ou a vintem, a quelle que nam pagou dizimos de azeite, ou de vinho em quantidade, que exceda o moral preço de trigo, tem caso reservado, mas se nam excede o moral, & commum preço do trigo, senam o nam imaginado, v. g. porque o trigo por amor de haver muito, val a vintem o alqueire, & o vinho porque he pouco, a quatrocentos reis, nam tem caso reservado, porque em huma cousa, & outra se ha de considerar o preço commum, & moral da cousa, & nam o inopinado, v. g. Nem avaliar o trigo a vintem, nem o vinho a quatrocentos reis

senam

em o commum prego, & estimaçam, huns an-
por outros, segundo a qualidade, & condiçãõ
erra aonde o penitente vive, o que se havia de
tos, & com diligencia advertir para expediçãõ
nuitos casos, que cada hora aconteciam na cõ-
m. O que se entende somente na Constitui-
deste Arcab. spado antiga, porque nas novas,
as mais communmente se reserva quantidade
dinheiro liquida.

2. Quarta conclusam. A pessoa, que nam pa-
lizimo pecca. Primeiro, peccado de sacrilegio,
que nam paga à Igreja o que se lhe deve *ob sa-*
ministerium, & deputado aos usos sagrados.
quo Tusc. *concl. 71. num. 1.* Molfes. & outros
tores ainda que Bonacin. *tom. de legib. disp. 8.*
§. 5. num. 16. diga que *proprie loquendo*, nam he
legio, porque os dizimos, como elle diz, *secũ-*
se, sam cousa temporal. Segundo; pecca cõ-
stiga, porque fez contra o direito, que alguem
de receber dizimos. De quo Less. *lib. 2. cap.*
dub. 3. num. 16. Soar. *lib. 1. cap. 12. num. 11.*
ap. 36. de decim. Azor. *cap. 14. q. 8.*

3. Pello que os que nam pagam dizimos, po-
doselhe negar os Sacramentos, nam tendo caso
os escuse, se lhe devem denegar. De quo Re-
al. *lib. 29. num. 102.* Molfes. *in sum. tract 6.*
4. num. 53. & 62. Soar. *lib. 1. de Relingion cap.*
Monet. de decim, cap. 7. num. 37. Bonacin. *de*
am. disp. 5. quest. 7. punct. 4. §. 2. num. 20.
om. de legib. loco citat. num. 2. §. Vacum vero,
cum

com Sanct. Thom. Caietan. Navar. & alij.

24 Finalmente advirtale, que pellas Con-
tuicoens velhas deste Arcebisado de Lisboa e
va posta excommunham ipso facto incurrenda
Confessor, que absolvesse duas vezes de dizimo
nam pagos, a qual excommunham se ha de en-
der, quando o nam ter pago dizimos, nam for o
reservado, a qual incorriam tambem absolver
duas vezes a mesma pessoa, & nam diversas,
absolvendo hoje huma, & à menhãa outra;
advirta cada hum se ha esta excômunham no
Bispado. E nas novas absolver so huma vez,
excommunham, & caso reservado do Confessor
como fica dito.

Ainda que achei em escritos de mão de Le-
mui grave, a quem se pôde dar credito, que se
tendia a excommunham ainda que o Confessor
absolvesse de dizimos nam pagos a duas pessoas
diversas, v. g. huma vez a huma, & outra vez
outra, por o assi declarar o Senhor Arcebispo
Miguel de Castro, cuja alma goze da eterna glô-
ria por premio das excellentes virtudes que ne-
vida fez, & grandiosas obras de charidade que
exercitou, ajuntandose tanto com a lèy do Senhor
& com a obrigação de seu officio pastoral, as quaes
permittindoo Deos, nunca cahirão da memoria
dos homens.

E agora se fixou hum Edital do Reverendo Con-
fessor na forma seguinte.

E D I T A L

Nos Deaõ, & Calido da sancta Sè Metro-
politana desta Cidade de Lisboa Sede
cante, &c. A todos nossos subditos, assi
lesiasticos, como seculares de qualquer
condiçam que sejam, a quem
a nossa Carta Pastoral for mostradz,
della noticia tiverem, saude, & paz para
pre em IESU Christo nosso Salvador, que
a todos he verdadeiro remedio, & salva-
Fazemos saber que por queixa dos Prio-
, & Dizimeiros das Igrejas desta Cida-
& Arcebispado se me representou o erro
alguns lavradores nossos subditos sobre os
imos que nam pagam directamente, offen-
do suas consciencias sem atentarem à o-
gaçam, por quanto sendo reprehendidos,
pondem que bem pagam os taes dizimos.
que em primeiro lugar tiravam a semen-
& todos os custos, & que do mais que re-
necia dizimavam, & que outro si dos fran-
is, adens, & pombos os davam a Religio-
, & porque nesta forma continuavam com
seu

seu erro incorrendo nas penas da nossa Constituição lib. 1. tit. 2. decreto 7. §. 1. don-
poem pena de excommunham a aquelle q
retém os dizimos, & sobnega a quantia
duzentos reis para cima. E porque Deos
Senhor recomenda tanto a seu povo que p
guem os dizimos, & primicias, & que aque
le que os pagar, será grandemente vantag
do em seus fructos, & aquelles que os na
pagarem, se lhes secarã as searas, & na
teram fructos, & de balde trabalharã, d
claremos a nossos subditos, que alem de in
correrem na pena que o mesmo Senhor lhe
poem em lhes negar os fructos a aquelles q
nam dizimarem directamente. A nossa Co
stituição lib. 2. tit. 1. decret. 2. lhes poe
pena de excommunham, ordenando que n
conformidade do direito Canonico, & Con
stituições antigas deste nosso Arcebispado
& de todas as outras Diecesis que todos o
dizimos prediaes, & reaes, se paguem de to
do o monte de todo o fructo, & novidade, sen
se poder tirar primeiro, nem a semente que se
semeou, nem os custos, & despesas que se fi
zeram em se lavrar, cavar, ou cultivar, ou
po

dos Casos reservados.

109

outra qualquer maneira se adubar, & parar a terra. O que assi se cumprir à sobra de excommunham maior, & de pagar o dízimo em dobro, & que o mesmo será nas despesas, & custos que se fazem depois de colhidos os frutos para se colherem, as quais nem se nam poderã tirar, & nenhum tanto em contrario valerã, nem posse, por ser reprovado por direito Canonico; nem se poderá tirar nas eiras por barreduras os caes, ou rabeiras, ou com qualquer outro nome trigo, centeyo, milho, cevada, ou outros qualquer frutos que a terra der, defraudado por esta via notavelmente o dízimo devido à Igreja, nem fazendo dous, ou mais partes para algum delles ficar por dizimar, nem dizimarã por avaliação, & alvidrante por escusarem o trabalho de medir, inteiramente se pagará o dízimo sem desconto, nem diminuirã alguma. E nesta forma em correção da dita nossa Constituição, & da obrigação que nos occorre assi o advertirmos a nossos subditos por a nossa Carta Pastoral mandamos sob pena de excommunham maior ipso facto incurrenda

renda a todos nossos subditos que tiverem
fructos, paguem inteiramente o dizimo de
elles sem desconto, nem diminuçam algum
na forma sobredita, & que outro si sob a dita
pena de excommunham nenhuma pessoa
tire do monte maior foro algum, decima, tri-
buto, nem reçam, nem mataçam que haja de
pagar a qualquer senhorio, ainda que seja
outra Igreja, ou pessoa Ecclesiastica, sem pre-
meiro tirar o dizimo, de maneira que quan-
do se paga o tal foro, tributo, reçam, ou ma-
taçam, vam já dizimados, E sob a dita pena
de excommunham, & de duzentos cruzados
defendemos aos senhorios, a que forem de-
vidos os ditos foros, ou tributos, que nem
per si, nem por outrem constranjam aos la-
vradores, ou quaiques outras pessoas a lhe-
pagarem antes de se dizimarem, nem tambem
os ditos lavradores esmolarão os frangos
adens, & pombos antes de dizimados com
pretexto de dizerem que he para algum San-
cto, ou Religiosos, que quando o queiram fa-
zer, será depois de terem pago o dizimo in-
teiramente, como sam obrigados sem delin-
quirem no serviço de Deos N. Senhor, & ben-
da

Igrejas. Advertindo o quanto Deos N.
hor se paga de inteiramente se lhe paga-
seus dizimos, pello que aquelles que o
rem pello contrario do que assima está
arado, os havemos por incorridos na dita
de excommunham, & pecuniaria. E o
mo se entenderà no dizimo do vinho, &
te, conforme se declara na dita nossa
stituiçam do dito lib. 2. tit. 4. decreto 2.
ara que nossos subditos considerem o quan-
thes he necessario esta advertencia para
de suas consciencias, & nam passam al-
r ignorancia em viverem illaqueados ne-
seu erro aquelles que delinquirem nelle;
ndamos passar a presente, que os Parochos
Igrejas desta Cidade, & Arcebispado
licarem à estaçam da Missa estando o povo
to, & lhes encomendamos, assia elles, co-
a todos os Confessores, que nas confissoens
omendem às ovelhas a observancia desta
a Pastoral, & a obrigaçam dos mesmos
fessores citada na dita Constituição lib. 1. tit.
creto 7. §. 4. in fine.

Dada em Lisboa sob sinais de nossos assi-
pres, & sello de nossa Mesa Capitular aos
des

dez dias do mez de Novembro. Dom
 Mesquita Teixeira Escrivão da Camera a
 de mil seiscentos e sessenta e tres annos.

Dom Rodrigo da Cunha Saldanha Cha
 tre de Lisboa.

Antão de Faria da Sylva Conego de L
 boa. Eco. Peixoto.

Carta Pastoral passada à instancia dos Priores
 & Dizimeiros deste Arcebispado, porque V.
 manda aos subditos deste Arcebispado paguem
 teiramente os dizimos, na forma que ordena
 Constituiçam lib. 3. tit. 4. decreto 2. §. 1. co
 acima se declara. Para V. S. ver. D. Ant. Pim.

Devese advertir que a conclusam segunda p
 sta por o Author acima no num. 13 em qual
 diz que o dizimo se ha de tirar primeiro que
 tributos, não procede geralmente em todas as t
 ras; porque em algumas ha forais dados por
 Reys deste Reyno, & principalmente por El R
 Dom Manoel, em que se manda que do mo
 maior se tire primeiro o foro, & reçam do senh
 rio, & depois o dizimo da Igreja, os quais for
 sempre se observaram, & a disposiçam delles e
 prescripta pella observancia de tantos annos co
 tinuos depois do dito Senhor Rey Dom Mano
 & de muitos antes, & alguns desdo tempo de l
 Rey Dom Affonso Henriques: & alli onde ouve
 sen

semelhantes foraes se deve limitar a doutrina do
 Autor, porque ainda que era doctissimo, nam
 a noticia dos foraes, nem tinha obrigação de
 saber a disposiçam das Con-
 dições. E para confirmaçam desta limitaçam
 tirei as palavras do foral dado à Villa de Pe-
 (onde me eriei) por o dito Senhor D. Affon-
 Henriques sendo Iffante, & acrescentado por o
 Rey Dom M. noel em o primeiro dia de
 do anno de 1514. cujas palavras se seguem:
 depois de tirada a ditta teiga de Abr. ham de ca-
 uma das ditas sementes, se arrecadará, & to-
 para nós do monte maior o dizimo, cõvem a
 de dez hum, antes de ser d. zimado para Deos,
 os pagaremos o dizimo da parte, que houvermos
 da huma das ditas sementes. E assim se ter-
 como em outras, em que ha semelhantes fo-
 se deve primeiro tirar o tributo, ou foro do
 temporal, que os dizimos, porque os taes
 mores (como os da dita Villa) sempre tem cui-
 do de pagar os dizimos dos fructos, que recolhe,
 os Prioste os costumam cobrar no celeiro quã-
 e remete, pello que em esta Villa, & em ou-
 onde ha semelhantes foraes, se deve guardar
 do prescripto, limitada a doutrina do Autor.
 que posto que os dizimos absolutamête se não
 am prescrever, todavia a quota delles confor-
 muçõs, & bons Authôres, se pôde prescre-
 , & muito com mais razam o modo da paga-
 es, ut est in presenti. - Vejase Bohacin. de

praecept. Ecclesia disp. ult q 5. punct. 5. n 5.

Acerca do que o Author trata neste §. 10. nu.
21. do valor do pão, se deve somente consider
para se poder arbitrar, se a quantia he reservad
ou nam, mas nam para a restituçam, porque pa
ella se devem considerar as cousas seguintes.

1 Primeira. Se o pão he daquelle anno, em
o devedor se confessa, porque entam deve restitu
na mesma especie de pão. E se o penitente o n
tem, deve sobre o preço compor-se com a pessoa
que se deve, que nam deve ser por o mais rigoro
preço daquelle anno, ainda que nam faltam D
ctores, que tem que o devedor moroso deve pag
por o maior preço, & quando nam se compo
nam se duvida, que deve pagar por o maior pre
que o acredor, ou Prioste, vender os mais fruct
daquelle anno, & se os vendeu por different
preços se deve tomar o do meio; & tendo os fr
ctos, paga com elles.

2 Segunda. Se os fructos sam de outro ann
atrazado, deve saber o Confessor se o peniteu
tem ainda fructos desse anno, & tendoos, satisf
com os entregar, porque nam ha duvida que o fr
cto do trigo se conserva por tempo de tres annos
Gloss in L. unic. Cod. si advers. vendit. Mas se n
sam os melmos, nam pôde com elles satisfazer i
uno creditore, pois de direito he que *Aliud pro
lio invito creditore, solvi non potest, L. 2. §. mu
datio ff, si cert. petat. L. si se 4. §. ait Praetor ff
re judic. L. promissor 21. §. fin. de constit. pecu*

bol. in L. fructus 7. num 3. & in L. divorcio 4.
erdam num 21. ff solut. matrim. Sauch. de mass.

3. aisp. 10. n. 3.

3. Nem se pode satisfazer com outros fructos,
um text. in L. siususfruct 6 ff de usu, & usufruct.
et. Onde o Jurisconsulto Pomponio resolve
se ha de pagar o preço que os fructos t. ve-
n aquelles annos, ou o por que o Priorste ouve-
de vender effes se lhos pagaram a tempo devi-
como vendeo os mais. E se acaso era rend. iro,
foi executado, ou padeceo alguma perda em
am de se lhe nam pagarem os dizimos a tempo,
n os penitêres devedores de dizimos obrigação
pagarem pro rata o damno que deram ao ren-
ro, ou Priorste, como com Valença, Rebello, &
ros muitos ensina Bonacin. de rest. in genere
1. 1. quest. 3 punct. 1 num. 8. 12. & 13.

4. E nullo devem os Confessores ser inui ad ver-
os, para descargarem as almas dos penitentes,
e tal vez nam entendem, ou tomam conselho
almas depravadas, & diabolicas, que querem
ar as outras ao inferno, & as vezes lhe persua-
m que os Confessores mandam aquellas cousas
serem amigos dos Priorstes, rendeiros, ou Cõ-
ndadores. O que elles nam deviam crer, &
ratar do que convem a lua salvaçam. Fr. Clem.
and.

§. II.

Do undecimo caso reservado, v g Haver o alheo, cu-
doño se nam sabe; que passe de quinhen-
tos reis.

1 **P**ara declaração deste caso se ha de advertir
que he costume nam haver caso reservado
ferram em cousas achadas cujo dono se nam sabe
& nam em cousas fortadas, bens mal adquiridos
por contracto, injusta venda, furto, ou outro en-
gano, ainda que se lhe nam saiba dono, que con-
stará claramente do que havemos de dizer abaixo.
De hac re vide Nav. cap. 27. num. 92. & DD. in
fra citandos.

2 Hase de suppor segundo que ha huns bens
que nunca tiveram dono, como pedras preciosas,
veas de metal, animaes sylvestres, &c. ou se o t-
veram, agora o nam tem, como thesouros, &c.
Outros, que de presente tem dono, mas nam
sabe, ou se huns bens achados, ou mal adquiridos
por miudezas, pesos falsos, medidas mal afiladas
&c. Outros bens se chamam *pro de relictis*, outros
vagos. De quibus vide Bonacin. tom. de contra-
quæst. 3. punct. 4. nam. 1. disput. 1. & Doctores con-
muniter.

3 Hase de suppor terceiro, & ultimo, que tr-
cousas se requerem para este caso ser reservado.
Primera que a quantidade achada, cujo dono
na

m sabe, exceda de quinhentos reis. Segunda q
achador peccasse mortalmente, ou recebendo, ou
tendo. Terceita, que o penitente quando vier à
confissão, não tenha restituido a pobres, ou a
quantidade toda, ou parte della, de modo que o q
a retendo, já não seja a quantidade reservada,
que o Prel do lh. não pode prohibir, como
ova Niv. cap. 17. num. 92. E faltando huma
das cousas, não he caso reservado.

4. Suppõstas estas cousas, seja primeira cõclu-
são. A pessoa que achou bens que nunca tiverão
no, v. g. annuaes lyvostres, feras, leoens, coe-
ns, abelhas, cervos, &c. ou pedras preciosas,
ambar, coral, & outras cousas que se acham na pra-
ça, ou em promontorio, não tem caso reservado,
porque as taes cousas s. m de quem as acha, porque
em nenhum dominio estam, salvo o direito positi-
vo determina outra cousa. Vide instit. de rer. divi-
u. §. lapillarum, & DD. communiter.

5. As veas de metal, ouro, prata, ferro, estanho,
&c. de direito natural, & das gentes pertencem ao
senhor da terra aonde se acham, porque se contam
entre os fructos da terra; ainda que se pôde dizer
com muita probabilidade, que são de quem os a-
cha, porque em nenhum dominio estam. Vide
desm. dub. 12. Vofq. cap. 5. §. 4. dub. 2. num. 15.
nacín. tom. de contract. disput. 1. q. 3. punct. 6 n. 11.
em tudo guardemse os costumes, leys, & dispo-
sições particulares.

6. O mesmo que dissemos na conclusam dos

animais bravos, se ha de dizer dos mansos feitos bravos, que perderam o costume de tornar a dono, & dos feitos mansos, se tornaram a adquirir a liberdade antiga. O contrario se ha de dizer e quanto tẽo costume de tornar ao dono o do dono. Perdem o costume de tornar os animaes mansos feitos bravos, quando às horas, & dias costumeados duas vezes nam tornaram, ou por dous, ou tres dias deixaram de vir. De quo Syvest. *ver. inventum quasit.* 2. Rodrig. *part. 1 cap 132.* Azor. *part. 3 lib. 1. cap. 13.* Bonac. *tom. de contract. di. 1 q. 3 punct. 7. n. 3 4 & 8.*

7 Os animaes estando em poder de alguẽm aquirem a primeira liberdade, quando d'fficultosamente se podem tomar pello dono. O contrario se facilmente. Exemplo f'ja. O enxame de abelhas se de tal modo voa do cortiço, que difficultosamente se pòde apanhar. Com tudo estando em alguma minha cerca posso prohibir que nam vãam a ella para me tomarem o enxame sendo meu, & a te principalmente estando cercada de muro, como quer Navarro *cap 17. num. 128.* De quo vide *lit de rer. divis. Molin. tom. 1 disp 4. Valsq. 5. de restit. §. 2. dub. 20. num 44. Bonacin. loc. num. 7. & seqq.* Aonde traz muitos casos particulares dignos de se verem.

8 A pessoa que acha thesouro, que verdadeiramente o he, nam tem caso reservado. Por ou lhe pertença pella disposiçam do direito commun. De quo *inst. de rer. divis. & leg. unica thes*

esaur. lib. 10. Ou pertença a Sua Magest de pe-
Ordenaçam d' este Reyno, *lib. 2. tit. 26. §. 16.*
am se podem dizer bens, cujo dono se nam sabe,
orque já pella ley tem dono.

9 Por thesouro se entende, nam qualquer di-
eiro escondido na terra, ou paredes, ainda que
the nam suiba dono, se nam o dinheiro do se-
or nam conhecido reposto por longo tempo so-
e a memoria dos homens, v. g. cadeas, pedras
ciolãs, moedas de ouro, ou de prata, vasos, co-
es, &c. Donde se infere que se o dinheiro acha-
, nam for semelhante, ou se ha de restituir ao
fluidor antigo, ou a seus herdeiros, se se acha-
m, & nam se achando aos pobres.

10 Terceira conclusam. O que acha animaes
nsos, como ovelhas, carneiros, boys, egoas, &c.
m tem caso reservado, porque as taes cousas per-
ncem a Sua Magestade, ou a seus publicanos cõ-
me a ley do Reyno *lib. 3. tit. 94.* & chama-se
ey do invento, & corrupto vocabulo do vento.
orque já tem dono, & he sabido pella ley, & não
pode verificar a particula da reservaçam, cujo
no se nam sabe.

11 Quarta conclusam. O que tem bens acqui-
dos por contractos illicitos, usuras, medidas fal-
, &c. nam tem caso reservado, porque como
temos acima, entendese só a reservaçam dos
ns achados, & nam furtados, quaes sam estes de
e falamos.

12 Quinta conclusam. O que tem, ou acha
H iij bens

bens pro derelicto, nam tem caso reservado, por que ficam sendo seus por consentimento do proprietário o dono, que os nam quiz, & com o nam está em dominio de alguns, fazemse do primeiro que acha.

13 Por bens pro derelicto se entendem aquelles que o senhor pode recuperar, mas nam cu disso; & os que se lançam fora com intenção os nam recuperar, & em duvida se sam pro derelicto, ha-se de julgar que o nam sam; porque em duvida não se presume de ninguem querer perder as suas cousas. De quo vide Molin. disp. 15. Azor. 3. part. lib. 1. cap. 23 Bonae tom. de contract. disp. 1. quest. 3. punct. 5. Lell. & alias communiter. Os quais bens sam da que os acha, & occupa, ut patet ex instit. de rer. divis. §. alia sanè, & tenet. Bonae loc. cit. num. 6.

14 Sexta conclusam. O que tem em si bens vagos de leigos que morrem ab intestado, não tem do herdeiros dentro no decimo grao, nam tem caso reservado, porque de direito commun Cito pertence ao Fisco, leg. vacantia, Cod. de bon. vac. Por bens vagos se entendem aquelles que ficaõ depois da morte de algum sem testamento, & herdeiros. Ita Doctores communiter.

15 Os bens tambem de peregrino, que morre ab intestado, hão-se de entregar pello Bilho aos herdeiros, podense fazer, ou se ham de distribuir em cousas pias, vide Authent. omnes peregrini, C. comm. de success. Ita Azor. part. 3. lib. 6.

28. Less. cap. 14. lib. 2. dub 7. num 49. Mor-
lib. 1. disp 53. Bñ 22. quest 6. art. 5. Re-
1. 1. part. lib. 1. quest. 15. sect. 2. Vair de restit.
5. s. 2. Bonacin. tom de contract disp 1. q 3.
6 n 5 & alij.

16 Septima conclusam. Sõmente o q achou,
tem bens incertos *generaliter*, quæsquæ que
am, cujo dono se nam sabe, exceptos os das cõ-
soens precedentes tem caio reservado passando
quantia de quinhentos reis neste Arcebispaço
Lisboa, nos mais segundo a quantidade refer-
da, como se prova geralmente das Constitui-
ens de todos os Arcebispadros, & Bispadros d' este
eyno, & do costume approvado pellos Prela-
s.

17 Os quais bens incertos, cujo dono se nam
se ham de restituir aos pobres verdadeiros,
m se achando dono, feita a diligencia devida.
quo vide Rebel. de oblig just. lib. 2. quest. 12. n.
Less. loc cit. Molin. tom. 3. disput. 746. Bonacin.
cit punct. 3. n. 3. & omnes.

18 O mesmo se ha de dizer dos bens incertos,
lucrados por contractes, furtos, compra,
nda, pezos, ou medidas falsas, como consta do cap.
tit. de usur. cap. si quid invenisti, cap. multi, cap.
è 14. q. 5. & Doctores. Bonacin. loco citat. num.
& 9.

19 Por pobres nam somente se entendam os
munus particulares, mas tambem lugares pios,
osteyros, Hospitaes de pobres, os q carecem da
neces-

necessaria sustentação para a vida, as almas
 Purgatorio, que estão bradando: *Miseremini*
&c. De quo Navar. cap. 17. num. 93 Azor. 3 p.
 lib. 4. cap. 26. *quasi* 3. Valq. cap. 5. § 4. dub.
 num. 6. R. ginald. lib. 10. num. 199. Molin. tom.
 disp. 749. num. 1. & disp. 747. num. 1. Bonac.
loc cit n. 5. & aliq

20 O que tem bens adquiridos por delicto
 compra, venda, &c. ou incertos achados, os pô
 reter *titulo paupertatis* de licença do Bispo, ou
 Confessor que tiver licença de applicar, porq
 nam he de peor condição, que outros pobres, &
 razam porque se requiere licença do Bispo he, po
 que he reservada a tal applicação até quantida
 que passe de quinhentos reis, & nos outros Bispo
 dos o que contar das Constituições, & o mel
 se ha de dizer da quantidade, que nam chegue a
 reservada, como dispoem as Constituições co
 mummente, v. g. & nam chegando, o poderá
 absolver com tanto que entregará o dinheiro
 chado à pessoa deputada no Bispado com seu
 crivam. Ainda que Navarro no cap. 17. num. 2
 Molin. *loc. cit. num. 3.* Sylvest. *verb. restitutio*
quest. 5. Valq. *loc. cit. dub. 4. num. 912. & 43.*
 outros digam que só basta a propria authorida
 do penitente. Mas isto se entenderia quando
 Constituições nam dispuzessem o contrario. C
 ja disposiçã ha de prevalecer.

21 O pobre que applicou a si os bens q̃ a che
 na conformidade acima dita feita a diligencia d
 vid

la, nam apparecendo o dono, & vindo a ter de
 , nam tem obrigação de restituir De quo Less.
 2 cap 14. dub 6 Caiet. 2 2. *quest* 62. art 5.
 or. 3. *part. lib. 4. cap. 26 quest* 2. Valsq. de
 it cap 5. dub 1. num 10. Bonacin. *loc. cit. num.*
 & alij O contrario se ha de dizer, se a appli-
 am se fez antes de se fazer a diligencia devida.
 quo Molin. tom 2. *disput. 747. num. 4. Zech.*
casib. reserv. cap 7. Azor. loco citat quest. 1. Re-
loc. cit. num 26. Petr. Navar lib. 4. cap. 2.
 8 Angl s *quest. 2. de rest. i artic. 1. diffin. 4. Regin.*
 10. n. 196 Caiet. *loc. cit.*

Com tudo tem para si Bonacin. *loc. cit. num 17.*
 Sylv. *verb. restitutio 7. quest 5. & alij*, que se
 de deixar de fazer a diligencia devida, quando
 n ha esperança de se achar o senhor da cousa
 achada, & incerta, porque ninguem he obrigado
 opus inutile.

22 O mesmo se ha de dizer, se a cousa achada,
 incerta está já comp. sta por o Sūmo Pontifice
 n a Bulla da composiçam, tendo primeiro a da
 uzada. De quo Navar. *cap. 17. num. 93. Regin.*
cit. num 201. Sot. in 4. quest. 7. art. 1. Azor.
cit. quest. 3. Molin. tom. 3. disput. 748. Bñ.
2. quest. 16. art. 5. dub. 6. concl. 5. Sà verb. resti-
onum. n. 62. & alij. Vide Dian. 4. part. tract. 4.
scel. resol. 112. cum Bñ. loco citat. Henriq.
7. cap. 34. num. 6. Cost. in Bul. Cruciat. quest
quia hac compositio aequivalet praescriptioni. A in-
 que he coula crível que estando feita a compo-
 siçam

fiçam apparecendo o dono, haverse de fazer a
a restituçam. De quo Bonac. loc. cit n. 21.

23 Oitava conclusam. O que achou quan-
tidade de dinheiro, que exceda a quantidade res-
vada, v.g. quinhentos reis neste Arcebispado,
nos outros, o que constar por as Constituições
ou cousa que o valha, & vindo à confissão sem
reservado, tem caso reservado, & nam pôde
absoluto. E absolvendo o Confessor, a tal ab-
sição he nulla, porque he feita sem jurisdicção.
Com tudo deve o Confessor persuadir-lhe que
ter com o Vigario, ou pessoa deputada pella Co-
stituição do Bispado para receber o tal dinheiro,
cujo dono se nam sabe, para que se distribua p
seu conselho conforme a disposição da Constitu-
ção, & depois torne à confissão, & absolva
Confessor, porque já nam tem caso reservado,
isto nam ter alheio, cujo dono se nam sabe, o q
se ha de entender, ainda que faça a quantidade re-
servada por achados miudos, v. g. hoje hum t
stam, & à menhãa outro, &c.

24 E se neste caso o penitente nam quizer
ir ter com o Vigario, ou pessoa deputada para
isso, allegando molestia, vergonha, &c. bem pô
o Confessor dizer-lhe, que por si faça a diligencia
sufficiente, & nam achando dono, o dê a pobre
& torne à confissão, & pôde ser absoluto, pois
nam tem alheio, & por conseguinte, nem caso re-
servado.

25 Advertiã os Confessores que cõmunica-
na

deverem receber os bens incertos para os distribuir a pobres absolvendo os penitentes, ou por nam tem quantidade reservada, ou se a tem absolvendoos por algum privilegio, porque pôde ter escandalo, ou sospeita de avareza. Salvo casos em que as Constituiçoens dispuzerem pôde o dinheiro, ou penhor ficar na mão do Confessor por falta de nam haver Vigario na terra ou estar distante com condiçam, que dentro tanto tempo o entregue à pessoa deputada no Bispado, o que ha de trazer os Confessores diáconos, v. g. a ordem que lhes dà a Constituiçã do seu Bispado.

6.ª Nona conclusam. O que achou dinheiro, ou coisa que o valha, que excede a quantia reservada, & nam lhe sabe dono, nem peccou mortalmente, nem recebendo, nem retendo, porque não teve animo de o dar ao proprio dono, ou a pobres nam o achando, nam tem caso reservado, pôde ser absoluto, ainda por Côfessor que nam ha poder para absolver de casos reservados, só com o fim de restituir. De quo Molin. tom. 1. disput. 7. cap. 4. Navar. cap. 17. num. 93. Rebel. 2. part. 1. quest. 12. sect. 3. num. 25. Lop. 1. part. cap. 7. Bonac. loc cit. n. 19. & alij.

7.ª O mesmo se ha de dizer do que achou a quantidade reservada, & antes de ir à confissão reuino, ou ao Vigario, ou à pessoa deputada nella instituiçã do Bispado, ou aos pobres, ainda peccasse, ou recebendo, ou retendo, porque nella

peila restituçam cession a reservaçam. Ita Re
loc. cit. Henric. lib. 3. de poenit. cap. 14. num. 5. I
nacia. loc. cit. num. 20. Sylvest. Filliuc. & ali
provale das Constituiçoens, que assi o mandam
zer communmente.

28 E se a pessoa que achou quantidade res
vada, está impossibilitada para pagar, & tem p
posito de satisfazer, deve o Confessor pedir lice
ça ao Prelado para a absolver, porque tem c
reservado, tendo o alheyo, cujo dono se nam sa
& mais pecca mortalmente em consumir a co
achada, salvo estivesse em extrema necessida
quando a achou, & com ella a gastou, porque
ste calo nam tem caso reservado, & pó se ser ab
luto por qualquer Confessor approvado.

29 Decima conclusam. Quando algum ach
quantidade que nam he reservada, nam tem c
reservado, ainda que peccasse mortalmente em
ceber, ou reter, porque a Constituçam deste
cebisnado, & as mais dizem: E nam passando
poderam absolver com tanto que entreguem o
nheiro, ou penhor q o valha ao Vigatio Peda
perante o Escrivam de seu cargo. Porque a Co
stituçam dispoem aquillo que de direito natura
ha de fazer, v. g. que faça primeiro restituça
que se der a absolviçam, & assi se o penitente
ver justa causa de dilatar a restituçam, deve
Confessor absolvelo, porque não he caso reserva
a quantidade que retém.

30 Donde se infere o ultimo que confor
dispo

poem as Constituições communmente que
pre o Confessor tem obrigação, ou seja quan-
de reservada, ou nam, de mandar o penitente
regar o dinheiro ao Vigario, ou à pessoa depu-
para isso, & que ainda que nam chegue à
ntia reservada, nam querem os Prelados que
onfessor distribua o tal dinheiro, com tudo cõ
diferença, que se derem absolviçam, sendo a
ntidade reservada sem remeterem o penitente
essoa deputada para isso, ficará nulla, & quando
quantidade nam for reservada, absolvendo fi-
dolhe na mão, & nam mandando o penitente
er com o Vigario, fará mal seu officio, mas fi-
valiosa a absolviçam, o que muito se ha de
ar, porque entendo, que nam sendo a quanti-
e reservada, sem escrupulo absolvem os Con-
res aos penitentes, sem os remeterem primeiro
Vigario para deixar o dinheiro, ou penhor,
ertindo mal o que as Constituições dizem
munmente, ou deixando-lhe na mão em caso
nam haja Vigario na terra, ou estando distan-

r Devese em este caso advertir cõ Sebastiana
Abreu de instit. Paroch. lib. 10. cap. 10. sect. 3.
391. que se adivida nam exceder cinco to-
ns, que nam he caso reservado, & que pòde o
cho *suo arbitrio* distribuir isso com pobres, se
os penitentes lhe for entregue. E se exceder
a quantia, se ha de entregar ao Provisor diãte
Notario de seu officio, se o houver no lugar, ou
em

em seus contornos para que a distribua em obras
pias, & se o Provisor nam estiver no dito lugar
seus côns, se ha de dar ao Parocho da Igreja a
divida, ao qual se mada sob pena de excomunição
& de pagar em dobro o que alli recebau, que
entregue ao Visitador, que primeiro vier visita-
da Igreja, o qual em visitaçam inquirirá das
dividas, & se feita a seu arbitrio a diligencia ne-
cessaria, nam achar o senhor dos taes bens, os q
stará em obras pias. Mas se o penitente ao tem-
da confissam tiver legitimamente distribuido co-
pobres os taes bens, deve ser absoluto, sem obrig-
çam de outra restituçam. *Hac ille*, aonde se pô-
ver, & o que disse o mesmo Abreuço §. 13. ex-
34. da sect. 2. Fr. Clem. Fernand.

§. 12.

*Do duodecimo caso reservado, v. g. Matrimonios
clandestinos.*

IM Atrimonio tomado pella obrigaçam,
vinculo definele. *Est viri & mulieris
junctio maritalis inter legitimas personas individu-
vita consuetudinem retinens Ita Doctores commu-
ter.*

Tomado em quanto he hum dos sete Sac-
mentos da Igreja diffinise alli: *Est contractus
& femina legitimus, quo mutua corporum traditur
testas, & gratia confertur. Ita Tolet. lib. 8 cap. 1. n.
2. M*

Matrimonio hum he solemne, e qual se celebra com a solemnidade da Igreja, v.g. denunciações do Parocho, & testemunhas: *juxta Concil. Trid. sess. 24. cap. 1. de reformat. matrim.* Outro clandestino, o qual de dous modos pôde acontecer. Primeiro quando se faz sem Parocho, & testemunhas, & he nullo. Segundo, quando se faz com testemunhas, & Parocho sem denunciações, & he valido, *juxta Concil. Trid. loc. cit. precedenti, & DD. communiter* segund' esta ordem do Concil. *Trid. loco citat.* se explica nas primeiras Extravagantes deste Arcebispado *lib. 8.* & agora nas novas *lib. 1. tit. 14. decret. g. 127.* E o mesmo dispoem as Constituições mais Bispos conformandose com o Concilio Tridentino.

Suppostas estas cousas: seja a primeira contra a Igreja. O que contrahe matrimonio sem Parocho proprio, ou outro Sacerdote de sua licença, & sem pello menos duas testemunhas, pecca mortalmente, & tem caso reservado, porque celebrou o matrimonio nullo, & foi contra a prohibiçam da Igreja em materia grave. Ita Sanch. *de matrim. lib. 5. cap. 51.* Gorier. *de matrim. cap. 56. num. 4.* Cogh. *disp. 3. dub. 2. num. 6.* Bonacin. *tract. de Sacram. quæst. 2. punct. 6. num. 3.* & Doctores communiter *apud Sanch. loc. cit.*

O mesmo se ha de dizer do que se recebeu sem do proprio Parocho, & duas testemunhas, sem denunciações, deixandoas illicitamente,

v. g. sem licença do Prelado, ou com ella formalmente adquirida, porque não guardou a ordem do Concilio Tridentino, & Constituiçam, & fôr tal Matrimonio clandestino. Ita Navar. *cap. num. 79.* Henriq. *lib. 11. de Matrim. cap. 6. n. 2.* & outros Doctores que cita, & segue Sanchez *de matrim. lib. 3. disput. 1. num. 7.* E falando geralmente, todas as vezes que os contrahentes recebem o sacramento nam guardam a forma do Concilio Tridentino, & Constituiçam do seu Bispado, peccam mortalmente, & tem caso reservado, como consta do costume recebido.

Na conclusam posta no *num. 3.* diz o Autor que os que se recebem sem Parocho, &c. peccam mortalmente, & tem caso reservado, & o matrimonio he nullo, & no *num. 4.* diz que o mesmo se ha de dizer nos que se recebem sem denunciação. Parece-me que no tocante ao peccado, & caso reservado, & poderem ser castigados com as penas de matrimonio clandestino, que corre a inferença de plano, mas nam para o matrimonio ficar nullo, porque as denunciações nam sam de effencia do matrimonio, como com muitos tem August. B. nas remissoens incorporados no Concilio, *pag. 371. ao cap. 1. de reform. matr. sess. 24. verb. Furtive denuntientur,* & nas declarações *pag. 263. n. 2.* & mais se pôde ver largamente em Salzed. Bernard Dias *cap. 77. pag. mihi 238. 239. & 240.* Fr. Clem. Fernand.

5 Segunda conclusam. Os contrahentes,

receberam deixando huma só denunciação, ain-
que seja huma das tres da propria Parochia,
em tem caso reservado, porque só peccam ve-
lamente. Ita Rebel. *de oblig. lib. 2. q. 7. sect. 2.*
num. 10. Possiv. de matr. cap. 19. num. 5. Sylvest.
de matr. 6. quas. 7. Sanch. lib. 3. de matr. disput.
num. 7. Petr. de Ledesm. p. 45. num. 5. Gurr. de
tr. cap. 57. num. 1. Bonacin. de Sacram. q. 2.
et. 6. num. 7, & alij.

6 O mesmo se ha de dizer dos contrahentes,
e feitas as denunciações na forma do Concilio
tridentino, & Constituição do seu Bispado, &
em saindo impedimento se foram à Igreja com
duas, ou tres testemunhas, & diante de seu proprio
Parocho estando dizendo Missa se receberam,
e que estes taes guardaram a forma, e do Con-
cilio, como das Constituições, v. g. denuncia-
ções feitas por o proprio Parocho em presença
&c.

7 O mesmo se ha de dizer dos q se receberam
em casa diante do proprio Parocho, & duas, ou tres
testemunhas, feitas as denunciações na forma do
Concilio Tridentino, & Constituição de seu Bis-
po nam havendo impedimento, porque este ma-
trimonio nam he clandestino conforme a declara-
ção dos Illustrissimos Cardeas, como diz Rebel-
l. *lib. 2. q. 7. Sanch. de matr. lib. 3. disput. 6. a.*
num. 4. Bonacin. de Sacram. q. 2. punct. 6. num. 4.
outros Doctores. Porque he celebrado *in facie*
ecclesie, por quanto a face da Igreja nam he a

Igreja material, se nam a presença do Parocho e duas testemunhas feito em qualquer lugar que seja. De quo vide Bonacin. *loc. cit. punct. 6. quest. num. 1.*

8 Terceira, & ultima Conclusão. Sem embargo de ser caso reservado, com tudo também contrahentes, Parocho, & testemunhas assistindo ao matrimonio contra forma do Concilio Tridentino por Constituição deste Arcebispado de Lisboa ficam excommungados ipso facto, & condemnados em pena pecuniaria no foro exterior, & quando da hum ad virta se he assi no seu Bispado, & conforme a isso faça seu officio.

9 E o Parocho assistindo ao matrimonio deixando as denunciações *propria auctoritate* se justa causa, & legitima, hase de suspender ab officio por tres annos, conforme ao cap. *cum inhibito* §. *fin. de clandest. desponsat.* Ita Henriq. *lib. 11. cap. 5. & cap. 7.* Rodrig. *cap. 2. 7. n. 2.* Nava *cap. 16. num. 36.* Rebel. *quest. 7. num. 10.* Sanc. *de matrim. lib. 3. disput. 5. num. 6.* Guttier. *cap. 5. num. 3.* Riccius *decis. 257. num. 2.* Conink. *num. 51.* Regin. *lib. 31. num. 223.* Bonacin. *tract. de Sacram. q. 2. punct. 6. num. 7. & 13.*

10 Finalmente se o Prelado absolver alguem sendo recebido clandestinamente, fica tirada a reservaçam do peccado. E o mesmo se ha de dizer se concedeo licença a outrem para absolver os contrahentes da excômunham.

§. 13.

decimotertio caso reservado v. g. Ordenarse sem
patrimonio, pensam, ou beneficio, ou por salto, ou
sem dimissoria, ou ingirindose às Ordens
furtivamente.

Doctor Antonio Pimenta em a terceira im-
pressam se remete ao §. 6. num. 3. dos calos
reservados em Braga, como se pôde ver pag. 108.
terceira impressam do anno de 1665. Mas nam
parece que andou mui acértado, pois sabia o
ento do Author, q era tratar ad extensum dos
os deste Arcebispado em Primeiro lugar, &
pois os outros *accessorie*, porque se alli nam fo-
começara por Braga Primaz, & por isso me pa-
reo, que este era o lugar em que se podia pôr o
ontado, por nam andarmos *per emendicatam sus-*
tenet, & me peza de nam fazer alli com o segun-
terceiro, & quarto caso, & alli o que se segue
do Author no §. 6. num. 3. pag. 102. da terceira
ressam apontado. Fr. Clem. Fernand.

Tambem he caso reservado ordenarse sem
patrimonio, pensam, ou beneficio, & o que alli
ordena fica suspenso de direito commum con-
tra a opiniam de graves Doctores. Ainda que
let. lib. 2. cap. 48. tenha o contrario dizendo
a suspensam posta no cap. *sanctorum dist. 70.*
derogada por o cap. *cum secundum de prebendis,*

& tem caso reservado neste Arcebisado. O contrario se hade dizer do que se ordenou com patrimonio fingido, ou com patrimonio nam sufficiente, provando que o era, porque nam se ordenou sem patrimonio. Vide Dian. 2. *part. tract. 2. Miscel. resol. 5. & 3. part. tract. resol. 184.* Ainda que fique suspenso. De qu. Petr. de Ledesm. de Sacram. Ordin. pagin. 437. A aqui o Author.

Parece que aquelle q se ordenou sem patrimonio, pensam, ou beneficio. (*seclusa fraude, aut ficti- ne*) que nam tem caso reservado, porque nam peccou mortalmente, nem fica suspenso como d. clararam os Illustrissimos Cardeaes sobre o c. 2. da sess. 21. de reformat. num. 10. sobre as palavras: *Antiquorum penas innovando.* Cujas palavras da declaracão se seguem. *Concilium in h. cap. renovavit tantum penas cap. cum secundum prabena. Ordinarius contra formam hujus decreti ne beneficio, aut patrimonio, non est per hoc. suspensus, nec aliquam penam incurrit, sed cogendus Ordinarius es providere juxta cap. cum secundum de prab.* E esta declaracão anda nos Concilios impressos em Colonia Agripina no anno de 162 pag. 220. Provase isto porque assi como o que necessita de dinheiro, & o pede emprestado a que sabe que lho nam ha de dar sem usuras, ou lho offerece, nam pecca, como se colhe do cap. *debitum res de jurejur.* & he doctrina de Sanch. ad Decalog. lib. 3. cap. 8. num. 27. & de Bonacin. tom.

contr. act. disput. 3. quest. 3. punct. 13. num. 1. vers.
 e patet, & num. 2. E a razam he, porque se o
 ara emprestado sem usuras, nam as offerecera,
 a pagara; & assi o que acha Bispo que o orde-
 em patrimonio, ou beneficio, nam pecca, &
 o consequinte nam tem caso reservado, como
 muitas vezes se tem dito neste tractado.

Dizse *seclusa fraude, aut fictione*. Porque se se
 enar com fraude, ou fingimento, entram terã
 reservado, como o Author diz no cap. 3. §. 7.
 7. porque peccou mortalmente, mas nam
 treu em suspensam conio contra Navar. tem
 zal. ad reg. 8. cancell. gloss 5. §. 10. à num. 25.
 num. 27. Nam acerca dullo se pôde allegar a
 a de Sixto Quinto contra male promotos. Por-
 esta está revogada por outra de Clemente O-
 o sub pridie Kalend. Martij. Anno 1595. como re-
 Gonzal. loc. cit. gl. 15. n. 128.

O mesmo se ha de dizer l. que tem caso re-
 do o que se ordenou sem pençam, ou bene-
 nam sufficiente, onde nam estava canonica-
 te de posse. E o mesmo se ha de dizer do in-
 que nam está de posse pacifica, por quanto o
 reto do sagrado Concilio requere que esteja
 posse pacifica *ibipacificè possidere*. A *cujus ver-*
on recedendum, l. *Quod constitutum* 22. ff. de mi-
 istam. Dec. consil. 11. num. 9. Fr. Clem. Fernand.

Agora se segue o que mais se aponta dict. pag. 9.
 quando, & ultimo caso do Arcebispo de Braga,
 cuja explicação serve aqui.

1. **O** Que se ordena por salto, v.g. sendo de
 pistola, toma Ordens de Missa, ou o co-
 nam tendo Ordens de Epistola, toma de Evan-
 lho, pecca mortalmente, & fica suspenso, com
 qual pôde o Bispo dispensar, antes que administre
 para que possa tomar a outra Ordem, que deixou
 de tomar, & para poder usar de hũa, & outra
 forme o Concil. Trid. sess. 13. cap. 14. E se admi-
 strou na Ordem que tomou, ou que deixou de
 tomar, fica irregular com o qual só o Papa dispen-
 sa o que se entende, quando he publico, porque
 se for interior, quando he occulto, pôde o Bispo
 dispensar, ainda que tenha administrado confor-
 me o Concil. Trident. sess. 24. cap. 6. Desta suspen-
 são vide Navar. cap. 25. num. 70. Sylvest. verb. Irre-
 gularitas. quest. 11. Tolet. lib. 1. cap. 51. n. 9. Sc-
 rmon. 5. disp. 31. sect. 1. n. 44.

2. O que se ordena de Ordem sacra sem lice-
 nça, hoc est, sem Reverenda, pecca mortalmente,
 e fica suspenso, & administrando na mesma Ordem
 fica irregular, com o qual só o Papa dispensa, e
 forme a Extravagante de Pio II. a qual comen-
 ça Cum ex sacrorum. Ita Navar. cap. 25. num. 71.
 Tolet. lib. 1. cap. 48. s. Quando habetur, & 1.
 citat.

3 O que se ordena furtivamente, *hoc est*, inge-
ndose a tomar Ordens sacras, & cōtra a prohibi-
n do Bispo, pecca mortalmente, & se a tal pro-
piciam he sob pena de excommunham, fica ex-
mmungado, & irregular, com o qual só o Papa
penza, conforme o cap. *innotuit de eo*, qui *furt. ordi-*
sep de quo vide Navar. & DD. citat.

4 Suppoltas estas cousas, seja unica conclu-
o. As penas que incorre de direito, o que se
lena por salto sem Reverenda, ou furtivamete,
n reserva o Prelado, porque por o mesmo di-
to estam reservadas ao Summo Pontifice, ou
Bispos. Pello que só reserva o Prelado o pec-
lo mortal, que comete o ordenado por hum
stres modos acima ditos, do qual nam sendo
ervado podia ser absoluto por qualquer Confes-
legitimo. Advirtase com tudo que o ordenar-
por salto he só nas Ordens sacras, como dizem
DD. citados.

§. 14.

decimoquarto caso reservado, v. g. *Fazer escriptura*
falsa, ou usar della, ou de alguma
falsidade.

E Ste caso remete o Doctor Antonio Pimen-
menta pag 97. ao que o Author disse na ex-
caçam dos casos do Porto, no cap. 3. §. 5. num. 5.
s he tam succinta essa explicaçam dict. num. 5.
que

que mal serve ao que o Author determinava, mo acima fica dito. Demais de que nam se expõe a ultima particula, ou de alguma falsidade.

2 Para o que se ha de suppor, & notar, que só nente se diz fazer escritura falsa, ou falsificação Taballiam, ou pessoa que a escreveo, mas tambem & mais principalmente aquelle a cujos rogos a falsidade se fez, & a quem importa fazerse a falsidade, porque esse he o que foi toda a causa da falsidade, a qual nam fez por falta do poder, ou sciencia, & por isso mandou fazer por outra escritura, para melhor se occulte, & melhor se danno. Ita, & latius. D. Abreu. de Paroch. lib. 10. cap. 10. sect. 2. §. 16. n. 356.

Secundò, se ha de notar que isto se ha de entender se houver culpa mortal, porque algumas vezes pode ser venial, ou em razam da pouquidade da materia, danno dato; mas raramente, porque rissimamente se fazem estas falsidades, ou falsificações de escrituras, em materia leve, & para danno leve, como bem notou Abreu loc. cit.

4 Tertiò, se ha de notar que a Constituição se entende nam só nas escrituras, & instrumentos publicos, mas tambem nos particulares, ou factos feitos nos autos, & usando delles, porque direito he que a falsidade se comete fabricando, usando L. maiorem 4. L. si falsos C. ad leg. Corrupt. de falsis. post alios Menoch. de arbitr. casu 3. Giurb. cons. 5. à num. 2. & a Ordenação do Rei lib. 5. tit. 53. poem gravissimas penas aos que

escripturas falsas, ou usam dellas.

O que supposto, seja unica conclusam. Todo elle que por qualquer dos modos acima ditos, ou mandar fazer escriptura falsa, ou usar del- em caso reservado, porque peccou mortalmen- & tem obrigação de restituir o dâno que deus se se deve entender se scieter usou della aquel- que nam a fez, nem mandou fazer. O mesmo se de dizer do que usou de alguma falsidade, que a ultima particula.

Finalmente se ha de advertir, que em qual- das dichas cousas se dà caso reservado, porque a nstituiçam em esta materia fala disjunctivamê- usando da conjunçam *ou*, como bem adverte teu *loc. cit.* Fr. Clem. Fernand.

decimoquinto caso reservado, v. g. Revelar o Sacerdo-

Adicionador, ou Cópilador diz pag. 108
in fine que se veja a explicaçã no cap. 3.

4. da Guarda, faltandolhe o paragrafo, ou nero delle, mas pôde ser falta da impressam, & trabalho se buscarse, mórmente nam tendo a- lla impressam por sima os paragrafos, como eu ria que se fizesse em esta. O que está dito no 4. & 5. da Guarda, pag. 128. daquella impres- la ficarà, & lá se dirá. O que parece advertir- m este lugar he o seguinte.

2 O sigillo da confissão diffinise. Est obli-
occultandi ea, quæ in confessione sacramentalis c-
sum. Esta diffinição diz o Author ser com-
no livro que intitolou Principios, & diffinições
toda a Theologia moral, cap. 5. §. 3. onde p-
outra de Toledo, que he a seguinte. Est inviola-
indispensabilis obligatio præcepta à Christo Domino
thore Sacramentorum occultandi ea, quæ in confes-
Sacramentali dicuntur.

3 E nam he neste lugar necessaria a adver-
cia que o Author diz no dno §. 4. num. 4. do
tulo terceiro, porque a Constituição diz: Revo-
Sacerdote; & como seja ley penal nam se pôde
reduzir, ou ampliar fora do caso em que fala,
forme a regra de direito: Odia restringi, fa-
convenit ampliari, de reg. jur. in 6.

4 O que supposto, seja unica conclusam
confessor tem obrigação de guardar o sigillo
confissão de tal maneira, que por nenhoma c-
por mais grave que seja o relevo directo, nec in-
recto, sed alto silencio premit omnia quæ in c-
fessione audivit tam peccata, quam circumstanti-
as aut objecta eorum, como ensina Abreu de insti-
tuch. lib. 9. cap. 5. §. 5. sect. 2. num. 314. & á
312. & fazendo, alem de peccar mortalmente
ter obrigação de restituir como diz o Author
cap. 3. §. 4. num. 5. tem caso reservado, neste
eclesiastico, & no mais do Reyno, como em o
hum delle se diz: Fr. Clem. Fernand.

§. 16.

decimosexto & ultimo caso reservado, v. g. *solicita-
a confissam.* ou por occasiam della, cujo conheci-
mento pertence privativamente ao Sancto
Officio.

Emetese a explicação deste caso ao *capit 3 §.
7. num. 8.* dos casos de Portalegre, *ut videre
pag. 109. da terceira impressam.* Mas essa expli-
cação nam he muy concernente ao disposto em
Arcebisado, principalmente o que se diz no
9 pag. 137. E assi he forçado accommodar-
nos à disposiçam da nossa Constituiçam, pello
direi alguma cousa, seguindo a doutrina do
nde Prelado Dom Rodrigo da Cunha, que fez
as Constituiçoens, & o tractado de Confessa-
solicitantibus sendo Bispo do Porto impresso
Valladolid no anno de 1620. & isto com a bre-
de possível.

A Etimologia da palavra solicitação diz
lostrissimo Prelado *quest. 1. num. 1.* que he à so-
& cito, como dizem os Gramaticos, & no n.
define na forma seguinte. *Solicitatio est à con-
rijs crimen, dum in ipsa confessione mulieres
tentes ad obscenos actus, etiam non adimpletes
ocant seu provocare teneat.* O Doctor Frey
aphim de Freitas seu Addicionador na dita que-
primeira num. 35. a define assi. *Est anxia
inquietudo,*

inquietos seu vehemens mentis cura. E diz que
 qui veyo chamarem sollicitadores aos que nos
 gares publicos tratam das demandas, & acrec
 quella sollicitaçam suppoem vehemente estudo
 desejo, & diligencia. Quem quizer ver isto
 largo, lea a dita questam primeira.

2 Disse que a exposiçã do Bispado de Po
 legre nam era mui concernente para a deste
 cebispado, por quanto em aquelle Bispado o
 cimo tercio caso diz assi: *Sollicitaçam no confe*
nario, assi da parte do Confessor, como da penit
 & nas Constituiçoens deste Arcebisgado nam
 acham as palavras *da parte da penitente*. Sendo
 las feitas por o Illustrissimo Expositor do B
 que a Sanctidade de Paulo V. passou sobre
 materia no anno de 1658. Antes na *questam*
num. 3. que a penitente sollicitante nam està
 jeita às penas do Breve, & no *num. 5.* resolve
 o Sacerdote sollicitado não està obrigado a den
 ciar da femea sollicitante, & o mesmo dà a en
 der na *quest. 11 num. 4. & 5.* E Seraphim de F
 ras ibi *num. 24.* aos quais, & a outros refere
 segue Bonacin. *tom. 1. in fine disp 6. de onere de*
tiandi punct 3. n. 17.

3 Deinde nam he conveniente para este
 cebispado explicaçam do Author *dict. §. 7. num.*
 em quanto resolve que nam tem caso reservaçã
 Confessor que sollicitou a penitente, antes, ou
 pois da confissam fóra do confessionario, por
 (como elle diz) nesse rigor fala aquella Consti

4. Porque a nolla Constituiçam diz as palavras ibi: *Ou per occasiam della*. As quais palavras comprehendem tambem a sollicitaçam feita fóra confissam, & lugar della por occasiam do que ella se ouvio, como nota Abreu *loco citat. n. 391. in fine*. Vide Bonacin. *dict. punct. 3. num. 22.* & esta a primeira conclusam.

5. Segunda conclusam. Naõ sómente he reservado o peccado do que sollicita cõ palavras expressas tambem o que com palavras indifferentes, ambiguas, ou com acenos, & outros sinais, que merecem o Illustrissimo Arcebispo *quast. 7.* & ibi Sebastian. de Freitas omnino videndus *à num. 22. ass. ad 39.* & Bonacin. *loc. cit. num. 5. & à num. 3.* Por quanto a mesma razam se dà em hum, & outro caso; & ainda maior nos acenos, & sinais, resolve o Illustrissimo Arcebispo *d. quast. 7. n. 8.* & Freitas *num. 38. & 39.*

6. Terceira conclusam. Tem caso reservado o Confessor que sollicita terceira pessoa por meyo da penitente, fazendo della (como vulgarmente se chama) alcoviteira, & està sujeito às penas do Breve conforme a doutrina do Illustrissimo Arcebispo *2. 17. à uum. 5. ubi Freitas n. 13. & 14. Bonac. punct. 3. n. 6.* Por quanto nam se dà disparidade de deixar de ter caso reservado o tal confessor, porque se acha verdadeira sollicitaçam, & com peor circumstancia, porque quando o Confessor sollicita penitente, faz peccar huma só pessoa, & aqui pelo dito da terceira faz peccar duas.

6 Quarta conclusam. Com maior razão o caso reservado o que por os sobreditos modos solicita mulheres, homens, ou moços para o peccado nefando, ou mollicie, ou outros libidinosos por fundamentos do Illustrissimo Arcebispo *quest. à num. 6. & num 11. & Bonacin. d. disp. 6 p. 3. n. 16. vers. Ex quo patet.*

7 O contrario se ha de dizer, & que nam o caso reservado o Confessor que solicita o penitente para outros peccados diversos à venereis, nam estar nesta materia às penas do Breve, como mostra o Illustrissimo na *quest. 8 n. 3. & Bonac. loc. cit. punct. 3. num 13.* como tambem aquelle que solicita na administraçam de outros Sacramentos conforme a doutrina do Arcebispo q. 16. à *num. 8. & de Bonac. loc. cit. n. 14.*

8 O mesmo se ha de dizer neste Arcebispo do leigo, que fingindose Sacerdote, se poz em confessorio, & solicitou a penitente que em bo se confessava a elle, & isto por os fundamentos que o Illustrissimo Arcebispo mostra nam este leigo sogeito às penas do Breve *quest. 13 & Bonac. d. punct. 3. num. 8.* Porém no Bispado de Portogre (como lá se verá) tem caso reservado o que finge Confessor para solicitar.

9 E quanto à duvida q̃ altercam os Doctores quando se dirá que tem caso reservado o Confessor que antes, ou despois da confissam solicitou a penitente, por quanto se julga por feito aquillo, que est proxime faciendum; o que o Illustrissimo

quest.

§. à num 7. prova pella doutrina de Bart.
textum illum in L. pen. ff. de militar. testam. &
text in L. 1. §. Divus Adrianus, text. etiam in
qui cum te'o. Cod. ad legem Cornel. de Sicarijs,
noch. de arbit. cas. 360. num 51. Lotè Freitas
ict. quest. 5. num. 19. o qual no num. 20. diz
 he fica huma duvida qual se deve dizer o acto
 ximo à confissão, & resolve que aquelle se dirá,
 re o qual, & a confissão nam se pôde dar outro
 s proximo, & dà a razam porque aquellas
 sas se dizem mais proximas que immediata-
 nte se seguem, *L. ait Prator. 1. §. astus ff. nec-*
in flum. publ & allega para isso ao nosso Por-
uez Bento Gil virtute, & honestate laudabilis
de honestatis privilegij art. 11. num. 19 o qual
107. col. 2. que he a 3. do dito num. 19. diz as
 ntes palavras. *Alioquin, si post absolutam mu-*
em confessarius ad extraneum aliquem actum di-
it, quanvis eam statim post sollicitet, in continenti
itasse non dicitur, & per consequens constitutione
solicitantibus mulieres in confessione non compre-
detur, quia confessionis actus tunc, cum turpis so-
atio abrepsit, non erat verè, nec interpretativè, &c.
 m me parece que tem lugar neste Arcebis-
 do, onde se poem as palavras, ou por occasiam
 as; o que nota Abreu *loc. cit.* por occasiam do que
 ella se ouvio. A qual occasiam parece que dura
 da que o Confessor se divirta em outros actos,
 id resoluat doctior, cujus censuræ libentissimè
 carebo, & jam adhaereo.

io A obrigação que ha de se revelarem no Officio estes casos, por ahi pertencerem privadamente, como diz a Constituiçam, nam pertence a este tractado. Pòde-se ver em os Doctores referidos, & em outros que elles allegam: Fr. Ch. Fernand.

§. ULTIM.

Advertencias em commun necessarias acerca dos casos reservados.

ADvirtase primeiro, que as Constituiçoens deste Arcebispado, & todas as mais com elles, que os Confessores approvados possam resolver de todos os casos reservados occultos, & pòdem absolver por direito os Prelados, tirando os casos reservados nas Constituiçoens, & he a disposiçam de todas as Constituiçoens de todos os Bispos, como consta dellas no fim dos casos reservados.

2 Advirtase segundo, q̃ pellas Extravagantes primeiras deste Arcebispado Const. 3. consta que nenhum Clerigo de Ordens sacras, ou Beneficiado de Ordens menores tinha caso reservado ainda que cometesse os da Constituiçam, & podiam ser absolutos delles, & de todas as censuras, & excomunhoes, como se nam fossem reservados pello Prelado, tirado o caso commutação de votos, o que entam alguns Confessores não advirtiam, porque vi alguns, & de annos exercitadamente mandarem tomar Bulla a Clerigos, que lhe hia

com algum caso reservado, nam atentando ao
 privilegio da Constituiçam.

Avirtale tertio, q nas segundas Extravagã-
 Const 2. tit. 5. se punha excommunham maior
 desposados que de spois de celebrados os despo-
 os de futuro, antes que legitimamente celebrã
 matrimonio de presente, tem copula entre si, cõ
 os que tem copula, & tem ignorancia inven-
 el desta excommunham, nam ficam excomu-
 os, & assi quando me vem este caso às n.ãos,
 guntelhes, se sabiam que tinham excommu-
 m, & se respondem que nam, absolvaos, como
 am fora posta excommunham sem licença al-
 na, conforme a doutrina dada no caso: *Excom-
 ham maior à jure, vel ab homine.*

Tambê estava posta aos lobreditos pena de
 mil reis alem da excommunham. A qual não
 eve, senam *post latam sententiam*, posto que fa-
 do em rigor das palavras da Constituiçam, se
 vassem aos desposados do dominio da pena, cõ
 o atê o Meirinho a nam repetisse, ainda tinhaõ
 so do dinheiro, como consta em os herages, os
 is tambem perdem o dominio, & o uso nam, &
 o Confessor que tinha poder para os absolver
 excommunham, em caso que a incorressem, os
 lia absolver, ainda que nam pagassem a pena,
 que vi alguns Priores, & Parochos *non minoris*
 , que os nam queriam absolver, atê não pagarẽ
 na, servindo ainda de accusadores, & sollicita-
 es do Meirinho. *Quod valde notandum est.*

E tem os Côfessores obrigação de saberem os casos de cõr, & terem alguma explicaçam de sabendo que nam pôde absolvelos sem licença privilegio. Aqual proponho agora diãte dos obis

C A P I T. III.

Dos casos reservados particulares pellas constituições dos Bispados deste Reyno de Portugal.

§. I.

Dos casos reservados nas Constituições do Arcebispo de Braga Primaz.

1



As Constituições do Arcebispo de Braga no tit 3. de Sacramentis. Constit. 6. se reservam todos os casos que antigamente eram reservados neste Arcebisado de Braga, & mais os seguintes. Primeiro, Heregia. Segundo Blasphemadores publicos. Terceiro, Feiticeiros, & Feiticeiras. Quarto, ordenarse por simonia, ou com licença falsa, ou ingerirse furtivamente. Os quais explicarei brevemente, & só se lhe acrescentaram as palavras seguintes. E os demais explicados acima, excepto o oitavo. que já não he reservado, & aqui ponho.

Vendo eu ao Doctor Sebastião de Abreu, & no os casos que elle conta nam se tem por o mo- que o Author conta, & diz serem os mesmos de boa, & as somas de haver o alheyo, cujo dono nam sabe, & a dos dizimos, me pareceo polos os por sua ordem, & apontar em que paragrafo a explicação de cada hum, para assi ser facil Sacerdotes deste Arcebisado, como dos mais ados acharem a explicação dos seus casos com nos diffcultade, porque as outras impressões se lhe conhece o capitulo, nem paragrafo, no agra ordeno que se faça.

Diz o Doctor Sebastião de Abreu q os ca- reservados no Arcebisado de Braga sam qua- te no livro que compoz *de institutione Parochi*, to. cap. 10. sect 1. §. 1. à num. 388. Primeiro, *Segundo*, Blasfemia publica, ou blasfe- mias publicas. *Terceiro*. Feiticeiro, & Feiti- zas. *Quarto*, Homicidio voluntario dado à exe- cutam. *Quinto*, Incendio feito de proposito com in- tencão de fazer mal. *Sexto*, Sacrilegio. *Septimo*, Communham maior *ab homine, vel à jure*. *Octa-* vo, Haver o alheo, cujo dono se nam saiba, que ex- ce de o valor de hum tostam. *Nono*, Dizimos nam os às Igrejas a que se devem, que excedam va- le hum tostam. *Decimo*, Matrimonios clande- stinos, & tambem comprehende as testemunhas. *Undecimo*, Commutaçam de votos quaesquer que n Duodecimo, Mãos violentas em Clerigo. *De-* cimo tertio, O que se ordenou por salto, ou com

dimissórias falsas, ou turcivamente se ingirio
Ordens. *Decimo quarto*, o Estemunho falso em a
ou escriptura falsa em juizo. Onde cada hum
se trata se apontará o lugar, & o que nam e
explicado se explicará, nam tirando ao Au
seu estudo, & trabalho, porque a explicaçã
voto, que na terceira impressam se poem ex
112. he do Author, que na segunda impressã
nha ex pag. 84. por entam ser reservado este
no Arcebisnado de Lisboa, que agora nam se
entre os desesais reservados. *Fr. Clem Fernandes*

Do primeiro caso reservado, que he heresia.

4 Deste caso disse o Author algumas co
ainda que brevemente na primeira impressã
na segunda pag. 109. cum seqq. E o Doctor A
nio Pimenta se alargou mais na terceira impr
ou pag. 21. até 277. misturando algumas cou
Author com as suas, & só lhe faltou a diffin
da heresia, & a segunda conclusam, que ven
o seguinte.

5 Heresia se diffine. *Est error intellectu
fidem post baptismum cum pertinacia. Ita Doctores
muniter.*

6 Segunda conclusam. A heresia que a
reserva he a mental, da qual qualquer Con
nam sendo reservada, pôde absolver, a qual
de reservar pellos Prelados, como de facto se
va neste Arcebisnado de Braga, & em alguns
De quibus infra. A razam he, porque refer
absolvçam de hum caso mental, nam he ex

idificam, mas negala a alguem, como bem nota
to in 4. quaest. 18. art. 5. & Ledesma, & outros
doctores.

Do segundo caso reservado, v. g. Blasfemadores
publicos.

1. Este caso ja fica tratado assim no cap. 2 s. 7.
num. 12. onde remeto o lector por nam repitir.

2. Somente advirto, que para a blasfemia ser
ervada neste Arcebispado de Braga, requerem-
duas cousas. Primeira, que seja formal dita com
cencam, & advertencia. Segunda, que a diga o
sfemo em presenca de muitos, ou em juizo, &c.
ut calari nulla possit tergiversatione. Ou que se

ba a a mayor parte da visiohança, Parochia,
osteiro, Collegio, ou seja notoria, in ratione de-
t. Vide Henric. lib. 4. cap. 22 num. 4. Avil.

part. cap. 2. disp. 1. dub. 11. concl. 1. Sanch. de
rim. lib. 8. disput. 34. num. 55. & in sum. lib. 2.

11. num. 19. Soar. tom. 4. disp. 30. sect. 2. n. 2.
gin. lib. 1. num. 135. Azor. 1. part. lib. 8. cap. 10.

st. 7. Bonacin tract. de censur. disput. 1. quaest. 3.
ct. 2. n. 1. s. Quarto delicta.

Do terceiro caso reservado, v. g. Feiticeiros, ou
Feiticeiras.

1. Maleficio, ou feitiçaria, he arte de fazer mal
outros com ajuda, & poder do diabo. Ita To-

lib. 4. cap. 16. Valent. 2. 2. disput. 6. quaest. 13.
ct. 4. Clau. Reg. lib. 4. cap. 6. num. 23. Regin-

17. nam. 275. Bonacin. tom. de leg. b. disput. 3. q.
n. 1. & DD. communiter.

2 Cinco modos ha de fazer feitiçarias. *Primeiro*, para descobrir cousas que estam encubertas, v. g. os segredos dos homens. *Segundo*, Para curar doenças, & outros males nos bens da fortuna, *Tercero*, para procurar a fraude. *Quarto*, para outros effeitos impossiveis no commum juizo de todos. *Quinto*, para operações superstitiosas, & magicas. De quo vide Bonacin. tom. de legib. drsp. 3 q. num. 3. cum Clau. Regia, & outros muitos DD.

3 Suppostas estas cousas, seja unica conclusão. Os feitiçeiros, & feitiçeiras que fazem feitiços por algum dos cinco modos no numero precedente tem caso reservado, & nam os que usam de outros depois de feitos pellos feitiçeiros, porque as Constituições deste Arcebisado de Braga só reservam os feitiçeiros, & feitiçeiras, como consta das palavras das Constituições, porém no Arcebisado de Lisboa os que usam dos feitiços já feitos tem caso reservado, como fica dito no cap. 2. §. 1.

4 Os remedios contra os feitiços sã os seguintes. *Primeiro*, grande fê na divina protecção. *Segundo*, tomar o Baptismo. *Tercero*, Confissão de peccados. *Quarto*, Tomar a sagrada Eucharistia. *Quinto*, O exorcismo da Igreja. *Sexto*, Atoa benta. *Septimo*, Relíquias de Santos. *Oitavo*, Sinal da Cruz. *Nono*, Chamar o nome de Jesus, de Nossa Senhora, do Anjo da Guarda, & outros Sãctos, de que for costumado receber amuletos. *Decimo*, A oração com jejum, &c. Vide Lib. 2. cap. 44. sub. 6. num. 45. Soar. lib. 2.

reflit. cap. 17. Sanch. in sum. lib. 2. cap. 41. n. 25.
u. Reg. lib. 4. cap. 6 num. 27. Bonac. 10m. de le-
disp 3. q. 5. n. 10. & outros Doctores.

Finalmente o Confessor tem obrigação per
 tar cinco cousas ao penitente feiticeiro. Pri-
 ro. Se fez concerto com o diabo, & se lhe pro-
 ceo de desamparar a Christo, & sua Fè, & deve
 tender que o feiticeiro desfaça o pacto por
 itencia do crime feito, & se tiver algũ papel,
 queo. Vide Sanch. lib. 2. cap. 40. n. 53. Soar. loc.
 n. 4. Bonac. loc. cit. n. 11.

Segundo Se deu honra a Satanas, & se cometeu
 ros sacrilegios contra o Santissimo Sacra-
 nto.

Terceiro. Perguntelhe se no pacto que fez com
 emonio interveyo heresia, v.g se creu que a
 ta Fè nam era verdadeira, ou os Sacramentos
 e nam aproveitavam, &c. & achando algumas
 as destas, remetao aos Senhores Inquisidores.
 Quarto. Perguntelhe como fez os feitiços, v. g.
 os fez com cousas sagradas, crendo que tinham
 a virtude para semelhantes effeitos, & tambem
 te caso remetao aos Senhores Inquisidores, por-
 neste caso, como no do s. precedente, nam
 nente he sacrilego, mas herege.

Quinto, & ultimo. Perguntelhe se deu algũ danno,
 que està obrigado a restituir os dannos todos.
 quo Sanch. lib. 2. cap. 40. num. 23. Soar. lib 7:
superst cap. 14. num. 12. & cap. 17. num 13. &
11. Porque pella causa efficaz do danno està
 obri-

174 Capit. III. §. 1. cas. 4. usq. ad 8.
obrigado a restituir. Ita Bonacin. loco cit. num. 1
seqq.

4 Do quarto caso reservado, v g. Homicidio voluntario dado a execução.

A explicação deste caso se trata acima nos
los de Lisboa s. 5. onde se pôde ver. Fr. Clem
Fernand.

5 Do quinto caso reservado, v g. Incendio feito a
proposito por fazer danno.

Deste caso tratou o Author nos casos de Li
s. 6. Fr Clem Fernand.

6 Do sexto caso reservado, que he sacrilegio
Se tratou acima nos casos de Lisboa. s. 7.

7 Do septimo caso reservado, que he excom
nham maior à jure, vel ab homine, se tratou loco.
s. 8.

8 Do oitavo caso reservado, que he Haver o al
cujo dono se nam saiba, se tratou acima loco citat. §.
dos casos do Arcebisado de Lisboa. Mas de
se advertir, que em Lisboa a quantidade reser
da sam quinhentos reis, & neste Arcebisado
Braga he hum tostam. E nam faltou quem dis
se que esta tam pequena soma, que antigamente
podia ser grave, hoje nam parece tal. Notou
bren loc. cit. n. 388. in fine.

Secundò se ha de advertir, que neste Arcebis
do de Braga, se nam se exceder a dita soma se pô
o penitente absolver com tanto que entregue p
meiro jo dito dinheiro para a fabrica da Igr
d donde for freguez, & se exceder, se no lugar, ou
ter

Quando estiver o Provisor, ou Vigario geral, se entregará a elle perante o Notario de seu officio, para que o despenda em obras pias, & se ahi não estiver, se entregará ao Parocho do lugar, ao qual se manda com pena de excommunham, & de o pagar em dobro, o consigne ao primeiro Visitador que vier visitar a tal Igreja, que o distribuirá em obras pias, com tanto que não ache certa informação do senhor a que pertence. Ita Abreu *dict.* num. 388. Fr. Clem. Fernand.

9. Do nono caso reservado: v. g. Dizimos não pagos as Igrejas a que se devem, que excedam a soma de mil tostões. Se tratou acima no §. 10. dos casos do Arcebispado de Lisboa. Porém lá a quantidade é de duzentos reis, & em este Arcebispado he hum tostão. Aonde se acrescenta, que se algum Sacerdote absolver em o caso de dizimos não pagos, ou excedam, ou não excedam a dita soma sem primeiro estar satisfeita a parte a que se devem, incorre em excommunham maior ipso facto. Ita Abreu *loc. cit.* n. 389. Fr. Clem. Fernand.

10. Do decimo caso, v. g. Matrimonios clandestinos, se tratou acima no cap. 2. §. 12. Com tudo neste Arcebispado tem também caso reservado as excommunhas, que a taes matrimonios assistirem, segundo Abreu *dict.* num. 389. Fr. Clem. Fernand.

11. Do undecimo caso reservado, v. g. Commutações de votos qualesquer que sejam, tratou o Author na primeira impressam, & na segunda, explicando o octavo caso que entam era reservado no Ar-

Arcebispaço de Lisboa, na forma seguinte.
Clem. Fernand.

1 Voto diffinise. *Est voluntaria, & deliber.*
promissio facta Deo de aliquo bono meliori. Ou seja
 promessa exterior, ou interior, explicita, ou im-
 plicita, como se acha no que toma ordens sac-
 voluntariamente, & nam basta proposito, porq-
 nam indiz obrigação alguma. *Ita Doctores commu-*
niter cum Bonacin. tom. de legib. quest. 2. dispu.
punct. 1. num. 1. & 2. San h. lib. 4. cap. 1. num. 2.
Azor. lib. 11. cap. 13. quest. 5. Tolet. lib. 4. cap. 1.
Less. lib. 2. cap. 4. num. 31. Clau. Reg. lib. 6. cap.
Navar. cap. 12. n. 24. & a'y.

2 A obrigação do voto por hum de quatro
 modos se tira. *Primeiro.* Tirada a causa final, por
 amor da qual o voto foi feito, ou sobrevivendo mu-
 dança, ou dificuldade notavel, que se o vovente
 considerara nam votaria. *Ita DD. communiter.*

Segundo, por irritação feita pello Summo Pon-
 tifice em respeito dos Clerigos, & leigos. Pello su-
 perior em respeito dos servos. Pello marido em re-
 specto da mulher, & pella mulher em respeito do
 marido. Pello pay, ou tutor em respeito do filho.
 Pello Superior em respeito do Religioso, &c. *Ita*
omnes.

Terceiro, por dispensação pello Summo Pon-
 tifice em todos: pellos Bispos em alguns, pello Pa-
 rocho em nenhum, nam tendo privilegio particu-
 lar para isso. *Ita omnes.*

Quarto, & ultimo. Por commutação feita, o
 pell

Illo mesmo vovente em outra cousa evidente mē
melhor, ou que conste ser igual evidentemente,
undo a provavel opiniam: ou pello Summo
ntifice, Bispo, ou pessoa que tenha poder ordi-
rio para dispensar, ou privilegio para commu-
. De quo vide *cap. pervenit 2. de jurejurand, &*
acin. tract. de legib. disp. 4. quast. 2. punct. 7. §. 3.
omnes.

3 Aquillo se diz evidentemente melhor, que
nsideradas todas as circumstancia, he mais grato
Deos: & aquillo se diz evidentemente igual, que
igualmente grato fazerse a Deos, *Hic, & nunc.*
omnes.

4 Quando a commutacão se faz pello voven-
em cousa evidentemente melhor, pòde com-
utar ainda os votos reservados a Sua Sanctida-
v. g. em o voto solemne de Religiam: *juxta*
Scriptura de voto, de quo Caiet. verb. votum cap.
& 2. 2. quast. 88. art. 12. Aragon. ibidem. An-
1. verb. vot. 4. num. 2. Covar. cap. quanvis de pa-
s part. 1. § 3. num. 4. Sot. 7. de justit. quast. 4. art. 3.
alijs.

5 E fazendose a cōmutaçam em materia, que
menos boa, sempre se require authoridade do
elado, porque nesta commutaçam necessaria-
mente deve intervir dispensaçam na parte, que
est de meliori. *Ita Doctores citati.*

6 Na dispensaçam tirase a obrigaçam, & vin-
lo do voto; & na irritaçam humas vezes se tira,
outras se suspende, & entam nam he propria-
mente

mente irritaçam, & na commutaçam nam se ti
simpliciter a obrigaçam, senam subitituefe, & su
 roge fe nova materia em lugar da primeira,
 caula quando se faz em evidente melhor, & co
 ella em coufa menos boa, a qual he a difficulda
 em cumprir o voto, o proveito do vovente, a re
 gnancia dos pays, do marido, &c. Porque incl
 dispensaçam, como bem notou Lessio lib. 2. cap
dub. 19. in *tertia editione* num. 110. Caiet. *verb*
tum, cap. ult. Sanch lib. 4. cap. 13. num. 14. Reg
 lib. 8. num. 348 Bonacin. 10m. de legib. disput. 4
 2. punct. 7. §. 4. n. 1. & alij.

7 Suppostas estas coulas, seja unica conclus
 Toda a commutaçam de qualquer voto que f
 he reservada, como consta das Constituiçoes d
 Arcebispados (& no Arcebisgado de Lisboa
 era antigamente) & assi fazendo o Confessor
 guma sem commissam do Prelado, he nulla, p
 que a reservaçam daquellas coufas que pòdem i
 pedir a salvaçam do penitente que se tirov, he
 respeito dos peccados, & censuras, o que nam t
 o voto porque com elle se pòde salvar huma al
 De quo vide Navar. cap. 12. n. 79. & omnes u
 numiter.

8 Advirtase no fim da explicaçam deste c
 que o Confessor em tempo de Jubileo pòde fa
 a commutaçam dos votos *extra confessionem*, p
 que nam he materia necessaria do Sacramento.
 quo Sanch. lib. 4. cap. 54. num. 17. & 32. N
verb. *Indulgentia* num. 9. Soar. lib. 6. de voto cap.
 m

4. *vers.* *Hac ergo.* Bonacin. *de legib' disp* 4.
2 punct. 7. s. 3. num. 16. & *aliq.* *Idem* Dian.
rt. tract. 2. *resol.* 9. pag. 29.

B. Ita que se faça em cousa menos boa. A
m he, porque se eu posso por minha propria
bridade commutar o voto que fiz em cousa
entamente igual, conforme o que acima fica
Que do novo me concedeo o privilegio? De
Aragon. 2. 2. *quest.* 88. art. 12. *Sã verb. votis*
io num. 10. Tolet *lib.* 4. *cap.* 18. Rodrig. 2.
cap. 100. num. 4. Bonacin. *tom. de legib' disp.*
quest. 2. punct. 7. § 3. num. 11. Ainda que te-
n o contrario Sanch. *lib.* 4. *cap.* 5. num. 4.
lib. 6. *de voto cap.* 12. num. 6. Azor. *lib.* 11.
3. *quest.* 6. Clau. Reg. *lib.* 9. *cap.* 11. num. 9. Re-
l. *lib.* 18 num. 348.

O A qual commutação por virtude do privi-
o ha de fazer o Confessor, considerando o tra-
o, gastos feitos na execuçam do voto, indo,
ndose, & tornando, tirados os que havia de
o vovente em sua casa, *juxta cap. magna de*
De quo Sayr. *lib. cap.* 12. n. 20. & 21. Aon-
nfina, & poem muitas regras para commutar
s em particular, & aonde em resoluçam diz
por voto perpetuo sempre se ha de pòr vincu-
perpetuo.

inalmête o Confessor pòde absolver do pecca-
ontra o voto cometido, ainda que seja dos vo-
eservados a S. Santidade. Porque lô a cõmu-
m he reservada, & nam o peccado, *ut patet.*

160 Capit. III. §. I. cas. 12. 13. & 14.

O duodecimo caso reservado em este Arce-
pado de Braga, he *Maos violentas em Clerigo*,
A explicação delle vai acima no cap. 2. §. 7.
se pôde ver.

O decimotercio caso he do que se ordenou
salto, ou com dimissorias falsas, ou furtivam-
se ingirio às Ordens. Vejase a explicação del-
le acima no cap. 2. §. 13. per tot.

O decimoquarto, & ultimo caso reservado
*Testemunho falso em juizo em autos, ou escritura
em juizo*. Acerca da escritura falsa em juizo
usar della, se tem d'to assima cap. 2. §. 14. A
do juramento, ou testemunho falso em juizo
dito acima no cap. 2. §. 9.

Advirte o Author, que a Constituição con-
poder aos Priores, Abbades, &c. para pod-
absolver de todos os outros casos reservados
Prelado, assi como elle pôde absolver delles
rando os que se reservam nas Constituições
que isto concedem as Constituições de tod-
Bispados.

§. 2.

*Das casos reservados nas Constituições do Arcebis-
da Cidade de Evora.*

I **N** As Constituições do Arcebisado de
Evora no tit. 3. do Sacramento da Co-
sa cap. 6. se reservam os mesmos casos,

igmente eraõ reservados neste Arcebispado Lisboa, cuja explicacõ se poderà ver no cap. 2. totum, & tem mais os seguintes 1 Heresia. 2. d-nar-se por falso, &c. dos quais tratei no cap. sente 3. § 1. Sõmente advirto que no anno de 59 se fez hum Synodo Diocesano, em o qual em algumas declaraçoens sobre os casos reservados. O curioso Lector as veja, & conforme a as faça seu officio.

2. Advirtase primeiro, que no caso juramento o em juizo, que he necessario para ser reservado que haja danno, & detrimento de terceiro, & que jurando tal o sem dar danno, nam ha caso reservado. O que diligentemente se ha de notar. Por danno se entende aquillo que se devia à re lesa de justiça antes da sentença, & nam a da de que privou ao réndeiro a testemunha jurando falsa, porque esta nam se lhe deve, senam pois de sentença dada. Ita Navar. cap. 25 n 51. *correctus verb. restitutio num 44. Mich. Salon. 2. quest 63 art. 7. contr. 5. ad 3. & quest. 70. art. contr. 3. in fine.*

3. Advirtase segundo, que no caso Haver o alheo, cujo dono se nam sabe, a quantidade reservada he que passe de quantia de tres mil reis, com nelma declaracão de palavras, que dissemos tratando dos casos reservados neste Arcebispado de Lisboa no caso Haver o alheo, cujo dono, &c.

4. Advirtase terceiro, q no caso Dizim os nam gos, &c. a quantidade reservada he que passe

de dous cruzados, & nam passando farà o Confessor entregar à pessoa a que se deverem, & abolverà o penitente, & presumindo abolver do modo, o Confessor fica excommungado de excommunham mayor.

5 Advirtase ultimo, que aos esposados, cohabitarem antes de se receberem poem pena dous mil reis, mas nam de excommunham, ficando sempre reservado daremlhe mais o castigo, e merecer o caso.

Diz o Author, que neste Arcebispado de Evora se reservam os mesmos casos que antigamente reservavam em Lisboa, & mais dous que elle aponta; assi vem a fazer doze, sendo que o Doctor Sebastiam de Abreu diz que sam sómente onze, porèm seria erro de quem lhe recitou os casos reservados, porque lhe poz matrimonios clandestinos, nam se achando entre os que conta Sebastiam de Abreu, que me parece nam podia errar, pois Lente de Prima de Theologia em Evora. E me parece pòr os casos reservados pella Ordem que poem o Doctor Abreu apontado, onde se da hum explicou por se nam ter tanto trabalho como atè agora *ex num. 392. sect. 3. lib. 10. cap.*

1 O primeiro he homicidio voluntario por por execuçam fora da guerra. Este se explicou *cap. 2. §. 5.*

2 Segundo, incendio com intençam de fazer mal, de que se tratou *cap. 2. §. 6.* & isto (como o Abreu) antes de denunciado, porque depois

unciado he reservado ao Papa, como se apon-
na addiçam num. 7.

Terceiro, sacrilegio, a saber matar na Igreja,
no adro, quebrar com violencia as portas, ou
maduras do Sacrario, ou da Igreja, ou por lhe o
tirar da Igreja o delinquente que a ella se a-
neu, furto de lugar sagrado. Estes diz Abreu,
são os sacrilegios affinados pella Constitui-
ção, os quaes se podem ver acima cap. 2. §. 7. &
Abreu no cap. 10. sect. 2. §. 4. ex num. 321. &
dict. num. 392. que os mais sacrilegios que re-
u ne dict. §. 4. da sect. 2. por o theor das pa-
ras nam parecem reservados.

Quarto, excommunham maior á jure, vel ab
ine, de que fica tratado d. cap. 2. §. 8.

Quinto, Haver o alhen, cujo dono se nam
a, que passe de tres mil reis, & se nam exceder,
de o penitente ser absoluto com as declarações
diz Abreu loc cit. & fica dito no cap. 2. §. 11.

Sexto, Dizimos nam pagos à Igreja a que se
em, que excedam o valor de dous cruzados: de
fica tratado no d. c. 2. §. 10. & o Author a-
nta neste §. 2. advertencia 3. n. 4.

Septimo, Commutaçam de quaesque votos:
que tratou neste cap. 3. §. 1. cas. 11. n. 150.

Octavo, Maõs violentas em Clerigo, de quo
reu d. sect. 2. §. 5. à num. 330. & acima fica dito
cap. 2. §. 7. à n. 46.

Nono, Ordenar-se por salto, ou com dimis-
as falsas, ou ingerindose às Ordens furti-

tivamente, de quo capit. 2. §. 13.

10 Decimo, Testemunho falso em autos em juizo, ou escritura falsa, de quibus supra cap. 14. §. 9. Adverte Abreu *loc. cit.* num. 393 o acima advertio o Author n. 2. advert. 1.

11 Undecimo, Heresia; de que se trata cap. 2. §. 1. & neste cap. 3. §. 1. cas. 1. Adverte breu *loc. cit.* que a heresia especialmente se refere ao Prelado, & nam ao Provisor, salvo forp mente mental, & diz que se ha de notar que a regia, que o Prelado especialmente reserva mesmo, he aquella que he occulta *per accidentem* qual o Concilio Tridentino cometeu aos Prelados, & nam a seus Vigarios. A qual committido diz elle que conforme a mais commua, & provavel opiniam está hoje tirada por a Bulla Cea, como elle diz no fim da secçam primeira de diz que por huma, & outra parte ha graves mos Doctores, & graves razoes. Porém opiniam que affirma poderem os Bispos de tal absolviçam nem se pôde já seguir por condemnada pello Papa Alexandre VIII. anno 1665.

No fim se dá poder aos Priores, Reytotes Curas para absolverem dos casos per direito reservados ao Prelado, tirando estas onzas, que se reservam nas Constituicoens, & diz que esta poder acerca dos que se reservam ao Prelado de jure muni, ou per geral costume de que tratou na 1. Fr. Clem. Fernand.

S. 3.

s casos reservados nos Constituições da Cidade
de Coimbra.

N As Constituições do Bispado de Coimbra Const. 4.ª são reservados os mesmos que nas Constituições antigas deste Arcebisado de Lisboa, cuja explicação se pôde ver cap. 2.ª. Têm mais os seguintes. *Primeiro*. Heresia. *Segundo*, Blasfemadores publicos. *Terceiro*, Feiticeiros, ou Feiticeiras. *Quarto*, Ordenar-se por salto, &c. *Quinto*, A copula entre os que estão recebidos, & entre os que estão recebidos com licença, antes de receberem as benções. *Sexto*, Omissão, ou negligencia daquelles por cuja culpa chamam os filhos afogados. *Sétimo*, O peccado da heregia, ordenar-se por salto, blasfemadores publicos, tratei neste cap. 3.ª num. 1.ª.

Acerca do caso reservado, v.g. A copula tida por desposados, se requiere. *Primeiro*, que haja copula consumada, & não bastam osculos, & abraços. *Segundo*, que estejam jurados com promessa, que haja verdadeiros desposorios, & o mesmo se ha de dizer da copula entre os recebidos, antes de tomarem as benções, como consta das palavras da reservação, ainda que me disse hum a fidedigna, que estava revogado por hum a

provisam que passara o senhor Dom Ioaõ Mar em seu tempo.

3 Acerca do caso. Peccado, ou negligencia daquelles por cuja culpa se acham os filhos afogados, só advirto que he necessario intervir criminal, ou semelhante negligencia, & em duvida se o he, ou nam, hase de julgar por nam reservado o que se ha de julgar, pello arbitrio do prudente Confessor consideradas as cousas bem, perguntado ao penitente, se previo o perigo, & nam oitou, ou se sabia moralmente, que já daquella neira lhe tinha succedido o mesmo, & com tãta nam deixou de o fazer, &c. O que tudo deixa ao arbitrio do prudente varaõ.

4 Advirtase primeiro. Que no caso: Haver alheo, cujo dono, &c. a quantidade reservada que passe de hũ cruzado com as mesmas palavras de que usa a Constituiçam do Arcebispado de Braga §. 1. no 4. caso num 5. Agora no cas. 8. verigundo se ha de advertir pag. 167.

5 Acerca dos dizimos não pagos, &c. Advirtase que a quantia reservada he que passe de zentos reis, & poem excommunham ipso facto Confessor, que absolver de dizimos nam p contra a forma sobredita, v. g. nam satisfaze primeiro, & a mesma pena poem absolvendo algum caso reservado à Sè Apostolica, ou dos reservados nas Constituiçoens.

4 Já adverti acima por vezes, que o Autores seu intento principal era tratar da exp

dos casos reservados neste Arcebispado de Lisboaahi se occupou mais, & nos outros *acces-*
& por isso se lhe acharam algumas faltas, como
onzei acima *no s. 2.* aonde mostrei que confor-
a sua conta fazia doze casos reservados na-
elle Arcebispado, nam sendo mais que onze, &
Bispado de Coimbra vem a fazer dezesleis, pois
dez antigos do Lisboa acrescenta mais seis, naõ
do elles mais que quatorze, mas nam devia de
vertir que nas Constituiçoens de Coimbra naõ
contem o septimo caso das constituiçoens anti-
deste Arcebispado, v. g. Matrimonios clande-
tos, nem o octavo, que he commutaçam de vo-
E estes quatorze sam reservados ao Bispo, ou
Provisor, como se declara no titulo da dita Cõ-
uiçam quarta, cuja ordem seguiremos; & por-
e nem todos pòdem ter as Constituiçoens, nem
a isso obrigados, mòrmente nam as havendo
presente, & ha muitas Igrejas que nam as tem,
emos algumas advertencias.

Primeiramente se advirte que a dita Consti-
ção dispoem que quando alguma pessoa se con-
ar inteiramente de seus peccados, & seu Confes-
achar que tem cometido tal peccado, cuja ab-
viçam pertence ao Bispo, ou seu Provisor por
ser reservado, manda que antes de lhe dar o
nfessor penitencia, nem o absolver dos pecca-
confessados lho remeta, ou ao Provisor para se
dar penitencia saudavel, & o remeter ao Con-
or cometendolhe suas vezes para o absolver

juntamente do tal peccado, & dos outros de q
a elle se confessou, dandolhe credito no que da
te do Superior lhe differ, & nam podendo o p
nitente ir, o Confessor darà conta per si, ou p
hum escrito seu cerrado, & sellado. Os casos s
os seguintes com suas de laraçoes tiradas da m
ma Constituiçam. O primeiro. Heresia mental.
quo cap. 2. §. 1. & cap. 3. §. 1. & §. 2. cas. 11.
gundo. Blasfemadores publicos. De quo cap
§. 2. num. 2. & §. 7. ex num. 12. Terceiro. Fe
ceiros, ou Feiticeiras. De quo cap. 2. §. 3. Qua
Homicidio voluntario posto em obra cometido
ra da guerra. De quo cap. 2. §. 5. Quinto. Aqu
les por cuja culpa, ou negligencia se acham os
lhos afogados De quo dict. §. 5. post num. 25.
o adverte o Author neste §. 3. num. 3. Sexto.
cendio feito à cinte por fazer danno. De quo cap
§. 6. Septimo. Sacrilegio. De quo dict. cap. 2. §.
Octavo. Excommunham maior posta per dire
ou por homem, que nam seja reservada a outro
Nono. Haver o alheo, cujo dono se nam sabe, e
passê de hum cruzado, & nam passando, &c. V
jase o que se advertio no cap. 2. §. 11. num. 30.
ex num. 23. & cap. 3. §. 1. cas. 8. Decimo. Di
mos nam pagos de quatria de duzentos reis p
cima. Acerca do qual se ha de guardar no qu
dicta Constitutione adverte o Author num. 5. de
& no §. 1. cas. 9. Undecimo. Os que antes de
cebidos em face de Igreja convertem suas espo
com as quaes estam jurados, ou ainda recebi

es de receberem as bençoens, ou irém à Igreja para o que se advirta o que o Author diz *de iur. num 2. & Abreu dict. § 4. num 395. Decret. 2. Maõs violentas em Clerigo de qualquer leys factas, ou menores, que por seu habito, & fura por tal for conhecido, & que goze do privilegio Ecclesiastico, ou Religiosos. De quo cap. 7. Decimotercio. O que se ordenar por facto, com dimissoria, ou licença falsa, & se ingirio ivamente. De quo cap. 2. §. 13. Decimoquarto ultimo. Juramento falso em juiz, ou seja de Juiz Ecclesiastico, ou secular, Ordinario, ou legado, ou Reytor da Universidade, & entender juramento falso, quando, ou disser o que he, ou calar a verdade sabendoa, sendo por hum dos ditos Juizes justamente perguntado. dos os mais casos reservados ao Prelado se co-cem aos Priores, Abbades, Reytors, & Curas ndo estes, & assi parece que os Confessores, da que sejam approvados nam podem em rigor palavras da Constituiçam absolver dos outros os reservados ao Prelado.*

Segundo se deve advertir que na Constitui-
3. §. ult. do dito tit. 4. se concede licença, e livremente se possam confessar huns aos ou-
s, ainda que seja na Quaresma, & escolher pa-
sso qualquer Sacerdote secular, ou Religioso
ular, ainda que nam seja curado sendo appro-
to por o Bispo, & que tenha sua licença, ou do
vifor, ou tiver beneficio curado no Bispado.

que os possa absolver de todos os casos ao Bispo reservados, como nam seja da excommunhaõ maior, porẽ n que se nam entenderà nos de Ordens cras, ou Beneficiados, que nam forem de Missa nam padece duvida poderem ser absolutos dos casollos da Constituiçã os Sacerdotes tirando da communham, pois por essa excepçã fez reem contrario, como dizem os Juristas pello *textu L. quesitum 12. §. Idem respondit vers. Denique, L. de lamonis 18. §. cui fundum, ff. de fund. instruct. alijs per Guarb. conf. 80. n. 17.*

7 Porẽm nam ousarei admitir para este feito de absolver dos reservados o costume que geralmente em todos os Bispados de se confessam os Sacerdotes a outros, que jã foram approvados de presente nam tiverem licença do Bispo, ou Provisor, ou Beneficio curado no Bispado, p que ainda que para os peccados nam reservado *vigeat talis consuetudo*; nam me parece que para reservados pòde proceder no Bispado de Coimbra attentas as palavras da Constituiçã, ibi: *Que por nòs approvado, & tiver nossa licença, ou do nòs Provisor, ou tiver Beneficio curado em nosso Bispado*. Pellas quãis palavras nam só se reque ser a provado, mas ter licença actual, & nam só t Beneficio curado, mas que deve ser o tal beneficio no Bispado; & assi o *semel* approvado, & o Beneficiado curado em outro Bispado, nam poderà absolver aos Sacerdotes dos casos reservados. O contrario parece se deve dizer do Religioso regul po

que esse poderà absolver, ainda que nam seja
ado; como se colhe das palavras da mesma
nstituiçam, ibi, ou Religioso regular, ainda que nam
cura, & nos Beneficiados require que tenham
eficio curado. Fr. Clem. Fernand.

§. 4.

Casos reservados nas Constituiçoens do Bispado da
Cidade da Guarda.

NAs Constituiçoens do Bispado da Guarda
lib. I. tit. 8 cap. 14. se reservam os mes-
s casos, que antigamente eram reservados em
e Arcebispado de Lisboa tirados os casos, v. g.
matrimonios clandestinos, sacrilegio, & commu-
cam de votos. E tem mais. Primeiro. Blasfemia
blica. Segundo. Feitiçaria, ou usar de feitiços.
terceiro. Invocaçam do demonio. Quarto (que là
novo.) revelar o Sacerdote o sigillo da Confis-
m. Quinto (que là he o duodecimo, & ultimo.) O
ccado do Parocho, ou Confessor, que tiver o
neo, cujo dono se nam sabe, ficandolhe na mão,
dentro em hum mez o nam entregar a pessoa
putada para isso, ou os converter em seus ulos,
i quaesquer outros, que por via de confissam se
positam em sua mão para se restituirem.

2. Do caso da Blasfemia fica tratado acima cap.
§. 2. & §. 1. ex num 12. & dos feitiçeiros na
3. Mas aqui neste Bispado alem dos feitiçeiros,
le

se reserva tambem o usar de feitiços já feitos, p
 qué tem por offic o faz-los, o que nunca he licit
 v. g. usar de feitiços, nem pedilos, ainda que t
 zombando, & intervenha o bem commun, po
 que he intrinsecamente mau. De quo vide So
lib. 2. cap. 1. num. 3. de superstit. Sanch l lib. 2 o
41. num. 5. Less. lib. 2. cap. 44. dub. 6. num.
Navar cap. 11. num. 29. Tolet. lib. 4. cap. 6. Cla
Reg. lib. 4. cap. 6. num. 26. Bonacin. 1. de leg
disp. 3. q. 5. & alios.

3 O mesmo se ha de dizer do q̃ invoca o c
 monio, porque tambem he intrinsecamente ma
 O contrario do que pede ao feiticeiro que lhe f
 ça feitiços em quanto nam usa delles porque o n
 reserva a Constituiçam.

4 Acerca do caso, v. g. Revelar o sigillo
 confissam (alem do que fica dito *no cap. 2. §. 15*)
 advirtase que se entende somete do Sacerdote Co
 fessor, porque só está obrigado propriamente gua
 dar o sigillo, porque ainda que em outras pesso
 se dê de algum modo obrigaçam de o guardar, c
 tudo nam he como rigor que tem o proprio Con
 fessor. De quo vide Navar. *in cap. Sacerdos de penit*
dist. 6. num. 33. Regin. lib. 3 num. 3. 4. & 27. Me
noch. de arbit. lib. 2. censur. 5. cas. 414. Mascaro
de probat concl. 177. Henriq. lib. 6. cap. 19. & 20
num. 2. & 3. Soar. de penit. cap. 26. num. 1. Mar
Delrio tom. 3. Disquis. Magic. lib. 6. cap. 1. Bonacin
tract de Sacram. disp. 5. quæst. 6. punct. 2. sect. 5. n. 1
9. & 10. & punct. 3. n. 2.

5 O Confessor quebrando o sigillo pecca. *Primeiro*. Contra justiça com obrig. q m de restituir anno. *Segundo*. Contra Religiam, & fica sacrilegio, ainda que seja em respeito de hum só peccado vindo na confissão, porque nam se dà pouquidade de materia, & alli sempre he caso reservado. De Soar. *disp.* 33. *sect* 1. num 11. & *sect.* 3 num 2. *in* 4. *dist* 18 *quest* 4. *art.* 5. *Navar. loc. cit.* 39. *Regin. loc. cit. num.* 4. & 24. *Henriq. cit. dub.* 11. num. 14 & *alijs*.

6 Acerca do Patocho, ou Confessor, que nam regou dentro em hum mez a quantia que lhe deu na mão na conformidade das Constituições, bens achados, cujo dono se nam sabe. Hase de advertir. *Primeiro*. Que para ser caso reservado se requer que a quantia reservada passe de quinhentos reis, porque sendo menos, lhe dà a Constituição poder para o distribuir cõforme seu arbitrio. *Ad est valde notandum*, como singular neste caso. *Segundo*. Requerese que passe de hum mez o delcuido de o nam entregar, no que entende-se não o escusando de culpa mortal alguma incapacidade, a qual communique com seu Confessor. E no caso que passe o mez, ainda por culpa do tal confessor, com tudo entregando a dita quantia, logo fica a reservaçam levantada, como dispõe a Constituição.

7 No caso Dizimos nam pagas. &c. He a quantia reservada, que passe de duzentos reis para cima, e satisfazendo, fica a reservaçam tirada, & pôde ser

ser absoluto por qualquer Confessor approvado

8 O Confessor, que absolver dos ditos reservados sem licença, ou privilegio fica excomungado ipso facto, &c. como consta das Constituições.

9 Finalmente dá poder o Prelado a qualquer Confessor approvado, & ainda que o nam seja actual, mas que o tenha sido por escrito, possa absolver a qualquer Clerigo de Ordens sacras de todos os casos reservados, excepto o revelar o sigillo da Confissão, & reter o Confessor o alheio, caso do não se nam sabe passado o mez na forma acima.

Adverte o Doctor Sebastiam de Abreu *dict.* 3. §. 3. num. 393. *in fine.* Que se concede aos Confessores licença para poderem absolver aos vãos e rebeldes de quaesquer censuras, & peccados reservados ao Prelado. Fr. Clem. Fernand.

§. 5.

Dos casos reservados nas Constituições do Bispado da Cidade do Porto.

N As Constituições do Bispado da Cidade do Porto, titulo de *Confessione* se reservam os mesmos casos que antigamente eram reservados neste Arcebisado de Lisboa, tirado o caso *Matrimonios clandestinos*, cuja explicação pôde ver acima no cap. 2. Tem mais os seguintes

primeiro (que lá he undecimo.) Blasfemadores, & negadores publicos. Segundo (que lá he duodecimo) Feiticeiros, ou feiticeiras, ou adivinhadores publicos, cujos peccados sejam sabidos por outras pessoas, & se forem totalmente secretos, se reservam. Terceiro (que lá he decimotercio, & quarto) o peccado da heresia. Da qual fica tratada na *cap. 2. §. 1. & da blasfemia publica no §. 2. 7. ex num. 12.*

Acerca dos adivinhadores advirtase brevemente que adivinhaçam. *Est prænuntiatio rerum futurarum, que humano modo cognosci non possunt facta demonij.* Ita Bonacin. *tom. de legib. disp. 3. quæst. 1. n. 1. & omnes.*

fazse, ou por expressa invocação do diabo, fazendo-se pacto com elle, ou por invocação tacita, querendo algum por meynos vãos, com os quaes se mistura o diabo, procurar conhecer o modo humano. De quo Regin. *lib. 17. num.*

Azor. *1. part. lib. 9. cap. 13. Less. lib. 2. cap. 43. Sanch. in sum. lib. 2. cap. 38. num. 13. Soar. de heret. tom. 1. lib. 2. de superst. Clau. Reg. lib. 4. cap. 5. Bonacin. tom. de legib. disput. 3. quæst. 5. punct. 3. num. 1. & alij.*

Donde se infere, que a pessoa que quer saber as occultas, que nam se podem saber por modo humano, ou seja invocando o demonio expressamente, pecca mortalmente, porque para adivinhaçam se faz conforcio com o diabo, seu eterno inimigo de Deos, & tem caso reservado, sendo

sendo publico na forma ditas, quando no § 1.
 tei da blasfemia publica, ou pello menos, que
 bam o peccado a algumas pessoas falando no
 das palavras da Constituiçam. O contrario f
 de dizer do que quer adivinhar por causa de z
 bria, & rizo. Vejamse as addiçoens do §. 4.
 rap 2.

5. Tambem he caso reservado fazer escri
 falso, & uso d'ella. O que se ha de entender in
 vindo na falsidade, ou no uso d'ella peccado m
 tal, porque se pòe dar somente peccado venial
 por razam da imperfeiçam do acto, ou da por
 dade do danno, nuda falsidade, &c.

6. No caso, Haver o alheo, cujo dono se
 sabe, se advirta que a quantidade reservada he
 passe de quinhentos reis. E no caso, Dizimos
 pagos, &c. he a quantia reservada, que passe
 duzentos reis.

§. 6.

Das casos reservados nas Constituiçoens do Bispado
 da Cidade de Viseu.

NAs Constituiçoens do Bispado de Vi
 lib 1. tit 5. Const 12. se reservam os
 mos casos, que antigamente eram reservados n
 Arcebisado de Lisboa, tirado o caso, v. g. Co
 mutaçam de votos, cuja explicaçam se pòe
 acima no cap. 2. E tem mais. Primeiro. Here

undo. Blasfemadores publicos. Terceiro. Feiticeiros, ou feiticeiras, qualquer pessoa que faz farsa em que entre tacito, ou expresso pacto com o diabo. Quarto. O que se ordena sem patrimonio, pensam, beneficio, ou por salto, &c. Quinto. que fizér escritura falsa, ou usar della, ou de alguma falsidade.

2. Da Heregia, Blasfemia publica, feiticeiros, feiticeiras, do que se ordenou por salto, sem licença, &c. tratei acima no s. 1. deste capitulo (& alhor no cap. 2. §. 1. 2. 3. & 4. (& no §. presente, tratando dos adivinhadores. E do que faz escritura falsa, ou usa della, tratei no s. precedente, & no cap. 2. §. 14.

3. Tambem he caso reservado ordenarse sem patrimonio, pensam, ou beneficio, & o que assi se ordena, fica suspenso de direito commum, conforma a opiniam de graves Doctores, ainda que Tolib. 2. cap. 48. tenha o contrario dizendo, que a suspensam posta cap. Sanctorum foi derogada pela cap. cum secundum de prabend, & tem caso reservado neste Bispaado. O contrario se ha de dizer que se ordenou com patrimonio fingido, ou com patrimonio nam sufficiente, provando que o era, & que nam se ordenou sem patrimonio. Vide an. 2. part. tract. 2. miscel resol. 5. & part. 3. tract. 2. l. 184. ainda que fique suspenso. De quatro de Ledesma. de sacram. Ordin. pag. 437. & o que se disse no §. 13. do cap. 2. ex num. 2.

4. Tambem he caso reservado, v. g. volutaria

M

muti-

mutilaçam de membro, que he cortar membr
 Por membro se entende parte do corpo que
 officio distincto, v.g. pè, mão, olho, &c. Do
 do huns affirmam, & outros negam *probabil*
 Donde se segue, que quem corta hum dedo a
 tra pessoa, nam tem calo reservado, porque
 duvida se he membro, ou nam he? Hã de ter
 nam membro, & *a fortiori*, se cortou parte do
 do. Vide Dian. 2. part. tract. i. Miscelan 1
 20. pag. 40. O mesmo se ha de dizer do que
 bilitou membro, porque debilitar nam he cor
 O mesmo se ha de dizer do que cortou membro
 fendendo a vida, honra, bens, & ao proximo
 nocente. O mesmo do que deu causa propinq
 mutilaçam, conselhando, mandando, admoest
 do, ou constangendo, porque o nam decla
 Constituiçam.

5 Advitase que no caso, *Haver o albeo, cujo*
no se nam sabe, &c. A quantidade reservada he
 passe de duzentos reis. E nos dizimos nam pa
 que passe de cem reis. E dà poder o Prelado p
 qualquer Confessor poder absolver de todos
 casos reservados a elle de direito commum, tir
 os reservados nesta Constituiçam.



4. 7.

os casos reservados nas Constituições do Bispado
da Cidade de Portalegre.

N As Constituições do Bispado de Portalegre, lib. 1. tit. 6. cap. 19. se reservam os seguintes casos, que antigamente eram reservados ao Arcebispo de Lisboa, tirados os casos, v. g. Matrimonios clandestinos, & Commutaçam de votos, &c. cuja explicação se pôde ver acima no cap. 101.

2. Tem mais os seguintes. *Primeiro.* Blasphemia publica (que se diga diante de duas testemunhas fidedignas.) *Segundo.* Feitiçaria, v. g. fazer feitiços, pedilos, & usar delles. *Terceiro.* Juramento falso em juizo, ou fazer escriptura falsa, ou usar d'elle em danno de outrem. *Quarto* (que lá he octavo.) Revelaçam do sigillo sacramental. *Quinto* (que lá he decimo.) Ordenar-se sem patrimonio, ou sem elle fingido, ou por salto, ou antes da idade, &c. *Sexto* (que lá he decimoquarto, & ultimo.) Soturnaçam no confessorio, alli da parte do Confessor, como da penitente. Tambem se reserva o homicidio, que comete o que se ordena de Ordens antes da idade legitima, alem de direito com o qual ficar suspenso ipso jure juxta Extravag. in ex sacrorum Pij II. O contrario se ha de fazer do que se ordenou sem ter legitima idade

imaginando que a tinha, porque neste caso a ignorancia provavel, & nam crassa o escusa da culpa & suspensam, & tambem nam tem caso reservado, porque nam cometeu culpa mortal. E sabendo depois das Ordens tomadas, q̃ nao tinha a idade legitima celebrando, pecca só mortalmente, chegando à idade pòde celebrar lícitamente sem dispensaçam, nem licença alguma De quo Confess. 1. part. relict. de homicid. §. 1. num. 4. Rebus. prax benef. fol. 334. gl. 3. Tolet. lib. 1. cap. 48. n. §. 1. Quarta habetur. Vide Dian. 3. p. tract. 1. solut. 182. pag. 140.

3 Da blasfemia publica, & dos feiticeiros e feitiços rei no §. & do que se ordena por salto, &c. in fine & do que pede feitiços, & usa delles no 4. falsificaçam da escriptura, ou usa della no §. 5. revelar o sigillo da confissam no. §. 4. Do que se ordena sem patrimonio no. §. 6.

4. Sòmente se ha de advertir acerca dos q̃ pedem feitiços, que o que os pedio, & nam ulou delles, nam tem caso reservado, porque assi o deve entender a Constituiçam em dizer pedilos, & far delles: o que se nam havia de dizer quando a Constituiçam dísseste, ou uzar delles.

5 No caso juramento falso em juizo, ou falsificar escriptura, ou usar della. O que nam der dano a algum, v. g. com o juramento, falsificaçam, uso da escriptura, nam tem caso reservado, porque a Constituiçam assi diz, v. g. Et nudo em danno a quem.

5 No caso *humicidio voluntario*, tambem o mandante matar, tem caso reservado, porque assi declara a Constituicam, o que ha singular neste caso; mas se o mandante revogar o mandado, e auctoridade notificada a revogaçam ao mandatario, & tudo elle nam quizer, se nam matar, nam tem reservado caso reservado. O mesmo se ha de fazer, se o mandatario havia de cometer o homicidio, ainda que o mandante o nam mandasse, porque já dantes o tinha determinado.

7 No caso, *ordenarse sem patrimonio*. O que se ordenou com patrimonio fingido, obrigandose a cumprir o mesmo depois das Ordens tomadas, tem caso reservado, porque assi o declara a Constituicam, ainda que nam fique suspenso, como fica dito acima num. 3. Neste caso se reservam as culpas que se ordenam com patrimonios fantasticos fingidos, & feitos por pessoas particulares com patrimonios, & concertos de lhos tornarem. Neste caso finalmente se reserva a culpa do que nam tendo patrimonio sufficiente, prova por testemunha, que nam sufficiente, donde se podem inferir muitos casos. Vide Dian. 2. part. tract. 2. Miscel. resol. 5 pag. 6. & 3. part. tract. 2. resol. 184. pag. 147.

8 Tambem he caso reservado *solicitar na confissão*. O que se entende assi da parte do Confessor, e não da parte da penitente, v.g. da parte do Confessor, ainda que se nam siga effeito, & da parte da penitente consentindo na sollicitaçam.

9 Donde se segue que o Confessor que solici-

tou a penitente antes, ou depois da confissão do confessorio, nam tem caso reservado, a que tomasse occasião de a solicitar, do que lhe vio na confissão, porque nesse rigor fala a Constituição.

10 No caso, *Haver o alheo, cujo dono se nambe, &c.* A quantia reservada he quantia de hum cruzado. Assim o diz a Constituição, v.g. em quantia de hum cruzado, & nam diz que passe.

11 No caso, *Dizimos nam pagos, &c.* A quantidade reservada he que passe de hum cruzado por estas palavras o declara a Constituição.

12 Os Confessores, que absolvem dos casos reservados sem licença, ou privilegio, são excommungados ipso facto, & a confissão nulla, salvo no artigo, ou perigo da morte, & concede que possam absolver de todos os casos Prelado reservados por direito, por serem occultos. O que he geral em todas as Constituições como temos dito muitas vezes.

13 Acerca do q o Author diz neste §. 7. Neste caso se veja a nossa addição do cap. 2. §. num. 2. 3. & 4.

14 Acerca do que diz nos num. 8. & 9. de advertir com o Doctor Abreu *dict cap 10* §. 11. num. 404. Que da parte da penitente se de entender, ou se ella consentir na solicitação feita por o Confessor, ou se ella solicitar o Confessor. E com muita razão lhe poem esta intelligencia, porque ha muitas, que por meyo da confissão

descobrem ao Confessor seu mau intento, & o in-
zem, & sollicitam a peccar com ellas: o que ou-
dizer acontecera a muitos Confessores. Em cõ-
naçam do que he para se notar, & saber o caso
a conta Frey Seraphim de Freitas nas addiçõs
e fez ao tractado que acerca destas materias fez
Illustriſſimo Dom Rodrigo da Cunha, que acõ-
reu a S. Vicente Ferreira, & vem a ser, que sen-
o Santo chamado para confessar huma mulher
m baixa, que fingia estar doente, a qual cõ mais
dente deſejo deſcobrio ſua ferida, & a cauſa, mo-
ando, & expondo o corpo nũ, para mais certifi-
a tentaçam do Sancto varaõ, com o que se exaſ-
rou, reprehendendo generosamente a imprudẽ-
da miseravel mulher, & ſem detença fugio da
villa, & aſento, como Ioseph, & occultou
s criados da mulher, & ao companheiro com a
ſimulaçam que pode, a perturbaçam do animo,
escandalo; & a deſprezada femẽa convertida em
tor, determinou gritar, querendo lançar à peſſoa
o Sancto varaõ ſua ſollicitaçam, mas por permil-
m divina foi de repente oprimida do diabo, &
mudecida, de que ſe nam pode livrar ſenam cõ
ada do meſmo Sancto, com a qual recuperou
de, aſſi da fala como da alma. *Ita, & latius*
reſponſione 23. num. 18.

E poſto que o Illuſtriſſimo Arcebiſpo na q. 9.
num. 3. reſolva que a tal penitente nam eſtã ſo-
lita às penas do breve, foi juſtamente reſervado
te caſo neſte Biſpado, & o deſveta ſer em outros,

para se dar a semelhantes a reprehensam, & pe-
tencia que merecem seus desaforos.

1 Segũdo, se ha de advertir cõ o mesmo Ab-
loc. cit. que tambem se reserva neste Bispado a
licitaçam, que faz aquelle que se finge Confessi-
nam o sendo, se sollicitar no lugar das confissões
que he o confessorario. E tambem o peccado
quella, ou daquella, que sollicitou para peccar
outra pessoa. E que isto procede, quer a sollici-
çam se faça antes da confissam começada, quer
pois, com tanto que seja no lugar da confissam,
mo diz o Author acima *num. 9.*

16 Terceiro, se ha de advirtir acerca do ca-
Haver o alheo, &c. que o Author *num. 4.*
diz que ha de passar de cruzado. Os deste Bispado
conformem-se com a sua Constituiçam. *Fr. Ch.*
Fernand.

§. 8.

*Dos casos reservados nas Constituiçoens do Bispado
Cidade de Elvas.*

1 **N** As Constituiçoens do Bispado de Elva-
tit. 6. §. 20. se reservam os mesmos cas-
que antigamente eram reservados neste Arceb-
pado de Lisboa, tirados os casos, v. g. Commu-
taçam de votos, & matrimonios clandestinos, c
explicaçam se pòde ver no *cap. 2. per tot.*

2 Tem mais os seguintes, *Primeiro.* Blasfer-
pub

blica. Segundo. O que enterra em sagrado o que
 ser publico excommungado. Terceiro (que lá
 quinto) Aborto procurado; se se segue effeito.
 quarto (que lá he sexto.) Simonia. Quinto (que
 he octavo.) Falsarios de instrumentos publicos,
 e escritos, que tenham força de taes. Sexto (que
 he nono.) Feiticeiros, ou feiticeiras. Septimo (que
 he undecimo) Revelação de sigillo sacramen-
 tal. Octavo (que lá he decimoquinto, & final) O que
 se ordena com patrimonio falso, ou por salto, ou
 com dimissorias falsas, ou furtivamente se ingirio
 Ordens.

Da blasfemia publica, dos feiticeiros, & fei-
 ticeiras, & do que se ordena por salto tratei no §. 1.
 dos falsarios de instrumentos publicos no §. 5. Re-
 velação do sigillo no §. 4. Do que se ordena por
 salto, &c. no §. 1. Do que se ordena sem patrimo-
 nio no §. 6. Do que se ordena com patrimonio fin-
 cado no §. precedente 7. Do aborto finalmente no
 §. 2. aliás §. 5.

Sòmente se advirta no caso de Feiticeiras,
 que só comprehende a Constituição os que
 são por officio, & nam he necessario que seja
 feccado publico. No caso dos falsarios de in-
 strumentos publicos, só comprehende os falsifica-
 dores, & nam quem usa dellas. No caso do aborto,
 sómente se entende depois da criança ter al-
 mas tambem o que se fez antes de a ter segui-
 do effeito, salvo se se entender que a intenção
 Preiada foi outra.

5 Também he caso reservado enterrar o peccado excommungado, sabendo-o, em sagrado. O contrario se ha de dizer do tolerado: porque o excommungado publico he privado da sepultura sagrada, *juxta cap. sacris de sepulchris*. E assi alem do caso reservado pella Constituiçam, porque peccar mortalmente, *juxta Doctores communiter*, & incorrer em excom. n. m. menor, *juxta cap. nuper, cap. cum voluntate de sent. excommun.* E si auctorizado ab ingressu Ecclesiæ, *juxta cap. Episcoporum de privileg. in 6. Vide textum tacitum*. O contrario se ha de dizer do que recebeo os sacros sacramentos publicos, & ablaçoens por razam do excommungado declarado. Porque ainda que seja prohibido receberem-se conforme o *cap. sacris de sepulchris*. todavia a reservaçam nam fala mais que que encerra, & havemos de interpreta-la *strictum est*.

6 Tambem he caso reservado *Simonia*, a qual nam he outra cousa, senam: Quædam delib. voluntas emendi, vel vendendi rem spirituali vel rei spirituali annexam. Ita Eman. in sum. de simonia. Tolet. lib. 5. cap. 84. & omnes. A qual peccado mortal contra a virtude da Religiao, prohibida de direito natural, Divino, & humano, como se prova de muitos textos. I. *quæst. 3. Divin. in mentali, convencional, & real*. A mental quando dou, ou recebo alguma cousa espirital com intençam de dar, ou receber preço tempo por ella.

7 A convencional he quando dou, ou recebo
outra coisa espiritual debaixo de contrato de dar, ou
receber por ella preço temporal.

8 A real he quando nam somente com inten-
ção, ou debaixo de contrato dou, ou recebo coisa
espiritual; mas quando exteriormente offereço o
preço temporal pella coisa espiritual, & para ser
a perfeita totalmente requere-se *Primeiro*. Von-
te interior de contratar debaixo do preço tem-
poral a coisa espiritual. *Segundo*. Pacto explicito,
implicito, v. g. dando o preço temporal nam
cedendo prevenção. *Terceiro*. Que haja de
o preço temporal, & haja de dar a coisa espiri-
tual, & faltando huma destas cousas nam he real,
nam convencional, como diz *Armi a verb. simo-*
& *Tolet. lib. 5. cap 89. n. 4.*

9 Supostas estas cousas, seja unica conclusam
mente a simonia real se reserva, porque só nella
verdadeira venda da coisa espiritual por coisa
temporal, & por preço, dando, & recebendo de
isto, & alli o dá a entender a palavra *reservaçam*,
e diz somente *simonia*. A qual se ha de interpre-
tar *strictè*, porque he odiosa, salvo a tençam do
relado for outra pella qual se regule cada hum.

10 Donde se infere, que nam tem caso reser-
vado o que recebo o preço, mas nam deu o bene-
ficio, ou coisa espiritual, ou o que deu o beneficio,
nam recebeu o preço temporal, porque se requere
que de ambas as partes seja completa, para ser
real, & reservada.

11 No caso, Dizimos nam pagos. A quantia de reservada he que exceda dous tostoes, sendo satisfeito nam tem reservaçam como teo dito acima.

12 No caso, Reter o alheo, cujo dono se nam se. A quantia reservada he que passe de dous reis, &c.

13 Posto que a opiniam do Author *ex num* em diante, em quanto diz nam ser reservada a monia, senam quando for completa de ambas partes, seja provavel, com tudo o Doctor Abre *lib. 10. cap. 10. sect. 2. §. 24. num. 364.* julga mais provavel a contraria, porque as penas da monia como nam menos odiosa, nam se ham restringir menos, & com tudo essas incorre o moniaco, nam só pella simonia real completa p ambas as partes, mas tambem por aquella, onde entregou o beneficio, & se prometeo o preço, a da que nam seja entregue, ou se deu o preço, & prometeo o beneficio, porque em ambos os casos dà verdadeira venda, & compra real, por quanto se dà verdadeira venda da cousa, de que se recebe o preço, antes que se entregue, & verdadeira compra da cousa que se entregou antes que se receba o preço. O mesmo diz no *lib. 8. cap. 4. sect. 7. §. num. 265.*

Accedit que a venda, & compra solo conceperisur, & utro citroque emplorem, & venditorem obligat, itaut emptor obligetur ad tradendum pretium pro merce, & venditor obligetur ad tradendum

merces pro pretio. Ita Bonacin. de contract. dis-
3. quest. 2. punct. 1. num. 1. & 4. & allega a
ff. de contrah. emptione, & se prova pello prin-
cipit. de emptione, & vendit. Aonde o Empe-
dor diz: Emptio, & venditio contrahitur simul,
ne de pretio convenerit, quanvis pretium non dum
eratum sit, ac ne arrha quidem data fuerit. O
mo prova aL. necessario 8. ff. de contrah. empt.
Ordenaçam deste Reyno lib. 4. tit. 2. no prin-
Aonde poem as palavras seguintes. Porque
o que o comprador, & o vendedor sam acorda-
na compra, & venda de alguma certa cousa por
o preço, logo esse contracto he perfeito, & acaba-
do. Pello que me parece mais provavel a opi-
m do Doctor Abreu, & que essa como mais se-
a devem seguir os Confessores. Frey Clem.
mand.

§. 9.

os casos reservados nas Constituiçoes do Bispado da
Cidade de Lamego.

N As Constituiçoes do Bispado de Lame-
go tit. de Confessione Const. 10. se reservam
mesmos casos, que antigamente eram reserva-
deste Arcebisado de Lisboa, tirado o caso Di-
nos nam pagos, &c. cuja explicaçam se pode ver
ap. 2. per totum.

2. Tem mais os seguintes. Primeiro. Heresia.
Segun-

Segundo (*que là he undecimo.*) *Negligencia* o
 quehes cujos filhos, ou criados se acham afogão.
Terceiro (*que là he duodecimo.*) O que se ord
 por salto. *Quarto* (*que là he decimotercio,*) escri
 ra falsa, ou qualquer outra falsidade em juizo,
 em actos judiciais. *Quinto* (*que là he decimoqu*
to.) Feiticeiros, feiticeiras, agoureiros, & ad
 nhadores. *Sexto* (*que là he decimoquinto, &*
mo.) Blasfemadores, & arrenegadores pu
 cos.

3 Da heresia, ordenarse por salto, blasfe
 dores, feiticeiros tratei no §. 1. cap. 2. (*Aliàs da*
regia no §. 1. dos blasfemadores. no §. 2. dos f
teiros no §. 3. & 4.) Aaquelles por cuja culpa,
 negligencia, &c. no §. 3. (*Aliàs no §. 5. ex n*)
 critura falsa no §. 5. (*Aliàs no §. 14. de cap*
 Mas advirtase que comprehende lo a pessoa,
 fez a falsidade, & nam a que usa della feita por
 tem, porque a Constituiçam nam exprime. I
 nam exclue o juramento falso em juizo, porqu
 Constituiçam reserva qualquer falsidade em
 zo.

3 No caso, *Haver o alheo, cujo dono se nam*
 a quantidade he a que passa de quatrocentos



§. 10.

Casos reservados nas Constituições do Bispado da Cidade da Ilha da Madeira, ou Funchal.

N As Constituições do Bispado do Funchal tit. 5. de Confessione Const. 5. se reservam os casos, que antigamente eram reservados ao Arcebisado de Lisboa, tirando o caso, v. g. *monios clandestinos*. Coja explicação se pôde no cap. 2. per tot.

Tem mais os seguintes. *Primeiro (que lá he o)* Feiticeiros, & feiticeiras. *Segundo (que e undecimo.)* Adivinhadores. *Tercero (que lá duodecimo, & final.)* Levar dinheiro, ou cousa o valha pella confissão na Igreja, ou em outro ar, onde ella se fizer, & isto alli da parte do penitente, como dos Confessores.

Dos Feiticeiros tratei no §. 1. do cap. 2. (Aliás 3. & 4.) Adivinhadores no §. 5.

4. Acerca do caso, v. g. Levar dinheiro, ou cousa o valha, &c. Se ha de notar, que tẽ caso reservado o Confessor que recebe, & o penitente, e dà dinheiro, ou cousa que o valha precisa a confissão; & isso querem dizer as palavras Constituíam, v. g. Pella confissão como tanto e receba o dinheiro, ou cousa que o valha no ar onde se faz a confissão.

5 O contrario se ha de dizer do Confessor, q
rece-

recebe alguma coisa, ainda que seja dinheiro do por vontade do penitente em razam de esmola, & nam pedido pello Confessor, o que he lícito em todo o rigor da Theologia moral, & pro do estylo muito antigo obervado na Cidade de Roma, como tambem em muitas outras partes das Provincias do Mundo. E Navarro faz menção da charidade que se faz ao Confessor, & nam o confessa dena em peccado, senam em caso, que o Confessor se assentar no confessorario com intençam de confessar somente quem lhe der esmola. *Quod de notandum est.* O mesmo tem Abreu lib. 10. cap. sect. 2. §. 26. n. 369.

6 Com tudo guardese o rigor da reservaçam, sendo mayor, do que as palavras da Constituiçam mostram, & considere se a intençam do Prelado reservante. E note se, que aonde o Confessor nam peccar mortalmente, que nam ha reservaçam commummente, o que sempre se ha de trazer diante dos olhos nesta materia de que tratamos.

7 No caso, *Haver o alheo, cujo dono se nam sabe.* A quantidade reservada he que passe de cemcentos reis, & nam passando, poderá o penitente ser absoluto que faça entregar o dinheiro, ou pnhor para a fabrica da Igreja de que for freguesia. Assim o dispoem a Constituiçam,

8 No caso, *v. g. Dizimos nam pagos, &c.* a quantidade reservada he que passe de trezenreis. E nam passando, o Confessor absolverà o penitente.

ente, com tanto que satisfaça a dita quantia à
 Coa a que for devida.

Parece-me bem tendo tratado dos casos reserva-
 dos principaes Bispados deste Reyno, nam tra-
 dos mais, porque sam os mesmos dos que te-
 tratado. E tenho para mim que he bastante a
 trina dada para tudo o que se offerecer de du-
 a se explicar. Pello que samente advirto, que
 m algum dos Bispados houver algum caso re-
 vado, a fora estes por alguma provilam fora das
 nstituiçoens, ou havendo algum, que estiver
 las, que esteja derogado, isso tudo guardem,
 assi estylos, & costumes particulares decada Bis-
 lo, & a intençam do Prelado, & a practica que
 observa em cada Bispado, porque della depen-
 tudo, porque importa muito trazer diante dos
 os tudo aquillo de que nam podem absolver,
 a se nam arriscarem darem a absolviçam nulla
 falta de jurildiçam. *Atè aqui o nosso Author.*

A pessoa q̃ té o privilegio me pedio, que acrecê-
 e aqui os casos reservados nos Bispados, que o
 thor deixou das Cidades destes Reynos; & assi
 carei delles seguindo a doçtrina, & explicaçam
 doçtissimo Mestre Sebastiam de Abreu, & por
 n mudar de estylo, ou para melhor se acharem,
 aragrafo que se seguir serà o undecimo, pois
 o Autor fora dos casos de Lisboa nam fez mais
 dez ss. como delles se vê. *Fr. Clem. Fernad.*

§. II.

Dos casos reservados pellas Constituiçoens do Bispado da Cidade de Miranda do Douro.

N As Constituiçoens do Bispado de Miranda do Douro, *tit. 4. de Sacram. confess.* Const 10. se reservam quatorze casos. O Primeiro Heresia; cuja explicação se pôde ver no *cap 2. §. 1. & cap. 3. s. 1. cas 1. & §. 2. cas. 11.* Segundo Blasphemia publica, ou abnegação de Deos. Do qual alem do que o Author tratou no *cap 2.* se vejam addições que fiz no *§. 2. do dito cap. 2.* Ao qual acrescento mais com Abreu *d. cap. 10. sect. 2. s. 1.* que para este caso ser reservado se requerem duas cousas. A primeira, que seja blasphemia formal, *id est* proferida com intenção, & advertencia, porque se se proferir por alguma indignação repentina sem intenção de mal dizer à Deos, ou aos Sanctos, ou sem advertencia sufficiente para peccado mortal, será somente material, & nam reservada. A segunda. que seja publica dita diante de muitos, ou tal, que se repete por publica. E refere-se que nam se reserva aqui a blasphemia heretica porque esse pertence aos Inquisidores, *ut per Sanchez ad Decalog. lib. 2. cap. 32. num. 37. & veja-se Abreu lib. 8. cap. 4. sect. 7. s. 1. prapue ex num. 227.* Terceiro: Feiticeiros, & feiticeiras, ou adivinhaçoens. Cujá explicação se pôde ver no *cap*

2. § 3. & no cap. 3 § 5. ex num. 2. & em ou-
 partes deste tractado. Quarto: Testemunho
 o em juizo. De quo cap. 2. § 9. & alibi Quin-
 fazer elcritura falsa, ou utar della em juizo De
 tratou o Autor d cap. 2. §. 14, & em outras
 es. Sexto. Homicidio voluntario fora da guer-
 De quo cap. 2. § 5. Septimo. Excommunham
 yor à jure, vel ab homine. De quo cap. 2. § 8.
 cerca do que se ha de advertir com Abreu loc cit.
 o. que em estas Constituiçoens se contem qua-
 ze excommunhoens, que se se incorrerem, são
 rvadas ao Prelado. Oitava. Matrimonios clan-
 tinos. De que se tratou no cap. 2. § 12. Nono.
 ncubinado de homem calado, ou que tem legi-
 a mulher. Em poucas Constituiçoens se deve
 ar este caso: cuja diffiniçam poem Bonacin.
 1. tract. de matr. quest. 4. punct. 14. num. 8.
 cubinatus est frequens, & consueta fornicatio cum
 em persona; & declara que disse frequente,
 costumada fornicaçam, para que se advirta que
 a o concubinado nam basta hum, ou outro a-
 fornicario, mas que se requiere costume, como o
 at alguns cohabitam de tal maneira, como se fos-
 a casados, & nota com Sylvest. verb. concubi-
 ius num. 1. & Tolet lib. 1. cap. 47. que concu-
 rario se chama aquelle que tem copula com fe-
 a solteira, ou casada, têdoa em propria, ou alhea
 a. ad venerem, acsi fuisset uxor. E com esta do-
 ina cessa a duvida, ou questa m dos quedifferaõ
 e ha de ser na propria casa, o que refuta com

muita razam Abreu *lib. 10. cap. 10. sect. 2. §. 1.* onde allega o *cap. 8. do Concil. Trident. sess. 24. de reformat. matrim.* onde o sagrado Concilio põe a palavra: *Quandoque domi.* E allega a *Ord. lib. tit. 27.* A qual no principio diz as seguintes palavras: *E a dita manceba tiver theuda em sua pouso, ou fora della.* O mesmo disse Gama *decis. 13. num. 2. ibi: Quod natus ex concubina in domo retenta, extra domum, &c.*

2 Donde se infere que o homem que tem legítima mulher, & juntamente manceba, ou na mesma casa, ou fora della, tem caso reservado neste Bapado. O contrario se ha de dizer, quando o homem casado tiver huma vez, ou outra, carnal comércio com outra mulher, mas requere-se que conviva habitualmente cō ella, para que ella se possa dizer concubina, & elle concubinario.

3 Hale de notar, que neste caso nam se reserva qualquer concubinado, mas só o de homem casado, que tem mulher. Nem tambem se reserva concubinado da femêa, ainda que seja casada; porque as Constituições somente falam do concubinado do homem casado. Ita Abreu *dict. §. 27. num. 367.*

3 Decimo. O que se ordena antes da idade, e furtivamente, ou por salto. De quo vide supra *cap. 2. §. 13. per tot.* Undecimo. Incendio feito de proposito com intenção de fazer mal. De quo vide *cap. 2. §. 6.* Duodecimo. Sacrilegio. De quo vide *cap. 2. §. 7.* Decimetertio. Dizimos nam pagos

Igreja

reja, que excedaõ valia de duzentos reis. De quo
cap. 2. §. 10. *Decimoquarto*. Haver o alheo, &c. q
ceda valia de trezêtos reis. De quo *dict. c. 2. §. 11.*

E Abreu *dict. sect. 3. §. 10. num. 402. in fine*
irte, que aqui nam se reserva a retençam dos
is, cujo dono se nam sabe, como nos outros Bis-
los, mas retençaõ daquelles que se sobnegam
nhores conhecidos, como que lães nam foram
ridos, ou porque os acredores nam tem com q
provem, ou porque os devedores querem fingir
e pagãram já o que deviam. Mas se nam exce-
o valor de trezentos reis, nam he caso refer-
lo, como diz o mesmo Abreu *sect. 2. num. 28.*
qual *dict. num. 402. in fine* diz, que estes sam os
os reservados, que se acham nas Constituiço-
Mas que ouve dizer que alem delles he refer-
a a cohabitagam dos esposos antes de celebra-
o matrimonio. *Fr. Clem. Fernand.*

§. 12.

*Dos casos reservados nas Constituiçoens do Bispado
da Cidade de Leiria.*

Doctor Sebastiam de Abreu *de instu. Páro-
chi lib. 10. cap. 10. sect. 3. §. 13. num. 407.*
que nam vio as Constituiçoens deste Bispado;
que homens fidedignos da dita Cidade, a que
consultou lhe remeteram os casos, que em el-
se reservam; os quaes sam onze.

1 O primeiro. *Homicidio voluntario fora guerra*. E como a *Constituição* nam diz *guerra justa* (como se declara em outras *Constituições*) diz *Abreu dict. num. 407.* que nam se reserva qui o homicidio feito na guerra, de cuja justiça ou conste, ou se duvide, & se refere ao que disse *sect. 2. §. 8. num. 337.* E o nosso Author o trata acima no *cap. 2. §. 5.*

2 O segundo. *Incendio feito de proposito com tenção de fazer mal*. Deste tratou o nosso Author no *cap. 2. §. 6.* & a addição *num. 7.* *Abreu dict. cap. sect. 2. §. 12. n. 344.*

3 O terceiro. *Sacrilegio*. De que se tratou acima *cap. 2. §. 7.* & *Abreu dict. sect. 2. §. 4. n. 32.*

4 O quarto, *excomunhaõ maior posta por direito por homem*. De quo *supra cap. 2. §. 8.* tratou o nosso Author, & *Abreu dict. sect. 2. §. 6. n. 335.*

5 O quinto. *Haver o alheo, cujo dono se nam sabe, que passe de trezentos reis*. Mas se nam passar, pod-se o penitente absolver, com tanto, que primeiro entregue a divida, ou penhor para a fabrica da Igreja de que for freguez; & o Prior, Vigario, ou Cura escreverà o que alli se receber do livro da fabrica, para que nam se gaste senão por authoridade do Bispo, ou do Vigario geral, ou Visitador. E se a tal divida exceder a dita valia de trezentos reis, ha-se de entregar ao Provisor, que mandará ao Escrivam, ou Notario do seu officio escrever a quantidade da restituçam que se fez para que a despenda em obras pias. E aonde o

Vigario pedaneo, se fará a diligencia perante o Provisor. E o Notario que rever a tal restituçã que se fez, mostrará o mo por elle feito ao Bispo, ou Visitador na visitaçã, para que de seu mandado se gaste em obras debaixo da pena posta ao Notario, que apon- no mesmo Abreu *sect. 2. §. 13.* & acima o tratou Author *cap. 2. §. 11.*

6 O Sexto. Dizimos nam pagos às Igrejas, que em de duzentos reis. Mas se o penitente antes da confissã satisfizer à Igreja, ou pessoa a quem se de- m, pode-se absolver, ainda que a divida seja de maior quantidade. Deste caso tratou o Author a na *cap. 2. §. 10.* & Abreu *dict. sect. 2. §. 14. num. 10.*

7 O Septimo. Juramento falso em juizo, ou au- judiciais, ou perante juiz, ou superior competente. e que se tratou acima *cap. 2. §. 9* & Abreu *dict. §. 2. §. 15. num 351.*

8 O Octavo Mãos violentas em Clerigo. Do qual tou o Author acima *cap. 2. §. 7. ex num. 46.* & Abreu *d. sect. 1. §. 5. n. 330.*

9 O Nono O peccado daquelles, que antes de ce- rado o matrimonio em face de Igreja conhecem car- mente suas esposas. Explica aqui Abreu *d. sect. §. 13. num 408.* ou *ex vi verborum* só se refer- aqui o peccado dos esposos, & nam das esposas. evia-se fundar em a palavra Daquelles, que se dia só referir aos machos, *quia odia sunt restrin-* *di, ut est de jure;* mas eu nenhuma differença

acho nesta materia, porque quando se disse *daquelles*, entendemse machos, & femeas, *ex leg. si q. 7. ibi, sed & utramque sexum* Prator complexus *ff. de jurisdict. omn. judic. gl. & DD. in L. 1. ff. verbor. significat.* Dec. in *L. famina 117 ff. regul. j.* Nemem o §. 18. que elle allega, se acha esta differença.

10 O decimo. *Blasfemia publica.* De que se tratau acima em o cap. 2. §. 2. & Abreu d. *sect. 2. §. num. 316.*

11 O undecimo. *Fazer feitiços, ou dar a outros feitiços, ou usar delles, ou tambem consultar as pessoas que os fazem para effeito de os ter.* Se veja Author no cap. 3. §. 1. *cas. 3. & Abreu dict. sect. §. 3. num. 317. até o num. 320.* aonde se podê ver largamente estas materias. E na *sect. 3. num. 40.* adverte que se impoem pena de excommunhação ipso facto aos Confessores, que sem especial licença do Ordinario absolverem dos ditos casos o que se deve entender sem legitimo privilegio. E se concede licença para absolverem de todos os mais casos Episcopais. O que entende Abreu de casos reservados aos Bispos, por o direito cômum ou por costume universal, dos quais tratou no cap. 10. *sect. 1. ex n. 307.*



§. 13.

*Dos casos reservados no Priorado do Crato nullius
Diacesis.*

O Priorado do Crato *nullius Diacesis* por antigo costume, & approvaçam dos Prelatos observam as Constituiçoens do Arcebispo de Evora, & pello consequente se reservam ao mesmo, que he o Provisor (que tem jurisdicçam Episcopal, & a exercita) os mesmos casos, se reservam ao Arcebispo de Evora nas suas Constituiçoens acima ditas em este cap. 3. §. 2. onde se pode ver sua explicaçam, porque nam repito os mesmos. Ita Abreu. *d. lib. 10. cap. 10. sect. 3. n. 411. Fr. Clem. Fernand.*

§. 14.

*Dos casos reservados na jurisdicçam de Thomar,
nullius Diacesis.*

As Constituiçoens da Igreja de Thomar *nullius Diacesis* feitas no anno de 1554. *in confessione Const. 5.* se reservam somente tres. O primeiro. Excommunham maior à jure, ab homine. De quo cap. 2. §. 2. Segundo. Mãos lentas em Clerigo. De quo *d. cap. 2. §. 7. ex n. Terceiro. Relaxaçam de juramento, & commuicaçam*

mutaçam de qualquer voto. Da commutaçam
votos se tratou em este *cap. 3 § 1. cas 11.*

1 Acerca da relaxaçõ. Vejase Sanch *ad De lib. 3 cap. 19 & seqq.* aonde trata largamente relaxaçam, irritaçam, commutaçam, dispensaç ou remissam do juramento, & quem pôde relaxar ou dispensar no juramento feito a Deos, & irritar ou relaxar o feito ao homem. Vejase tambem *Enacin. tom. 2. ad secundum praecept Decalog dispunct. 17. à num. 2* Os quais com outros que allegam concordam, que o juramento feito ao homem pôde aquelle, em cujo proveito foi feito, remittir ou condenar.

2 Da qual doutrina se segue que nam se comprehende em esta reservaçam, o que remitte a outro o juramento que lhe fez, ou a promessa que lhe fez debaixo de juramento, porque cada hum pôde ceder de seu direito, & perdoar a cousa que se lhe deve, & isto sem causa alguma, ut benè dicet Sanch. *d lib 3 cap 26 num. 4.* Aonde diz que posto que Deos no juramento se chame por testemunha, & haja por acceito, & firme o juramento isso he em favor do outro, & como o outro o remitta, tambem Deos. O que limita no *num 5.* quando o juramento he principalmente em honra de Deos, v.g. que dahi por diante nam furte, não deixe de ouvir Missa, ou nam jogue, ou outra cousa semelhante, porque alem de ser nulla a remissam por falta de poder terá caso reservado. *Fr. Cle Fernand.*

§. 15.

Dos casos reservados no Bispado do Algarve.

N As Constituições do Algarve da Cidade de Faro, que antigamente era da Cidade Sylves no tit. 3. cap. 12. se reservam quinze casos. *Primeiro*. Heresia. De quo cap. 2. §. 1. & cap. 3. cas. 1. & §. 2. cas. 11. *Segundo*. Blasfemadores e hereges. A explicação do qual tratou o Author cap. 2. §. 2. para o que se vejam as minhas adições no fim do dito §. 2. & neste cap. 3. §. 11. *Terceiro*. Feiticeiros, ou feiticeiras cujos peccados são sabidos de alguem. De quo cap. 2. §. 3. & §. 4. *Quarto*. Homicidio voluntario dado à executoria de justa guerra. De quo cap. 2. §. 5. *Quinto*. Incendio feito com intenção de fazer mal, ou que seja denunciado, porque depois da denunciação he Papal. De quo d. cap. 2. §. 6. *Sexto*. Simonia. De quo d. cap. 2. §. 7. Cujas especies são contidas no tit. 13. cap. 1. *Septimo*. Excommunhação contra a jure, vel ab homine. De quo cap. 2. §. 8. *Oitavo*. Ter o alheo, cujo dono se nam sabe, que he de quatrocentos reis, & se nam passar, pôde se absolver o penitente, com tanto que entregue primeiro o dinheiro para a fabrica da Igreja donde he freguez. E se passar, nam se disporá delles em tanto se nam consultar o Bispo, ou o seu Vigario Geral, & serem dispozidos dentro de hum mez.

De

De quo cap. 2. §. 11. Nono. Dizimos nam pa
às Igrejas a que se devem, que passem de quat
centos reis. E se nam passarem pode-se o penite
absolver com tanto que satisfaça à pessoa a qu
devem. De quo cap. 2. §. 10.

2. Decimo. Os que se nam confessam os ann
atrazados no tempo da quaresma. Nota Abreu
cap 10. sect. 2. §. 26. que he necessario, que pe
menos nam se haja confessado dous annos para
caso reservado. Porque as Constituições fal
de annos no numero plural, & pello menos pe
dous annos *juxta reg. Pluralis locutio* 40. de reg. j
in 6. segundo he necessario, que se deixasse
confessor *culpabiliter*, porque sem culpa nam
peccado que se possa reservar. Donde se infer
aquelle que esteve em terras de Infieis, aonde n
teve copia de Confessor, nam tem caso reservad
Terceiro, he necessario, que aquelle que deixou
se confessar tivesse naquelle tempo peccado mo
tal nam confessado, porque se o nam tinha, na
era obrigado ao preceito da confissão, & sem vio
laçam d'elle nam se incorre este caso. E no *lib.*
cap. 14. sect. 4. n. 638. diz o mesmo, mas que tẽ obr
gação de se apresentar ao Côfessor, dizendo q̃ na
tem materia necessaria para a Confissão. Porém
que elle nam conselhara que tal fizesse, mas qu
confessasse peccados veniaes, que nunca faltan
porque o contrario cheiraria a soberba, & poderi
causar escandalo, principalmente sendo o Saera
mento da confissão mui fructuoso, como moste

do contando nove virtudes. *Undecimo.* Os q̃
 rahem matrimonios clandestinos, & asteste-
 has delles. De quo *d. cap. 2. §. 12. Duodeci-*
Mãos violentas em Clerigo. De quo *d. cap. 2.*
Decimatercio. Ordenarse por salto, ou com
 fforias falsas, ou ingerirse ffortivamente às Or-
 . De quo *d. cap. 2. §. 13.*
ecimoquarto. Cômutaçam de votos quaesquer
 sejam. De quo *cap. 3. §. 1. cas. 11. Decimoquin-*
Testemunho falso em juizo, ou em autos, ou
tura falsa. De quo *cap. 2. §. 14. Frey Clem.*
and.

§. 16.

*dos casos reservados no Bispado da Cidade de Angra
 das Ilhas Terceiras.*

N As Constituiçoens do Bispado de Angra
 das Ilhas Terceiras se reservam onze ca-
Primeiro O crime de heresia. De quo *cap. 2.*
& cap. 3. §. 1. & §. 2. cas. 11. Segundo. Blas-
 ia, ou abnegaçam de Deos. De quo *cap. 2. §. 2.*
bi additio, & cap. 2. §. 11. Terceiro. O crime de
 çaria, ou adivinhaçam sabido de algumas pes-
 , & basta que se saiba de duas. De quo *cap. 2.*
& cap. 3. §. 15. cas. 3. Quarto. Homicidio vo-
 cario cometido fora de justa guerra. De quo *c.*
5. Quinto. Incendio feito de proposito com in-
 ção de fazer mal, antes que se denuncie, porque
 depois

depois q̃ o incendiario he denunciado excõmu-
gado, o caso he Papal. De quo *cap. 2. §. 6. Secundo*.
Matrimonios clandestinos, em que se comprehẽ-
dem as testemunhas que lhes assistem. De quo
cap. 2. §. 12. Septimo. Testemunho falso em juizo
ou em autos. De quo *cap. 2. §. 14. Octavo*. Efe-
tura falsa. De quo *d. §. 14. Nono*. Sacrilegio. De
quo *cap. 2. §. 7. Decimo*. Dizimos nam pagos
Igrejas, ou àquelles a q̃ se se devem, que passem
cem reis. De quo *cap. 2. §. 10. Undecimo*. Exco-
munham maior á jure, vel ab homine. De quo *c.*
§. 8. Fr. Clem. Fernand.

§. 17.

Dos casos reservados no Bispado do Brasil.

O Doctor Sebastiam de Abreu no dito lib.
sect. 3. §. 18. num. 413. diz que na-
pode ver as Constituiçoens daquelle Bispado, m-
que alcançou de pessoas fidedignas, q̃ os casos e-
ella reservados sam vinte & dous. *Primeiro*. Ma-
violentas em Clerigo. De quo *cap. 2. §. 7. Segundo*.
Ordenarse por salto. De quo *cap. 2. §. 13. Terceiro*.
Juramento falso em juizo. De quo *cap. 2. §. 9. Quarto*.
10. A celebraçam da Missa daquelle que se oco-
nou com dimissorias falsas.

2 Nota aqui Abreu *dict. cap. 10. sect. 2. §. 3.*
num. 370: Que em outros Bispados reserva
Prelado o ordenarse com dimissorias falsas (de q̃
trato

no §. 21.) em outros (como neste) nam se
va o ordenar-se, posto que fosse gravemente
aminoso. mas reservase a celebraçam da mis-
sa por aquelle que com tais dimissórias falsas
denou, & basta que se promovesse, alli ao Sa-
cio samente, porque como o alli ordenado fi-
suspensão até que o seu Bispo dispense com el-
mo determinou o Concilio Trident. *sess. 14.*
de reformat. com muita razão se reserva a
raçam, como gravissimamente peccaminosa.
tudo nam se entende esta reservaçam da ce-
çam da Missa despois que foi legitimamente
nsado de toda a suspensão contrahida em ta-
da dita Ordenaçam. Porque alcançada legi-
dispensaçam pode licitamente celebrar, &
peccado, o qual sómente se reserva, *Hac ille*
30.

Quinto. O peccado do Sacerdote a que está
xa irregularidade. Acerca deste caso diz A-
dict. sect. 2. §. 31. do cap. 10. que acha esta re-
çam em algum Bispado, a qual comprehende
os casos, porque em muitos pode o peccado
acerdote ter annexa irregularidade. De qui-
Tolet. lib. 1. cap. 72. O primeiro, he o Sacerdo-
tando excommungado de excommunham
or celebrar, ou exercitar algum acto de Ordẽ,
aptizar solemnemente, ou ouvi confissoens,
fica irregular, & a tal celebraçam, ou exerci-
de Ordens he caso reservado. Onde o mesmo
eu nota, que se a excommunham he menor,
ainda

ainda que peque celebrando, ou exercitãdo ou
 acto de Ordem nam he caso reservado, por
 nam tem annexa irregularidade. Nota tãbem
 nam tem caso reservado o Sacerdote que lig
 com excommunham maior celebra, se provav
 mente ignora estar excômungado. O contra
 se ha de dizer, se a ignorancia for crassa, supina,
 erronea, *cap. Apostolica 9. de Cleric. excom min*
 Nem tambem tem caso reservado, nem inc
 re em irregularidade o Sacerdote, que exer
 actos que nam sam da Ordem, mas de jurisdic
 v. g. se visitar, castigar, excommunhar, &c. N
 outro si se faz irregular, nem tem caso reservad
 tal Sacerdote se ouvir Missa, ou receber Sacram
 tos, posto que peque gravemente ingerindose
 communham dos fieis. Ita Abreu *loc. cit. n. 371*
finem.

4 O segundo caso he, se o Sacerdote suspen
 de maior suspensam ab officio celebrar, ou exer
 tar acto de Ordem, incorre em irregularidade,
 pello consequente tem caso reservado, *cap. 1.*
sent. excom. in 6. E o mesmo he do Sacerdote d
 posto, ou degradado. Com tudo se està somer
 suspenso do beneficio, nam contrahie irregula
 dade, celebrando, ou administrando algum acto
 Ordem, porque a Ordem pertence ao officio,
 que nam està suspenso, nem tem caso reservad
 Ita Abreu *loc. cit. num. 372.* O mesmo se ha
 dizer do Sacerdote, a quem o Confessor suspende
 de celebrar *ad tempus*, que nam fica irregular c
 lebrat

ando, posto que peque, porque esta suspensão
he censura, nem o Confessor, como tal nam
jurisdicção para proferir censura. O mesmo
a de dizer que nam incorre em irregularida-
nem tem caso reservado o Sacerdote, que cele-
em peccado mortal, posto que peque, & esteja
enso para com Deos, porque esta suspensam
he censura, a cuja violação ponham os di-
os irregularidade pello quebrantamento della.

Abreu *loc. cit.*

O terceiro caso he, o Sacerdote pessoalmente
interdicto, se celebrar, ou exercitar algum acto
Ordem, fica irregular, & tem este caso refer-
o, porque a mesma razam milita no Sacerdote
soalmente interdicto, como no excomungado
suspensão, conforme todos os Doctores.

O mesmo se ha de dizer que fica irregular,
em este caso reservado o Sacerdote, que ainda
nam esteja pessoalmente interdicto, se cõ tu-
celebrar em lugar especialmẽte interdicto, sal-
se por direito, ou privilegio lhe for concedido
brar em tal lugar, *cap. is qui 18. de sent. excom.*

O mesmo se ha de dizer daquelle a que he
dicta a entrada da Igreja, se em ella celebrar,
irregular, como consta do mesmo capitulo. O
trario se ha de dizer se celebrar em Oratorio,
fora da Igreja, porque nem fica irregular, nem
caso reservado, como nam tem o que celebra
Igreja polluta, se nam for por outra occasiã
dicta. Ita Abreu *loc. cit. n. 373. in fine.*

7 O qual no num. 374. Acrescenta, que Sacerdote nam estiver excoommungado, suspenso ou interdito, mas somente irregular, se celebra ainda que peque, nam contrahe irregularidade nem tem este caso reservado. Porque esta reservaçam nam se poem senam ao peccado a que e annexa irregularidade. A razam he, porque o sacerdote irregular, ainda que peque gravemente celebrando, ou ministrando, nam incorre nova irregularidade, *cum non sit expressum in cap. is qui 18. de sent. excom. in 6.*

8 Sexto. Dispensaçam em votos, ou juramẽto sem legitimo poder. Este caso julga por duvidoso. Abreu *dict. sect. 2. §. 32. num. 375.* & no fim resolve, que todos entendem que nam se reserva qui o peccado do que commuta, ou dispensa em votos, ou juramentos sem legitima causa, mas só delara que nam podem os Parochos, ou Confessores dispensar nos votos, ou juramentos, e que isso pertence ao Prelado; porẽm que se ha de attentar a practica do Bispo, em que ha esta reservaçam. Septimo. Heresia. De quo *cap. 2. §. 1. & cap. 3 §. 1. cas. 1. & cas. 11.* Octavo. Homicidio voluntario fora da guerra justa. De quo *cap. 2. §. 5.* Nono. Incendio cometido de proposito e intençam de fazer danno. Antes de denunciaçam. De quo *cap. 2. §. 6. prapicue num. 7. & 8 §§. prioribus.* Decimo. Sacrilegio. De quo *cap. 2. §. 1.* Undecimo. Tirar da Igreja, o que a ella se acolhe, & goza da immunidadade della. De quo *cap. 2. §. 1.*

ex num 27. ate o num. 43.

Duodecimo. Furto de lugar sagrado. De quo
2. §. 7. ex num 22. Decimotercio. Excommu-
m maior á jure, vel ab homine. De quo cap. 2.

Decimoquarto. Haver bens alheos, cujo do-
se nam sabe, que excedam o valor assignado
Constituiçoens, porque diz Abreu d. s. 18. nu.
que com fazer toda a diligencia, o nam pode

r. Decimoquinto. Dizimos nam pagos às Igre-
que se devem, que excedam valia de quatro-
tos reis. De quo cap. 2. §. 10. Decimosexto. Pec-
o de bla-femia, que seja conhecida de alguns.
quo cap. 2. §. 2. num. 2 & §. 7. & num. 12.

Decimosexto. Feiticeiros, & feiticeiras. De quo
2. §. 3. Decimo oitavo. A cohabitacão dos es-
os antes das denunciaçoens. Hoc est. Cohabi-
am daquelles que contrahiram matrimonio de-
sente antes das denunciaçoens permittindoo o
lado por justa causa. De quo vide Abreu cap.
lib. 10 sect. 2. §. 18. num. 357. & qua cap 3.
n. 2. Decimonono. Invasam dos Indios.

Este caso se reserva, porquanto os nossos
tuguezes costumão invadir os Indios moradores
nos lugares, ou em suas occupaçoens fora dos
ares; & os prendem, ou para que sejam seus es-
ros, ou para que os sirvam à força, ou por ou-
fins injustos. Esta invasam se reserva ao Pre-
o, mas que o effeito que se pretende seja impe-
o, porque ainda que o effeito seja impedido,
m por isso deixa de ser injusta a invasam, & effi

reservada, ou os Indios sejaõ baptizado, & Chri-
staõs, ou paganos, & nam baptizados, porqu
reservaçam se poem à invasam dos Indios qua
quer que forem. Ita Abreu *d. cap. 10. sect. 2. §. 3*
num. 378.

II E de caminho noto, que os tais nunca
podem escusar de peccado mortal, quando Ioã
Valeto Valentino no tractado que fez das *differe*
ças entre o foro judicial, & da consciencia, verb. c
ptio, different. 1. resolve que os que compram e
cravos de Guiné, Cabo-verde, & Mandinga,
os trazem para Espanha, como captivos em guer
justa, ou como inimigos da Fè a modo de Mouros
& Turcos, nam ficam seguros na consciencia, ne
livres de peccado mortal, porque de ordinario
captivam com dolo, & engano, & nam se pode
dizer inimigos nossos, nem nos fazem, nem fizeram
guerra, & para isso allega Soto, Ledesma, & o
tros: & a Rebello, que diz ser justa a tal compra
se for examinada per os Ministros que para isto
estam postos nas ditas partes. Logo com muita
mais rezam se reserva a invasam; & tambem a v
da, *ut infra.*

12 *Vigesimo.* Copula carnal com mulher Pag
na, ou com homem Pagano. Este caso diz Abr
d. cap. 10. sect. 2. §. 36. num. 379. que se costu
reservar nos Bispos ultramarinos, em que
Christaõs vivem misturados com os Paganos, q
ainda nam receberam o Baptismo, & que assi con
entre as ditas pessoas sam nulos os matrimoni
eb cu

ultus disparitatem; alli a copula tem especial in-
 encia, & diversa deformidade entre pessoas
 de desiguals no culto, por amor da qual se refer-
 ao Prelado, alli em respeito do homem Chri-
 stão que conhece carnalmente mulher Pagana, ou
 muçulmana, como da mulher Christãa que conhece da
 mesma maneira homem Pagão, ou Gentio.

13 *Vigésimoprime*. A venda, ou compra de In-
 dianos livres. Diz Abreu *d. sect. 2. s. 37.* que costumam
 muitas vezes os nossos Portuguezes nos lugara-
 mentos por onde andam contra toda a justiça, & con-
 tra as leys divinas, & humanas, & contra as repe-
 tas prohibiçoens de nossos Reynos tomar aquelles
 miseraveis Indios (a quem Deos, & a natureza
 deu livres) & vendelos como escravos, acerca do
 qual diz elle que escrevem largamente os Padres
 da Companhia, & Rebello nos lugares que elle aponta, &
 que por isso se reserva ao Bispo este peccado como tão
 grave, ou seja dos que os vendem, ou dos que
 compram, salvo se per ignorancia inculpavel,
 e os possa excusar de peccado mortal creré que
 são verdadeiros escravos aquelles que alli com-
 pram. *Vigésimossegundo*. Matrimonios clandestinos.
quo cap. 2. §. 12. Fr. Clem. Fernand.



§. 18.

Dos casos reservados nas Constituições do Bispado de Angola.

1 **T** Ambem diz Abreu *d sect. 3. § 19. n. 415.* que não pode ver as Constituições do Bispado de Angola, mas que alcançou de Religiosos, & pessoas digníssimas, que nellas se reservam varios casos. O *primeiro.* Heregia. De quo *cap 2. §. 1. & cap. 3. § 1 cas. 1. & §. 2. cas. 11. gundo.* Homicidio voluntario fora de guerra. De quo *cap 2. §. 5* *Tercero.* Negligencia daquelles, cujos mininos se acham afogados. De quo *3. §. 3. n. 4.*

2 *Quarto.* Incendiario de proposito, & com animo de fazer mal antes de denunciado, poro depois de declarado, he reservado ao Papa, como acima se disse por muitas vezes, & principalmente no *cap. 2. §. 6 & na addiçam abi.* *Quinto.* Testemunho falso em juizo, ou em autos judiciaes. De quo *cap. 2. § 9.* *Sexto.* Haver bens alheos, o dono se nam sabe, que exceda valor de cinco cruzados. Se nam exceder esta soma, pode se absolvo o penitente, entregando primeiro o dinheiro para a fabrica da Igreja dõde he freguez. Mas se exceder a dita soma, se ha de entregar ao Provisor, Vigario geral, se commodamente se puder fazer, para q a gastem em obras pias: & se o penitente e

em parte remota, entregarseha ao Vigario Cuius ou Capellam para o mesmo fim de se dispender em obras pias. Vejale acima a explicação de cada caso cap. 2. §. 11.

Septimo. Matrimonios clandestinos, & suas emunhas. De quo cap. 2. §. 12. Octavo. Sacrilegio. De quo d. cap. 2. §. 7. Nono. Mãos violentas em Clerigo. De quo d. §. 7. ex num 46 Decimo. Excommunham maior à jure, vel ab homine, e nam seja reservada a outrem. De quo cap. 2. §. 13.

Undecimo. Todo o genero de feiticeiros, invocação do demonio, consultação d'elle, pacto com agoureiros, & adivinhadores. Das quais matérias se tratou acima no cap. 2. §. 3. & no cap. 3. §. 1. & 3. no que toca aos feiticeiros: & para a invocação do demonio no cap. 2. §. 4. & cap. 3. §. 4. num. 1. & §. 5. n. 2. Duodecimo. Blasfemadores, ou allegadores publicos. De quo cap. 2. §. 2.

Decimotercio Idolatria, & qualquer rito gentílico. Entende-se este caso conforme a opinião de Frey d. cap. 10. sect. 2. §. 38. num. 381. daquelles que foram baptizados, & depois se converteram ao culto dos Idolos, ou usam de algum rito gentílico, & procede este caso, nam só nos Christãos verdadeiramente nascidos em Portugal, mas tambem em aquelles que antigamente foraõ paganos, & professaraõ se baptizando, os quais se se tornarem à idolatria, & ritus gentílicos, tem caso reservado, ao papa. Mas parece que nam precede em aquelles,

que abjurada a Fè com todo o animo se tornam idolatria, & culto dos Idolos, porque estes verdadeiramente sam apostatas da Fè, & Religião, cu apostasia se reserva ao Summo Pontifice na Bulla da Cea, mas em aquelles, que retendo a Fè p mau costume, ou por contentarem a aquelles com que vivem, ou por outro semelhante fim usam dos ritos dos Gentios ou veneram os idolos. Ita Abreu. *loc. cit. Decimoquarto.* Ordenarse por salto, ou com dimissorias falsas, ou ingerirse furtivamente às Ordens. De quo *cap. 2. §. 13. & ali. Decimoquinto.* Toda commutacão de votos. De quo *cap. 3. §. 1. & su II.*

6 *Decimosexto.* Vender escravos mudos, ou surdos, ou que tenham outras infirmitades occultas, incobrindoas maliciosamente aos compradores. Este caso diz Abreu *d. cap. 10. sect. 2. §. 3.* que he commum nas partes ultramarinas vender como saõs os escravos que sam mudos, ou surdos & inuteis; o que he peccado de injustiça em danno dos compradores, & por isso se reserva. *Decimosseptimo.* Reter em seu poder escravos fugitivos ou perdidos, ou furtalos.

7 Este caso diz Abreu *d. sect. 2. §. 40. n. 38.* que naquellas partes ultramarinas costuma frequentemente acontecer. E que tres cosas se reservam em este caso. *Primeira:* Reter em seu poder aquelles escravos que fogem a seus verdadeiros senhores. *Segunda:* Furtalos, ou para os vender, ou para se servirem delles. *Terceira:* Reter para os mel-

os fins os escravos perdidos aos senhores, nam
ando da restituçam delles, mas que se constar
os senhores sam absentes, ou se se nam sabe,
serà peccado reuelos até que os senhores ve-
m, ou appareçam, ou se lhes possam remeter.
feita diligencia moral, & nam constar dos ver-
eiros senhores, se ha de fazer d. lles o que se té
dos bens achados, cujos senhores se nam sa-
; como elle disse no §. 13. *Hac ille.*

Ao que acrecento, que neste Reyno temos
a ley, que he a *Ord. lib. 5. tit. 62.* onde se d. f.
m, que se algum escravo andar fugido, o acha-
o fará a saber a seu senhor, ou ao Juiz da ca-
a do Almoxtarifado da Comarca em que for a-
do, do dia em que o achar a quinze dias, & não
zendo assi haverà a pena de furto, & dispoem
se faram outras diligencias, &c. as quais se se
ervarem, nem haverà peccado mortal, nem
o consequente reservaçam. Digo isto, porque
ollas leys guardamse em Angola, & em os
rnos sogeitos a Portugal; & encontrandose a
osçam dellas em quãto se ajusta com a ley na-
l, nam ha duvida que se pecca mortalmente,
e caso reservado aonde as Constituicoens o re-
am, como no Bispado de Angola.

Decimo oitavo. Aquelles que carnalmente
hecem suas esposas antes do matrimonio cele-
do em face de Igreja, com as huais juraram os
posorios, ou antes de receberem as bençoens
quo *cap. 3. § 3. rum. 2. & Abren sect. 1. §. 18.*

num. 357. *Decimonono.* Dizimos nam pagos à Igreja, que passam de seiscientos reis. De quo *cap. §. 10. Vigesimo.* O peccado do Clerigo que tem annexa irregularidade. De quo *hoc cap. §. 17. n.* Nota Abreu *loc cit.* que se as Constituições falam de Sacerdote, nam se comprehendem os Clerigos inferiores, se falam de Clerigos absolutamente, comprehendem todos os Clerigos, cujos peccados tiverem annexa irregularidade. *Vigesimo primo* Dispensar nos votos, ou juramentos. De quo *sup. §. 17 num 8.*

9 *Vigesimo secundo* Acometer com força, e invadir aos caminhantes nos caminhos, que he o mesmo que saltealos, o qual crime pellas leys Civis he digno de morte, como mui pernicioso à República, & se reserva, ou o damno dado aos caminhantes seja grande, ou pequeno, ou nenhum e razam de o caminhante nam levar consigo coisa alguma que os tais possam furtar, porque ainda assi verdadeiramente saltearam no caminho publico aos caminhantes. *Vigesimo tercio.* Copula carnal de pessoa Christãa com Pagana. De quo *sup. §. 17 num. 12. hoc cap 3.*

10 *Vigesimo quarto.* Concubinado, que dura por tres annos, ou mais. E n este caso se reserva o concubinado, assi de homem solteiro, como de casado, que tem mulher, & assi de mulher solteira, como de casada, se verdadeiramente for concubino de alguém, porque ambos, assi o varaõ, como a femella se diz estar em concubinato, mas este nam se reserva.

erva neste Bispoado se nam chegar a tres annos, passar, & pôde ser absoluto por quaquer Con- tor havendo devida disposiçam. Ita Abreu *dict.*

2. §. 24.

E ha excommunham contra os Confessores e absolverem destes casos, ou de algum refer- to ao Pontifice sem legitima licença, ou privi- io.

II Finalmente se deve advertir, que em estas res ultamarinas se manda, nam só aos Paro- os, mas tambem a quaesquer outros Sacerdotes, ainda a quaesquer pessoas, que nenhum bapti- moço, ou algum adulto, se houver de ficar en- os Paganos, posto que seja pessoa Real, ou con- uida em grande dignidade, & isto se manda aos erdotes em virtude de obediencia, & sobpena suspenção das Ordens por dous annos irremissi- mente. Secundariamente se manda sobpena de communham, que aprendam a lingua da terra que estam. Esta excommunham nestes termos cõminatoria, que se não incorre sem ser decla- da per o superior supposto o delicto, como diz breu *lib. 10. cap. 7. sect. 1. num. 469.* Tercio, manda aos Parochos, que nam peçam por assi- r ao matrimonio escravo algum, & isto com pe- de excommunham lata sententia. E o mesmo lhes manda sob a mesma pena, que o nam pe- m em razam de darem sepultura. Quarto, se anda sob a mesma pena, que nam peçam jura- mento àque las gentes, por os nam exporem, ou


ocasionarem a mentiras, & falsidades, a que são costumados. Ita Abreu d. cap. 10. sect. 2. §. 43
Fr. Clem. Fernand.

C A P I T. IV. E V L T.

Da absolviçam dos casos reservados.

§. I.

Quem pôde absolver dos casos reservados.

I  Primeira conclusão. Absolver dos casos reservados pôde absolver a Prelado reservante, ou o superior, como o Papa em respeito dos Prelados inferiores. Ita DD. cum Bonac. tract. de Sacram. disp. quest. 7. punct. 5. §. 2. num. 8.

2 Segunda conclusão. O Arcebispo não pôde absolver os subditos do Bispo suffraganeo dos casos reservados, porque não he seu superior, senão visitando a Provincia, ou por via de appellação, ou quando maliciosamente, ou negligente mente o inferior dilata a absolviçam, ut const. ex cap. ult. de censur. & exist. in 6. & cap. venerabilibus de sent. excom. in 6. Henric. lib. 6. cap. num. 5. Soar. disput. 30. de penit. sect. 1. & sect. num. 3. & disput. 25. sect. 1. num. 14. Sanch.

sun

lib. 2. cap. 11. num. 6. Avila 2 p. cap. 7. disp. 1.
 10. Filliuc. cap. 9. quasit. 5. Bonac. tract. de
 am. disp. 5. de penit. quasit. 7. punct. 5. s. 2. &
 de censur. disput. 1. quasit. 3. punct. 2. num. 3.
 & alij.

Donde se infere que o Parocho, ou Confes-
 que absolver dos casos reservados sem licença
 Superior reservante, pecca mortalmente, & faz
 solvçam nulla por falta de jurisdicçam, salvo
 no artigo da morte, ou per virtude de algum
 privilegio, ou Bulla da Cruzada. *De quibus infra.*

s. 2.

*os casos em que pôde o Superior dividir a confissão
 por amor dos casos reservados.*

P Rimeira conclusam. Nunca he licito por
 amor de casos reservados dividir a cõfif-
 precisamente, salvo intervindo outra causa, ou
 necessidade, porque a integridade da confissão he
 direito Divino, & o Prelado cuindo os casos
 reservados, pôde remeter o penitente ao inferior,
 conforme o uso celebrado da Igreja. Ita Coar. tom.
 disput. 2. sect. 1. §. Dico ergo primo, & in nostra
 h. verb. absolutio s. 2. num. 2. Sylvest. verb.
 confessio 1. quasit. 19. Victoria in sum. num. 164. &
 communiter.

Segunda conclusão. O Prelado absolvendo
 apenas dos casos reservados sem el-
 pccial

pecial necessidade, ou causa racionavel, ainda q
faz contra direito Divino, fica o Sacramento v
lioso procedendo o penitente *bona fide*, & esta
disposto, v.g. com attriçam, ainda nota, porq
concorrem todas as coulas effencias, v.g. mate
sufficiente da parte do penitente: boa fê com d
posiçam necessaria, jurisdicam no que absolve co
intencam de absolver sacramentalmente, & a co
fissam inteira formaliter, & fica o penitente rec
bendo a primeira graça estando attrito, & rece
dous Sacramentos, & dous effeitos. Hum quan
o Bispo o absolve dos reservados, & outro qua
do o interior o absolve dos nam reservados. E
metmo se ha de dizer do Confessor inferior, q
tem poder do Bispo para absolver dos reservad
mas veja cada hum o modo da faculdade que
concedida, & assi use della, nam excedendo a
culdade. Vide Soar. tom. 4. disp. 31. sect. 1. §. 1.
secundò, & in nostra Epith. verb. absolutio §.
num. 2. Sylvest. verb. Confessor 3. quasit. 9. Rodr
cap 53. num. 13. concl 12 Henriq lib. 6 cap 14.
15. num. 4. & 20. Coninch. tom 2 disput. 8. dub.
& 12 num 14. Regin. lib. 8. num. 77. S. yr. de pa.
cap. 16. num. 7. Soto in 4. disp. 18. quasit. 2. ar.
ad 2. Bonacin. tract. de Sacram. disp. 5. quasit.
punct. 5. §. 3. n. 1. 2. & 3.

3 Em este caso em q o superior absolve sac
ramentalmente ao penitente dos casos reservados
mente tem obrigaçam o penitente de manifest
ao Confessor inferior, nam somente os peccac
n

reservados, de que nam està confessado, mas
 obtem os reservados de que vem absoluto. *Uni
 confessario pendenda sunt omnia peccata.* Ita
var. de penit. dist. 5. cap. consideret. 6. cautus.
et. verb. Confessor concl. 10. Henriq. lib. 5. cap.
num. 4. & cap. 12 lib. 6 & cap. 15. num 5. Re-
lib. 8. num. 90. & alij. Hen o bonus 1. part.
t. 5. cap 4. quæst. 25. Ledélm. in sum. tom. 1 de
ram. penit. cap 20. concl. 3. dub. 4. Dian p 3 tract.
e penit. resol. 74. Ainda que Bonacin. tract de
ram disput. 5. quæst. 7. punct. 5 § 3. num. 4.
r. de penit. disput. 31. sect. 1. num. 10. Co-
ch. disp. 8 tom. 2. dub. 24. num. 80. Valsq quæst.
art. 3. dub. 10. num. 3. Zerol. in praxi de penit.
13, quæst. 15. & alij tenham o contrario: A
 am he, porque assi com o em outros casos, em
 o penitente por justa causa dimidia a confissão,
 o està obrigado repetir os peccados nã con-
 ados, assi tambem nam he obrigado a confessar
 peccados reservados ao inferior, dos quai ja foi
 oluto sacramentalmente pello superior. *Vitæque
 io probabilis.*

Terceira conclusam. O penitente absoluto
 ctè de casos reservados, ou pello superior, ou
 quem tinha poder para isso, pode livremente
 olverse huma & outra por qualquer confessor,
 sacerdote inferior, ainda nam proprio. Porque
 quelles peccados nam sam materia necessaria.
 ontrario se ha de dizer do que se confessou ao
 erior, & delle recebeo a penitencia fora do Sa-
 cramento,

ramento, porque ainda aquelles peccados ficam materia necessaria do Sacramento, & assi ham de ser absolutos por Confessor approvado. Vide Syll. verb. Confessor q. 19. Caietan. in sum. verb. casuum reservatio. Soar. loc. cit. sect. 4. §. Quando hujusmodi, & nostr. Epitbom. verb. Absolutio §. 3. num. 7. & alios.

§. 3.

Dos casos em que o Superior tem obrigação de conceder a licença, ou negal a ao subdito, para ser absolto de casos reservados.

1 **P** Rimeira conclusam. O Superior está obrigado de justiça em alguns casos cōceder ao subdito licença para se absolver de casos reservados, v. g. temendo algum mal intrinseco, revogação do sigillo, ou havendose de seguir antes escandaloso, que remedio, ou medicina, &c. E assi o Placado deve ser antes facil, que difficultoso em conceder esta licença. Principalmente sendo o peccante subdito prudente, & timorato, & o Confessor sufficiente para se lhe cometer a causa. V. Artil. verb. Confess. num. 35. Henriq. lib. 3. penit. cap. 13 num. 6. Soar. tom. 4. disp. 30. §. 4. §. In hac re, & seqq. & in nostr. Epitb. verb. Absolutio §. 2 num. 9. & alios communiter.

2 Segunda conclusam. O Superior está obrigado de caridade por razam de seu officio con-

licença ao subdito para se absolver de casos reservados todas as vezes que temer algũ grave dã-espirtual do mesmo subdito, v. g. se temer calará algum peccado na confissam, ou a dilatando dahi occasiam de peccar, ou outro no semelhante, porque este poder he dado para diffinicaçam, & nam para distruiçam das almas subditos. Vide Soar. *loc. cit.* §. *Tertio vero* & *post.* *Epith. loc. cit. num. 11. Regin. lib. 8 n. 43. v. verb. Confess. 1. num. 12. Sit. loc. cit. vers. tertiam. Coninch. tom. 2. disp. 8. dub. 14. Bonac. loc. cit. §. 12. n. 19.*

Em este caso só a muita vergonha, & diffidade do penitente, he causa para o Superior dar licença para que seja absoluto dos casos reservados, ut tenet Navar. *in cap. placuit n. 149. Soar. 4. disput. 30. sect. 4. §. Atque hinc ulterius, & post. Epith. verb. absolutio. §. 2. n. 10.*

Terceira conclusam. O Superior negando stamente a licença, em os casos que he obrigado, se o Confessor absolver, fica o Sacramento por falta de jurisdicam, porque assi como a esta reservaçam he valiosa, assi o he a injusta negaçam da licença. Ita Bonacin. *tract. de Sa- cr. disp. 2. quast. 7. punct. 5. §. 2. num. 20. Coninch. disp. 5. dub. 11. num. 78. sect. 4. num. 20. Regin. in addit. quast. 8. art. 5. dub. 2. Regin. lib. 1. c. 8. Victor. de Sacram. num. 145. Ainda quando Rodrig. 1. part. quast. 55. num. 11. Henriq. 6. cap. 25. num. 6. tenham o contrario.*

5 A qual licença de absolver de casos reservados, ou de eleger Confessor para absolver dellam se pôde adquirir por costume; porque contra a vontade do Superior nam se pôde adquirir jurisdicção neste foro. Vide Soar. tom. 4. disp. 30. sect. §. Tribus modis, & nostr. Epithom. verb. absolutio 2. num. 14.

6 Quarta conclusam. Concedendo o Superior licença ao inferior para se absolver de censura reservada, fica tambem absoluto totalmente da culpa, & é conversio, como consta do Concil. Tri. sess. 24. cap. 6. de reform. & de muitos privilegios, de quibus vide Soar. tom. 4. disput. 2. sect. §. Ad fundamentum utem, & nostr. Epithom. verb. solut. §. 2. n. 8.

7 Com que palavras se concederá a tal jurisdicção, nam consta, nem se pôde dar certa regra pello que dando se de palavra de rosto a rosto, pretendase que o Superior explique sua tenção, por privilegio, ou por outro modo era escripto, consideremse as palavras, & juridicamente se interpretem. Vide Navar. cap. 27. n. 161. D. Ant. part. 3. tit. 17. cap. 13. Soar. tom. 4. disp. 30. sect. §. solent autem, & nostr. Epith. verb. absolut. §. num. 8.

8 Quinta conclusão. O Prelado dando licença para absolver de reservados, nam tem lugar preceito de apparecer diante delle em respeito a peccados já cometidos, porque para isso se pede licença para que o subdito fique livre de apparecer.

O co

comparario se ha de dizer da licença pedida em
 peito de peccados nam cometidos, porque en-
 se se pôde dar com preceito de apparecer, ainda
 e os peccados nam tenham censura annexa, ut
et communis opinio, vide Soar. tom. 4. disp. 30.
§. 5. §. superest dicendum, & nostr. Epith. verb. ab-
ut. §. 2. n. 12.

9. Donde le infere, que o subdito admittindo o
 cto de apparecer diante do Superior, & nam ap-
 receo, peccou mortalmente, porque esta obri-
 gam he grave. De quo Soar. *loc. cit. & nostr. B-*
om loc. cit. O mesmo se ha de dizer do que foi
 oluto com a tal obrigação de apparecer, igno-
 do antes da absolvição o pacto, se tanto que lhe
 o à noticia nam appareceo. De quo Soar. *loco*
§. 1. Præterea in hac sententia, & nostr. Epith. loc.
n. 15.

§. 4.

os casos, em que o Confessor inferior pôde absolver
 dos casos reservados sem licença do Superior
 reservante.

P Rimeira conclusam. O Confessor inferior
 em caso de necessidade fora do artigo da
 rte nam pôde absolver *directè* ao penitente de
 os reservados, antes que appareça diante do
 perior, porque repugna ao Concilio Trident.
 e diz na *sess. 14. cap. 7. Inferiores Sacerdotes*

nihil posse in casibus reservatis præciso mortis articulo.

2 O contrario se ha de dizer da absolvição *indirecte*, porque dandose no penitente necessidade de commúgar, ou de celebrar, por evitar escandalo, ou notavel infamia, pòde ser absoluto *indirecte* dos reservados, nam se dando facil recurso ao superior, ainda que os casos reservados tenham *excommunham* annexa, porque a *excommunham* do penitente *per se* nam inhabilita a pessoa para tomar o Sacramento da penitencia, nem o annulla, se da parte do penitente interceda boa fê, & disposiçam, & em o Ministro concorram as couzas necessarias. De quo Soar. tom. 4. disp. 31. sect. 3. §. non tractamus, & nostr. Epithom. verb. absolut. §. 2. num. 6. Cordub. tract. de casib. consc. quasi 142. §. & la tercera. Sayr. de censur. lib. 2. cap. 3. num. 28. & lib. 13. de commun. cap. 21. §. 1. Angles verb. Confess. 1. num. 10. Angles in. 4. quest. 1. a Euchar. diffic. 4. Villalob. in sum. tom. 1. tract. 9. differ. 40. num. 1. Ainda que outros Doctores tem o contrario. De quo vide Dian. 3. p. tract. 5. Mis. ccl. 1. resolut. 68.

3 Segunda conclusam. O Confessor inferiora de caso de necessidade absolvendo o penitente, que tem caso reservado *cum onere comparentiam superiorem*, fica a absolviçam valiosa procedendo o penitente com boa fê, v. g. nam sabendo ser absoluto por o tal Confessor, assim nam está obrigado a mais que a confessar os peccados reservados

ados ao seu Superior. O contrario se ha de dizer nam procedendo com boa fê o penitente, porque entam a confissam de nenhũ modo he inteira e potia obex ao Sacramento. Vide Soar. *disput. 2. secundò sententia*, & *nostram Epithom. verb. ablu. s. 2. num. 5.* Coninch. *de Sacram. disput. 8. ab. 13. concl. 3. num. 103.* Dian. *3. part. tract. 4. penit. resol. 58.* Bonacin. *tract. de Sacram. disput. quæst. 7. punct. 5. s. 3. num. 5.* & *alios communiter.*

4. Terceira conclusam. O Parrocho, ou qualquer Confessor approvado pôde absolver o penitente de casos reservados, quando tem impedimento real para ir ao Superior, v.g. nam podendo ir, em mandar, & indo racionavelmente teme da honra, ou qualquer outra perda grave, & nam podendo tirar-se este impedimento em breve tempo. Vide Angel. *verb. casus, versus fin.* Graff. *1. part. s. 1. cap. 13. 78. & 85.* Mas creio este caso ser mais imaginario, que possivel, pois o prudente confessor pôde alcançar a licença do Provisor para o absolver salva a honra, & a perda do penitente, como diz Soar. *tom. 6. disp. 30. sect. 3.* Postev. *offic. curat. cap. 7. de penit. n. 45.*

5. Quarta conclusam. O Confessor approvado em licença nam pôde absolver o penitente que em casos reservados, o qual quando os cometeu, nam o eram, & quando vem a confissam, sam reservados, porque attentase o tempo em que se dà a absolviçam, & nam quando se cometeu o peccado.

O contrario se ha de dizer, se quando se cometeu o peccado era reservado, & quando vem o penitente a confessam o nam era, pella razam dita. V. de Possiv. de offic. curat. de penit. cap. 9. num. 49. §. Si veniat habens, & seqq.

6 Quinta conclusão. Qualquer Confessor pôde absolver o penitente que tem caso reservado, que quando o cometeu nam imaginava ser mortal, porque so o peccado mortal se pôde reservar. Ita Sylv. verb. casus quest. 5. Graff. 1. part. lib. 1. cap. 3. num. 71. Henriq. lib. 3. de penit. cap. 14. num. 6. & est communis opinio. O contrario se ha de dizer do que veyo a confessam com caso, que quando o cometeu nam sabia ser reservado, mas com tudo sabia ser mortal, porque he reservado. Possiv. de penit. cap. 7. n. 49.

7 Sexta conclusam. O Confessor approvado duvidando ser algum peccado reservado por algum estatuto (*quod vocatur dubium juris.*) pode absolver o penitente sem embargo da tal duvida, se fazendo a diligencia devida, & perseverando a duvida, a depos practicamente: Nam *possessio est p. confessore dubitante se facultatem habere.* Ita omnes.

8 O mesmo se ha de dizer do Confessor, que duvida ser tal peccado reservado, ou se he mortal *in dubio facti cadentis sub reservationem*, porque Confessor est in sua jurisdictionis possessione, & a reservação, como odiosa, nam se estende a casos de vidolos. Ita Soar. de censur. tom. 5. disp. 40. sect. num.

um. 5. Sanch. in sum. lib. 1. cap. 10. num 23. Hen-
q lib. 6. cap. 26. num 7. Vide Bonacin. tract.
e Sacram. disp. 5. quest. 7. punct. 5. §. 4. & alios
ultos. O contrario se ha de dizer quando em di-
eito, ou estatuto algum se determinar o contrario
m algum caso, porque o Superior pòde reservar
um caso particular sendo duvidoso, *ut tenent*
D. citati.

9 Dond: se infere que o que duvida, *proprie cū*
abio non conjuncto cum opinione probabili (*de quo sta-*
n) ter cometido peccado de homicidio, ou se
eu complemento ao peccado, que consta ser re-
servado, ou ter peccado mortal, ou se sufficiente-
mente fez acto exterior, &c. pòde ser absoluto
or qualquer Confessor approvado. De quo vide
onacin. tract. de Sacram. disp. 5. quest. 7. punct. 5.
4. num. 1. & 3.

10 Septima conclusam. O Confessor que du-
ida propriamente ter jurisdiçam sobre casos re-
servados, nam pòde absolver *directè* delles, por-
ue se poem a perigo de absolver sem jurisdiçam,
que nam pòde fazer sem peccado mortal, tirado
artigo da morte. O contrario se ha de dizer
uando nam duvida *proprìe*, mas antes tem opi-
iam provavel *de jurisdictione*, porque intervindo
piniam provavel, a Igreja suppre a jurisdiçam,
ti como o faz quando alguem com titulo còrado,
erro còmun do povo he tido por legitimo Juiz,
u Parocho, posto q ue o nam seja, segundo a L.
arbitrarius ff. de offic. Prator. De quo vide Less. lib. 2.

cap. 26. dub. 8. Soar. disp. 76. sect. 6. Regin. lib. 1. num. 162. & 103. Sanch. lib. 3. de matr. dispur. 2. num. 6. Henric. lib. 2. cap. 14. n. 3. §. 4. C. nino disp. 8. dub. 3. concl. 6. num. 22. & dub. 6. num. 4. Bonac. tract. de Sacram. disp. 5. quest. 7. punct. 5. §. n. 4. vers. Dixi in propositione.

11 Donde se infere, que o que segue opinia provavel, que affirma ter jurisdicam para absoluer de peccados reservados, ou que o privilegio que tem nam esta revogado, &c. valiosamente absolue, como se tivera re ipsa jurisdicam, & o privilegio nam fosse revogado, ainda que a tal opiniam provavel a nam haja, & se funde em falsos fundamentos, porque a Igreja suppre jurisdicam como fica dito na conclusao precedente. O mesmo se ha de dizer, ainda que o povo duvide estar privado do officio o Superior, tendoo dantes por verdadeiro, porque em duvida melhor he a condicam do possuidor. Ita DD. citaticum Bonac. lib. cit. §. 4. num. 5. & de matrim. quest. 2. punct. quest. 6.

12 Octava conclusam. O Bispo, ou Confessor que tem poder de absolver de casos reservados pode absolver o subdito de outro Bispado, indo a passagem, nam somente dos reservados no seu Bispado onde mora, mas tambem dos reservados aonde se confessa. Vide Navar. cap. 17. num. 26. Soar. tom. 4. disp. 30. sect. 1. §. Unde fit, & nos Epithom verb. Absolut. §. 2. num. 10. & alios.

13 Nona conclusam. O Confessor approva

se

em licença para absolver reservados em hum Bispo, pode absolver o subdito de outro Bispo, do de passagem de quaesquer peccados, ainda reservados no seu Bispo, não sendo reservados no Bispo onde se confessa. *Ex tacita facultate, & consuetudine introducta, quia consuetudine more incolarum* *us Diocesis*, ainda que o nam seja. O contra-se ha de dizer, se sam reservados em hum, & outro Bispo, porque entam, nem de hum, nem de outro Bispo tem jurisdição delegada. Vide *ar. loco cit. s. At verò loquendo, & §. Atque hæc, sect. 2. num. 4. & nostr. Epith. loc. cit num. 17. 27. & Pollev. de panit. cap. 7. §. si verò, & §. eniat. Regin. tom. 1. lib 8. num. 68. & cap. 5. i. 3. num. 69. Caiet. verb. absolut. 2. Navar. cap. num. 275. & num. 261. Henriq. lib. 6. cap. 14. n. 8. & 9. liter. G. Gcaff. 2. part. lib. 1. cap. 13. n. 46. & 48. Homo bon. de casib. reservat. 1. t cap. 2. §. 46. Tolet. lib. 3. cap. 13. num. 12. verb. Absolutio num. 2. Rodrig. tom. 1. cap 55. n. 5. Villalob. in sum. tom. 1. tract. 9. diff. 59. n. 4. Bonacin. s. 2. num. 9. & 11. Diana part. 2. scil. 3. resol. 56. & part. 3. tract. 4. de panit. bl. 103. & alij.*

14 Decima conclusam. A confissam ordinaria ao Superior sem mençam, ou intençam de casos reservados, ou absolviçam do mesmo modo da por elle, nam he bastante, para que o peccado quecido, que dantes era reservado, depois fique reservado sem obrigação de o confessar ao Superior,

perior, porque seria absurdo dizerse que queret
tirar a reservaçam; 1.º qual se nam tratava. De q
vide Soar. tom. 4. disp. 31. sect. 4. §. secundò dic
dum & nostr. Epith. verb absolut. §. 2. nam. 2
Vasq. quest 91. art. 3. dub 5. num. 10. Bonac
loc. cit. §. 5. n. 4. & de cens. disp. 1. quest. 3. pu
nam. 3. Aonde cita Ugolin. Sayr. & alios. A
que o contrario nam he improvavel, ut tenet C
ninch. disp. 8. dub. 12. & alij, de quibus Bonac
loc. cit. n. 5.

15 Undecima conclusam. Qualquer Confes
approvado pôde absolver dos casos reservados
Bispo morto elle, ou apartado do officio, nam se
do reservados por modo de estatuto, & ley, con
sam todos os que estam reservados nas Constitu
goens dos Bispados de que tratamos, porque con
o estatuto dura depois da morte, juxta cap. fin.
offic. delegat. O mesmo fica durando a reservaça
De quo Diana part. 4. tract. 4. Miscel. resol. 1.
Ita Barth. Metin. lib. 1. cap. 10. Sã verb. Abs
tio num. 20. Graff. lib. 4. regul. 11. & alij quam p
rimi communiter.

16 Duodecima conclusam. O penitente, q
tinha poder do Papa, ou Bispo para eleger Co
fessor para ser absoluto de casos reservados, pô
usar d'elle depois de sua morte, porque a graça n
espira pella morte de quem a concede. Assim co
o Sacerdote approvado para ouvir confissoens,
pòde ouvir depois de morto o Bispo, ou Prela
que o approvou. Ita Nugn. in addit. quest 6. ar
du

2. conclus. 1. Soar. de penit. cap. 22. num. 3. disp. 29. sect. 3. num. 7. & disp. 7. sect. 4. Valq. ff. 62. art. 3. dub. 5. num. 2. Sà verb. gratia, n. 4. Sanch. disp. 8. dub. 10. num. 71. Sor. in 4. d. 28. ff. 4. art. 3. Sanch. de matr. lib. 8. cap. disp. 28. num. Henriq. lib. 7. cap. 21. num. 6. Regin. lib. 2. c. 95. Bonacin. tract. de Sacram. disp. 5. quest. 7. ff. 3. n. 2. & alij.

17 O contrario se ha de dizer da jurisdicção do Vigario geral, ou do Visitador, porque esta expirou com a morte do Bispo, & assi depois da morte tudo o que pertence ao pello Vigario, ou Visitador he nullo, salvo o que se fizer com ignorancia da morte do Bispo por algum tempo, porque entam se supple a jurisdicção com o erro commum, & titulo corado segundo a L. Barbarius, ff. de offic. Prator. Ita Henriq. lib. 6. cap. 13. num. 3. & 12. Bonacin. loc. cit. n. 3. Sanch. de matr. & alij.

18 Decimatercia conclusam. O penitente que confessou ao Confessor inferior, & lhe esqueceu algum peccado reservado do qual nam podia ser absoluto, pello tal Confessor, està obrigado, se lhe adolhe à memoria, recorrer ao Superior que o absolva, não lhe manifestado mais que o peccado, e a césura esquecida porque directamte não foi absolto do peccado esquecido. Ita Medin. cap. de confess. quest. 22. Soar. disp. 31. sect. 3. n. 6. Henriq. lib. 6. cap. 15. num. 3. & cap. 16. num. 9. Zea. de penit. cap. 13. quest. 26. Bonacin. tract. de Sacram. disp. 5. quest. 7. punct. 5. § 3. n. 7. & alij.

19 Decimaquarta conclusam. Os Religiosos mandicantes nam podem *ex vi juris communis* absolver dos casos reservados aos Bispos, porque a *Clementina* *dudum de privileg.* declara que os Religiosos *ex vi tunc concessione*, nam tem maior faculdade de solver de peccados, que os Parochos ordinarios quais nam tem faculdade de absolver de casos reservados aos Bispos, *ergo, &c.* & consta tambem da *Clem. si Religiosi de privileg. s. Quibus.* Ita Navar. cap. 26. num 266. D. Anton. 3. p. tit. 17. cap. 1. §. 18 quest. 4. art. 3. §. 3. dir. tom. 4. disp. 30 sect. 2. §. 2. *cundum punctum, & nostr. Epith. verb. absol. s. 2. n.*

20 Decima quinta conclusão. O Summo Pontifice concedendo em jubileo, ou fóra delle poder para absolver dos casos reservados, ou censurados nam o declarando por palavras expressas, como ordinariamente o faz nos jubileos que concedem não se entende dar poder para absolver dos casos reservados aos Bispos. A razam he porque *jur. reg. juris in 6. Non veniunt ea, que non esset quis veniunt conceditur, &c.* E assim decretou Clemente VIII. na Bulla que começa: *Sacra Congregatio apud Quarant. verb. casus reservat. Vide Navar. cap. quorundam, de iudic. n. ab. 11. num. 7. & man. cap. 27. num 161. Graff. lib. 4. decis. cap. 1. num. 28 Farin. de hares. quest. 92. n. 63. Bontr. tract. de Sacram. disp. 5 quest. 7. punct. 5. §. 2. num. 14. & tom de censur. disp. 1. quest. 3 punct. 1. num. 1. & 12. & alij.*

21 Decima sexta conclusão. O Confessor, q

poder para absolver de todos os casos reservados ao Summo Pontifice, pôde absolver das censuras, porque todos os casos a elle reservados tem communham annexa. O contrario se ha de dizer do que tem poder para absolver dos casos reservados ao Bispo, porque os casos, & as censuras diversas para o Bispo, & cousas distinctas, & cousas diversas nam se faz illaçam. Ita Navar. 27. num. 261. Soar. disput 7. sect 4. num. 1. Sanch. m. lib. 2. cap. 11. num. 1. Reginald. lib. 1. cap. 1. 5. Bonacin. tract. de censur. disput. 1. quæst. 3. t. 1. n. 14. & alij.

2 Decimaseptima conclusam. O Vigario do o tendo poder de subdelegar, caindo em algũ reservado, pôde ser absoluto pello Confessor, em subdelegar o poder, O mesmo se ha de r do Bispo caindo em algum caso reservado ao mo Pontifice, do qual elle pôde absolver os litos, consoante a declaração dos Senhores deas do Concil. Trident. sess. 24. de reform. 6. Soar. tom. 3. disput. 41. sect. 2. num. 9. Henlib. 14. cap. 18. num. 3. & lib. 6. cap. 7. n. 5. liter. Jgolin. de pot. Episc. cap. 39 num. 2. Sayr. de cens. lib. 7. cap. 6. num. 5. Riccius in prax. 1. part. verb. 445. num. 2. Sanch. de matrim. lib. 8. disp. 3. 3. & in sum. tom. 1. lib. 2. cap. 11. num. 11. verb. Confess. num. 16. Nogu. in addit. quæst. 8. 5. dub. 13. concl. 2. Bonacin. tract. de Sacram. 5. q. 7. punct. 5. §. 2. num. 7. Vide Dian. part. 3. 4. de penit. resol. 142.

23 O mesmo se ha de dizer do Parocho, ou Confessor, que tem licença do Prelado para absolver de casos reservados sem limitação alguma, por que caindo em algum, pôde ser absoluto pello Confessor que eleger. Ita Villalob. *in sum. tom. 1. tra. 9. diff. 64. num. 4.* & o Padre Leone *de offi. potest. Confess. de recol. lect. 6. num. 131.* O qual diz que quando hũ subdito pede licença ao Superior para huma pessoa *pro casibus reservatis*, pôde usar do tal poder em respeito da sua pessoa. De quo videtur Dian. 3. *part. tract. 4. de penit. resol. 143.*

24 Decimaoitava conclusam. O Confessor, quem o Prelado deu poder para absolver dos casos que tem a si reservados, nam pôde subdelegar o mesmo poder, salvo tiver expressa licença para fazer, porque o delegado *ad nudum ministerium* nem pôde subdelegar todos os casos juntamente com tudo pôde cometer o poder a outro *circa a quem particularem casum occurrentem*, & fazendo contrario disto, as confissões seram nullas por falta de jurisdição. Ita! Aloisius *in prax. for. Eccl. 1. part. resol. 419. num. 1.* Zerol. *in peniten. ca. 25. q. 17.* & *in prax. Episcop. 1. part. verb. Penitentarius, q. 4.* Pinel. *de casib. reserv. cap. 9. num. 1.* Homo bon. *de casib. reservat. 1. part. cap. 5.* Sane *de matrim. lib. 3. tota disp. 31.* Molin. *de justit. tra. 5. disp. 15. n. 4. & alij.*

25 Decimanona conclusam. O excomungado com excommunham reservada confessando *bona fide* de peccados reservados, & nam reserv

valiosamente fica absoluto, porque de nenhũ
lo he effencia deste Sacramento que o penitẽ-
e absolva primeiro da excommunham, que dos
cados, porque a excommunham nam annulla
onssam, *dum se tenet ex parte accipientis*. E
e caso o penitente nam està obrigado a rei-
ra a onssam, senam só pedir absolviçam da
ommunham. *Quod est valdè notandum*. E nam
ente se absolve ignorando a excommunham,
recebendo o Sacramento por necessidade, mas
bem sabendo que os peccados tem censura re-
ada annexa, & o absolveo de malicia o Con-
or nam tendo poder para o fazer. Vide Navar.
Manual. cap. 9. num. 4. Tolet. lib. 3. cap. 12.
m. in Theol. moral. lib. 5. tract. 6. cap. 12. num. 12.
ninch. de Sacram. disput. 8. iubil. 13. conclus. 4.
. 140. Soar. de censur. disp. 20. sect. 3. num. 9.
n. 3. part. tract. 4. de penit. resol. 78. cum Covar.
t. & alijs.

§. 5.

*absolviçam dos casos reservados dada por virtude de
Privilegio, Bulla da Cruzada, ou jubileo.*

PRimeira conclusam. Os Confessores por
virtude de Jubileo, ou Bulla da Cruzada,
dem absolver dos casos reservados aos Bispos.
Henriq. lib. 3. cap. 14. num. 9. Ugolin. de ca-
reservat. tab. 1. cap. 10. s. 4. Regin. tom. 1.
lib. 8.

lib. 8. cap. 5. sect. 1. num. 57. Graff. 1. part. lib. cap. 35. num. 28. Soar. de censur. disput. 7. sect. num. 10.

E o Summo Pontifice assi o declara por expressas palavras, & assi o explicou neste ultimo Urbano VIII. passado em Outubro de 1636. pellas pazes entre França, & Espanha, supposto q̃ Bonacio de censur. disp. 1. q. 3. art. 3. tenha o contrario. Mas alguns Doctores, & bem, extendem esta opiniao a todos os casos, & censuras reservadas por os Bispos concedidos depois da publicação do jubileo. De quo vide Dian. 3. part. tract. 4. de penit. resol. 149. Nav. lib. 3. de sentent. excom. cens. 43. num. 2. Graff. l. decis. cap. 15. num. 44. & in append. lib. 1. cap. 5. Henric. lib. 3. cap. 16. num. 5 & cap. 65. num. 1. Regin. lib. 8. num. 34. Clau. Reg. & Azor. l. cit. lib. 5. q. 37. propos. 3. pag. 472. Bellarm. alijs apud. Sã verb. indulgentia post. n. 8.

2 Segunda conclusam. Os Religiosos Mendicantes nam pòdem absolver os penitentes dos casos reservados aos Bispos nam tendo a Bulla Cruzada durando a Bulla. Porque o Summo Pontifice no fim do original da Bulla revoga todos os privilegios, faculdades, & indulgencias, que contraem o subsidio dos lugares de Africa, tirado das faculdades concedidas aos Mendicantes; Quo. ipsos Religiosos. Ita Frey Luiz Lop. 1. part. instrum. na exposçam da Bulla cap. 10. §. Circa illam conclusam. Henric. lib. 7. de indulg. cap. 22. §. Bulla Ciuciata revocet privilegia Religion. §. Se

astiam da Costa *quast* 165. Emman. Rodr. in
sic. Bulla §. 9. circa finem, & §. 2. vers. Exce-
Posto que tenha o contrario nas addicoens ao
mo s. num. 4. Porém o Papa Alexandre VII.
hibio a opiniam que os Religiosos Mendicantes
pòdem absolver dos casos reservados aos Bis-
pos sem licença sua.

Terceira conclusam. O Confessor approva-
em hum Bispado nam pòde ser eleito em outro
pado por virtude da Bulla, ou Jubileo para ab-
ver de casos reservados. Esta opiniam seguem
Complutenses, & os Bispos em Espanha acriter
tendem sua jurisdicam, & os DD. commun-
mente, & està corroborada com a declaraçam dos
Illustísimos Cardeaes, os quais sendo consulta-
pello Bispo de Valença o Senhor Dom Ioam
Ribeira, responderam. *Approbatum ab alio, quam*
Valentino Episcopo in Diacesi Valentina, non cen-
si approbatum ab Ordinario. E dizer o Author
ana que nam he authentica *est gratis dictum*
rque o havia de provar, o que elle nam faz; &
m mostra ser authentica, pois he allegada por
doctores muito graves. Etendo Manoel de Sã na
primeira impressam opiniam em contrario, veyo
comendado pello Mestre do Sacro Palacio de Ro-
ma, o qual devia bem saber, se he authentica, ou
non, pois a seguio, quanto mais que o mesmo Au-
tor Diana parece que se contradiz, pois na pri-
meira parte tract. 10. resol. 19. pagin. 187. diz que
na que as declaraçoens dos Illustísimos Car-

deas nam tenham força de ley, pois nam esta promulgadas, com tudo sam de grande consideração, & nam nos havemos de apartar dellas se fundamento muito firme, & solido, o que não vejo na opiniaõ contraria, ainda que a tenho por provavel, pois a seguem muitos Doctores de auctoridade, mas a nossa conclusam he mais segura & certa. Vide Quarant. *verb. Confess. fol. 19* & Bonacin. *tract. de censur. disp. 1. quasi. 3. punct. num. 2.*

4 Quarta conclusam. Quando o penitente absolve por virtude de algum privilegio, ou lubeo, & lhe esqueceo algum peccado reservado, a censura, fica absoluto, tendo o Confessor tenção de absolver dos reservados, & censuras, sendo absolvição valiosa, ainda que informe, & nam nulla por falta de disposiçam, ou declaraçam de alguma cousa essencial na confissam, ou pello decuido ser culpavel, porque entam, nem he confissam, nem absolviçam, & nam obrou cousa alguma. Vide Sylvest. *verb. confessio* 1. q. 4. Ange conf. 1. num. 21. Rosel. *confess. 2. num. 9.* Nava in cap. consideret §. *cautus* num. 32. de penitent. dist. & in sum. cap. 10. num. 13. Soar. tom. 4. disput. 3. sect. 4. §. *Quantum punctum*, & §. *Sed queret*, & in nostr. Epithom. *verb. absolutio.* §. 2. num. 2. Fr. Lud. Lop. 2. part. instruct. cap. 5. de indulg. Deinde. Man. Rodr. cap. 183. & 184. num. 13. & 14. Sebast da Costa *quasit. 45.* Petr. de Ledesma 1. part. cap. 13. de penitent. §. *La septima dnda.* S

confess. num. 5. Henriq. lib. 6. cap. 16 num. 5.
 ginal. lib. 6. num. 152. Sanch. in sum lib. 2. cap.
 num. 6. & de matr. lib. 8. disput. 15 num. 21.
 ninch. disput. 8 dub. 12. num. 93. Valq. part. 3.
 I. art. 3. dub. 5. num. 10. & 11. Sayr. de penit.
 43. num. 3. Bonacin. tract. de Sacram. disp. 5.
 punct. 5. §. 5. num. 1. 2. 3. 6. 7. & 8. Portet. in
 t. ad dub. reg. verb. Iubileum, n. 10.

O contrario se ha de dizer quãdo a confissãõ
 la foi feita ao Superior, que pòde absolver de
 os reservados fora do Iubileo, ou seu delegado,
 que entam ficam sem reservaçam, & pòde o
 nitente confessalos a qualquer Confessor. Ita
 et. verb. cas. reserv. Regin. lib. 6. num. 62.
 ninch. disp. 8 dub. 12. num. 62. Sylvest. verb.
 fessio, quesit. 19. Rodrig. q. Reg. tom. 1. q. 21. &
 um. q. 100. num. 13. Soar. disput. 31. sect. 4. n. 9.
 nriq. lib. 6. cap. 16. num. 5. Bonacin. tract. de Sa-
 n. disp. 5 q. 7. punct. 5. §. 5. n. 9. & seqq.

Donde se infere que o penitente, que no tẽ-
 do Jubileo foi absoluto de censuras, & casos re-
 vados, fica directè absoluto, ainda que depois
 n faça as mais cousas para ganhar o Jubileo, cõ
 to que se confessasse *bona fide*, & tivesse tempo
 fazer tudo para ganhar o Jubileo, porque neste
 o nam foi dada a absolviçam sub conditione,
 ad reincidentiam, sed absolutè. Ita Sanch. de
 tr. lib. 8. disput. 55. num. 25. Vasq. de penit. q.
 art. 7. dub. 6. num. 5. Regin. lib. 8. num. 59.
 ar. de penit. disput. 36. sect. 4. num. 24. Zerol.

de penit. in prax. cap. 10. quasit. 40. Bonacin. tract. de Sacram. disp. 5. quasit. 7. punct. 5. num. 16. & quos citat. idem Bonac. de censur. disp. 1. q. 3. punct. n. 13.

7 O mesmo se ha de dizer dos votos committidos. Ita Soar. tom. 4. disput. 31. sect. 4. num. & tom. 5. disput. 17. sect. 9. num. 3. Filliuc. tom. tract. 8. cap. 10. num. 180. Sà verb. absolutio n. 1. Sanch. de matr. lib. 8. disput. 54. num. 4. Henri lib. 6. cap. 16. num. 6. & lib. 7. cap. 11. n. 4. Val loc. cit. & alij.

8 Interesse segundo, que o penitente que confessou ao Confessor, que tinha poder para absolver de casos reservados, & por esquecimento inculpavel lhe ficaram alguns por confessar, dando-lhe o Confessor geral absolvição, não sómente dos ouvidos na confissão, mas dos esquecidos lembrando-lhe depois algum caso reservado, pôde absolver-se por qualquer Confessor, que tenha poder para absolver de peccados mortaes somente. Ita DD communiter cum Bonacin. tract. de censur. disp. 1. q. 3. punct. 6. n. 3. & 5.

9 Mas advertase, que o penitente que foi absoluto geralmente de casos reservados, & censura se depois da confissão lhe lembrar alguma censura, ou peccado reservado, que tenha censura annexa, está obrigado a confessar somente o peccado esquecido, cui erat censura annexa, & nam a censura, ratio disparitatis est, porque a confissão de peccados haze de fazer inteira de direito divino,

o he determinado de direito divino que as cê-
ras se manifestem na confissam, mas em tanto se
m de manifestar, em quanto he necessario que
tirem, pello que se por huma vez se tiram por
uma razam, nam he necessario outra vez decla-
las na confissam, assi como he necessario decla-
os peccados esquecidos, ou tenham censura
nexa, ou nam. Ita Coninch. *de penit. disput. 8.*
12. num. 57. & disp. 14. dub. 16. n. 262. Sanch.
um. lib. 2. cap. 2. num. 6. Filliuc. cap. 2. quest.
num. 289. Regin. lib. 9. num. 6. Soar. tom. 5.
7. sect. 1 num. 17. Bonacin. de Sacram. disp. 1. q.
punct. 6. n. 3 & 6.

ro Donde se infere. Primeiro, que o que tem
der de absolver de censuras, & casos reservados
ero *penitentia*, seu *penitentiali*, pode fora da
nissam dando a penitencia saudavel, absolver
censuras, mas dos casos reservados nam, por-
e ham de ser absolutos *intra confessionem*. *Ratio*
disparitatis est, porque as censuras sam materia pa-
a qual *per se* nam se requiere absolviçam sacra-
ntal, & na absolviçam dos peccados fim, por-
e por ella se tira a reservaçam. Vide Bonacin.
de censur. disput. 1. quest. 13. punct. 6. num. 9.
ro.

II Interesse segundo, que nam se pode dar o
ramento da penitencia *ad cautelam*, *ad reincidentem*,
& sub conditione, assi como se pode dar ab-
viçam das censuras. *Ratio disparitatis est*, porque
m está em poder do Ministro suspender o

effeito do Sacramento, como está no poder do Superior promulgar censura *sub conditione de futuro*, pois de sua jurisdição, & intençaõ pende, & pôde exercitar sua jurisdição absoluta, & condicionalmente. De quo Bonac. *tract. de cens. disput. 1. q. punct. 7. n. 1.*

12 Quinta conclusaõ. O penitente que na primeira semana do jubileo comprio tudo o requizito, & o ganhou, pôde na segunda semana ganharlo outra vez, & ser absoluto dos peccados reservados, que cometeo depois de o ganhar na primeira semana. Ita tenet Graff. *in append. ad dec. lib. 2. cap. 5. num. 53.* Alfonsi. *de Veg. in sum. tom. 1. cap. 7. cas. 19.* Henriq. *de indulg. lib. 7. cap. 11. n. 1.* & *de penit. lib. 6. cap. 16. num. 3.* Regín. *in praesent. tom. 1. lib. 8. cap. 5. sect. 2. num. 64.* Molfes. *sum. tom. 1. tract. 7. cap. 16. num. 45.* Dian. *2. part. Miscel. 3. resolut. 49.* Angel. *Roset, & alij.* A quem he, porque a absolviçam dos peccados reservados pôde se muitas vezes alcançar antes de se alcançar o jubileo. Logo tambem se pôde alcançar depois de ganhado, nam sendo passado o tempo della, como diz Diana *loco cit.* Ainda que Sanch. *in sum. tom. 2. lib. 4. cap. 55. num. 30.* Soar. *de Rel. tom. 1. lib. 6. cap. 16. num. ult.* Rodrig. *in sum. tom. 1. cap. 128. num. 1.* & Bonacin. *de Sacram. disput. quasi 7. punct. 5. §. 3. num. 17. probabiliter, tenha o jubileo.*

13 Sexta conclusaõ. O penitente que ganhou o jubileo em Lisboa abdo nua, & vive, & depois da

hi a algũ tempo indo a Evora a hũ negocio, aonde se celebrava naquelle tempo o Jubileo, nam o de ganhar outra vez, nem ser absoluto dos reservados que de novo cometesse. Ita. Filliuc. tom. 1. et. 8. cap. 10. num. 278. Sanch. in sum. tom 1. lib. 4. 54. num. 30. Soar. de Relig. tom. 2. lib. 6. cap. 16. m. 17. Portel. in add. ad dub. Regul. verb. Jubileum, m. 10. E assi o declarou Clemente VIII. E assi o responderam os Senhores Cardeaes sendo pergũdos, como o affirmam os DD. citados.

14 Septima conclusam. O penitente que fez do o que era necessario para ganhar o Jubileo, ao Domingo pella menhãa querendo confessar-se, & commungar *inadvertenter* bebo, & coeo alguma cousa, *hoc non obstante* pòde ganhar o Jubileo, & ser absoluto dos casos reservados, porque neste caso pòde o Confessor commutarlhe a communham em outra cousa, ut docet Santarell. Jubil. cap. 7. dub. 1. Grãff. in append. lib. 2. cap. 1. m. 50. Henriq. lib. 5. cap. 10. n. 8. in fine.

15 Duvidase se o penitente q̃ visitou a Igreja & jejuou a primeira semana do Jubileo, na segunda ao Domingo quer confessar-se, & communhar, se pòde ganhar o Jubileo, & ser absoluto dos casos reservados? Huns affirmam, & outros provavelmente negam. De quo vide Dian. 3. part. et. 4. de penit. resolut. 153. Mas note-se, que ainda que a opiniaõ negativa fosse verdadeira, & não ganhasse o Jubileo, com tudo ficava absoluto dos casos reservados, & com os votos commutados,

porque ha opiniaõ provavel dà jurisdicam, com
dissimos já acima. De quo Dian. *loc. cit.*

16 O q̄ fez todas as coulas para ganhar o Iu-
bileo de tal modo, que a ultima obra seja o jejum
do Sabbado, & ao Domingo pella menham tor-
nando a cair em caso reservado, pòde ser absoluto
delle, conforme affirma Pater Alphol. de Leon.
in tract. de Iubil. 2. part. sect. 5. num. 170. Porqu
a ninguem se prohibe repetir muitas vezes a me-
ma obra pello mesmo fim dentro do termo con-
cedido, ainda que Santarell. *de Iubil. cap. 7. dub.*
negou. De quo Dian. *loco cit.*

17 Advirtase, que vindo o penitente ao Sab-
bado confessarse em tempo de Iubileo, & por se
tempo breve nam o pode confessar o Confessor
neste caso absolva o Confessor o penitete das cen-
suras, tire a reservaçam dos casos, & dos votos, &
a absolviçam dos peccados dilate, & depois passa-
do o Iubileo ouça a confissam dos peccados, & ab-
solvaõ delles, & commuthe os votos, como qu
aquelles peccados, & votos passados nam seja
mais reservados. Ita Henriq. *lib. 7. cap. 11. n. 3.* San-
ch. *de matr. lib. 8. disp. 15. num. 17.* Sã verb. *indul.*
n. 4. & alij.

18 E se este tal penitente depois de passado
tempo do Iubileo cometeo novos casos reservados
antes que o Confessor o confessasse, que lhe dil-
tou a confissam, naõ pòde ser absoluto delles, co-
forme Santarell. *da Iubil. cap. 8. dub. 7.* & Alphon-
de Leon. *de Iubil. 2 part. q. 16. num. 18.* mas Bar-

à Sanç

Sancto Fausto vir doctus tract. de Iubileo lib. 4. q. 3. affirmat. De quo vide Dian. 3 part. tract 4. panit resol. 142.

19 Se o penitente absoluto de casos reservados excommunham, & commutacam de voto feimudou a vontade, & nam ganhou o Iubileo na mesma dita, pecca mortalmente, conforme Soar. Religion. tom. 2. lib. 2. cap. 6. num. 11 Mas Sanch. in tom. 1. lib. 4. cap. 54. Henric. lib. 6. cap. 16. n. 6. Portel. in addit. ad dub. Regul. verb. Iu- eum num. 20. & outros negam. Vide Dian. o citat. num. 145. Sanch. lib. 8. de matr. disput. 43 m. 9. Bonacin. de Sacram. disput. 5. q. 7. punct. 5. m. 18.

20 O penitente que ganhou o Iubileo, & não confessou, porque lhe nam lembrava peccado mortal, nam pôde passado o Iubileo, ser absoluto dos peccados reservados cometidos antes do Iubileo esquecidos, porque de nenhum modo foi tirada a reservaçam, como quer que nenhuma absolucam se deu. Ita Sanch. de matrim. lib. 8. disp. 15. m. 12. Henric. lib. 6. cap. 16. num. 6. Soar. tom. disput. 31. sect. 4. num. 9 & 24. Portel. in addit. dub. reg. verb. Iubil. n. 19. & alij.

21 O penitente, que no tépo do Iubileo nam teve copia de Confessor, & contrito recebeu a sacra Eucharistia, & fez todas as mais coisas, pôde ser absoluto de casos reservados passado o Iubileo, conforme affirma Alphons. de Leon. 2. part. test. 17. num. 197. de Jubileo. Zanarol. indirect. confess.

confess. 3. part. de penit. cap. 2. quest. 20.

22 O mesmo se ha de dizer do penitente, quando manifestou peccado reservado na confissão por não descobrir o complice, ou por outra justa causa, como effirma Hom. bon. in exam. Eccles. part. tract. 5. cap. 6. quest. 38. & alij. De quo vid. Dian. 3. part. tract. 4. de penit. resol. 140.

23 Duvidase se morto o Summo Pontifice, concedeu o jubileo será valida a absolvição das censuras, & casos reservados, & se ganha o Jubileo? Esta duvida move o Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha no tractado do jubileo, cap. 3. dub. ex num. 21. cum seqq. Aonde traz por huma, & outra parte opinioens, & com tudo resolve no num. 23 que não só se alcança o Jubileo quanto à absolvição das censuras, & casos reservados, & commutação de votos, mas ainda quanto à remissão dos peccados, seguindo a doutrina do Padre Soares de pami disput. 57. sect. 2. num. 9. Porque a revogação das indulgencias dado que seja expressa não prejudica antes de se saber, conforme a doutrina de Geminiano in cap. 1. §. ex parte, num. 8. de concess. prabend. lib. 6. a quem refere, & seg. Sylvest. verb. Indulgentia, §. 8. num. 17. E no u. 2. responde o Illustrissimo Arcebispo aos fundamentos que pella parte contraria tomaram Comitol & Frey Manoel Rodriguez.

24 Segundo, se duvida se o Confessor eleito por virtude do jubileo pôde absolver os penitentes de casos reservados, que cometeram em confiança de

bileo? Alguns tem a opiniam negativa com S-
ntonio, Corduba, & Ioam de Anania; porèm o
uflrissimo Dom Rodrigo da Cunha tem a parte
firmativa por mais provavel, com Navarro, &
utros muitos que refere, & segue *d. tract. de Iubil.*
p. 10. num. 5.

25 Tertiò. Se duvida, se a absolvição dada pel-
Confessor eleito em virtude do Iubileo pòde a-
roveitar no foro exterior? Responde o Arcebispo
ue uam, com muitos Doctores, & dà a razam *d.*
p. 10. num. 24. nempè que a absolviçam, & pe-
tencia no foro interior he só pella offensa, & sa-
sfaçam divina, porèm o castigo, & accusaçam no
ro judicial he para a satisfaçam, & vingança da
epublica: & nos numeros seguintes até o n. 30.
az as questões se satisfeita a parte pòde apro-
veitar a tal absolviçam no foro exterior? *ubi videre*
ebit.

26 Ultimamente se duvida, se pòde o Confes-
r prorogar o tempo das duas semanas a hum pe-
itente que tinha feito todas as cousas que man-
ava o Iubileo, & vindose confessar ao Sabbado,
a Domingo, acha o Confessor que fez as obras
n peccado mortal, por estar em certa occasiam
im, de que se nam apartou? Negativamente res-
ondê o Arcebispo Cunha, porque o tal peniten-
nam tinha causa alguma licita, das que o Jubi-
o relata, para que o Confessor lhe dilatasse o
mpo, & a causa que tinha era por culpa sua, &
ella estado ruim de que se nam queria tirar; mas
que

que com tudo a opiniam affirmativa se pôde praticar seguramente por as opinioens de Alonso de Vega, & Toledo, q̃ praticaraõ este caso em Roma, & que em tempos diversos se lhes responder que podia muito bem o Confessor dilatar a confissam ao penitente para o tempo que visse que convinha, & que realmente ganharia entam o penitente as graças, & Jubileo, & acrecenta, que com esta opiniam poderam os Confessores remediar, & consolar a muitos penitentes, quando tiverem proposito de emmendar a vida, como diz o mesmo Vega allegando a Frey Iayme de Rebullosa. *It. n. 39. in fine. Fr. Clem. Fernand.*

§. 16.

Da absolviçam dos casos reservados na hora da morte.

P Rimeira conclusam. No artigo da morte qualquer Sacerdote simples, ainda que de gradado, excommungado, irregular, suspenso, interdito, ou herege pôde absolver de casos reservados, & censuras quaesquer que sejam, quando não ha recurso ao Superior, a quem sam os casos reservados, ou ao Confessor approvado, conforma mais provavel, & segura opiniam, como se collige do Concil. Tridentin. *sess. 16. cap. 17.* & de muito antigo uso da Igreja Catholica, & commum sentença dos Doctores. Vide Ugolin. *de censur.* tab. I.

1.º cap. 4. §. 5. Sanch. in sum. lib. 2. cap. 13. n. 7.
 olin. tom. 4. disp. 63. num. 7. Valent. tom. 4.
 p. 7. quest. 10. punct. 2. Ceninch. de panit. disput.
 dub. 12. num. 90. Nugn. in addit. ad 2. part.
 est 8.º art. 6. dub. 2. Bonacin. tract. de censur. disp.
 quest. 3. punct. 3. & omnes.

2.º Por artigo da morte, nam sómente se enten-
 o perigo nascido da infirmitade, mas qualquer
 ovavel perigo de morte, a qual con mumentec
 stuma succeder *in tali eventu*, v. g. quando algũ
 constangido a tomar navegaçam perigosa, ou
 minho exposto a ladroens, ou quando a mulher
 à proxima ao parto, & nam pario outra vez, &
 pario tem experiencia que pare sempre com pe-
 go de morte, &c. De quo Syvest. absolut. 1. n. 8.
 ar. de panit. disput. 26. sect. 1. num. 3. Sanch.
 2.º cap. 13. num. 1. Valq. de panit. q. 93. art. 1.
 5.º num. 2. Nugn. in addit. quest. 8 art. 6 dub. 6.
 egin. lib. 9. num. 10. Graff. lib. 1. cap. 11. num. 7.
 m. 84. & num. 85. & lib. 2. append. cap. 7. num. 22.
 olet. lib. 1. cap. 15. Zambr. de casib. in art. mort.
 princip. & cap. 4 de panit. dub. 4. Fr. Lud. Lop.
 part. cap. 8. de Bulla §. Fraterrea quoniam pag.
 8. Bonacin. de censur. disput. 1. quest. 3. punct. 3.
 m 4.

3.º Eem duvida, se he artigo de morte, ou se se
 de esperar por licença do Superior, ou nam, põ-
 o simples Sacerdote absolver dos casos reserva-
 s, porque o Superior nam parece reservar casos
 m perigo da condenaçam do penitente. Ita

Gambacurta de casib. reserv. col. 2. Henric. lib. 6. cap. 11. num. 5. Sanch. lib. 2. cap. 13. num. 8. Molin. tom. 4 de just tract. 3. disp. 63. Regin. lib. 9. num. 10. Bonacin. loc. cit. n. 6. & alij.

4 (Donde se infere, que o Sacerdote simple presente o Prelado, ou o proprio Sacerdote, não pôde absolver dos casos reservados, excommunições, ou de quaesquer outros peccados ao penitente posto em provavel perigo de morte. Prova-se de huma declaração dos Senhores Cardeaes cujas palavras são as seguintes. *Congregatio censuræ Sacerdotem alioquin idoneum, non tamen ad audiendas confessiones approbatum, juxta Trid. sess. 23. cap. 15. non posse validè à peccatis mortalibus absolvere in articulo mortis, ubi citra morè periculum haberi potest copia Confessori approbati & longe id minus, ipsemet Parochus præsens id prohibeat, paratusque infirmi confessionem audire, nec ulla sub sit causa Parochum ipsum recusandi* O que prova Dian. part. 2. tract. 13. resol. 9. & 2. dizendo que no artigo de morte se ha de seguir a opiniam mais segura, principalmente quando se trata de valor do Sacramento, por amor do perigo que se pôde seguir à alma do penitente. *Sà verb absolutio, num. 3. Diana 4. part. tract. 4. Miscel. resol. 161. com treze Doctores que citou na 1. part. tract. 5. resol. 5. E muitos Doctores graves tem esta opiniam, que não relatam por não perverter a ordem de meu intento, posto q̃ a contraria seja provavel, & a seguem também Doctores muito doutos, & recebidos em sua doutrina.*

5 O mesmo se ha de dizer ainda que o Prela-
ou Confessor approvado nam esteja presente,
dendole recorrer ao Superior, &c. dando o pe-
o lugar para isso. De quo Zamb. de casib. in ar-
mort. cap. 4. dub. 4. num. 15. Bonacin. de censur.
ut. 1. quest. 3. punct. 3. num. 5, & Doctores commu-
r, que seguem esta opiniam.

6 Por peccados, & censuras, de que pòde ain-
hum Sacerdote simples absolver no artigo da
rte, se entendem só aquelles peccados, & cen-
as que impedem a salvaçam do penitente, v. g.
communham, interdicto pessoal, suspensão de
ber os Sacramentos. O contrario se ha de di-
da irregularidade, da suspensam da Orden,
cio, ou beneficio, ou commutaçam de votos,
xaçam de juramentos, &c. Porque esta he a
ençam do Concilio Tridentino *loc. cit. v. g. ne
uis pereat*. Ita Sanch. in sum. lib. 12. cap. 13. n.
Bonacin. tract. de censur. disp. 1. quest. 3. num.
& 9.

7 O penitente que na hora da morte não po-
pedir a absolviçam dos peccados de modo que
sa ser absoluto delles, se acaso està excommu-
o, pòde ser absoluto da censura para poder to-
o Sacramento da extrema Unçam, & para se
poder dar sepultura Ecclesiastica. Ita Soar. disp.
ect. 7. Sanch. in sum. lib. 12. cap. 13. num. 12.
var. cap. 27. num. 271. Regin. lib. 9. num. 8. Bo-
ir. loc. cit. num. 10.

8 O penitente excomungado pode se absolver
pri-

primeiro dos peccados, que da excommunham quando de tal modo està propinquo à morte, que nam haja tempo para dar huma, & outra absolviçam, porque nam se pòde crer que a Igreja que privar o penitente do beneficio da absolviçam em aquelle caso de tanta necessidade. Ita Avil. 2. par. cap. 6. disput. 5. & alij. Ainda que este caso nam se pòde dar, porque o Confessor das mesmas palavras pòde usar para absolver das censuras, & dos peccados como diremos abaixo no §. ultimo, como disse bem Soar. disput. 10. sect. 2. n. 7. Filliucci tract. 12. cap. 3. n. 1. & 2.

9 A absolviçam dos casos reservados no artigo da morte, nem fora d'elle, nam se pòde dar *reincidentiam*. Ita Regin. lib. 1. num. 62. & lib. num. 24. Bonacin. de censur. disput. 1. quest. 3. art. dub. 8. n. 7.

1 Perguntase, que concede Sua Sanctidade na Bulla da Cruzada de novo, quando concede a que a tomam que possam no artigo da morte absolutos de todos os casos reservados, & censuras, tendo-lhe isto mesmo concedido pello Concilio Tridentino. *loco cit.* sem Bulla? Respondo. Primeiro. Que lhe concede que presente o Parocho possa eleger Confessor approvado que o absolva todos os casos reservados, & censuras, o que não podia fazer sem Bulla estando no mesmo artigo conforme a nossa opiniam, & ainda presente o Prelado reservante. Segundo, que possa ser absoluto das censuras sem obrigação de apparecer
diar

ante da pessoa, a que eram reservadas. Terceiro, concedelhe plenaria indulgencia. Quarto, pòdele commutar os votos nella conteudos, tirando que reserva. Ita Petr. de Ledesma. 1. part. cap. 13. panit. 5. La tercera duda, & outros muitos Doctores.

11 O penitente q̃ está cativo em terra de Mouros metido pella terra dentro sem esperança mui- ou pouca de tornar a terra de Christãos por fal- de resgate, que nam chega a partes tam remo- , pòde ser absoluto por qualquer Sacerdote sim- es, que acaso alli for, dos casos reservados, & nsuras, nam só mente no artigo da morte (o que certo) mas ainda fora delle, porque aquella pou- ou nenhuma esperança de se tornar a confessar tes de morrer, se reputa por artigo da morte, tanto para effeito de ser absoluto por qualquer cerdote, ainda dos reservados. Assim o tem Va- ens doctos que consultei, & pareceme cousa cer- Vide Zamb. de panit. dub. 4. E he couta clara rque se pode prevenir consissam tam necessaria, mo prova Beja 3. part. cas. 2. quem vide.

12 O mesmo se ha de dizer da mulher, q̃ está parto, & do que navega por mar perigoso, com to que esteja no perigo metido, & que a mor- esteja já *quasi inferi*, de tal modo que nam ba- estar o homem posto em o certo, ou querer na- gar mar perigoso, ou a mulher estar proxima ao to, senam que esteja já metido no naufragio, a mulher que está ja no mesmo parto, porque

então está em perigo actual equivalente ao artigo.
 E em resolução se requerem duas cousas, pa-
 que huma pessoa seja absoluta em artigo de morte
 por simples Sacerdote, ainda de casos reservado
 & censuras. Primeiro. Que o perigo seja tal, qu
 a mesma morte esteja *in procinctu*, & *in ipso fie*
 & *quasi in ultima dispositione*. Segundo. Que na
 haja facil recurso a outro Sacerdote approvado, s
 gundo a nossa doutrina. Ita Beja *part. 3. cas.*
Petr. de Ledesm. 1. part. 9 de penit pag. 265. co
2. & cas. 201. col. 2. in fine §. La tercera dud
Vide Dian. 1. part. tract. 40. de penit. resol. 7
& 72.

13 O mesmo se ha de dizer do penitente, qu
 está morrendo, & pedio confissão mostrando fi-
 nais de contrição, & chegando o Sacerdote (ain-
 da simples) tinha já perdido o fiso, mas houve pe-
 soas que disseram que pedira a confissão, & mo-
 strará finais de contrição, porque neste caso pò-
 de, & deve absolvelo *sub conditione*, que sempre
 entende, *v. g. Quantum possum, & si materia*
sufficiens, &c. E ainda que nam pedisse confissão
 & só mostrasse finais de contrição: provase d
 uso da Igreja, & doutrina dos Padres, & decret
 dos Pontífices, *ut habetur. 26. quest. 6. caq. qui n*
firmitate, cap. qui recedunt, cap. agrotantes, de con
secrat. dist. 4. Assim o tem a praxe de Varoci
 doctos, & muitos graves Doctores deste tempo,
 consultando-se muitos Padres doctíssimos da Co
 panhia de Iesu por Italia, França, & Espanha re
 ponderam

nderam, que assi se observava, & praticava.
 de Navar. cap. 27. num. 170. Coninch. de Sa-
 m. disput. 7. dub. 10. num. 99. Reginal. in prax.
 1. lib. 8. & 3. part. n. 28. Filliuc. lib. 1. tract. 7.
 3. n. 122. Fagund. de precept. tom. 2. lib. 3. cap. 1.
 16. Dian. 3. part. tract. 3. de absol. moribundi, &
 multi.

14 O mesmo se ha de dizer do q̄ pede confis-
 só por acenos, ou do que, nem ouve, nem pô-
 falar, & sómente bate nos peitos, & com sus-
 tos levanta os olhos ao Ceo, ou olha para algu-
 Imagem, vendo tudo isto o Sacerdote, ainda
 se duvide se são nascidos os raes sinaes da con-
 çam, ou da angustia da morte. Ita Sã cit. & San-
 in select. disp. 44. num. 35. Zambran. de casib.
 mort. cap. 4. dub. 2. sect. 4. Dian. 3. part. tract. 3.
 absolut. moribundi resol. 1. 2. & 3. aonde cita mui-
 Doctores por huma, & outra parte.

15 O contrario se ha de dizer do penitente, q̄
 m pedio confissam, nem mostrou final de con-
 çam, porque este tal, nem *sub conditione* se pô-
 absolver. A razam he, porque a absolviçam se-
 ndo o Concilio Tridentin. sess. 14. cap. 9. he
 judicial, & o juizo nam se exercita, senam
 de ha accusaçam de algum modo, ergo, &c. Vi-
 Henriq. lib. 3. de penit. cap. 10. num. 9. Joan.
 ald. varaõ doctissimo in tract. de sigill. confess.
 15. Zambran. de casib. temp. mort. cap. 4. dub.
 sect. 8. num. 46. Dian. 3. part. de absol. morib.
 lut. 8 cum alijs.

16 E nestes casos, em que se pôde absolver o penitente, segundo a opiniam provavel, está obrigado a fazelo de justiça, se he o proprio Parochou de charidade, se he o Confessor voluntario. It Soar. tom 4 disp. 23. sect. 1. num. 25. Coninch. d Sacram. disp. 7. dub. 20. num. 106. Filliuc. tract. 7 tom. 1. cap 5. num. 123. Vaso. 3. part. tom. 4. q. 91 art. 2. dub. 1. n. 58. & outros que refere Dian. loc. cit. resol. 9. E chama aos Sacerdotes, que uaõ que rem absolver os penitentes nos casos acima ditos Reos, & necatores animarum.

17 A qual absolviçam se lhes da de dar absolutè sem condiçam alguma. Porque quando o Theologos dizem cõummète que o Sacramento se ha de administrar *sub conditione*, duvidando se de valer o Sacramento, hase de entender *in dubio proprio*, & nam em opinioens, segundo a prova vel. Vide Sancium *in select. disput. 44. num. 52* & Dian. *loc. cit. resol 6.*

18 Duvidase que testemunhas bastem para o Confessor crer o penitente, que perdeu o juizo pedio confissam, ou mostrou sinais de contriçam para o poder absolver? Respondo que basta hum testemunha, ou seja Christãa, infiel, ou herege. It Zambr. *casib. tempor. mort. cap. 4. dub. 2.* Regim *in prax tom. 1. lib. 8. cap. 3. num. 8.* Sanc. *in select. disput. 44. num. 35.* Felin. *in cap. veniens 1. num. 8. de testib.* Dian. 3. part. tract. 3. de absolut. morib *resolut 5. & alijs.*

19 No artigo da morte o Sacerdote approvado
aind

nda em outra Dieceſi, ha de preferir ao ſimples.
a Soar. *de penit. diſp. 26. ſect. 14. num. 6.*

20 O Sacerdote ſimples ha de preferir ao
aprovado excommungado, ou ſuſpenſo vitan-
do. Ita Vaſq. *de penit. q. 93. art. 1. dub. 4. num. 19.*
alijs.

21 O Sacerdote irregular, ſuſpenſo, ou inter-
dicto ha de preferir ao excommungado vitando.
interdicto, ou ſuſpenſo ao irregular, & ao de-
adado. Vide Sanch. *in ſum. lib. 2. cap. 13. num.*
Soar. de penit. diſput. 16 ſect. 4. & diſp. 31. ſect.
& tom. 5. de cenſur. diſp. 11. num. 12. Sayr. lib. 2.
2. Nugn. in addit. ad 3. part. quaest. 8. art. 6.
4. Vaſq. de penit. quaest. 95. art. 1. dub. 4. &
5.

22 O Sacerdote aprovado, tendo poder pa-
abolver de caſos reservados, ha de preferir ao
cerdote aprovado, que nam tem poder para
olver delles. Ita Navar. *cap. 27 num. 9. Sanch.*
ſum. lib. 2. cap. 13. num. 11. & lib. 2. de matrim.
40. num. 8. Vaſq. de penit. quaest. 99. artic. 1.
4. num. 18. Reginald. lib. 1. Bonacin. tract.
cenſur. diſp. 1. quaest. 3. punct. 3. num. 7. per tot.
ſto que neſte caſo tem Soares o contratio de pe-
diſp. 30. ſect. 3. num. 5. Henriq. lib. 6 cap. 10.
1. 1. in comment. liter. O. Sã, Rody. & outros.

23 Finalmente eſtando hũ Sacerdote ſimples
ſente, & hum Confessor aprovado tolerado,
m pôde o aprovado tolerado ingerirſe por vō-
e, mas pôde ſe lho pedirem, porque o penitente

nam estã obrigado a evitalo, segundo a Extravag.
Ad evitanda de penit. & remiss. Ita Sanch. in sum. lib.
 2. cap. 13. num. 8. Nugn. in addit. ad 3. part. quas.
 8. art. 6. dub. 4. Ainda que Soar. tenha o contra-
 rio, disput. 11. sect 1. n. 12.

24 Em o num. 15. deste §. 6. diz o Author que
 o moribũdo destituito de todos os sentidos, & se
 haver quem diga que elle pedio confissam, ou de
 final algum de contriçam, que nam se deve absol-
 ver, nem ainda sub conditione, por quanto a ab-
 solviçam he acto judicial, para o que allega o Cõ-
 cilio Trident. sess. 14. cap. 9. devendoo allegar
 cap. 6. & no Cas 9. (seria erro da Impressam) &
 para isto allega despois de outros a Diana part.
 tract. 3. resolut. 8. Por a outra parte que re-
 que se ha de absolver, ha muitos, & bons Au-
 thores: muitos allega Diana na dita resolut. 8. &
 outros mais na part. 9. tract. 6. resolut. 20. qu-
 com pias consideraçoens dizem que o tal se ha
 absolver *sub conditione*, como referem que fez o Pa-
 pa Clemente VIII. vendo cair hum obreiro da fa-
 brica de S. Pedro, disse: *Si es capax, ego te absol-*
vo à peccatis tuis. E todos dizem que pella condiça-
 nenhuma irreverencia se faz ao Sacramento, & di-
 zem que por esta opiniã ser tam pia, se absolver
 ha guerra os feridos moribundos, ainda que na-
 dem final algum, porque nam pòde ser que o ho-
 mem Christoã, vendo que morre infalliveliem-
 te, se ha *saltem* attriçam, & o direito diz, quod
in extremis presumitur aeterna salutis memo-

ultim. Cod. ad leg. lul. repetund. cap. sancimus 1.
est. 7. & assi deve-se absoiver saltem sub conditio-
E eu o vi fazer, & onvi a muitos que o fazião,
nam lhe pezava, & que nos exames synodaes
seguia por mais provavel, & Ioam Caramuel
citado por Diana na dita part. 9. *resolut. 20.* diz
que o Confessor tem obrigaçam de seguir a opi-
nião provavel, principalmente com o tal moribũ-
do, porque (como elle diz) o tal està em extrema
necessidade, & *in periculo eterne damnationis*, &
de jure fraternæ charitatis somos obrigados ao
confessar, & absovelo. pois podemos. Com tudo o
Papa depois de relatar este, & outros, tem o cõ-
trito, & segue que se nam ha de absover; & que
a opiniam negativa *est omnino tenenda*. O mes-
mo novamente tem o Padre Sebastiam de Abreu
Parochi instit. lib. 11. cap. 6. à num. 67. & acre-
creta que na sua companhia se prohibe ensinar-se a
opinião negativa. E no num. 69 diz que *ne talis homo*
ullo remedio ex hac vita discedat, procure o Pa-
rocho administrar-lhe os mais Sacramentos *nempe*
Eucharistia, & a extrema Unção, porque pòde
acontecer, que esteja attrito, & recebendo o Sa-
cramento se faça contrito, & assi se salve confor-
mado a doutrina dos Theologos. *Ita ille.* Porém eu
de doctiorum censura seguira a opiniam affir-
mativa nos casos semelhantes ao do Papa, & aos
de guerra, em que se nam pòde dar lugar para
o contrito, absovendo *sub conditione*, & nos outros,
onde me parecera que havia tempo para se ir em

bulcar os sanctos Oleos, tratàra de lhe dar a extrêma Unção, absolvendoo primeiro das censuras *sub conditione: Si teneris aliquibus censuris, absolvo te a eis*, para que alli se siga o effeito do Sacramento pois as censuras privam da recepção dos Sacramentos, como he commua dos DD. Mas nunc lhe dera a Eucharistia, por quanto nam me consta do apparelho para que dignamente a possa receber, de que fala S. Paulo na *Epist. I. ad Corinth. cap. II. Probet autem se ipsum homo, & sic de pane illi edat, &c.* E tambem porque he pão dos Anjos *non mittendus canibus*. como canta a Igreja na festa do Corpo de Deos na Sequencia da Missa feita pelo Doctor Angelico S. Thomas, como diz Bartholomeu Gavanto no seu *Thesouro de ceremonias* part. 4. tit. 12. n. 2. & alli conciliara as opinioens Fr. Clem. Fernand.

§. 7. & ULT.

Do modo com que se ha de aver o Confessor com o penitente que tem caso reservado, nam tendo poder para absolver.

DO modo de absolver dos casos reservados, trata doctamente Soar. tom. 4. disp. 1. C. n. 10. lib. I. *quest. 29* brevemente Sà verb. *absolutio* num. 24. & nam mal Fr. Manoel Rodriguez 1. part. cap. 55. & alij.

2 Nam tendo o Confessor licença para absol-
ver de casos reservados, vindo o penitente com
algum aos seus pés, ouvindo o caso reservado, pe-
ça elle mesmo, v.g. o Confessor licença ao Superi-
or, & ouvindo ao penitente dos reservados, & não
reservados, o absolva delles, ou mande ao peniten-
te pedir a licença, nam tendo algum impedimen-
to, conforme o que dissemos assima, & trazendo a
licença todos os peccados, & o absolva. E esta he a
prática segura, & praticada *secundum omnes*. Ita Vasq.
cast. 91. art. 3. dub. 9. num. 20. Zerol. de penit. cap.
2. quest. 13. vers. 3. Bonac. de Sacram. disp. 5. q. 7.
encl. 5. §. 2. num. 18.

3 E vindo o penitente, & dizendo que traz
licença, o Confessor lhe deve dar credito, & absol-
ver seguramente, porque ao penitente se deve dar
credito. & mentindo, nenhum inconveniente se
segue da parte do Confessor, porque *illa conditio*
est, quod licentiam habuerit; (sobre a qual se fun-
da a absolvição (o livra de toda a culpa, & assi o
mandam as Constituições dos Bispados com-
munmente. Vide Sylvest. *verb. confess. quest. 17.*
fine. Possiev. de penit. cap. 7. num. 64. s. Quod si
penitens.

4 E acontecêdo que o Confessor absolva algũ
penitente de caso reservado, ou de excomunhaõ
sem jurisdição, peça ao Superior jurisdição, &
sem intervindo escandalo, admoeste ao penitente
que se confesse outra vez, ou se o penitente nam
trazendo nada vier confessarse segũa vez, diga-lhe
o Con-

o Confessor, se se doe tambem dos peccados ditos na outra confissam, & se deseja absolverse delles sendo por alguma via necessario, & se lhe disse que sim, absolvaõ, nam lhe dizendo cousa alguma da falta da outra confissam. Vide Coninch. *de Sacram. disput. 8. dub. 17. num. 141. & 143.* Possiv. *de offic. curat. cap. 7. num. 64.* Homo bon. *tract. de casib. reserv. cap. 6. num. 2.* Conrad. *in respons. cas. conscient. part. 1. quest. 18.* Navar. *cap. 26. num. 14.* Sylv. *in add. ad 3. part. quest. 8. art. 4. quest. 8. concl. 1. & 2.* Dian. *2. part. Miscel. 1. resol. 60.*

5 O que se ha de entender nam havendo escandalo, o que remeto ao juizo do prudente varão, & Confessor, porque (como diz Philippe Faber Lector na sagrada Theologia na Academia Patavina *in disp. de penit. in 4. dist. 19. quest. unica disp. 33. cap. 3. num. 18.*) he mui difficultoso em tal caso nam se dar escandalo, & em duvida, se se darà, ou nam? encomende o negocio a Deos, ou o penitente esteja presente, ou absente, como diz Possiv. *de offic. Curat. cap. 7. n. 64.*

6 Sabendo o Confessor que o penitente lhe nega algum caso reservado, que sabe de certo que o cometeu, nam o deve absolver, porque lhe contra està em peccado mortal. O contrario se ha de dizer, se o nam sabe de certo, ainda que tenha alguma noticia, porque neste foro hase de dar credito ao penitente *pro se, & contra se.* Ita Suar. *disput. 52. sect. 3. n. 9.* Regin. *lib. 8. n. 20.* Bonacin. *de Sacram. disp. 5 q. 7. punct. 3. §. 2. n. 21. cum seqq. & alij.*

7 Na absolviçam dos casos reservados nam se requerem mais palavras, que aquellas, com que se absolvem os que nam sam reservados, tendo communissam para absolver delles. O mesmo se ha de dizer, ainda que tenham censura annexa, porque as palavras: *Ego te absolvo*, bastam para huma, & outra absolviçam, tendo tençam de absolver juntamente dos peccados, & censuras, principalmente ao que està morrendo, porque posto que huma & outra absolviçam seja dada juntamente, todavia a absolviçam das censuras *est prior natura*. Com tudo o mais certo modo de absolver he, se o Confessor disser: *Ego te absolvo ab omnibus censuris, & peccatis tuis*. Porque nam he tam certo da censura, se se nam declarar de algum modo nas palavras da absolviçam, o que nam tem a absolviçam Sacramental, que para ficarem absolutos os peccados, bastam as palavras. *Ego te absolvo*, sem declararem na forma *a peccatis tuis*. O que nam he tam certo na absolviçam das censuras, como fica dito. Vide Soar. tom. 4. disput. 10. sect. 2. §. ex qua cessat, & nostr. Epith. verb. absolutio §. 2. n. 23. Bonacin. de censur. disp. 1. q. 3. punct. 5. num. 1. & 2.

8 Donde se infere que se o enfermo morrer depois que o Confessor disser: *Ego te absolvo ab omnibus censuris*. E antes que diga as palavras: *ab omnibus peccatis*; que fica absoluto verdadeiramente, porque nas palavras: *Absolvete*, se dá a absolviçam dos peccados, & nas palavras: *ab omnibus censuris*, das excommunhoens, ut pater.

9 Finalmente a absolviçam de peccados reservados nam se pòde dar ao penitente absente, nem elle confessar-se estando absente para ser absoluto por essa confissam estando absente, mas he necessario estar presente para se confessar, & absolver posto que a reservaçam se pòde tirar estando o penitente absente, mas nam darselhe a absolviçam. O contrario se ha de dizer da absolviçam da excõmunham, & de qualquer outra censura, porque essa pode-se dar ao absente, ut tenet communis opinio cum Bonacin. *de censur. disput. 1. q. 3. punct. 4. num. 4.*

Acerca do que o Author diz nos *numeros 4. e 5. deste §. ult.* considerando que em aquelle caso se pòde dar escandalo, fazendose ao penitente pergunta se se doe dos peccados ditos na outra confissam. Parece-me que será bom introduzir a practica, que achei na minha Freguezia em algumas parochias (& hoje quasi em todas) que se accusam, & dizem pezar-lhe, doerem-se de todos os peccados que cometeram contra Deos desde q se entenderam, até o presente, & das confissões mal feitas &c. porque com isso se evitam os escandalos
Fr. Clem. Fernand.

LAVS DEO.



INDEX

DO TRATADO

DOS CASOS RESERVADOS.

*primeiro numero mostra a pagina, & o
segundo a regra.*

A

Aborso.



Borso he caso reservado em Lisboa,
40. 7. 14. & 22. em que circumstan-
cias nam he reservado, 41. 3. q̃ penas
tem quem o procura, 42. 8.

Absolver.

- 1 Absolver de reservados pôde o reservante,
accessor, & superior, 220. 8.
- 2 O Arcebispo não pôde absolver os subditos
o suffraganeo, senão visitando a Provincia, ou
por via de appellação, 220. 14.
- 3 Absolver sô dos reservados, não he licito sem
cau-

causa, cõ ella pòde o Prelado valide, 121. 15. 122.

4 Absolver directè de reservados não pòde inferior fora do artigo da morte, 227. 2.

5 Indirectè pòde, 228. 3.

6 Fora do caso de necessidade procedendo penitente cõ boa fè val a absolviçam com obrigaçãõ comparendi, com mà fè não, 228. 24. 229. 1.

7 Absolver pòde qualquer Cõfessor dos peccados cometidos contra votos reservados, 159. 27.

8 Absolver pòde o inferior de reservados quando o penitente tem impedimento real 229. 11.

9 Absolver nam pode o inferior de casos reservados, inda que o nam fõfsem quando se comete ram, 229. 25.

10 Se quando o peccado se cometeo era reservado, & quando se confessa não, pode absolver 230. 1.

11 Absolver pode qualquer Cõfessor de reservado que o penitente imaglnava ser venial, 230. 6.

12 Mas se sabia que era mortal, & não que era reservado, nam pode, 230. 12.

13 Absolver pode o inferior, quando duvida dubio juris se o caso he reservado, 230. 17. & pag 3. reg. 4.

14 Absolver pode tambem in dubio facti se he mortal, 230. 25.

15 Salvo se a reservaçam comprehende caso dubio, 231. 4.

16 Absolver nam pode o q tem duvida propria se tem jurisdiçam, 231. 18.

- 17 Se tem opiniam provavel pode, 231. 23.
- 18 Quem pode absolver de reservados, pode absolver ao peregrino de todos, 232. 22.
- 19 O aprovado pode absolver ao peregrino de todos os peccados nam reservados no Bispado onde se confessa, 233. 2.
- 20 Se sam reservados em ambos os Bispados, nam pode, 233. 7.
- 21 Absolver de reservados ao Bispo não podê x vi juris communis, 236. 1. & 240. 16.
- 22 Absolver não podem os reservados ao Bispo por Jubileo do Papa, se elle o nam declara 236. 4. & 239. 23. &c.

Absolviçam.

- 1 Absolviçam sacramental não se pode dar ad autelam, reincidentiã, & sub conditione, 145. 26.
- 2 Das censuras fim, *ibid.* 28.
- 3 Absolviçam no artigo da morte por Sacerdote simples requiere duas condiçoens, 258. 2.
- 4 Quando se ha de dar absolute, ou sub conditione, 260. & 262. 2. &c.
- 5 Absolvição de casos reservados nam require mais palavras, 267. 3.
- 6 E tendo censura, *ibid.* 6. &c.
- 7 Absolviçam de censuras, & reservaçam, pode se dar em ausencia, a dos peccados nam, 268. 3.
- 8 Absolviçam nulla por algum defeito como remediarà, 265. 25. 266. 12. 298. 15.

Adivinhaçam.

- 1 Adivinhaçam se distine, 36. 7. 175. 11.
- 2 Q^{ua}m

- 2 Quam grave peccado seja, 36. 10.
- 3 Fazle por invocaçam expressa, ou tacita do diabo, 175. 15.
- 4 He reservada no Porto, 175. 28.

Administrar.

- 1 Administrar Sacramento em peccado mortal nam he caso reservado, 54. 12.
- 2 Administrar pode o excommungado de communham menor, 79. 1.

Amaldiçoar.

- 1 O que amaldiçoar a Deos tem blasfemia reservada, 56. 21.
- 2 O q amaldiçoar as creaturas, em quanto creaturas de Deos, ou os Sãctos, he reservados, 57. 7.

Amphibologia.

- 1 Amphibologia no juramêto sem causa justa nam escusa da reservaçam, 91. 13. & 93. 30.
- 2 Com justa causa sim, 93. 18.

Animal.

- 1 Animaes sylvestres sam de quem os acha 117. 12.
- 2 E os mansos feitos bravos, 118. 8.
- 3 Fazemse bravos, se por dous, ou tres dias nam tornam a casa de seu dono, 118. 8.
- 4 Adquirem a liberdade quando o dono com difficuldade os pode cobrar, 118. 13.
- 5 Animaes mansos perdidos nam sam de quem os acha, porque peitencem a Sua Magestade 119. 15.

Arrenegar.

1 O que arrenega de algum Sancto tem blasfemia reservado, 256.17.

Artigo da morte.

1 No artigo da morte nenhũ Prelado inferior Summo Pontifice pode reservar, 5. 23.

2 O absoluto neste artigo de peccados reserva, passado elle, naõ tem obrigação de se apresentar, das censuras si, 6. 2. & 5.

3 No artigo da morte qualquer Sacerdote simples pode absolver de todos os peccados, & censura, 252.17.

4 Qual seja este artigo, 253.7.258.2.

5 Presente o Prelado, ou o proprio Parocho, não pode o simples Sacerdote no tal artigo absolver, 254. 5.

6 Nem em ausencia do Parocho, se ha lugar da chamar sem perigo, 255. 1.

7 Esta doutrina se entende nam tendo o penitente Bulla para eleger, 256. 24.

8 Por artigo de morte se julga o estar em terra dos Mouros sem esperança de resgate, nem de outro Sacerdote, 257.7.

B*Bens.*

1 Bens adquiridos por furtos, ou contratos illicitos nam fazem caso reservado, 119. 24.

S

2 Bens

2 Bens pro derelicto não fazem caso reservado, *Ibid.* 30.

3 Quaes estes sejam. 120. 6.

4 Bens vagos de quem morreo ab intestato não tendo herdeiros dentro no decimo grao, pertencem ao Fisco, 120. 18.

5 Ficando de peregrino, pertencem ao Bispo para obras pias, 120. 26.

6 Bens cujo dono se não sabe, passando a val de quinhentos reis em o Arcebispado de Lisboa fazem caso reservado, 121. 6.

Bispo.

1 Pode reservar no seu Bispado, 4. 19.

2 Reservando sem causa, será illicita, mas valida a reservaçam, 5. 9.

3 O que pode acerca dos Religiosos? veja da pagina 10. por diante.

4 O Bispo he obrigado pagar dizimo, 98. 2.

5 Pode entrar nos Conventos das Religiosas ainda izentas, 13. 12.

Blasfemia.

1 Blasfemia publica he caso reservado em Lisboa 20. 16. &c. 55. 16. & em Braga 151. 4. Coimbra 165. 9. na Guarda 171. 14. em Portalegre 171. 11. em Elvas 184. 27. Lamego 190. 9. Miráda 190. 8. Leiria 200. 8. Algarve 203. 7. Angra 205. 1. Brasil 211. 12. Angola 215. 18.

2 Blasfemia heretical he reservada ao Summo Pontifice, ou aos Senhores Inquisidores, 55. 22.

3 A que he venial, somente não he reservada. 6. 5.

Bl.

4 Blasfemadores, & arrenegadores publicos
servado, 175.1. 177. 1.

C

Calar.

1 Calar peccado na confissam nam he casa re-
vado, 54.15.

Caminhante.

1 Nam encorre reservaçam do Bispado por
de passa, 9. 8.

2 Pòde confessarse, & cõungar nelle, 9. 18.
22.

Caso.

1 Donde se diriva este nome caso, 2. 16.

Caso reservado.

1 Diffinese, 2. 25.

2 Nam se encorre fora do territorio, nem em
gar izento, 9. 24.

3 Religiosos, & izentos (ainda seculares) da ju-
diçam do Ordinario, nam encorrem casos refer-
dos a elle, 10. 7.

4 Tiraõse alguns casos em que tè os Religio-
s encorrem, 11. 5. &c.

5 Como se ha de haver o Confessor cõ quem
se reservados. 265. 266. &c.

Casos reservados nos Bispados.

1 Em Lisboa sam dezaseis da pag. 20. regra 5.
e a pag. 148.

2 Em Braga quatorze de 148. atè 160.

- 3 Em Evora onze de 168. atè 194.
- 4 Em Coimbra quatorze de 165. atè 171.
- 5 Na Guarda doze de 171. atè 174.
- 6 No Porto treze de 174. atè 176.
- 7 Em Viseu quatorze de 176. atè 178.
- 8 Em Portalegre treze de 179. atè 184.
- 9 Em Elvas quinze de 184. atè 189.
- 10 Em Lamego quinze de 189. atè 190.
- 11 No Funchal doze de 191. atè 193.
- 12 Em Miranda quatorze, 194.
- 13 Em Leiria onze, 197.
- 14 Em o Crato os de Evora, 201.
- 15 Thomar tres, 201.
- 16 Algarve quinze, 203.
- 17 Nas Ilhas Terceiras onze, 205. 17.
- 18 No Brasil vinte & dous, 206. 19.
- 19 Em Angola vinte & quatro, 214. &c.

Catechumeno.

- 1 Catechumeno nam encorre reservaçam, 9.

Celebrar.

- 1 Celebrar em peccado mortal nam he caso reservado, 54. 12.
- 2 Celebraçam da Missa do ordenado com diffinitorias falsas, reservado no Brasil, 206. 23.

Censura.

- 1 Da censura se pòde absolver fora da confissão do peccado nam, 245. 14.

Clerigo.

- 1 Por Clerigo se entende ainda o de primeira censura, 72. 5.

- 2 He obrigado pagar dizimo, 98. 19.
- 3 Os de Ordens sacras, Beneficiados, & Ministros podem ser absolutos de todos os reservados ao Prelado por qualquer Confessor que seja, ou fosse já approvado, 22. 18. &c. contra o D. Pime.
- 4 Tem obrigaçam de fugir, se pôde, por namoçar o aggressor. 44. 7.
- 5 Degradado realiter. 76. 23.
- 6 Verbaliter, *ibid.* 27.

Veja-se mãos violentas.

Cohabitaçam.

- 1 Cohabitaçã dos esposos antes das denunciaçoes, reservada no Brasil, 211. 16.

Communicaçam.

- 1 Communicaçam que signifique, 86. 20.

Commutaçam.

- 1 Cõmutaçam de votos he reservada no Alentejo, 205. 8. E em Angola, 216. 11.

Compra.

- 1 Compra, ou avença de Indios livres, he reservada no Brasil, 213. 9.

Concilio.

- 1 O Concilio Provincial pôde reservar na Provincia, 4. 20.

Concubinado.

- 1 Diffinise, 195. 18.
- 2 Concubinado de homem casado, he reservado em Miranda, 195. 14. 196. 10.
- 3 Cõcubinado, q dura por tres annos, ou mais, reservado em Angola, 218. 24.

Confessor, & confissam.

Vejase *Homicidio* num. 18.

1 Encorre em caso reservado, & excômunha absolvendo hũa vez só, &c. 106. 12. & 102. 27.

2 Em Portalegre tambem, 182. 13.

3 Os que se não cõfessaraõ as Quaresmas passadas, tem caso reservado no Algarve, 204. 6.

4 Confessor em caso de necessidade fôra do artigo da morte, nam pôde absolver directè de reservados, 227. 22.

5 Indirectè, pôde, 228. 3.

6 O Confessor que pôde absolver dos reservados ao Papa, pôde absolver das censuras, 236. 30.

7 O approvedo em hũ Bispado não pôde eleito em outro por Bulla, ou jubileu para absolver de reservados, 241. 8.

8 Se pôde prorogar o tẽpo do jubileu 251.

Copula.

1 Copula entre esposados, ou recebidos, antes das bençoens, he caso reservado, 165. 11. & 168. 28. & em Angola 217. 26.

2 Copula carnal com mulher, ou homem pãgaõ, he reservado no Brasil, 212. 24. & em Angola, 218. 21.

Cortar.

1 Cortar dedo, ou parte delle, nam he reservado, 178. 5. & 8.

Cousa sagrada.

1 Que se entende por cousa sagrada, 53. 12.

De

D

Debilitar.

- 1 Debilitar membro não he reservado, 178. 10.
 Demonio, veja-se *Invocaçam.*

Deos.

- 1 Quem o amaldiçoa tê calo reservado, 56. 21.
 2 Louvalo cõ palavras torpes, reservado, 57. 19.

Desafio.

- 1 Desafio, 48. 28.

Dispensaçam.

- 1 Dispensaçam em votos, ou juramentos, he reservada no Brasil, 210. 12. & em Angola 218. 10.

Dizimos.

- 1 Diffinese, 98. 7.
 2 Dizimos nam pagos, que passem de duzentos reis, he reservado em Lisboa, 98. &c. 100. 14.
 3 Em Braga passando de hum tostam, 155. 11.
 4 Em Viseu, 178. 20.
 5 Em Portalegre q̃ passe hũ cruzado, 182. 10.
 6 Em Elvas de dous tostoens, 188. 1.
 7 Em Evora, se passa de dous cruzados, he reservado, 161. 29. 163. 20.
 8 Em Coimbra de dous tostoens, 166. 21. 168. 24.
 9 E na Guarda, 173. 28.
 10 Em Miranda, 196. 30.
 11 No Funchal q̃ passe de trezêtos reis, 192. 28.

- 12 Em Leiria, 199. 9.
- 13 No Algarve, q̃ passe de quatrocentos reis
- 204. 1.
- 14 Em o Brasil, 211. 10.
- 15 Em Angra, que passe de cem reis, 206.8.
- 16 Em Angola, de seiscentos reis, 218.1.
- 17 Dividele, 98. 22. & 99. 1. &c.
- 18 He cousa espirital, & temporal, 98.12.
- 19 He preceito que obriga a todos. 98. 16.
- 20 Que circumstancias se requerem para este
caso ser reservado, 99. 10. &c.
- 21 O lavrador que tira semente, tributo, &c
tem caso reservado, 101. 15.
- 22 Limitase, 112.14. &c.
- 23 Se naõ passa de duzentos reis a quantidade
nam tem caso reservado, 102.11.
- 24 Que peccado he nam pagar dizimo, 105.10.

E

Edital.

- 1 O Edital, ou a Pastoral do Reverendo Cabido val 107. &c.

Enterrar.

- 1 O que enterra em sagrado ao q̃ sabe ser publico excomungado, tem caso reservado em El-Rey, 185. 1. 186. 1.
- 2 O toletado nam, 186. 2.

Escriptura.

1 Fazella, ou usar della, ou de algũa falsificada, he caso reservado, 137. 21. 139. 2. 177. 6. 179 15.

2 Escriptura falsa em juizo, he caso reservado em Braga, 160. 9. Evora, 164. 2. Porto 176. 8.

Escriptura lagrada, veja-se *sagrada Escriptura.*

Esposados

1 Tendo copula antes de recebidos, incorriam excommunham maior sabendo que a havia, 147. 3. & tem caso reservado em Leiria, 199. 23.

Estrangeiro.

1 Não encorre reservaçam no Bispaço por onde passa, 9. 7.

Eucharistia.

1 Os Religiosos a nam pòdem administrar a seculares sem licença do Parocho, 16. 23.

Excommunham.

1 A maior define-se, 77. 17.

2 A menor se define, 78. 24.

3 Divide-se primo, 78. 11.

4 Divide-se secundò, 79. 12.

5 A maior nam se encorre sem peccado mortal, & contumacia antecedente. 79. 20.

6 O que a ignora invincibiliter nam a incorre, 80. 11.

7 Se a ignorancia he culpavel incorre, 80. 20.

8 A maior he reservada ao Prelado, nam o seu o outrem, 78. 8. 81. 14. & 83. 11. 154 14. em Evora 163. 14. Coimbra 168. 19. Miranda 195. 7. Leiria 198. 15. Thomar 201. 21. Algarre, 203. 19.

An.

Angra 206. 10. Brasil, 211.4. Angola, 215.9.

9 A menor nam he reservada, 82.28.

10 De que priva, de 85. atè 87.

Excommungado.

1 Em que caso se pòde communicar com o excommungado, 88.6. &c.

2 Como se pòde absolver, 238.28. &c.

Extrema unção.

1 Os Religiosos a não podem administrar a saculares sem licença do Parocho, 16.22.

F

Falsario.

1 Falsarios de instrumentos publicos, &c. tem caso reservado em Elvas, 185.5.

2 O que usa delles nam, *ibid.* 24.

Fato.

1 O que faz fatos profanos de vestiduras sagradas, tem caso reservado, 55.4.

Fato.

1 A quantos dias o facto se anima, 41.18. & 26

Feitiços, & Feiticeiros, ou Advinhadores.

1 Fazer feitiços, ou usar delles, he reservado em Lisboa, 32.7. em Braga 151.23. 152.10. na Guarda 172.1. em Viseu 177.1. Coimbra 165.10. 168.10. em Portalegre 179.13. em Elvas os que tem por officio fazellos, 185.7. & 21. Lamego 19.7. Funchal, 191.12. Miranda 194.26. Leiria 200.11. Algarve

garve 203. 11. Angra 205. 20. Brasil 211. 15. Angola 215. 12.

- 2 Cinco modos de feitiços, 152. 20.
- 3 Quem os faz de algum destes cinco modos, tem caso reservado, 152. 10.
- 4 Remedios contra os feitiços, 152. 20.
- 5 Feiticeiros, & Adivinhadores publicos, reservado no Porto, 175. 3.
- 6 Pedir feitiços, & nam usar delles, nam he reservado, 180. 19.

Filho.

- 1 Filhos afogados por culpa, ou negligência dos pays, he caso reservado, 149. 8. 165. 13. 166. 3. 168. 13. em Lamego, 190. 1. em Angola, 214. 11.

Fisco.

- 1 Que bens lhe pertencem, 120. 18.

Furto.

- 1 Furto leve em lugar sagrado, não he reservado, 53. 22.
- 2 Furtar cousa sagrada, & furtar na Igreja, reservado em Lisboa, 59. 4. Brasil, 211. 3.
- 3 Furtar da Igreja cousa que está para ornato, inda que seja sagrada, reservado, 59. 24.

G

Geral.

- 1 Pòde reservar na sua Religiam, 4. 20.

Gra-

1 A graça não espira pella morte do concedente, 234.26.250.8.

H

Haver o alheyo.

1 Haver o alheo cujo dono se não sabe, q̄ passa de cinco tostoens, he caso reservado em Lisboa, 116.&c. 121.6.154.20. Porto 176. 14. em Braga se passa de hum tostão, 154. 17. em Evora de tres mil reis, 161. 23.163. 16. em Coimbra de hũ cruzado, 166. 15. 168.21. em Viseu de dous tostoens, 178. 19. em Portalegre hum cruzado, 182.6. em Elvas que passe de dous mil reis, 188. 5. Lamego, que passe de quatrocentos reis, 190.23. No Funchal, que passe de seiscentos reis, 192. 23. Brasil, 211.6. em Miranda de trezentos reis, 197.2.& em Leiria, 198. 18. Algarve de quatrocentos reis, 203. 21. em Angola de cinco cruzados, 214. 20.

Heregia.

- 1 Define-se, 150.21.
- 2 Heregia não sendo mêtal, he reservada, 24.21.
- 3 A mental nam, em Lisboa, 26.11. em Braga si, 149. 17. & 150. 24. Tambem he reservada em Coimbra, 165.8. & 168. 7. no Porto, 175. 7. em Viseu, 176. 27. Lamego, 189.27. Miranda, 194.7. 205. 17. Algarve, 203.6.214.8.
- 4 Divide-se em mental, & externa, 25. 14. em occulta, & manifest, 25.19.

A occul-

5 A occulta se divide em occulta per se, & per
accidens, 25. 20.

6 A per accidens he reservada em Evora, 164. 6.

7 A externa com sinaes manifestativos, posto
que occulta, reservada, 28. 6.

8 Externa por sinaes indifferentes, reservada ao
Prelado, 28. 13.

9 Externa sem interna, não he reservada, 28. 23.

10 Externa per acto necessario, & não livre, v. g.
per sonhos, nam he reserv. 29. 1.

11 Externa somente na confissam, ou pera to-
mar conselho, não he reserv. 29. 11.

12 Externa por zombaria, reserv. 29. 23.

Homicidio.

1 Homicidio se define, 37. 23.

2 O voluntario fora de justa guerra cometido,
&c. reserv. 37. 19. 39. 5. 154. 3. 162. 25. 168. 12.
195. 6. 198. 1. 203. 13. 205. 23. 210. 24. 214. 11.

3 He mortal, excepto em dous casos, *ibid.* 25.

4 Divide-se em voluntario per se, & em casual,
38. 5.

5 O voluntario per se, divide-se em justo, & in-
justo. 38. 6.

6 O voluntario injusto se divide em volutario
directe, & indirecte, 38. 8.

7 Qual seja hum, & outro *ibid.* reg. 9. & 11.

8 Homicidio puramente casual, 38. 20.

9 O casual mixto, *ibid.* 25.

10 Este não he reserv. 42. 15.

11 O volutario indirecte quando seja reserv. 39. 6

12 Homicidio en defenção da vida, não he reservado, 42. 19. 44. 13. & 27. 45. 1.

13 Em defenſam de bens de grande valor não ha reſerv. 43. 4.

14 Nem em defenſão de ſua caſtidade, 43. 17.

15 Nem em defenſam da honra, ſendo nobre, 43. 26.

16 O de baixa condiçam neste caſo tem reſervaçam, 44. 7.

17 O que ferio mortalmête, antes da morte não tem caſo reſerv. 45. 10.

18 O que farà o Confessor neste caſo, 45. 21.

19 O mandante (ſomente em Portalegre) tem caſo reſerv. 181. 1.

20 Esta reſerva tem duas limitaçoens, *ibi*. 4. & 7.

I

Idolatria.

1 Idolatria, he reſervada em Angola, 215. 20.

Igreja.

1 Quem queima, rouba, ou quebra as portas da Igrejas tem caſo reſervado, 62. 1. Vejaſe reſervar, n. 1. ſua immuniidade, vejaſe immuniidade, & luiz.

Imagem.

1 O que toca, ou pinta Imagens ſagradas indecorè, tem caſo reſerv. 54. 30.

Immuniidade.

1 Immuniidade, que lugares, & peſſoas gozem del-

della, 62. 30. 63. & 64. per totas.

Imprecação.

1 Imprecações ditas sem intenção, sem peccado venial, 35 1.

2 Com deliberação, & desejo em materia grave, mortal reserv. 35. 14.

Incendiario.

1 Quem seja incendiario, 49. 20.

2 Este tem caso reservado. 49. 25. 154. 8. & em Evora, 163. 28. Coimbra, 168. 18. em Miranda, 196. 27. Leiria, 198. 9. Algarve, 203. 15. Angra, 205. 26. Brasil, 210. 26. Angola, 214. 14.

3 O casual nam tem caso reservado, 50. 3.

4 Nem o que queima para pastos, 50. 8.

5 Nem o que tem authoridade, *ibid.* 4.

6 Que penas encorre, 50. 20. &c.

7 Nam he excommungado ipso jure, 50. 29.

8 Os consulentes, &c. nam tem caso reservado,

1. 1.

9 Reqnere-se damno grave para o incendiario em caso reservado, 51. 21.

Infel.

1 Infel nam encorre reservaçam, 9. 2.

Invasam.

1 Invasam dos Indios he reservada no Brasil,

11. 22.

2 Invadir, ou acometer cõ força aos caminhan-
tes nos caminhos, he reservado em Angola, 218. 12.

Invocaçam.

1 Invocação do demonio, quam grave peccado
seja,

seja, he reservado, 32. 17. &c. & 171. 16.

2 Esta invocação por modo de sacrificio, ou adoração, sapit hæresim, 33. 17.

3 Por modo de imperio algúas vezes sapit, &c. *ibidem*, 19.

Iubileo.

1 Iubileo pòde ganhar-se duas vezes, 246. 7.

2 Limitase, *ibid.* 28.

3 Se no ultimo dia està impossibilitado para alguma obra, pòde o Confessor commutar-lha, 247. 11. &c.

4 Duvidas do Iubileo, veja-se da pag. 246. tẽ 252.

5 Note-se o num. 21. pag. 249.

Juiz.

1 Juiz que tira o delinquente por força do lugar sagrado, tem caso reserv. 65. 19.

2 Se elle se offerece à prizam, nam he caso reservado, 67. 22.

3 Ainda que estando prezo fugisse pera o tal lugar, 65. 26.

4 Ainda que indo a enforcar escapasse, 66. 1.

5 Posto que promettesse com juramento de tornar ao carcere, 66. 11.

6 Tambem tem caso reservado o Juiz q̃ tirou o delinquente pegado à porta, ou paredes da Igreja, 66. 23.

7 Levandoo prezo pella Igreja, nam tem caso reservado, 67. 10.

8 O Juiz que o tirou por afagos, &c. nam tem caso reserv. 67. 29.

Nem

9 Nem quando o prendeo fora do tal lugar tirado delle por pessoa particular, 68.6.

10 Nem tirandolhe as armas dentro na Igreja, 58.15.

11 Nem prendendo o que se abraçou cõ o Sacerdote que leva o Viatico, 68.20.

12 Ou indo com os Oleos da S. Unção. 69.23.

13 O Iuiz que tira por força o delinquente do lugar sagrado, comete injustiça, &c. 69.28.

14 Que penas encorre, 70. por toda.

Iuramento.

1 Define-se, 89.12.15. & 18.

2 Divide-se primeiramente, 89.21.

3 Divide-se secundo, *ibid.* 23.

4 Divide-se tertiò, 90.1.

5 Qual seja o falso, 90.9.

6 O falso em juizo, he reservado em Lisboa, 9.9. &c. Braga, 160.9. Portalegre, 179.14. Leiria, 199.16. Brasil, 206.21.

7 Tambem em Evora se der damno, 161.10. & 59.11.

8 Iuramento nam se pòde relaxar no artigo da morte. 255.16.

9 Jurar pello corpo, ou sangue de Deos, he reservado, 56.28.

10 Se foi sem indignaçam cõtra o mesmo Deos, nam he reservado, 57.1.

11 Jurar pellos falsos Deoses, dandolhes infalivel verdade, he reservado, 57.12.

Vejale perjuro, & testemunho.

L

Lesam.

1 Lesam venial de pessoa Ecclesiastica, nam he reserv. 53.7.

Levar dinheiro.

1 Levar dinheiro, ou cousa que o valha, assi da parte do Confessor, como do penitente, he caso reservado, no Funchal. 291. 13. & 19.

Longo tempo.

1 Como se entenda esta palavra, 58.20.

Lugar sagrado.

1 Qual se chama lugar sagrado, 53.3.

M

Maleficio.

1 Maleficio, 151. 25.

Maltez.

1 Maltezes de S. Ioam, & em que estam sujeitos ao Bispo, 11. 11.

2 Sam sujeitos quo ad Curam animarũ, 12.28

Maõs.

1 Quem poem maõs violentas em Clerigo, & incorre excommunham, & tem caso reservado 71.13.73.12. & 160. 1.169 4.199.20.201.22. no Brasil, 206. 19. em Angola, 215.7.

Qu

- 2 Que se entende por mãos violentas, 71. 19.
 Marido, veja-se *Matar*.
- 3 Que pessoas gozem do privilegio do Cano-
 ne, 72. 5. &c.
- 4 Quem ferio, &c. a Clerigo, &c. vivo, ou mor-
 to, tem caso reserv. 73. 12 & 18. 163. 26.
- 5 Inda defendêdoso, se excedeo o moderamen,
 73. 23.
- 6 Posto que o achasse com a mulher, mãy, &c.
 73. ~~54~~ limitase, 76. ~~62~~
- 7 Inda que nam soubesse que era Clerigo, 74. ~~55~~
- 8 Tambem o Clerigo, que se fere cõ odio, tem
 caso reserv. & excommunham, 74. 12.
- 9 Tambem tem caso reservado quem fere o
 Clerigo de sua licença, 74. 20.
- 10 Também o pay, se excedeo o modo da correc-
 çam, 74. 30. Limitase, 75. 10.
- 11 Se na percussam nam houve culpa mortal,
 não ha caso reserv. 72. 18. & 26. & 76. por to-
 da.
- 12 Os mandantes, &c. não tem caso reservado,
 77. 2.
- 13 Se o Bispo (quando pòde) ou o Papa absol-
 vem o percussor da excommunhaõ, fica tirada a
 reservaçam, 77. 16. & 27. no Algarve, 205. 4.

Matar.

- 1 O marido que mata a mulher no adulterio tẽ
 caso reserv. 39. 19.
- 2 O mesmo se ha de dizer do pay que mata a
 filha, *ibid.* 20.

3 E do que se mata a si mesmo, ou a outrem com sua licença, 39. 29.

4 Matar, ferir, &c. na Igreja, he reserv. 58. 29

Matrimonio.

1 Define-se, 128. 20. & 25.

2 O clandestino he reservado em Lisboa, 128. 1 em Miranda, 195. 12. no Algarve qué o contraher & as testemunhas, 201. 1. Angra, 206. 3. Brasil 213. 24.

3 Os Religiosos o nam podem administrar sem licença do Parocho, 16. 23.

4 divide-se em solemne, & clandestino, 129. 1

5 O clandestino em nullo, & valido, 129. 4.

6 O nullo he reserv. 129. 18.

7 O clandestino valido tambem. 129. 28.

8 Em Braga os contrahentes, & as testemunhas tem cas. reserv. 155. 22. & em Angola, 215. 5.

Missa, veja-se *Celebrar.*

Moribundo.

1 Se pedio confissão, & vindo o Confessor já não falla, 258. 14.

2 Que testemunhas se requerê pera esta absolvição, 260. 20. 262. & 263.

3 Se nam fallou, mas mostrou sinas, 258. 22 259. 8. &c.

4 Se nam mostrou sinal algum, 259. 19.

5 Mais largamente, 262. & 263.

6 Como se lhe ha de dar a absolvição, 260. 12

7 Neste caso ha de preferir o approvado, 260. 30

8 O simples ao excommungado, 261. 3. & 17.

O inte-

9 O irregular, &c. ao vitando, 261.7.

10 O que tem poder para reservados ao que o
nam tem, 261.16.

Mulher.

1 Mulher de parto como se julga estar em peri-
go, 257.23.

Mutilaçam.

1 Mutilaçã voluntaria he reservada em Visçu,
77.30.

2 Se mutilar em defensam da vida, &c. não he
eserv. 178.12.

3 Nem aconselhala, &c. *ibid.* 14.

N

Navegante.

1 Quando se diz estar em perigo de morte, 257.
4.

O

Opiniam.

1 Opiniam provavel de jurisdicaõ, a dà, 232.7.

Ordenarse, &c.

1 Ordenarse sem patrimonio, pençam, ou bene-
cio, he caso reserv. 133. 21. 160. 5. 177.4. & 15.
21. 179. 18. 185. 9. 190. 3. 196. 25. 205. 5.

2 Com patrimonio fingido, ou nam sufficiente,
am he reserv. mas suspenso, 134. 1. & 7. 177. 22.

- 3 Limitase esta doutrina, *ibid.* 10. 135.8.
- 4 O que se ordenou sem pensam, &c. tem caso reserv. 135.19.
- 5 O que se ordena por salto, fica suspenso, 136.4.
- 6 E tem caso reserv. 165. 10.
- 7 O que sem Reverenda, tambem, *ibid.* 21.
- 8 O que furtivamente, 137. 1.
- 9 Por salto, sem Reverenda, ou furtivamente reserv. 137. 13. 163. 29. 169.8.
- 10 Ordenarse de Ordens sacras antes de idade legitima, reserv. em Portalegre, 179.22.
- 11 Limitase, *ibid.* 26.
- 12 Ordenarse com patrimonio fingido, he reserv. em Portalegre, 181.11.
- 13 Ordenarse por salto, he reserv. no Basil 206.20. & em Angola, 216. 9.

P

Pacto.

- 1 Pacto expesso, ou tacito com o Demonio, 3015. &c.
- 2 O expesso, regra 17.
- 3 Tacito, regra 21.
- 4 O expesso sempre he peccado mortal reservado, 37. & 16.
- 5 Do tacito, vejase da regra 5. &c.

Parocho.

- 1 Parocho nam pòde reservar peccados, 4.2

Por

2 Porque? 5. 4.
 3 Parocho, ou Confessor que retiver o alheo ficando na mão mais de hum mez, reserv. 171. 18.
 173. 11.

4 Na Guarda pôde o Parocho, &c. ser absoluto por Confessor actual, ou que já o fosse de todos os reservados, excepto dous, 174. 6.

5 Tendo licença para absolver de reservados sem limitação, pôde subdelegar em quem o absolva a elle, 238. 1.

6 Limitase, *ibid.* 12.

7 Acerca do moribundo que deve fazer, 260. 3.
Passageiro.

1 Passageiro nam encorre reservação do Bispa por onde passa, 9. 7.

Pastoral do Reverendo Cabido, veja-se *Edital.*
Peccado.

1 O peccado do Sacerdote a que está annexa irregularidade, he reservado no Brasil, 207. 18.

2 Em Angola, 218. 3.

Penitente.

1 O penitente que tem privilegio para eleger, pôde usar d'elle morto o concedente, 234. 23.

2 O que se confessou ao inferior, & lhe esqueceram os reservados, fica obrigado a apresentar-se, 235. 19.

3 Penitente absoluto por algũ privilegio, que faz à reservação, 242. 11.

4 Se a confissão foi feita ao superior, 245. 9.

5 Confessandose bona fide no tẽpo do Jubileo,

T. iij

fica

fica bem absoluto de reservados, & censuras, ainda que depois nam faça as mais cousas para ganhar as indulgencias, 245.20.

6 Pode pello Iubileo ser absoluto dos reservados cometidos em confiança. 250.28.

7 Tal absolvição não aproveita no foro externo, 251. 7.

8 No artigo da morte se nam falla, pòde ser absoluto da excommunham para receber a Unção.

9 Pode se absolver primeiro dos peccados, que da excommunham, 255. 30.

10 Penitente que nega peccado sabido do Confessor, 266.23.

Perjuro.

1 Perjuro assertorio, he caso reserv. 90. 27. 91.1. & 97.10.

Peregrino.

1 O peregrino nam encorre caso reservado. 9.8

2 Mas pòdem ser absolutos, & receber a communham, 9.18.

Pessoa sagrada.

1 Quem seja pessoa sagrada, 52.24.

Pobre.

1 Que se entende por pobres, 121.28.

Pontifice.

1 Pòde reservar peccados em todo o mundo, 2.18.

2 Inda que seja illicita, fica valida a reservação 5.9.

Praga, ou praguejar, veja se Impeccação.

Rela-

R

Relaxaçam.

1 Relaxaçam de juramento, & cõmutaçam de qualquer voto, reserv. em Thomar, 201.24.

Religiosos.

1 Estam fõgeito ao Bispo em muitos casos, 10. 22. &c.

2 Nam encorrem reservaçam do Bispo, 10.7.

3 Sam obrigados a publicar, & guardar as censuras, & interditos dos Ordinarios, 13.26.

4 Nam pòdem ex vi juris communis absolver dos reservados aos Bispos, 236.1.240.19.

Vejase Testamento, n. 1.

Reliquias.

1 O que trata as Reliquias dos Sanctos sem reverencia, tem caso reserv. 55.2.

2 O que as traz, nam tem caso reserv. 55. 10.

3 Quem as furta inda causa devotionis, tem caso reserv. 60.9.

Rendeiro do invento, vulgo do vento.

1 Que cousas lhe pertencem, 119.15.

Reservaçam.

1 Reservaçam se define, 2. regr.4.

2 Differe da denegaçam de jurisdicam, regr.9.

3 Em duvida nam ha reservaçam, 3.4.

4 Reservaçam he de direito humano, 3.26.

5 Reservar, quem pòde? 4.18.

Refer.

6 Reservaçam illicita, & sem justa causa, he valiosa, 5. 12.

7 Que pessoas pòde encorrer reservaço, 8. 15.

8 Reservaçam tirase pella absolviçam geral de quem pòde, inda dos esquecidos, 244. 12.

9 Tem o penitente obrigação de confessar depois o peccado esquecido, & não a césara, 244. 23.

Reservar.

1 Reservar peccados, & censuras, pòde a Igreja, 1. regr. 8.

2 Reservar peccados no artigo da morte, nam pòde Prelado algum inferior ao Summo Pontifice, 5. 23.

3 Nem se pòde reservar peccado algum no tal artigo com obrigação de se apresentar ao reservante depois, 6. 2.

4 Pòdesse reservar censura cõ esta condiçaõ, 6. 5.

5 Quaes peccados se possam reservar, 6. 12. &c.

6 Reservar casos, de quâtos modos se pòde, 17. 5.

7 De direito commum nam ha caso reservado ao Bispo, 17. 9.

8 Nem por costume, 17. 21.

Reter.

1 Reter escravos fugitivos, oerdidos, ou furtados em seu poder, he reserv. em Angola, 216. 22.

Revelar.

1 Revelar o Sacerdote o sigillo da confissaõ, he caso reserv. 139. 17. &c. 171. 17. 172. 16. 173. 1. 179. 17. 185 8.

2 Esta ley não comprehende os leigos, 172. 18.

S

Sacramento.

1 Quem faz injuria aos Sacramentos, & use mal delles, tem caso reserv. 55. 5.

Sacrilegio.

- 1 Define-se, 52. 6.
- 2 He mortal ex genere suo, pòde ser venial, 52. 8.
- 3 Suas especies, *ibid.* 16.
- 4 O venial nam he reserv. 53. 18.
- 5 No sacrilegio da primeira especie se se reserva a percussam, 54. 1. 168. 18.
- 6 O sacrilegio da segunda especie, he reservado, 54. 22. 154. 12. 163. 3.
- 7 O da terceira especie, he reserv. 58 4. em Miranda, 196. 29. Leiria, 198. 13. Algarve, 203. 18. Angra, 206. 7. Brasil, 210. 29. Angola, 2. 5. 6.

Sagrada Escriptura.

1 Usar das palavras della pera superstições, &c. he reserv. 54. 26.

Sancto.

1 Quem arrenega de algum Sancto, tem caso. reserv. 56. 17.

Sigillo.

1 Define-se, 140. 1. & 6.

Simonia.

1 Define-se, 186. 19.

2 Divide-se, *ibid.* 27. &c.

Simonia.

123 Simonia he reservada em Elvas, 185. 4. 187. 17.

Solicitar, & sollicitaçam.

- 1 Sollicitaçam define-se, 141. 22. & 27.
- 2 Solicitar na confissam, ou por occasiam della, he caso reserv. em Lisboa, 141. 2.
- 3 Ainda que seja por acenos, ou sinais, 143. 8.
- 4 E sendo por terceira pessoa, 143. 19.
- 5 Ou solicite mulheres, ou homens para actos venereos, tem caso reserv.
- 6 Solicitando para outros peccados, nam tem caso reserv. *ibid.* 8.
- 7 O leigo que se fingio Sacerdote solicitando, nam tem caso reserv. em Lisboa, 144. 17.
- 8 Em Portalegre he reserv. assi da parte do Confessor, como da penitente, 179. 20. 181. 25.
- 9 Em Portalegre nam he reserv. solicitar antes, nem depois da confissam, 181. 30. 182. 24.
- 10 També o leigo sollicitante tem caso reserv. em Portalegre, 184. 3.
- 11 E para terceira pessoa, *ibid.* 7.

Subdito.

- 1 Fôra do Bispado, & em lugar izento, nam encorre reservaçam, 9. 4.

Superior.

- 1 Estâ obrigado em alguns casos conceder licença para os reservados, 224. 12. & 26.
- 2 Na confissam ordinaria do subdito, sem mençam de reservados, nam tira a reservaçam, 233. 25.

Suf-

Suspensam.

1 Suspensam da Ordem, & officio, ou beneficio
nam se pôde absolver no artigo da morte, 255.14.

T

Tempo longo, veja-se, *Longo tempo.*

Testamento.

1 O que podem os Religiosos nesta materia,
14. da reg. 28.

Testemunho.

1 Testemunho falso em juizo, reservado em
Miranda, 195. 2. no Algarve, 205.10. em Angra,
206. 5. em Angola, 214. 18.

2 Testemunhas do matrimonio clandestino, té
calo reserv. no Algarve, 205.2. & em Angra, 206.4
Veja-se *Juramento, & Perjuro.*

Thezouro.

1 Thezouro, 116. 17. & 118. 27.

2 Que se entende por thezouro, 119.5.

Tirar.

1 Tirar da Igreja o que a ella se acolheo, & go-
za da immunidadade, he reservado no Brasil. 210.30.

V

Vagabundo.

1 Encorre reservação no Bispado onde se achou,
8. 20.

len.

1 Vender escravos mudos, surdos, ou &c. he reservado em Angola, 216.14.

Vaso.

1 O que usa mal dos vasos sagrados, tem caso reserv. 55.3.

Vigario geral.

1 Sua jurisdicção espira morto o Bispo, 235.9.

2 Tendo poder de subdelegar, pòde ser absoluto seu.

3 Subdelegado, 237.13.

Visitador.

1 A jurisdicção do Visitador espira morto o Bispo, 235.10.

Voto.

1 Define-se, 156.3.

2 Quebrar o voto de castidade nam he caso reservado, 54.9. 159.27.

3 Commutaçam de voto em Braga, he caso reservado, 155.27. & 158.13.163.24.

4 De quatro modos se tira a obrigaçam do voto, 156.14.

5 Voto commutado no jubileo, quẽ, 244.5.

6 Nam se pòde commutar no artigo da morte, 255.15.

Usura.

1 O que em necessidade pede prestado ao usurario, nam pecca, 134.25.135.2.

I N D E X

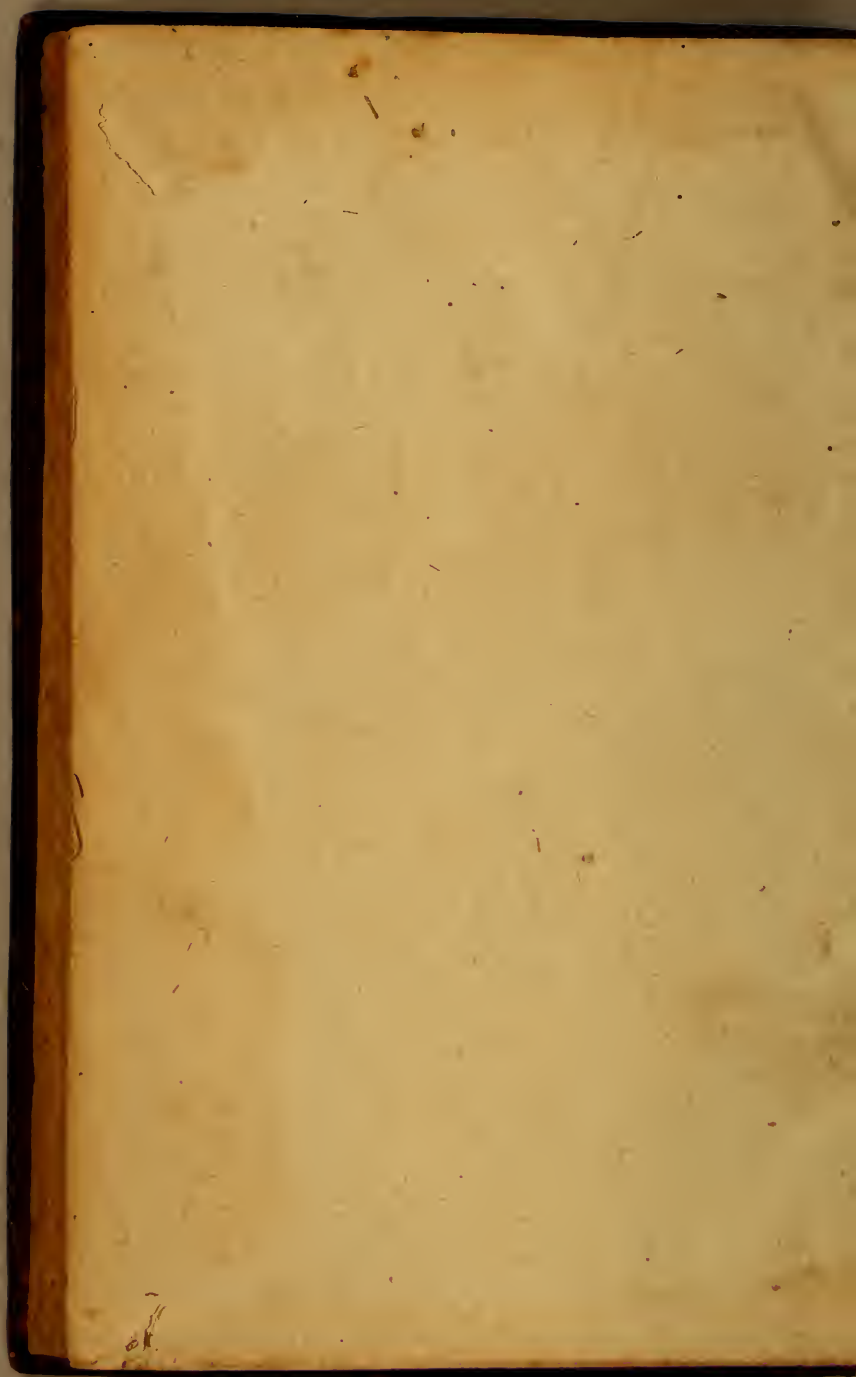
*Dos Arcebispos, & Bispos que se contém
nesto livro.*

A Rcebispo de Lisboa, pag. 18. Arcebispo de
Braga, p. 148. Arcebispo de Evora, p. 160.
Bispo de Coimbra, o. 165. Bispo da Guarda, p.
171. Bispo do Porto, p. 174. Bispo de Viseu, p.
176. Bispo de Portalegre, p. 179. Bispo de El-
vas, p. 184. Bispo de Lamego, p. 186. Bispo da
Ilha da Madeira, ou Funchal, p. 191.

Addicionados.

Bispo de Miranda do Douro, p. 194. Leiria, p.
197. Priorado do Crato, p. 201. Jurisdição de
Thomar, *ibid.* Algarve, p. 202. Angra nas Ilhas
Terceiras, p. 205. Brasil, p. 206. Angola, p. 214.

*De
Ant. Gibeiro Moraes*



CAG79
S6766

